GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOLIDARIEDADE E TRABALHO

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXV Nº 61 BRASÍLIA - DF, QUINTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2001 PREÇO R$ 0,66

Sumário

SEÇÃO I

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo	1
Secretaria de Governo	5
Secretaria de Fazenda e Planejamento	5
Secretaria de Educação	9
Secretaria de Saúde	11
Secretaria de Ação Social	11
Secretaria de Infra-Estrutura e Obras	11
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	12
Secretaria de Cultura	12
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	12
Procuradoria Geral do Distrito Federal	12
Tribunal de Contas do Distrito Federal	12

SEÇÃO II

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo	20
Vice-Governadoria	21
Casa Militar	21
Secretaria de Gestão Administrativa	21
Secretaria de Fazenda e Planejamento	22
Secretaria de Educação	23
Secretaria de Saúde	25
Corpo de Bombeiros Militar do DF	26
Polícia Civil do Distrito Federal	36
Secretaria de Cultura	36

SEÇÃO III

	PÁGINA
Atos do Poder Legislativo	38
Atos do Poder Executivo	38
Secretaria de Fazenda e Planejamento	38
Secretaria de Educação	56
Secretaria de Saúde	56
Secretaria de Ação Social	57
Secretaria de Infra-Estrutura e Obras	57
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	58
Secretaria de Segurança Pública	58
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	58
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	58
Secretaria de Assuntos Fundiários	58
Procuradoria Geral do Distrito Federal	58
Tribunal de Contas do Distrito Federal	59
Ineditoriais	59

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 2.698, DE 21 DE MARÇO DE 2001
(Autoria dos Projetos: Deputados Distrital Filippelli e Benício Tavares)

Dispõe sobre atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1° O Poder Público do Distrito Federal prestará atendimento educacional especializado aos alunos portadores de deficiência matriculados em estabelecimentos públicos e particulares da rede de ensino, em classes comuns ou especiais.
Art. 2° Do atendimento especializado de que trata esta Lei deverá constar o acompanhamento itinerante de acordo com a deficiência apresentada, bem como todo e qualquer meio ou instrumento de apoio ao estudante a ser definido em regulamento.
Art. 3° Os estabelecimentos escolares informarão à Divisão de Ensino Especial do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal a quantidade de alunos matriculados e as deficiências apresentadas.
Art. 4° A Fundação Educacional do Distrito Federal atenderá aos pleitos solicitados no prazo de trinta dias do recebimento dos mesmos.
Art. 5° Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias.
Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de março de 2001
113° da República e 41° de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO Nº 22.029, DE 27 DE MARÇO DE 2001

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 9º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.657, de 29 de dezembro de 2000, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:
Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Educação crédito suplementar, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de março de 2001
113º da República e 41º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I						R$1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR						ORÇAMENTO FISCAL
SUPLEMENTAÇÃO						
ANEXO AO DECRETO N.º						
ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160.101/00001	18.101	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				2.000.000
12.361.2100.2389		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ref.: 004294	0001	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	34.90.48	103	2.000.000	2.000.000
200035	* As transferências não constam do Total				TOTAL	2.000.000

ANEXO II						R$1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR						ORÇAMENTO FISCAL
CANCELAMENTO						
ANEXO AO DECRETO N.º						
ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160.101/00001	18.101	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				2.000.000
12.361.2100.3276		REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ref.: 900831	0002	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	45.90.51	103	2.000.000	2.000.000
200042	* As transferências não constam do Total				TOTAL	2.000.000

DECRETO Nº 22.032, DE 28 DE MARÇO DE 2001

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 11.733.000,00 (onze milhões, setecentos e trinta e três mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 9º, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 2.657, de 29 de dezembro de 2000, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Companhia do Metropolitano do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 11.733.000,00 (onze milhões, setecentos e trinta e três mil reais), para atender à programação orçamentária indicada nos Anexos IV e V.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação proveniente de transferências da União (Transferências Financeiras aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios – Lei Complementar nº 87/96) e pela anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no anexo VI.

Art. 3º Em virtude do disposto nos artigos anteriores, as receitas da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal e do Fundo de Liquidez do Metrô do Distrito Federal ficam alteradas na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de março de 2000
113º da República e 41º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I					
CRÉDITO SUPLEMENTAR					ORÇAMENTO FISCAL
CANCELAMENTO DA RECEITA					
ANEXO AO DECRETO Nº					
ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
19.904	FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL	2412.00.00	102	1.593.000	1.593.000
				TOTAL	1.593.000

ANEXO II					
CRÉDITO SUPLEMENTAR					ORÇAMENTO FISCAL
ACRÉSCIMO DA RECEITA					
ANEXO AO DECRETO Nº					
ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
22.208	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	1721.02.02	100	4.400.000	4.400.000
				TOTAL	4.400.000

ANEXO III					
CRÉDITO SUPLEMENTAR					ORÇAMENTO FISCAL
ACRÉSCIMO DA RECEITA					
ANEXO AO DECRETO Nº					
ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
22.208	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	4.740.000	7.333.000
		1712.00.00	101	1.000.000	
		1712.00.00	102	1.593.000	
				TOTAL	7.333.000

ANEXO IV						
CRÉDITO SUPLEMENTAR						ORÇAMENTO FISCAL
SUPLEMENTAÇÃO						
ANEXO AO DECRETO Nº					RECURSO DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	
ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
200.204/20204	22.208	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL				4.400.000
26.453.2800.2756		MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO				
Ref.: 900598	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO METROPOLITANO	34.90.39	100	4.400.000	
200032	* As transferências não constam do Total				TOTAL	4.400.000

ANEXO V						
CRÉDITO SUPLEMENTAR						ORÇAMENTO FISCAL
SUPLEMENTAÇÃO						
ANEXO AO DECRETO Nº					RECURSO DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	
ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
200.204/20204	22.208	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL				7.333.000
26.453.2800.2756		MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO				
Ref.: 900598	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO METROPOLITANO	34.90.39	100	4.740.000	
			34.90.39	101	1.000.000	
			34.90.39	102	1.593.000	7.333.000
200035	* As transferências não constam do Total				TOTAL	7.333.000

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (0XX61) 321-6736 - 223-6848 - 323-9012
Editoração e impressão: IMPRENSA NACIONAL.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

BENEDITO DOMINGOS
Vice-Governador

WELIGTON LUIZ MORAES
Secretário de Comunicação Social

LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS
Diretor da Diretoria de Divulgação

ANEXO VI						
CRÉDITO SUPLEMENTAR						ORÇAMENTO FISCAL
CANCELAMENTO						
ANEXO AO DECRETO Nº			RECURSO DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			
ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130.904/13.904	19.904	FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL				1.593.000
28.843.0000.9032		AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA INTERNA				
Ref.: 005244	0001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA – INTERNA	47.90.71	102	1.593.000	1.593.000
280.101/0001	28.101	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO				5.740.000
16.482.1200.1869		PROJETO JOÃO DE BARRO CANDANGO				
Ref.: 005415	0004	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES	45.90.51	101	1.000.000	1.000.000
16.482.1200.1737		PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES URBANAS				
Ref.: 800603	0004	PRODUÇÃO DE LOTES URBANIZADOS	45.90.51	100	4.740.000	4.740.000
200042	* As transferências não constam do Total				T O T A L	7.333.000

DECRETO Nº 22.033, DE 28 DE MARÇO DE 2001

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 353.000,00 (trezentos e cinqüenta e três mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 9º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.657, de 29 de dezembro de 2000, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à diversas unidades orçamentárias crédito suplementar, no valor de R$ 353.000,00 (trezentos e cinqüenta e três mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de março de 2001
113º da República e 41º de Brasília.
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I						R$ 1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR						ORÇA MENTO FISCAL
SUPLEMENTAÇÃO						
ANEXO AO DECRETO Nº			RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			
ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190106/00001	11.106	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV – BRAZLÂNDIA				90.000
04.122.0100.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref.: 004066	0067	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA	34.90.46	100	50.000	
			34.90.48	100	40.000	90.000
190110/00001	11.110	REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII – NÚCLEO BANDEIRANTE				200.000
04.122.0100.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref.: 004064	0050	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE	34.90.46	100	100.000	
			34.90.48	100	100.000	200.000
190120/00001	11.120	REGIÃO ADMINISTRATIVA XVIII - LAGO NORTE				63.000
04.122.0100.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref.: 004044	0056	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO NORTE	31.90.93	100	20.000	20.000
04.122.0100.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref.: 004082	0051	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO NORTE	34.90.46	100	43.000	43.000
200035	* As transferências não constam do Total				T O T A L	353.000

ANEXO II						RS 1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR						ORÇA MENTO FISCAL
CANCELAMENTO						
ANEXO AO DECRETO Nº			RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			
ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190106/00001	11.106	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA				90.000
15.451.0700.1529		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA				
Ref.: 004517	0001	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	45.90.51	100	25.000	25.000
27.392.1900.2085		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS				
Ref.: 004522	0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	34.90.36	100	15.000	
			34.90.39	100	50.000	65.000
190110/00001	11.110	REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE				200.000
13.392.1300.3288		AMPLIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO NÚCLEO BANDEIRANTE				
Ref.: 005452	0001	AMPLIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO NÚCLEO BANDEIRANTE	45.90.51	100	30.000	30.000
13.392.1300.3289		REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL GARCIA NETO				
Ref.: 005453	0001	REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL GARCIA NETO	34.90.39	100	60.000	60.000
15.392.1300.3290		RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS				
Ref.: 005454	0001	RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS	34.90.39	100	10.000	10.000
15.451.0700.1558		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE				
Ref.: 005466	0020	CALÇAMENTO E URBANIZAÇÃO DAS QUADRAS 1, 2 E 3 DO PARK WAY	45.90.51	100	70.000	70.000
Ref.: 005466	0021	CONSTRUÇÃO DE CALÇADÃO NAS QUADRAS 26 E 27 DO SMPW (PARK WAY)	45.90.51	100	30.000	30.000
190120/00001	11120	REGIÃO ADMINISTRATIVA XVIII - LAGO NÓRTE				63.000
04.122.0100.2449		MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS				
Ref.: 004505	0001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	34.90.93	100	63.000	63.000
200042	* As transferências não constam do Total				T O T A L	353.000

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÕES DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 23 de março de 2001

PROCESSO Nº : 142.000.137/2001
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
ASSUNTO : SHOWS ARTÍSTICOS

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho n.º 052/2001 no valor de R$ 18.945,00 (dezoito mil, novecentos e quarenta e cinco reais), em favor de Geraldinho Gonçalves - ME.

Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 136.001.060/2000
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE
ASSUNTO : TARIFA POSTAL

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 084/2001 no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Núcleo Bandeirante, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 140.000.042/2001
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ
ASSUNTO : TARIFA TELEFÔNICA - CELULAR
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no ''caput'' do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho n.º 025/2001 no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em favor da Telebrasília Celular S.A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Paranoá, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 140.000.019/2001
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no '' caput '' do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Notas de Empenho n.ºs 001 e 046/2001 no valor de R$ 13.701,80 (treze mil setecentos e um reais e oitenta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Paranoá, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 133.000.256/2000
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA
ASSUNTO : MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no '' caput '' do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 092/2001 no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), em favor da Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brazlândia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 140.000.856/97
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ
ASSUNTO : TARIFA POSTAL
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 060/2001 no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrados.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Paranoá, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.051/2001
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ASSUNTO : RESSARCIMENTO REFERENTE AO IPTU / TLP - 2001
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no '' caput '' do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 091/2001 no valor de R$ 7.039,23 (sete mil, trinta e nove reais e vinte e três centavos), em favor da Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

CARLOS ANTONIO DE BRITO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

DESPACHOS DO ADMINISTRADOR

PROCESSO Nº : 133.000.770/99
INTERESSADO: CEB-COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO: *Reconhecimento de dívida*
Á vista das instruções contidas nos autos e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece o inciso I do Artigo 38, combinado com os incisos II e IV do Art. 39 do citado diploma legal e em conformidade com a documentação apresentada, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, e autorizo o pagamento no valor de R$ 5.341,00 (cinco mil trezentos e quarenta e um reais), a favor da CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, correndo a despesa à conta de dotação própria, Natureza da Despesa 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo a SOF/DAG/RA-IV para os devidos procedimentos Administrativos.

PROCESSO Nº : 133.000.767/99
INTERESSADO: CEB-COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO: Reconhecimento de dívida
Á vista das instruções contidas nos autos e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece o inciso I do Artigo 38, combinado com os incisos II e IV do Art. 39 do citado diploma legal e em conformidade com a documentação apresentada, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, e autorizo o pagamento no valor de R$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois reais), a favor da CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, correndo a despesa à conta de dotação própria, Natureza da Despesa 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo a SOF/DAG/RA-IV para os devidos procedimentos Administrativos.

PROCESSO Nº : 133.000.094/2000
INTERESSADO: CEB-COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO: Reconhecimento de dívida
Á vista das instruções contidas nos autos e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece o inciso I do Artigo 38, combinado com os incisos II e IV do Art. 39 do citado diploma legal e em conformidade com a documentação apresentada, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, e autorizo o pagamento no valor de R$41.433,82 (quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos), a favor da CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, correndo a despesa à conta de dotação própria, Natureza da Despesa 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo a SOF/DAG/RA-IV para os devidos procedimentos Administrativos.

EUCLIDES PIRENEUS CARDOSO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA PARA PRÉVIA DE INTERESSE PÚBLICO DE DESAFETAÇÃO DE ÁREA DE USO COMUM DO POVO, SITUAÇÃO NO SETOR OESTE NAS QUADRAS 06, 07, 09 E 10, PARA AMPLIAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL.

As 20:00h do dia quinze de março de 2001, no auditório da Administração Regional do Gama deu inicio a audiência pública para a desafetação da área de uso comum do povo, situação no Setor Oeste nas Quadras 06 07, 09 e 10, para ampliação do comércio local, conforme processo de nº 131000434/2001. O Sr. Rogério chefe do NOT, deu início a audiência lendo a Lei Complementar 240 de 28 de julho de 1999, que trata da desafetação da área de uso comum do povo, situada no Setor Oeste nas quadra 06, 07, 08, 09 e 10, para ampliação do comércio local. O Deputado Wilson Lima informou a todos os presentes da importância da criação desses lotes, pois com isso haverá uma valorização da avenida comercial. Essa obra será de grande importância para o shopping popular que será o foco do desenvolvimento do Setor Oeste. Sr. Juarez Rodrigues Carneiro, Presidente das pequenos e micro empresas do Gama, disse que aqui na cidade não há obra de impacto que possa estimular o comércio. O Sr. Fernando, comerciante da quadra 10, disse que a cidade precisa da avenida comercial para a expansão do comércio. O Sr. José Alves de Paiva, comerciante local, disse que a entrada do Setor é o cartão postal da cidade. O Sr. Reginaldo, presidente da associação comercial regional, disse que é a favor da criação desses lotes pois os mesmos contribuirão para o desenvolvimento local, haja visto que no momento falta até policiamento. O Sr. Edimar, prefeito de quadra, disse está satisfeito com o projeto, pois o Setor Oeste está se desenvolvendo; ele acredita que com a feira para o Setor vai se desenvolver mais. A Sr. Alaide, quiosqueira está apenas preocupada com a situação dela. O Sr. Juraci concorda com a criação dos lotes. Rogério deu inicio á votação, perguntando quem era favorável a desafetação da área e todos os presentes concordaram, sendo assim foi encerrada a audiência. E para constar eu Alessandra Veruska de Oliveira, Assistente da Divisão Regional de Obras, lotada na DREAP, lavrei a presente ata, dela extraindo cópias de inteiro teor para publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EUZÉBIO PIRES DE ARAÚJO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

ORDEM DE SERVIÇO N.º 10, DE 22 DE MARÇO DE 2001

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, incisos XXV e XLI do Regimento Interno desta Administração, aprovado pelo Decreto n.º 16.244, de 28 de dezembro de 1994, bem como com base no art. 3º, § 6º, da lei n.º 1171/96 e no artigo 38 do Decreto n.º 17.773/96 e,
a)*Considerando o grande número de pedidos de Alvará de Funcionamento para atividades comerciais em áreas residenciais;*
b)Considerando que ainda são poucas as autorizações para comércio em residência;
c)Considerando que esta Região Administrativa tem característica essencialmente residenciais;
d)Considerando o aumento da oferta de salas e lojas comerciais constatado pela emissão das cartas de habite-se por esta Administração;
e)Considerando, ainda, o grande número de reclamações por parte da comunidade quanto ao incômodo causado por estabelecimento comerciais em locais exclusivamente residenciais; resolve:
Art. 1º - Proibir a emissão de Alvará de Funcionamento para novas atividades comerciais em lotes residenciais no Lago Sul.
Art. 2º - Para obtenção de Alvará de Funcionamento as atividades prestadoras de serviço deverão apresentar anuência mínima de 50% (cinqüenta por cento) mais um dos vizinhos moradores do conjunto, estando inclusos nesta porcentagem, obrigatoriamente, os vizinhos confrontantes e defrontantes ao lote onde se pretenda instalar a atividade.
Art. 3º - As empresas já instaladas em lotes residenciais, com os devidos Alvarás de Funcionamento se submeterão aos mesmos critérios definidos no artigo anterior para obterem a renovação dos referidos alvarás.
Art. 4º - A Administração Regional poderá indeferir o Alvará de Funcionamento de qualquer atividade prestadora de serviço, quando entender que a mesma será prejudicial a vizinhança ou alterará de forma nociva as características residenciais do Lago Sul.
Art.5º - Esta Ordem de Serviço é válida para todos os interessados que formalizem pedido de Consulta Prévia a partir da data de sua publicação.
Art. 6º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AMARAL

ORDEM DE SERVIÇO N.º 11, DE 22 DE MARÇO DE 2001

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, incisos XXXI e LXII do Regimento Interno desta Administração, aprovado pelo Decreto n.º 16.244, de 28 de dezembro de 1994, e com base no art. 6º, § 4º, da lei n.º 1.171/96 e no artigo 34, inciso II, do Decreto n.º 17.773/96, resolve:
Revogar a Alvará de Funcionamento n.º 274/2000, que havia sido expedido – por motivo de decisão judicial – para "C&Z Interiores LTDA", com endereço à SHIS QL 08, conjunto 02, casa 01.
I – Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AMARAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE MARÇO DE 2001

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno , aprovado pelo Decreto 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e conforme determina a Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, regulamentada pelo Decreto 18.256 de 19 de maio de 1997 artigo 37 inciso 8º, resolve:
Publicar relação de bens apreendidos no depósito desta Administração, para que o proprietário interessado apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, os documentos fiscais para sua retirada de acordo com o Termo de Apreensão.

PROCESSO N.º 142.000.325/2001						
Termo	Identificação	Local	Data	Hora	Quant.	Especificação
0114	Ileny José Alves de Magalhães	QR 311 Conj. 05 Lote 12	22/03/2001	10:35	75	Botijão de Gás (cheio)

EDSON PEREIRA XAVIER

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE MARÇO DE 2001

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno , aprovado pelo Decreto 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e conforme determina a Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, regulamentada pelo Decreto 18.256 de 19 de maio de 1997 artigo 37 inciso 8º, resolve:
Publicar relação de bens apreendidos no depósito desta Administração, para que o proprietário interessado apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, os documentos fiscais para sua retirada de acordo com o Termo de Apreensão.

PROCESSO N.º 142.000.334/2001						
Termo	Identificação	Local	Data	Hora	Quant.	Especificação
0115	José Veríssimo Galvão - ME	QN 309 Conj. 09 Lote 02	22/03/2001	17:00	429	Botijão de Gás (vazio)
					285	Botijão de Gás (cheio)

EDSON PEREIRA XAVIER

SECRETARIA DE GOVERNO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 23 de fevereiro de 2001

PROCESSO : 030-004.484/ 1999
INTERESSADO: ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA & CIA LTDA.
ASSUNTO : LOCAÇÃO DE IMÓVEL
Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, RATIFICO a dispensa de licitação, com fulcro no inciso X do artigo 24, do citado Diploma Legal, a favor de ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA & CIA LTDA., conforme Nota de Empenho n.º 063/2001, emitida em 26/01/2001, referente a despesas com locação de imóvel para funcionamento do Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON/DF, durante o corrente exercício.

Em 15 de março de 2001

PROCESSO : 030-010.030/ 1999
INTERESSADO: CASA DO AÇOUGUEIRO EQUIPAMENTOS E REFRIG. LTDA
ASSUNTO : LOCAÇÃO DE IMÓVEL
Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, RATIFICO a dispensa de licitação, com fulcro no inciso X do artigo 24, do citado Diploma Legal, a favor da CASA DO AÇOUGUEIRO EQUIPAMENTOS E REFRIG. LTDA, conforme Nota de Empenho n.º 072/2001, emitida em 26/01/2001, referente a despesas com locação de imóvel para funcionamento do Posto do Procon de Taguatinga, durante o corrente exercício.

PROCESSO : 030-001.323/ 2000
INTERESSADO: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA - FUBRA
ASSUNTO : SERVIÇO ACESSO A INTERNET
Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, RATIFICO a dispensa de licitação, com fulcro no inciso XIII do artigo 24, do citado Diploma Legal, a favor da FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA - FUBRA, conforme Nota de Empenho n.º 062/2001, emitida em 26/01/2001, referente a despesas com serviço de fornecimento de uma porta de conectividade IP (internet protocol) para atender a SEG/GAG, durante o corrente exercício.

Em 19 de março de 2001

PROCESSO : 010-000.158/ 2001
INTERESSADO: BANCO DE BRASÍLIA S.A
ASSUNTO : PAGAMENTO DE TAXA ANUAL
Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, RATIFICO a Inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, a favor do BANCO DE BRASILIA S.A - BRB, conforme Nota de Empenho n.º 0322/2001, referente a despesas com taxa anual de participações do GDF em organismos internacionais.

BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 158, DE 21 DE MARÇO DE 2001 (*)

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei n.º 408, de 13 de janeiro de 1993, combinado com o disposto no art. 22, §§ 3º e 4º, do Decreto n.º 16.106, de 30/11/94, com a redação dada pelo Decreto n.º 18.773, de 30 de outubro de 1997, e tendo em vista o que consta nos referidos Processos, resolve:
Art. 1º Autorizar a incorporação, pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, das mercadorias abaixo discriminadas, conforme Ato Declaratório de Abandono n.º 002/01-CEDEP/GEFIS/SUREC/SEFP, publicado no DODF n.º 50, de 14/03/01:

AIA 12/2000		Interessado: Gilliarde Elias da Silva	PROCESSO 043.000.721/00	
Quantidade	Unidade	Discriminação das mercadorias	Valor Unitário	Valor Total
6	Unidade	Boleira plástica	R$ 1,00	R$ 6,00
16	Unidade	Bacia grande plástica	R$ 2,50	R$ 40,00
6	Jogo	Potes de mantimentos c/3 unidades	R$ 1,50	R$ 9,00
12	Jogo	Potes quadrados pequenos c/4 unidades	R$ 1,00	R$ 12,00
9	Unidade	Conjunto p/mantimentos 5 peças	R$ 2,00	R$ 18,00
17	Unidade	Pote retangular 4 litros c/tampa	R$ 1,00	R$ 17,00
6	Unidade	Tigela plástica decorada c/tampa	R$ 1,00	R$ 6,00
16	Unidade	Jarra plástica c/tampa	R$ 1,00	R$ 16,00
6	Jogo	Pote retangular c/2 unidades	R$ 1,00	R$ 6,00
6	Unidade	Escorredor plástico p/pratos	R$ 1,00	R$ 6,00
3	Unidade	Escorredor p/pratos ferro pequeno	R$ 1,00	R$ 3,00
3	Unidade	Escorredor p/pratos ferro grande	R$ 2,00	R$ 6,00
5	Unidade	Conjunto tigela c/garfo e colher	R$ 1,00	R$ 5,00
18	Unidade	Bacia plástica pequena	R$ 1,00	R$ 18,00
11	Unidade	Forma bolo metal	R$ 2,00	R$ 22,00
34	Jogo	Pote quadrado p/m/g "Jaguar"	R$ 1,50	R$ 51,00
20	Jogo	Conjunto 3 potes c/tampa	R$ 1,50	R$ 30,00
2	Caixa	Copos francesinho c/36 unidades	R$ 3,50	R$ 7,00
15	Jogo	Copo liso c/6 unidades	R$ 1,00	R$ 15,00
9	Jogo	Copo tipo americano c/6 unidades	R$ 1,00	R$ 9,00
13	Unidade	Porta shampoo	R$ 1,00	R$ 13,00
			TOTAL	R$ 315,00

AIA 37023/00		Interessado: Fertintas Comércio de Ferragens e Tintas Ltda	PROCESSO 043.000.257/00	
Quantidade	Unidade	Discriminação das mercadorias	Valor Unitário	Valor Total
10	Lata	Supralatex acrílico 18 litros	R$ 40,00	R$ 400,00
10	Lata	Duramar acrílico 18 litros	R$ 80,00	R$ 800,00
16	Lata	Duramar acrílico 3.6 litros	R$ 15,00	R$ 240,00
			TOTAL	R$ 1.440,00

Art. 2º Consumada a entrega dos bens, considerar-se-á extinto o crédito tributário correspondente, conforme o disposto no art. 22, § 4º, do Decreto n.º 16.106/94.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

(*) Republicada por ter saído com incorreção, da original, no DODF nº 56, de 22 de março de 2001, p. 30.

PORTARIA Nº 173, DE 27 DE MARÇO DE 2001

Dispõe sobre dispensa de uso de equipamento emissor de cupom fiscal - ECF.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Complementar 53, de 26 de dezembro de 1997, resolve:
Art. 1º São desobrigados de usar equipamento emissor de cupom fiscal – ECF, os contribuintes do Imposto sobre Serviços – ISS, que prestem serviços:
I – preponderantemente a pessoas jurídicas;
II – exclusivamente de transporte coletivo público.
Parágrafo único. A preponderância de que trata o inciso I do caput do artigo se concretiza quando, nos doze meses imediatamente anteriores ao início do período de fruição do benefício, mais de cinqüenta por cento da receita operacional do contribuinte resultar de serviços prestados a pessoa jurídica.
Art. 2º A dispensa de que trata o inciso I do caput do artigo anterior dar-se-á mediante comunicação do interessado, instruída com demonstrativo da receita, que identificará:
I – receita operacional de serviços prestados a pessoas jurídicas;
II - receita operacional de serviços prestados a pessoas físicas;
III – receitas não operacionais.
Parágrafo único. A comunicação de que trata o caput do artigo reputar-se-á realizada alternativamente quando:
I – protocolada na agência da receita da circunscrição do interessado;
II – endereçada sob aviso de recebimento à agência da receita da circunscrição do interessado.
Art. 3º O período de fruição do benefício de que trata o art. 1º compreende os doze meses imediatamente posteriores à comunicação de que trata o caput do art. 2º.
Art. 4º A prestação de serviço de transporte coletivo público fica igualmente dispensada de acobertamento com cupom fiscal, ainda que prestado por empresa não exclusivista.
Art. 5º A dispensa prevista no inciso II do art. 1º e a prevista no artigo anterior independem de formalização.
Art. 6º A Subsecretaria da Receita poderá estabelecer modelo do comunicado de que trata o art. 2º.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 988, de 24 de setembro de 1998.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 27 de março de 2001

PROCESSO N.º	: 040.001.197/2001
INTERESSADO	: Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações
ASSUNTO	: Prestação de Serviços

Ratifico, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, objetivando atender despesas referentes à taxa de fiscalização de funcionamento, das estações autorizadas de rádio comunicação, por esta Secretaria, no valor de R$ 1.508,67 (um mil, quinhentos e oito reais e sessenta e sete centavos).
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.
Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Apoio Operacional desta Secretaria, para as demais providências.

PROCESSO Nº: 040.005.223/2000
INTERESSADO: ESTER CRONEMBERGER DAMASCENO
A S S U N T O: Recurso Voluntário
EMENTA: ITCD – ISENÇÃO – LEI Nº 1.343/96
A requerente solicita revisão da decisão de primeira instância que indeferiu o pedido de isenção do ITCD, incidente sobre o único imóvel, situado na SQS 415 Bloco N Ap. 105 – Brasília– DF, deixado por GILBERTO DAMASCENO SILVA em virtude de falecimento.
Intempestividade do Recurso. Ultrapassado o prazo fixado no parágrafo 3º do art. 70 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.
Recurso não conhecido.
Aprovo o Parecer GAB/SEFP Nº 042/2001.
Publique-se. Após, encaminhe-se o presente processo à Subsecretaria da Receita para ciência do interessado e demais providências.

PROCESSO Nº: 042.000.516/98
INTERESSADO: ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA
A S S U N T O: Recurso Voluntário
EMENTA: ISENÇÃO IPTU/TLP - Aposentados
O recorrente solicita revisão da decisão de primeira instância que indeferiu o pedido de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, referente ao exercício de 1998, do imóvel situado à QSC 16, Lote 8, Taguatinga - Distrito Federal.
Preenchidos os requisitos e as condições estabelecidas na Lei nº 1 362, de 30 de dezembro de 1996, que concedeu o benefício solicitado, o requerente faz jus a isenção pleiteada.
Recurso provido.
Aprovo o Parecer GAB/SEFP Nº 041/2001.
Publique-se. Após, encaminhe-se o presente processo à Subsecretaria da Receita para ciência ao interessado e demais providências complementares.

Em 28 de março de 2001

PROCESSO N.º	: 040.001.230/2001
INTERESSADO	: Banco de Crédito Nacional S/A
ASSUNTO	: Prestação de Serviços

Ratifico, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor do Banco de Crédito Nacional S/A., objetivando atender despesas com o contrato para prestação de serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas do Distrito Federal e respectiva prestação de contas por meio magnético, por transmissão eletrônica de dados ou mediante a entrega física de documentos, pelos estabelecimentos do Agente Arrecadador.
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.
Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Apoio Operacional desta Secretaria, para as demais providências.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DIRETORIA DE PESQUISA E REGISTRO DE PREÇOS
GERÊNCIA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATOS DA GERENTE

Ata de Registo de Preços n.º 002/2001

1)A Gerência de Registro de Preços, em cumprimento ao disposto do art. 14 alínea "e" do Decreto n.º 20.453/99-DF, c/c Instrução Normativa nº 003/99, e despacho da Sra. Diretora de Pesquisa e Registro de Preços constante no processo n.º 030.005194/2000, torna público o cancelamento dos itens 194,192,191,190,187,184,183 e 181.

2)Os Órgãos do Complexo Administrativo do GDF, deverão solicitar à aquisição dos referidos materiais através da Ata de Registro de Preços n.º 003/2001 mediante n.ºs.: 237,236,235,234,233,232,231, e 199, respectivamente.

3)Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Ata de Registo de Preços n.º 013/2000

1)A Gerência de Registro de Preços, em cumprimento ao disposto do art. 14 alínea "e" do Decreto n.º 20.453/99-DF, c/c Instrução Normativa n.º 003/99, e despacho da Sra. Diretora de Pesquisa e Registro de Preços constante no processo n.º 082.004408/2000, torna público o cancelamento do item 024.

2)Os Órgãos do Complexo Administrativo do GDF, deverão solicitar à aquisição do referido material através da Ata de Registro de Preços n.º 002/2001 mediante n.º.: 201.

3)Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Ata nº 017/2000

Validade até: 10.12.2001

A Gerência de Registro de Preços/DPRP/SCL, em cumprimento à decisão judicial proferida no Agravo de Instrumento nº 2001.00.2.001157-7, conforme consta no Ofício n.º 036/2001 da 4ª VFPDF/TJDF, restitui os itens cancelados da Empresa JUNO VELOSO VIDAL DOS SANTOS da Ata de Registro de Preços n.º 017/2000, originária da Concorrência n.º 024/2000-CCL-SEFP, constante do processo n.º 082.008816/2000:

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	1º COLOCADO	MARCA	VALOR UNIT.	2º COLOCADO	MARCA	VALOR UNIT.	3º COLOCADO	MARCA	VALOR UNIT.
1	Kg	Cortes congelados de coxa/sobrecoxa de frango, embalagem de 01 kg, validade mínima de 06 meses a partir da entrega nas escolas/creches.	JVC Juno Veloso Vidal dos Santos	Só Frango	2,31						
4	Kg	Fígado bovino, embalagem plástica em pacote de 1 kg, validade de, no mínimo, 90 dias a partir da entrega nas escolas.	JVC Juno Veloso Vidal dos Santos	Frigoalfha	3,96						
6	Kg	Almôndega bovina ao molho de tomate, ausência de nitrito e nitrato, embalagem primária em lata de 800g a 2,6 kg, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado com validade mínima de 02 anos a partir da entrega do produto no DGAL.	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Oderich	4,09						
9	Kg	Carne bovina de 2ª , moída, pré-cozida, livre de peles, aponevrose, fragmentos ósseos, cartilagens e coágulos sangüíneos, ao molho de tomates, com 30% (trinta por cento) de legumes – batata, cenoura e ervilha – sem conservantes, embalagem primária em lata de até 03 kg, embalagem secundária em caixas de papelão reforçado validade de, no mínimo, 02 anos a partir da entrega do produto no DGAL.	Conservas Oderich S/A	Oderich	2,18						
10	Kg	Carne bovina em pequenos cubos, de 2ª, pré-cozida, livre de peles, aponevrose, fragmentos ósseos, cartilagens e coágulos sangüíneos, ao molho de tomates, com 30% (trinta por cento) de legumes – batata, cenoura e ervilha – sem conservantes, embalagem primária em lata de até 03 kg, embalagem secundária em caixas de papelão reforçado validade de, no mínimo, 02 anos a partir da entrega do produto no DGAL.	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Oderich	5,59						
11	Kg	Chocolate em pó, embalagem primária plástica de até 2 kg, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, validade de, no mínimo, 11 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	CDPL Central Distribuidora de Produtos Lácteos Ltda.	Pratika	1,75	Invicta Comércio e Distrib. De Gên. Alimentícios Ltda.	Pink	1,88	Coimpex Com. Consul. Imp. e Exportação Ltda.	Via Nutri	1,93
12	Kg	Extrato de tomate, embalagem primária tetra pack de até 1,1 kg, prazo de validade de, no mínimo, 15 meses a partir da entrega do produto nas escolas/creches/DGAL.	Pro Nutri Brasil Assessoria em Exp. E Imp. Ltda.	Beira Alta	2,02	JVC Juno Veloso Vidal dos Santos	Quero	2,10	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Arisco	2,15
14	Kg	Farinha Láctea, embalagem primária de até 05 kg, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, com validade de, no mínimo, 11 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Coimpex Com. Consul. Imp. e Exportação Ltda.	Via Nutri	4,74	Sudmercato Comércio e Representação de Alimentos Ltda.	Nutrimental	6,05	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Nestlé	6,11
20	Kg	Molho à bolonhesa (molho de tomate com carne bovina), ausência de conservantes, embalagem primária, lata de 300g a 4.400g, embalagem secundária caixa de papelão reforçado com validade mínima de 02 anos a partir da entrega do produto no DGAL.	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Oderich	4,19						
21	Litro	Leite de coco integral, em garrafa de 200 ml, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, com validade mínima de 11 meses a partir da entrega produto no DGAL.	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Seregy	5,83	Dáblios Comércio Representação Imp. e Exportação Ltda	Seregy	6,01			
22	Litro	Preparo líquido para refresco sabor tangerina, extraído de polpa de fruta, submetido ao processo de concentração e posterior adição de açúcar, sem corantes artificiais, podendo ter outras substâncias permitidas por lei, desde que citadas no rótulo primário, embalagem primária em plástico atóxico, de até 5 litros, lacre com o mesmo material da tampa, resistente, a ser conservado sem refrigeração, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, com validade mínima de 5 (cinco) meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Alimentar Ind. e Comercial Peres Ltda.	Frut Fort	2,31	Dáblios Comércio Representação Imp. e Exportação Ltda	MIXX	2,93			
23	Litro	Preparo líquido para refresco sabor uva, extraído de polpa de fruta, submetido ao processo de concentração e posterior adição de açúcar, sem corantes artificiais, podendo ter outras substâncias permitidas por lei, desde que citadas no rótulo primário, embalagem primária em plástico atóxico, de até 5 litros, lacre com o mesmo material da tampa, resistente, a ser conservado sem refrigeração, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, com validade mínima de 5 (cinco) meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Dáblios Comércio Representação Imp. e Exportação Ltda	MIXX	2,93						

24	Kg	Salsicha de carne bovina e suína, ao molho de tomate, com milho verde e ervilha, com no máximo 2% de amido, ausência de nitrato e nitrito, embalagem primária em lata de 800g a 3,5 kg , embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, validade mínima de 11 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Conservas Oderich S/A	Oderich	1,97							
25	Kg	Sardinha em óleo comestível, em lata de 500g a 1,5 kg, com embalagem secundária em caixa de papelão reforçado com até 10 kg, validade mínima de 3 anos a partir da entrega do produto no DGAL.	Dáblios Comércio Representação Imp. e Exportação Ltda	Alcyon	6,43							
27	Litro	Leite Longa Vida, embalagem Tetra pack de 01 litro, validade mínima de 3 meses a partir da entrega do produto nas escolas/creches.	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Itambé	0,91	Caflama Comercial de Alimentos Ltda	Lac	0,97	JVC Juno Veloso Vidal dos santos	Leitbom	1,05	
28	Kg	Leite em pó integral, 100% de origem animal, instantâneo, embalagem primária em papel aluminizado, em pacote de 500g a 1Kg, com embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, com validade de, no mínimo, 11 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Tangará Importadora e Exportadora S/A	Nutricional	6,27	Invicta Comércio e Distrib. De Gên. Alimentícios Ltda.	Pink	6,80				
31	Un	Pão careca tipo cachorro quente, de 50g, em embalagem plástica de 10 ou 20 unidades, com validade mínima de 05 dias a partir da entrega do produto nas escolas/creches.	A Fonte Com. Prod. Alimentícios Ltda.	A Fonte	0,12	Uedama Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.	Fofinho	0,13				
33	Kg	Arroz polido, longo fino, tipo 01, safra 1999/2000, pacote de 5 kg, embalagem primária plástica, validade mínima de 11 meses a partir da entrega do produto nas escolas/creches/DGAL.	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Blue Ville	0,83	Caflama Comercial de Alimentos Ltda	Da Venda	0,85	Invicta Comércio e Distrib. De Gên. Alimentícios Ltda	Pink	0,85	
34	Kg	Biscoito de leite com recheio sabor "chocolate", embalagem primária plástica dupla de 500g, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, prazo de validade de, no mínimo, 05 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Caflama Comercial de Alimentos Ltda	Liane	2,38							
35	Kg	Biscoito de leite com recheio sabor "morango", embalagem primária plástica dupla de 500g, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, prazo de validade de, no mínimo, 05 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Caflama Comercial de Alimentos Ltda	Liane	2,38							
36	Kg	Biscoito tipo "Cream Cracker", embalagem primária plástica dupla de 500g, prazo de validade de, no mínimo, 05 meses a partir da entrega do produto nas escolas/creches/DGAL.	Coimpex Com. Consul. Imp. e Exportação Ltda.	Xereta	1,77	Caflama Comercial de Alimentos Ltda	Liane	2,02				
37	Kg	Biscoito doce tipo maizena, embalagem primária plástica dupla de 500g, validade mínima de 05 meses a partir da entrega do produto nas escolas/creches/DGAL.	Universo Comércio de Bens e Serviços Ltda.	Elbys	1,77	Caflama Comercial de Alimentos Ltda	Liane	2,02				
40	Kg	Feijão carioca, esterilizado a vapor, embalagem primária plástica a vácuo de até 2,5 Kg, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado de até 15 Kg, validade mínima de 05 meses contados a partir da entrega nas escolas/creches/DGAL.	Vapza Alimentos S/A	Vapza	3,69	Coimpex Com. Consul. Imp. e Exportação Ltda.	Vapza	3,87	Comercial Safra de Alimentos Ltda.	Suprema	3,99	
42	Kg	Macarrão massa com ovos, tipo "Padre Nosso", embalagem primária plástica de 500g a 01 kg, com validade de, no mínimo, 11 meses a partir da entrega do produto nas escolas/creches/DGAL.	Elo Comércio e Representações Importações e Exportações Ltda.	Vilma	1,39	Coimpex Com. Consul. Imp. e Exportação Ltda.	San Genaro	1,57	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Fortaleza	1,83	
44	Kg	Macarrão massa com ovos, tipo "parafuso", embalagem primária plástica de 500g a 5Kg, embalagem secundária em fardos, com validade mínima de 11 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Elo Comércio e Representações Importações e Exportações Ltda.	Vilma	1,39	Coimpex Com. Consul. Imp. e Exportação Ltda.	San Genaro	1,57				
46	Lata	Óleo de soja refinado, em lata de 900ml, validade mínima de 11 meses a partir da entrega nas escolas/creches/DGAL.	Caflama Comercial de Alimentos Ltda	Comigo	1,11	Uedama Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.	Sinhá	1,15	JVC Juno Veloso Vidal dos Santos	Sinhá	1,19	
47	Kg	Sal refinado iodado, embalagem primária plástica em pacote de 1 kg, validade mínima de 11 meses a partir da entrega nas escolas/creches/DGAL.	Caflama Comercial de Alimentos Ltda	Pelicano	0,21							
49	Kg	Margarina vegetal, em pote de 500g a 1 kg, com validade de, no mínimo, 05 meses a partir da entrega nas escolas/creches.	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Cremosy	2,69							
51	Kg	Flocos de milho com açúcar, embalagem primária saco de polietileno atóxico, resistente de 1 Kg a 5 Kg, embalagem secundária caixa de papelão reforçado validade de, no mínimo, 11 meses a partir da entrega do produto nas escolas/creches/DGAL.	Coimpex Com. Consul. Imp. e Exportação Ltda.	Xereta	3,22							
52	Kg	Tempero completo sem pimenta, a base de sal, alho, cebola e cheiro verde, embalagem primária em pote plástico com lacre e tampa, de 500g a 1 kg, em embalagem secundária de papelão reforçado, validade mínima de 24 meses a partir da entrega do produto nas escolas/creches/DGAL.	Caflama Comercial de Alimentos Ltda	Catitu	1,29	Pro Nutri Brasil Assessoria em Exp. E Imp. Ltda.	Arisco	2,32				
53	Kg	Seleta de legumes – cenoura, batata e ervilhas – embalagem primária em lata de até 02 kg, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, validade de, no mínimo, 01 ano a partir da entrega do produto no DGAL.	Conservas Oderich S/A	Oderich	1,77	Sistema Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	Oderich	1,89				
54	Kg	Pó para preparo de bebida láctea sabor morango, à base de leite em pó integral, 100% de origem animal, embalagem primária de até 02 kg, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, prazo de validade de, no mínimo, 05 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	CDPL Central Distribuidora de Produtos Lácteos Ltda.	Pratika	3,19	Tutti-Pronti Ind. e Comércio de Alimentos Ltda.	Tuttibom	3,20	Invicta Comércio e Distrib. De Gên. Alimentícios Ltda.	Pink	3,47	
55	Kg	Pó para preparo de bebida láctea sabor chocolate, à base de leite em pó integral, 100% de origem animal, embalagem primária de até 02 kg, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, prazo de validade de, no mínimo, 05 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	CDPL Central Distribuidora de Produtos Lácteos Ltda.	Pratika	3,05	Tutti-Pronti Ind. e Comércio de Alimentos Ltda.	Tuttibom	3,15	Invicta Comércio e Distrib. De Gên. Alimentícios Ltda.	Pink	3,42	
56	Kg	Batata desidratada em flocos para preparo de "purê" de batatas, embalagem primária de 500g a 02 kg, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado, com validade mínima de 05 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Sudmercato Comércio e Representação de Alimentos Ltda.	Nutrimental	6,08							

58	Kg	Charque bovino dianteiro, em pequenos cubos, embalagem crayovac em plástico resistente, validade de, no mínimo, 05 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Tropical Trading Importação e Exportação Ltda.	Fluminense	4,49							
59	KG	Canjica branca cozida e esterilizada a vapor com mistura de leite em pó, embalagem primária de plástico a vácuo com até 3 Kg de canjica, acompanhado com mistura de leite em pó, embalagem secundária em caixa de papelão reforçado de até 15 Kg, validade de, no mínimo, 05 meses a partir da entrega do produto no DGAL.	Vapza Alimentos S/A	Vapza	3,98	Coimpex Com. Consul. Imp. e Exportação Ltda.	Vapza	4,18	Comercial Safra de Alimentos Ltda.	Suprema	4,30

JUDITE FERREIRA DA COSTA

SUBSECRETARIA DA RECEITA
GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA - TAGUATINGA

ATO DECLARATÓRIO Nº 39-AGTAG/GEATE/SUREC/SEFP, DE 26 DE MARÇO DE 2001

Isenção do IPTU para ex-combatentes ou suas viúvas.

O CHEFE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE TAGUATINGA DA GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 70 do Decreto 16.106 de 30/11/94, no artigo 98, inciso X da Portaria 1.013/94, alterada pela Portaria 104 de 09/05/00 que lhe foi delegada pelo inciso VII, artigo 1º da Ordem de Serviço n.º 88 de 20/07/00, com fundamento na Lei 215 de 23/12/91, declara:
Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no exercício de 2001, os ex-combatentes ou suas viúvas, abaixo relacionados, no tocante aos respectivos imóveis:

PROCESSO	INTERESSADO	ENDEREÇO	INSCRIÇÃO
042000091/01	ÁLVARO DE SOUZA	Q. 107 LT 01 BL. B AP 904 ÁGUAS CLARAS	47998679
042000382/01	ANTÔNIO DE LIMA PRADO	CSB 1 LT 3 AP 201 TAGUATINGA	20106351
040000128/01	ARLINDO LOUCHADS AMORIM	CSB 6 LT 7 AP 601 TAGUATINGA	45073872
042000213/01	EPITÁCIO ALVES DOS SANTOS	QNL 4 CJ E CS 5 TAGUATINGA	20429770
042000115/01	STOLTEN TENÓRIO	QNL 5 CJ B CS 17 TAGUATINGA	20436351

Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela SECRETARIA DE ESTADO FAZENDA E PLANEJAMENTO, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100/94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

VALTER AGAPITO TEIXEIRA

ATO DECLARATÓRIO N.º 40–AGTAG/GEATE/SUREC/SEFP, DE 26 DE MARÇO DE 2001

Isenção quanto ao ITCD

O CHEFE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE TAGUATINGA DA GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 70 do Decreto 16.106 de 30/11/94, no artigo 98, inciso X da Portaria 1.013/94, alterada pela Portaria 104 de 09/05/00 que lhe foi delegada pelo inciso VII, artigo 1º da Ordem de Serviço n.º 88 de 20/07/00, declara:
Isento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, no exercício de 2001, o beneficiário DIOGENES PRADO LOPES, relativamente aos bens deixados por IGNES ANTONIA DE LIMA LOPES , falecida em 23/01/98, conforme consta no processo 042.003.397/00.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

VALTER AGAPITO TEIXEIRA

ATO DECLARATÓRIO N.º 41–AGTAG/GEATE/SUREC/SEFP DE 26 DE MARÇO DE 2001

O CHEFE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE TAGUATINGA, da GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, da SUBSECRETARIA DA RECEITA da SECRETARIA DE FAZENDA do DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço 088-SUREC, de 20/07/2000, AUTORIZA a restituição discriminada a seguir:

Processo nº	Interessado	Tributo	Valor em R$
042.000097/01	Maria Deusinha da Silva	IPTU/TLP 2000	128,70

VALTER AGAPITO TEIXEIRA

ATO DE 26 DE MARÇO DE 2001

O CHEFE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE TAGUATINGA, da GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, da SUBSECRETARIA DA RECEITA da SECRETARIA DE FAZENDA do DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o Decreto 16.106, de 30/11/94, considerando o que consta nos autos dos processos listados, INDEFERE os seguintes pedidos de restituição de tributo formulados.

Processo nº	Interessado	Assunto
042.000.924/01	Hélio de Barros Pereira	IPTU/TLP 2001

VALTER AGAPITO TEIXEIRA

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. SEBASTIÃO QUINTILIANO, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SCN – Quadra 01 – Bloco E - Ed. Central Park, 15º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 04 de abril de 2001, quarta-feira, às quatorze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO:
RV 508/98
Recorrente: CHOPARIA 109 LTDA.
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relatora : Conselheira Maria Helena Lima Pontes
(OS AUTOS ESTAVAM COM VISTA AO CONSELHEIRO JAIME PEREIRA SARDINHA) PARA INÍCIO DE JULGAMENTO
RV 482/99
Recorrente : CIA COLOR REPORTAGENS FOTOGRÁFICAS LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/I
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento
RV 117/00
Recorrente: CONDOMÍNIO FECHADO P/ CONSTRUÇÃO ED. MAISON VERSAILLES
Recorrida : Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XI
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relatora : Conselheira Maria Helena Lima Pontes
RV 153/00
Recorrente: NAUM MACHADO CARNEIRO
Recorrida : Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/II
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relatora : Conselheira Maria Helena Lima Pontes
REO 008/00
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrida : UNIVERSAL COMÉRCIO DE ESQUIFES LTDA.
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Giovani Leal da Silva

Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais

Brasília, 26 de março de 2001

GESSY DIAS
Assistente

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. SEBASTIÃO QUINTILIANO, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SCN – Quadra 01 – Bloco E - Ed. Central Park, 15º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 05 de abril de 2001, quinta-feira, às quatorze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO:
RV 589/97
Recorrente : CLEUSA PAIVA APOLINÁRIO
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/VIII
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Giovani Leal da Silva
RV 728/98
Recorrente : SOCIEDADE EDUCACIONAL SACI PERERÊ
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento
(OS AUTOS ESTAVAM COM VISTA À CONSELHEIRA MARIA HELENA LIMA PONTES) PARA INÍCIO DE JULGAMENTO
RV 006/00
Recorrente: VILAS BOAS COMÉRCIO DE CONFECÇÕES DE BIJUTERIAS LTDA.
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento
RV 042/00
Recorrente: TEREZINHA BISPO MENDES
Recorrida : Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas -RA/II
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Jaime Pereira Sardinha
RV 048/00
Recorrente: RAIMUNDO ALVES GUERREIRO
Recorrida : Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/VIII
Representante da Fazenda Procuradora Cybele Lara da Costa Queiroz
Relator : Conselheiro Jaime Pereira Sardinha

Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais

Brasília, 26 de março de 2001

GESSY DIAS
Assistente

2ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. SEBASTIÃO QUINTILIANO, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SCN – Quadra 01 – Bloco E – Ed. Central Park, 15º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 02 de abril de 2001, segunda-feira, às quatorze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO:
RV 511/97
Recorrente: JEOVÁ PEREIRA DE OLIVEIRA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XII
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Nélio Lacerda Wanderlei
RV 103/98
Recorrente: MULT VENDAS COMÉRCIO E ELETRÔNICA LTDA. – ME
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga
RV 383/98
Recorrente: HÉLIO CARREIRO VARÃO
Recorrida : Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/I
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Nélio Lacerda Wanderlei
RV 394/98
Recorrente: FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL
Recorrida : Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/I
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro João Alves de Oliveira
PARA INÍCIO DE JULGAMENTO
RV 628/98
Recorrente: ALGOÓLEO – LUBRIFICANTES E PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA.
Advogado : Valdecir Pagani
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Airton Nazário de Oliveira

Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais

Brasília, 26 de março de 2001

GESSY DIAS
Assistente

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. SEBASTIÃO QUINTILIANO, Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediado no SCN – Quadra 01 – Bloco E – Ed. Central Park, 15º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 03 de abril de 2001, terça-feira, às quatorze horas, ou sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO:
RV 179/99
Recorrente: CALAMARES RESTAURANTE DRINKS E PIZZARIA LTDA.
Recorrida : Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/I
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Airton Nazário de Oliveira
RV 375/99
Recorrente: PIPOU'S LANCHONETE E CHOPARIA LTDA. – ME
Recorrida : Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas -RA/I
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Airton Nazário de Oliveira
PARA INÍCIO DE JULGAMENTO
RV 615/98
Recorrente: SOARES & PEREIRA LTDA.
Advogado: Júlio Cézar Alves Ribeiro
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro João Alves de Oliveira
RV 660/98
Recorrente: JM MARCENARIA LTDA. – ME
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga
RV 201/00
Recorrente: CONDOMÍNIO DO BLOCO "K" DA SHLN 516
Recorrida : Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/I
Representante da Fazenda Procuradora Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga

Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais

Brasília,26 de março de 2001

Gessy Dias
Assistente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 116, DE 28 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
CESSAR o pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete, de Assessor, do servidor JOSÉ EURICO DE ANDRADE, matrícula nº 96.407-7, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 14 de março de 2001.

EURIDES BRITO DA SILVA

PORTARIA Nº 117, DE 28 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o § 1º, artigo 4 º da Resolução n º 100 de 15.07.1998 do TCDF e em atendimento aos itens 3.1 e 2.3 dos processos nºs 080.002113/2000 e 080.000597/2001 respectivamente, resolve:
1. Regularizar a Portaria nº 265 20.12.2000, publicada no DODF nº 242 de 21.09.2000, que nomeou candidatos aprovados em concursos públicos para o preenchimento de vagas na Carreira Magistério Público do Distrito Federal, somente no que se refere à :
Onde se lê:
ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO
Concurso realizado em 12.01.97, Edital 001/96 de 25.11.96
Homologado em 28.01.97 Edital nº 02/97, publicado no DODF Nº 19
Leia-se:
ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO
Concurso de 12.01.97, Edital 001/96, publicado no DODF 228 de 25.11.96
Homologação: Edital nº 02/97, publicado no DODF 19 de 28.01.97
2. Regularizar a Portaria nº 173 e 174 de 04.09.2000, publicada no DODF nº 172 de 06.09.2000, que nomeou candidatos aprovados em concursos públicos para o preenchimento de vagas na Carreira Magistério Público do Distrito Federal, somente no que se refere à :
Onde se lê:
- Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 1, Classe Única, Padrão 01 A , da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, a candidata aprovada em concurso público realizado pelo CESPE/UnB em 12.10.97, disciplina Atividades, EDNA SOARES DA FONSECA, tendo em vista a Liminar deferida no Mandado de Segurança nº 52963-0 do Juízo de Direito da primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, constante do processo nº 080.001017/00.
Leia-se:
- Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 1, Classe Única, Padrão 01 A , da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, a candidata aprovada em concurso público realizado pelo CESPE/UnB em 12.10.97 Edital 001/97 de 21.08..97, publicado no DODF 161 de 22.08.97 homologado pelo Edital nº 11, publicado no DODF 216 de 10.11.97, disciplina Atividades, tendo em vista a Liminar deferida no Mandado de Segurança nº 52963-0 do Juízo de Direito da primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, constante do processo nº 080.001017/00, e vaga originada pela Lei nº 2459 de 11.10.1999.
Onde se lê:
- Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 2, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, o candidato Alexandre Serrão Mello aprovado em concurso público realizado pelo CESPE/UnB em 12.01.97, disciplina Geografia classificação 132º .
Leia-se
- Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 2, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, o candidato Alexandre Serrão Mello aprovado em concurso público realizado pelo CESPE/UnB em 12.01.97 Edital 001/96, publicado no DODF 228 de 25.11.96, homologado no Edital nº 02/97, publicado no DODF nº 19 de 28.01.97, disciplina Geografia classificação 132º, para suprir vaga originada pela Lei nº 2.459 de 11.10.1999.
3. Regularizar a Portaria nº 1 de 03.01.2001, publicada no DODF nº 4 de 05.01.2001, que nomeou candidatos aprovados em concursos públicos para o preenchimento de vagas na Carreira Magistério Público do Distrito Federal, somente no que se refere à :
Onde se lê:
- Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 1, Classe Única, Padrão 01 A , da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, a candidata aprovada em concurso público realizado pelo CESPE/UnB em 12/10/97, disciplina Atividades, ANA CAROLINA NASCIMENTO DE CASTRO, tendo em vista a Liminar deferida no Mandado de Segurança nº 64356-9 do Juízo de Direito da primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, constante do requerimento nº 115937/00.
Leia-se:
- Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 1, Classe Única, Padrão 01 A , da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, a candidata ANA CAROLINA NASCIMENTO DE CASTRO, classificação nº 483º, aprovada em concurso público realizado pelo CESPE/UnB em 12.10.97 Edital 001/97 de 21.08..97, publicado no DODF 161 de 22.08.97, homologado pelo Edital nº 11, publicado no DODF 216 de 10.11.97, disciplina Atividades, tendo em vista a Liminar deferida no Mandado de Segurança nº 64356-9 do Juízo de Direito da primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, constante do requerimento nº 115937/00 e vaga originada pela Lei nº 2.459 de 11.10.1999.
Onde se lê:
- Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 1, Classe Única, Padrão 01 A , da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, a candidata GLAYCE HELENA BARBOSA ALVES, tendo em vista a Liminar deferida no Mandado de citação nº 11337-5/99 do Juízo de Direito da primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, constante do processo nº 082.003764/99.
Leia-se:
- Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 1, Classe Única, Padrão 01 A , da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, a candidata GLAYCE HELENA BARBOSA ALVES, classificação nº 240º, aprovada em concurso público realizado pelo CESPE/UnB em 12.10.97 Edital 001/97 de 21.08..97, publicado no DODF 161 de 22.08.97, publicado no DODF nº 216 de 10.11.97, disciplina Atividades, tendo em vista a Liminar deferida no Mandado de citação nº 11337-5/99 do Juízo de Direito da primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, constante do processo nº 082.003764/99 e vaga originada pela Lei nº 2.459 de 11.10.1999.
4. Regularizar a Portaria nº 3 de 03.01.2001, publicada no DODF nº 4 de 05.01.2001, que nomeou candidatos aprovados em concursos públicos para o preenchimento de vagas na Carreira Magistério Público do Distrito Federal, somente no que se refere à :
Onde se lê:
PROFESSOR NÍVEL 2
Concurso realizado em 26.10.97, Edital 001/97 de 22.08.97
Homologado em 17.11.97 Edital nº 15, publicado no DODF 221
Leia-se:
PROFESSOR NÍVEL 2
Concurso de 26.10.97, Edital 001/97 de 21.08.97, publicado no DODF 161 de 22.08.97
Homologação: Edital nº 15, publicado no DODF 221 de 17.11.97
Onde se lê:
Concurso realizado em 20.12.98, Edital 001/98 de 29.10.98
Homologado em 12.01.97 Edital nº 1, publicado no DODF 008
Leia-se:
Concurso de 20.12.98, Edital 001/98 de 29.10.98, publicado no DODF 207 de 30.10.98
Homologação: Edital nº 1, publicado no DODF 008 de 12.01.99.
Onde se lê:
PROFESSOR NÍVEL 3
Concurso realizado em 12.01.97, Edital 001/96 de 25.11.96
Homologado em 28.01.97 Edital nº 02, publicado no DODF nº 19
Leia-se:
PROFESSOR NÍVEL 3
Concurso de 12.01.97, Edital 001/96, publicado no DODF 228 de 25.11.96
Homologação: Edital nº 02/97, publicado no DODF 19 de 28.01.97
Onde se lê:
Concurso realizado em 19.12.99, Edital 047/99 de 10.11.99
Homologado em 28.01.2000, Edital nº 9, publicado no DODF nº 20
Biologia
Leia-se:
Concurso de 19.12.99, Edital 047/99 de 10.11.99, publicado no DODF 216 de 11.11.99
Homologação: Edital nº 9, publicado no DODF 20 de 28.01.00.
Biologia

EURIDES BRITO DA SILVA

PORTARIA Nº 118, DE 28 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o Decreto nº 21.938, de 5 de fevereiro de 2001 e tendo em vista a Lei nº 1799/97, resolve:
1 . Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos concursados, nomeados através da Portaria nº 16 de 25.01.2001, publicada no DODF nº 19 de 26.01.2001, abaixo relacionados, face a não apresentação dos mesmos de acordo com os prazos previstos em Lei.
PROFESSOR NÍVEL 2

Nome	Cargo	Data de Nomeação	Sem Efeito a partir de
Alexandre Jose Santana de Oliveira	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Fabricio Braga Barreto	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Marcelo Ribeiro Marcelino de Paula	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Wellington Ferreira Sobral	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Paulo Sergio Rabelo de Oliveira	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Ramilson Martins Santos	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Claudia Regina Lopes	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Ilton Elias Botosso Figueiredo	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Rosangela Maria de Freitas	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Pedro Rana Isidoro	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Herber Lincoln	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Sandra Beatriz Dapper da Silva	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Francisco Valdecy Silva Martins	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Vanessa Jose da Rocha	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Maria Laurencia Santos Mendonça	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Simone Angelica Alves	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Lindolfo Eloi Feliz	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Valdenisa Ferreira Costa	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Sandra Moreira Alves	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Nara Lucia Mendonça Nogueira	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Ivanilde Pereira Souza	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Maristela Pereira Alves	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Ruth Fernandes dos Santos	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Eduardo Silva da Cunha	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Leonardo Rodrigues da Cunha	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Francisco Aleste dos Santos Junior	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Rodrigo Cosmo Cirqueira da Silva	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Gloribalda Rocha de Marins	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Ivaneide de Moura Andrade	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Hamilton machado	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Patricia Vieira dos Santos	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Ana Gizelle da Silva	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Sheila Brandao Fonseca	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Ernesto dos Santos Feitoza	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Sonia Augusta da Silva Rocha	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Izabel Oliveira da Silva	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Jose Candido Viana Filho	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Marcio Pereira da Silva	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Amelia Soares Campos	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Josemiro Alves da Costa	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Luzinete Magalhaes Diniz	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Alessandra Aparecida Ferreira Galdino	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Luciana Anselmo de Siqueira	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Zozima Reis de Melo Alvares Castro	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Dalva Pereira Macedo	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Nivia Monica Gebrim	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Sandra Paula de Avila Oliveira	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Andrea Poley de Souza de Melo	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Marcos Antonio Ducanges Garcia	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Graziela Rodrigues da Silva	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Rogerio Fernandes Suguiura	Professor	26.01.2001	20.02.2001
Raimundo Ribeiro da Silva	Professor	26.01.2001	20.02.2001

EURIDES BRITO DA SILVA

PORTARIA Nº 119, DE 28 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições e tendo em vista a Lei n° 1799/97 e ainda de acordo com as vagas existentes, criadas através da Lei n° 2459/99 de 11/10/99, resolve:
1 - Nomear para exercer o cargo de Professor Nível 3, Classe Única da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, o candidato aprovado em concurso público realizado pelo IDR em 22.10.95, Edital 116/95, publicado no DODF nº 137 de 18.07.95, homologado pelo Edital nº 18 de 22.01.96, publicado no DODF nº 17 de 24.01.96, disciplina Português, REIVALDO PEREIRA VINAS, classificação nº 33 para fins de regularização funcional em atendimento ao item IV da Decisão nº 9432/2000 de 12.12.2000 do TCDF, constante do processo nº 082.006719/00.

EURIDES BRITO DA SILVA

PORTARIA Nº 120, DE 28 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o Decreto nº 21.938, de 5 de fevereiro de 2001 e tendo em vista a Lei nº 1799/97, resolve:
1 . Tornar sem efeito a nomeação do candidato concursado, nomeado através da Portaria nº 15 de 25.01.2001, publicada no DODF nº 19 de 26.01.2001, abaixo relacionado, face a não apresentação do mesmo de acordo com os prazos previstos em Lei.
ORIENTADOR EDUCACIONAL

Nome	Clas.	Cargo	Data de Nomeação	Sem Efeito a partir de
Maria do Amparo da Silva	518°	Or. Educ.	26.01.2001	20.02.2001

EURIDES BRITO DA SILVA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 6 de março de 2001

PROCESSO Nº : 030.000736/2001
INTERESSADO : Pablo Gabriel Patritti Arechederra
HOMOLOGO o Parecer nº 33/2001-CEDF, de 21.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cujo parecer é pela "declaração de equivalência de estudos realizados por Pablo Gabriel Patritti Arechederra, na "Escuela e Liceo Elbio Fernandez", em Montevideo - Uruguai, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº : 030.000661/2001
INTERESSADO : Nancy Karina Sousa da Silva
HOMOLOGO o Parecer nº 31/2001-CEDF, de 21.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cujo parecer é pela "declaração de equivalência de estudos realizados por Nancy Karina Sousa da Silva, no "Centro Pré-Universitário de Luanda", em Luanda – Angola, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº : 030.000654/2001
INTERESSADO : Felipe Ramos Sobreiro
HOMOLOGO o Parecer nº 30/2001-CEDF, de 21.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cujo parecer é pela "declaração de equivalência de estudos realizados por Felipe Ramos Sobreiro, no "Gimnasio Del Norte", em Bogotá - Colômbia, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº : 030.000703/2001
INTERESSADO : Bruno Leonardo de Paula Lima
HOMOLOGO o Parecer nº 32/2001-CEDF, de 21.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cujo parecer é pela "declaração de equivalência de estudos realizados por Bruno Leonardo de Paula Lima, no "Woodrow Wilson High School", em Washington, Distrito de Columbia – Estados Unidos, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

EURIDES BRITO DA SILVA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 22 de fevereiro de 2001

PROCESSO Nº : 030.005024/99
INTERESSADO : Vanessa Ribeiro Pacheco
HOMOLOGO o Parecer nº 17/2001-CEDF, de 14.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cujo parecer é pela "declaração de equivalência de estudos realizados por Vanessa Ribeiro Pacheco, no "Arcata High School", em Arcata, Califórnia – Estados Unidos da América, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº : 030.000491/2001
INTERESSADO : Juliana Almada Mendes Braga
HOMOLOGO o Parecer nº 18/2001-CEDF, de 14.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cujo parecer é pela "declaração de equivalência de estudos realizados por Juliana Almada Mendes Braga, no "Fort Hamilton High School", em Nova York, - Estados Unidos da América, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº : 030.000438/2001
INTERESSADO : Janet Llerena Nole
HOMOLOGO o Parecer nº 19/2001-CEDF, de 14.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cujo parecer é pela "declaração de equivalência de estudos realizados por Janet Llerena Nole, no "Colégio. Fap. Samuel Ordónez Velázquez", em Piura - Peru, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº : 030.000462/2001
INTERESSADO : Daiara Hori Figueroa Sampaio
HOMOLOGO o Parecer nº 20/2001-CEDF, de 14.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cujo parecer é pela "declaração de equivalência de estudos realizados por Daiara Hori Figueroa Sampaio, no "Lycee François Mitterrand", em Brasília, Distrito Federal - Brasil, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº : 030.000431/2001
INTERESSADO : Anne Chantal da Costa Montejo
HOMOLOGO o Parecer nº 21/2001-CEDF, de 14.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cujo parecer é pela "declaração de equivalência de estudos realizados por Anne Chantal da Costa Montejo, no "Lycee François Mitterrand", em Brasília, Distrito Federal - Brasil, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos."

PROCESSO Nº: 030.004968/99
INTERESSADO: Escola Logosófica "González Pecotche"
HOMOLOGO o Parecer nº 22/2001-CEDF, de 14.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é no seguinte teor:
a) "aprovação da Proposta Pedagógica para o ensino fundamental da Escola Logosófica "González Pecotche"; situada no SHCGN Quadra 704 – Área Especial, Brasília-DF;
b) validação dos atos escolares praticados com base na Proposta Pedagógica que ora se aprova."

PROCESSO Nº: 030.006031/99
INTERESSADO: Colégio La Salle
HOMOLOGO o Parecer nº 25/2001-CEDF, de 14.02.2001, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é no seguinte teor:
a)"aprovar a Proposta Pedagógica do Colégio La Salle, mantido pela Sociedade Porvir Científico, localizado na Avenida Central, Área Especial nº 11, Núcleo Bandeirante-DF;
b)aprovar as organizações curriculares para o ensino fundamental e o ensino médio do Colégio La Salle, que constituem anexos deste parecer;
c)autorizar a implantação do ensino médio, a partir do ano letivo de 2001;
d)validar os atos escolares praticados com base na Proposta Pedagógica e nas organizações curriculares, ora aprovadas."

ANNA MARIA DANTAS ANTUNES VILLABOIM
Respondendo

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E MATERIAL GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

ORDEM DE SERVIÇO N.º 1, DE 23 DE MARÇO DE 2001

O Diretor de Apoio Logístico e Material, no uso das atribuições conferidas pela Portaria 271, de 29 de dezembro de 2000, estabelece faixas numéricas suplementares para registros de documentos e processos para Gerência de Documentação e Comunicação Administrativa.

PROCESSOS (080)	De 42.000/2001 a 49.999/2001
REGISTRO (REG)	De 146.000/2001 a 150.000/2001

JANDIR ALVES TEIXEIRA

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE MARÇO DE 2001

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, por subdelegação de competência conferida pela Portaria nº 164, de 25/08/2000, resolve:
AUTORIZAR a REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE 02 (duas) horas diárias, para acompanhamento de dependente deficiente à servidora MARIA GOMES ALVES, matrícula n.º 69.125-9.

MARIA APARECIDA R.GOMES

GERÊNCIA DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE MARÇO DE 2001

A GERENTE DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO, por subdelegação de competência conferida pela Portaria nº 164, de 25/08/2000, resolve:
Conceder LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE à servidora CHRISTIANE APARECIDA BUENO COUTO, Professor MG1Q-GT3, matrícula n.º 24.082-6, a partir de 02/04/2001, nos termos do Art. 84 da Lei nº 8.112/90, conforme o processo n.º 080.002309/2001.
Conceder LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE à servidora MARIA DENISE VOGT VOLKMER, Professor MG1Q-GT3, matrícula n.º 34.715-9, a partir de 20/03/2001, nos termos do Art. 84 da Lei nº 8.112/90, conforme o processo n.º 080.002077/2001.
AUTORIZAR a REASSUNÇÃO DE EXERCÍCIO à servidora MARIA CECÍLIA MOREIRA DA COSTA, matrícula n.º 34.371-4, a partir de 02/04/2001, nos termos da Lei nº 8.112/90, conforme o processo n.º 082.019311/98.

ANA CÉLIA DE MELLO FREITAS

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 2001(*)

O Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto Nº 21.502, de 11 de setembro de 2000 do Governador do Distrito Federal, mediante autorização do CPP em Reunião Ordinária, realizada em 16.06.99, e do Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, nos termos da Lei 2.399/99, publicada no DODF nº 145 de 29.07.99, referente ao Processo nº 030.003459/99, resolve:
Nomear os candidatos abaixo relacionados, habilitados em Concurso Público, para lotação em qualquer das Unidades Regionais de Saúde.
Edital Normativo nº 017/99-IDR publicado no DODF nº 146 de 30.07.99 e Edital de Resultado Final nº 059/99-IDR, publicado no DODF nº 142 de 21.12.99.
AUXILIAR DE ENFERMAGEM
Lucimar Alves da Silva Marques, 934º.
Edital Normarivo nº 057/93-IDR publicado no DODF nº 138 de 09.07.93 e Edital de Resultado Final nº 012/97-FHDF, publicado no DODF nº 103 de 03.06.97.
AUXILIAR TÉCNICO DE LABORATÓRIO – PATOLOGICA CLÍNICA
Expedita de Fátima Amaral Gomes Portesla, 76º.
(*) Republicados por solicitação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, referente aos processos nºs 060.007998/00 e 060.004743/00.

JOFRAN FREJAT

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

ATO DA CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DA CHEFE
Em 21 de fevereiro de 2001(*)

PROCESSO N.º : 100.007.881/2.000
INTERESSADO : SECRETRARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
A vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1.994, e de acordo com o que estabelece o item I do artigo 38, combinado com o item II do artigo 39, do citado diploma legal e nos termos do Artigo 1º da Portaria nº 257, republicada no DODF nº 211, de 06.11.2000, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, bem como a liquidação e pagamento, no valor de R$115.097,39 (cento e quinze mil, noventa e sete reais e trinta e nove centavos), em favor da COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, referente a serviços prestados, relativo ao período de janeiro a junho de 2000, à conta da dotação do Elemento Correspondente – 349092, Atividade 85010014, Fonte 100 – Despesa de Exercícios Anteriores.
Publique-se e encaminhe-se à GEFIN/NEOA para as providências

ISABEL REGINA BRASIL PASCHOAL

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 39, Seção II, de 23/02/2001.

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 28 de março de 2001

PROCESSO Nº : 030-001.232/2001.
INTERESSADO : COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
ASSUNTO : DISPENSA DE LICITAÇÃO
Em cumprimento ao disposto no Artigo 26, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Dispensa de Licitação a favor da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, CGC 00.037.457/0001-70, para atender despesas com o Contrato a ser firmado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras e a NOVACAP, objetivando a execução de sondagens para reconhecimento de subsolo do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF. Fundamento legal da Dispensa de Licitação – Artigo 24, Inciso VIII, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO Nº : 030-001.233/2001.
INTERESSADO : COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
ASSUNTO : DISPENSA DE LICITAÇÃO
Em cumprimento ao disposto no Artigo 26, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Dispensa de Licitação a favor da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, CGC 00.037.457/0001-70, para atender despesas com o Contrato a ser firmado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras e a NOVACAP, objetivando a execução de sondagens do Museu e Biblioteca a serem implantados no Centro Cultural de Brasília/DF. Fundamento legal da Dispensa de Licitação – Artigo 24, Inciso VIII, da Lei nº 8.666/93.

NELSON TADEU FILIPPELLI

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 26 de março de 2001

Extrato de Reconhecimento de Dívida
Processo nº: 097.000.194/2001. Interessado: Eletrobrás. Com base nas instruções contidas no presente processo, observado o disposto nos artigos 80 e 81, do Decreto nº. 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece o inciso I, do art. 38, combinado com os incisos II e IV, do artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e ainda autorizo o pagamento no valor de R$ 1.824,82 (Um mil e oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos), a favor da Eletrobrás, correndo a despesa à conta de dotação do elemento de despesa 31.90.92, despesas de exercícios anteriores, atividade 8502-0053 – Administração de Pessoal da Companhia do Metropolitano do DF . Publique-se e encaminhe-se o presente processo à DFC/METRÔ-DF para os demais procedimentos administrativos.

Processo nº: 097.000.199/2001. Interessado: Primeira Linha Comercial de Rolamentos Ltda. Com base nas instruções contidas no presente processo, observado o disposto nos artigos 80 e 81, do Decreto nº. 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece o inciso I, do art. 38, combinado com os incisos II e IV, do artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e ainda autorizo o pagamento no valor de R$ 30.408,79 (Trinta mil e quatrocentos e oito reais e setenta e nove centavos), a favor da Primeira Linha Comercial de Rolamentos Ltda, correndo a despesa à conta de dotação do elemento de despesa 34.90.92, despesas de exercícios anteriores, atividade 2359-0001 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais. Publique-se e encaminhe-se o presente processo à DFC/METRÔ-DF para os demais procedimentos administrativos.

Processo nº: 097.000.205/2001. Interessado: Comercial Marte de Móveis Ltda. Com base nas instruções contidas no presente processo, observado o disposto nos artigos 80 e 81, do Decreto nº. 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece o inciso I, do art. 38, combinado com os incisos II e IV, do artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e ainda autorizo o pagamento no valor de R$ 9.460,00 (Nove mil e quatrocentos e sessenta reais), a favor da Comercial Marte de Móveis Ltda, correndo a despesa à conta de dotação do elemento de despesa 45.90.92, despesas de exercícios anteriores, atividade 2756-0001 – Manutenção do Sistema Ferroviário Metropolitano . Publique-se e encaminhe-se o presente processo à DFC/METRÔ-DF para os demais procedimentos administrativos.

PAULO VICTOR RADA DE REZENDE

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SESSÃO Nº 2.209A, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2001

PROCESSO : 112.002.094/2000
REFERÊNCIA : Celebração de Contrato de Prestação de Serviços.
O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria e de conformidade com o Parecer da Assessoria Jurídica, fls. 93 a 95, e com amparo na Lei nº 8.666/93, Art. 24, Inciso V, combinado com Art. 26, autoriza a celebração do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos com a firma EBR AUTOMAÇÃO LTDA, visando a manutenção preventiva e corretiva do sistema de gerenciamento e controle de combustíveis, instalado no Posto de Abastecimento da NOVACAP, por um prazo de 12 (doze) meses, no valor total de R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais). As despesas correrão por conta do projeto Atividade 1678.0001, Natureza de Despesa 3490.39 – Fonte de Recursos 220.
RELATOR: Conselheiro GEDEON DIAS RAMOS

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A

DESPACHOS DO LIQUIDANTE

Processo nº 075-000.203/2000
Objeto: Despesas com o consumo de energia elétrica
Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, republicada em 06.07.94, RATIFICO a inexigibilidade de licitação, com fulcro no "Caput" do artigo 25 da referida Lei, para as despesas, através da Companhia Energética de Brasília – CEB, relativas ao consumo de energia elétrica faturado no mês de fevereiro do corrente exercício, no valor de R$1.672,94 (um mil seiscentos e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

Processo nº 075-000.204/2000
Objeto: Despesas com o consumo de água e esgotos
Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, republicada em 06.07.94, RATIFICO a inexigibilidade de licitação, com fulcro no "Caput" do artigo 25 da referida Lei, para as despesas, através da Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB, relativas ao consumo de água e esgotos, mês de referência março/2001, no valor de R$913,61 (novecentos e treze reais e sessenta e um centavos) .

Processo nº 075-000.223/2000
Objeto: Despesas com ligações telefônicas.
Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, republicada em 06.07.94, RATIFICO a inexigibilidade de licitação, com fulcro no "Caput" do artigo 25 da referida Lei, para a despesa relativa a ligações telefônicas, no mês de março do corrente exercício, conforme à seguir:

EMPRESA	VALOR (R$)
TELEBRASÍLIA BRASIL TELECOM	5.399,70
TELEBRASÍLIA CELULAR	601,96
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES	18,68

MARIO HISSASHI IKEZIRI

SECRETARIA DE CULTURA

PORTARIA DE 16 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no exercício das atribuições previstas no Art. 7º da Portaria Normativa nº 05, de 19 de julho de 1999, com amparo no Art. 1º, inciso I, letra "e", do mesmo dispositivo legal e considerando ser objetivo da instituição promover e incentivar festivais, seminários, temporadas e programas de intercâmbio cultural e artístico, conforme previsto no inciso IX, do Art. 2º, Anexo I do Decreto 20.264, de 25 de maio de 1999, resolve:
I – Autorizar a concessão de apoio da Secretaria de Estado de Cultura, para a execução do projeto "Festival Com Bandas Musicais da Cidade", conforme proposição da Diretoria de Difusão Cultural desta Secretaria, constante do Processo nº 150.000256/2001.
II – Encaminhe-se à Diretoria de Apoio Operacional para publicação e demais providências.

MARIA LUIZA DORNAS

PORTARIA DE 22 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no exercício das atribuições previstas no Art. 7º da Portaria Normativa nº 05, de 19 de julho de 1999, com amparo no Art. 1º, inciso I, letras "d", "e", "f" e "h", do mesmo dispositivo legal e considerando ser objetivo da instituição promover e incentivar festivais, seminários, temporadas e programas de intercâmbio cultural e artístico, conforme previsto no inciso IX, do Art. 2º, Anexo I do Decreto 20.264, de 25 de maio de 1999, resolve:
I – Autorizar a concessão de apoio da Secretaria de Estado de Cultura, para a execução do projeto "Homenagem a Renato Russo", conforme proposição da Diretoria de Difusão Cultural desta Secretaria, constante do Processo nº 150.000263/2001.
II – Encaminhe-se à Diretoria de Apoio Operacional para publicação e demais providências.

MARIA LUIZA DORNAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 24 de fevereiro de 2001

PROCESSO: 160.000.338/2001
INTERESSADO: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EMBRATEL
ASSUNTO: TARIFAS TELEFÔNICAS
Conforme determina o art. 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – EMBRATEL , para cobrir despesas com serviços de telefonia , com fulcro no art. 25, caput da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Em 5 de março de 2001

PROCESSO: 160.000.437/2001
INTERESSADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ASSUNTO: SERVIÇOS DE POSTAGEM
Conforme determina o art. 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para cobrir despesas com serviços de postagem, com fulcro no art. 25, caput da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

PROCESSO: 160.000.377/2001
INTERESSADO: BRB/PESQUISADORES
ASSUNTO: CONCESSÃO DE VALE TRANPORTE
Conforme determina o art. 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor do Banco de Brasília, para cobrir despesas com vale transporte, com fulcro no art. 25, caput da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Em 23 de março de 2001

PROCESSO: 160.000.089/2001
INTERESSADO: TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
ASSUNTO: TARIFAS TELEFÔNICAS
Conforme determina o art. 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Telebrasília Celular S/A , para cobrir despesas com tarifas telefônicas, com fulcro no art. 25, caput da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

PROCESSO: 160.000.333/2001
INTERESSADO: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB
ASSUNTO: TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA
Conforme determina o art. 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Companhia Energética de Brasília , para cobrir despesas com serviços de energia elétrica, com fulcro no art. 25, caput da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

PROCESSO: 160.000.090/2001
INTERESSADO: INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
ASSUNTO: TARIFAS TELEFÔNICAS
Conforme determina o art. 26, da Lei n º 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Intelig Telecomunicações Ltda. , para cobrir despesas com serviços de telefonia , com fulcro no art. 25, caput da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

PROCESSSO: 160.003.620/2000
INTERRESSADO: CEB – COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida
Conforme instruções contidas no processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto n º 16.098 de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece inciso I do artigo 38, combinado com os incisos II e IV do artigo 39, mesmo diploma legal, RECONHEÇO A DÍVIDA, AUTORIZO a realização da despesa e determino a emissão da Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Previsão de Pagamento, em favor da CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, no valor de R$ 2.084,03 (dois mil, oitenta e quatro reais e três centavos).
Publique-se e encaminhe-se à Gerência Administrativa, para as providências necessárias à conta da dotação de despesa 349092-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES do orçamento desta Secretaria.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCESSO: 160.000. 335/2001
INTERESSADO: TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA - TELEBRASÍLIA
ASSUNTO: TARIFAS TELEFÔNICAS
Conforme determina o art. 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Telecomunicações de Brasília - TELEBRASÍLIA, para cobrir despesas de conta telefônica, com fulcro no art. 25, caput da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

LAZARO MARQUES NETO

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL
Em 26 de março de 2001

De conformidade com o que dispõe o Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21.06..93, e as peças que instruem os processos abaixo, ratifico os procedimentos adotados pela Diretora do Departamento de Administração Geral e Planejamento, referente ao reconhecimento dos atos de inexigibilidade de Licitação e autorização de despesa em favor dos interessados indicados, relativo às notas de empenho especificadas, para fazer face às despesas com serviços de telefonia convencional e o serviço PABX, para esta Casa Jurídica:

PROCESSO Nº	INTERESSADO (S)	Nº NE	VALOR
020.001.889/2000	TELEBRASÍLIA BRASIL TELECOM	110	10.000,00
020.000.424/2001	TELEBRASÍLIA BRASIL TELECOM	109	5.000,00

A inexigibilidade de licitação está fundamentada no caput, do Artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.
Publique-se e encaminhe-se ao DAGP\PRG para os demais procedimentos administrativos.

MIGUEL ANGELO FARAGE DE CARVALHO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ACÓRDÃO Nº 20/2001

PROCESSO nº 3555/94
APENSOS: Processos n°s 030.002.683/94 e 030.004.318/95
ASSUNTO: Tomada de Contas Especial
ORIGEM: Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária - SDSAC
RESPONSÁVEIS: Cássio Rooswelt de Oliveira e Solange Vieira de Lara
ÓRGÃO INSTRUTIVO: 2ª Inspetoria de Controle Externo
REPRESENTANTE DO MP/TCDF: Procurador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
RELATOR: Conselheiro José Eduardo Barbosa
Vistos, relatados e discutidos os autos da prestação de contas da subvenção social concedida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária em 25/4/94 ao Instituto de Desenvolvimento Humano – IDHUM, convertidos em Tomada de Contas Especial pela Decisão n° 19/97, de 20/3/97, na forma do artigo 46 da Lei Complementar n° 1, de 9/5/94.
CONSIDERANDO que o órgão de controle interno da Secretaria de Fazenda e Planejamento, por despacho do Serviço de Convênios e Subvenções Sociais de 17/7/95 (fl. 25 do processo n° 030.004.318/95), aprovou a prestação de contas da subvenção social concedida ao IDHUM no valor original de CR$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros reais);
CONSIDERANDO que, em 2.6.98, o Tribunal tornou ostensivos resultados de inspeção provocada por denúncia, que apuraram a inclusão de comprovantes de despesas inidôneos na prestação de contas,

inobservância do plano de aplicação, infringências ao Decreto n° 16.107/94 e declaração de que o Instituto não desenvolvera atividades;
CONSIDERANDO que foram citados os diretores Presidente, Vice-Presidente e a Diretora Administrativa e Operacional do IDHUM para que exercessem seu direito de defesa, não tendo a Sra. SOLANGE VIEIRA DE LARA acudido à citação pelo correio, nem por edital;
CONSIDERANDO que a 2ª ICE, na qualidade de órgão de controle externo, diante da irregularidade das contas, analisou as alegações de defesa apresentadas considerando procedentes às do Diretor Vice-Presidente e improcedentes as do Diretor Presidente, Sr. CÁSSIO ROOSWELT DE OLIVEIRA;
CONSIDERANDO que o Ministério Público junto ao Tribunal emitiu parecer de acordo com a 2ª ICE;
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar nº 1, de 9.5.94, em:
I. julgar irregular a prestação de contas da subvenção social a que se referem os Processos nºs 030-002683/94 e 030-004318/95, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal, com fulcro no artigo 17, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 1/94;
II. considerar CÁSSIO ROOSWELT DE OLIVEIRA e SOLANGE VIEIRA DE LARA, identificados nos referidos processos, responsáveis solidários pelo ressarcimento aos cofres distritais do valor atualizado de R$ 1.826,50 (hum mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinqüenta centavos), correspondente ao débito apurado em tomada de contas especial, uma vez que foram cumpridos os termos do artigo 13, inciso II e § 3°, da Lei Complementar n° 1/94;
III. autorizar a Secretaria de Ação Social do Distrito Federal a adotar as providências administrativas ou judiciais cabíveis, na forma do artigo 13, § 1°, da Resolução n° 102, de 15/7/98 (DODF de 20/7/98).

Sala das Sessões, 20 de março de 2001.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA
Conselheiro-Relator

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

MARLI VINHADELI
Presidente

ACÓRDÃO Nº 21/2001

Processo nº: 2.300/93
Apenso nº: 190.000.406/92
Assunto: Tomada de Contas Especial
Origem: Serviço de Limpeza Urbana do DF (atual Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana - BELACAP)
Responsável: Jorge Roberto Ferreira
Valor: R$ 53.067,42 (cinqüenta e três mil, sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos)
Órgão instrutivo: Primeira Inspetoria de Controle Externo
Representante do MP/TCDF: Procuradora Geral Márcia Ferreira Cunha Farias
Relator: Conselheiro-Substituto José Roberto de Paiva Martins
Vistos, relatados e discutidos os autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (atual Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana - BELACAP) para apuração de responsabilidade pela realização de despesas irregulares naquela autarquia, conforme registros feitos no Relatório de Auditoria nº 004/92-DpA/SEFP.
CONSIDERANDO que o Sr. JORGE ROBERTO FERREIRA, na condição de Superintendente do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana-SLU (atual Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana - BELACAP), autorizou o fornecimento de refeições para servidores do órgão sem cobrança da co-participação; tendo, ainda, autorizado o fornecimento de refeições para os servidores do Convênio SLU/NOVACAP, ainda em 1991, antes da data autorizada pelo Conselho de Política de Pessoal - CPP;
CONSIDERANDO que este Tribunal, na Sessão de 7.7.94, determinou a citação do interessado, o qual apresentou defesa;
CONSIDERANDO que o responsável não conseguiu demonstrar a sua isenção quanto aos fatos que lhe foram imputados, tendo o Tribunal, na Sessão de 25.6.96, negado provimento à defesa e julgado irregulares as contas;
CONSIDERANDO que o Pedido de Reconsideração feito pelo interessado foi julgado improcedente por este Tribunal, na Sessão de 28.7.99, oportunidade em que foi determinada a sua notificação;
CONSIDERANDO que o Sr. Jorge Roberto Ferreira recebeu a notificação e não providenciou o pagamento do débito, apesar de transcorrido o prazo regimental;
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do art. 24 da Lei Complementar nº 1/94, em julgar irregulares as contas, com fundamento no art. 17, inciso III, alínea "d", da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 167, inciso III, alínea "d", do RI/TCDF, condenando o responsável, Sr. JORGE ROBERTO FERREIRA, ao pagamento do débito correspondente a R$ 53.067,42 (cinqüenta e três mil, sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), atualizado até dezembro de 2000.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Substituto
Relator

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

MARLI VINHADELI
Presidente

RETIFICAÇÃO

Na ata da Sessão Ordinária nº 3558, de 22.2.2001, na parte relatada pelo Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA, o teor correto da decisão adotada no Processo nº 2597/95 é a seguinte:
PROCESSO Nº 2597/95 (apenso o de nº 101.000.248/95) - Aposentadoria de SILVIA DE OLIVEIRA MAGALHAES-SGA. - DECISÃO Nº 0809/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - determinar à Secretaria de Gestão Administrativa que, no prazo de 60 dias, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será verificado em auditoria: a - retificar o ato concessório de fl. 06 - ap., para incluir o art. 3º da Lei nº 8.911/94, conforme Decisão nº 3395/99; b - refazer o abono provisório de fl. 12 - ap., observando a DN 02/93, para calcular a parcela de "quintos" (4/5 DF 13), com base na tabela vigente na data da aposentadoria (23.0395), bem como excluir a parcela "Salário Família", estranha aos proventos da servidora; c - tornar sem efeito os documentos substituídos; II - informar à SGA que a interessada poderá pleitear novo cálculo do demonstrativo de tempo de serviço de fl. 09 - ap. para considerar para fins de anuênios o período de 154 dias prestado ao GDF (fl. 15 - ap.), benefício ao qual faz jus, vez que foi admitida antes da vigência da Lei nº 8.112/90 (Proc. nº 410/95), ressaltando que esse tempo não tem influência no ATS, que continua no percentual de 23%.

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3.564/2001

Aos 20 dias do mês de março de 2001, às 9 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, o Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora-Geral MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI, declarou aberta a sessão.
Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO.
EXPEDIENTE
Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3563 e Extraordinárias Reservada nº 217 e Administrativa nº 335, todas de 15.03.2001.
A Senhora Presidente, acompanhada pelos demais membros do Plenário, deu boas-vindas ao Conselheiro JORGE CAETANO, que reassumiu as suas funções na Corte, após fruição de férias. O Conselheiro agradeceu a manifestação de cordialidade de seus pares.
A seguir deu conhecimento ao Tribunal de comunicações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, encaminhando à Corte as decisões proferidas nos Mandados de Segurança nºs 2000 00 2 004037-4, interposto por ANTÔNIO DE SENA SAMPAIO e outros; 2000 00 2 3926-5, impetrado por MARIA SILVA BENATTI; 2000 00 2 00 5223-2, interposto por DAVID PEREIRA PIRES FILHO e outros; 2000 00 2 003404-8, impetrado por APARECIDA DA SILVEIRA BARROS e outros; 2000 00 2 00 4547-8, interposto por KÁTIA ARAÚJO COSER e outros; 2000 00 2 00 4545-3, impetrado por GIOVANDI PIRES PEREIRA DANTAS e outros; 2001 00 2 00 1103-3, interposto por FRANCISCO GILBERTO ALMEIDA DA SILVA e outros; e 2000 00 2 00 1818-9, impetrado por VALDIR LISBOA AMARAL KRUCHAK.
J U L G A M E N T O
EMENDA REGIMENTAL
Inicialmente, a Senhora Presidente, após cumprido o rito regimental da disponibilidade na Mesa, por três Sessões Ordinárias consecutivas, colocou em discussão e votação, na forma do § 1º, art. 211, do RI/TCDF, a preliminar da conveniência e oportunidade da proposta de emenda regimental apresentada pelo Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA na Sessão Ordinária do dia 7 do mês em curso, alterando a redação de dispositivos do Regimento Interno e da Emenda Regimental nº 1, de 2 de julho de 1998, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, estabelece critérios para a incidência de juros de mora sobre débitos fixados e dá outras providências (Processo nº 2684/2000).- DECISÃO Nº 1555/01.- O Tribunal admitiu a preliminar da conveniência e oportunidade da referida proposta de emenda.
PROCESSO COM SUSTENTAÇÃO ORAL DE DEFESA
A Senhora Presidente informou ao Plenário que constava da pauta desta sessão, conforme decidido por esta Corte na Sessão Ordinária realizada a 7 de dezembro de 2000, o Processo nº 7563/96, que tem como Relator o Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, e que trata do Contrato DIRAD/DESEG-96/028, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e BIANCHESSI & CIA. AUDITORES, objetivando a prestação de serviços de auditoria independente.
Naquela sessão foi deferido pedido de sustentação oral, formulado pelo Senhor LUIZ FERNANDO VICTOR, marcando para esta data a apreciação do feito, tendo sido feita, nos termos do art. 60, parágrafo 1º, do Regimento Interno, à devida comunicação (Ofício GP nº 4184, de 22.12.2000.
A seguir, concedeu a palavra ao Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, para apresentar o seu relatório.
Concluído o relatório, de conformidade com o disposto no art. 62 do Regimento Interno, a Senhora Presidente indagou à Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, se deseja manifestar-se naquele momento, tendo a Senhora Procuradora-Geral ratificado o parecer daquele órgão constante dos autos.
Continuando, concedeu a palavra ao Senhor LUIZ FERNANDO VICTOR para proceder à defesa oral dos seus direitos, esclarecendo que, nos termos do art. 60, parágrafo 2º, do Regimento Interno, Sua Senhoria disporia de até 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por igual período, para produzir sua defesa.
Concluído o pronunciamento da defesa, a Senhora Presidente devolveu a palavra ao Relator, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, que apresentou voto no sentido de que o Tribunal apreciasse em oportunidade posterior o seu voto, a ser proferido em face da sustentação oral de defesa apresentada pelo defendente e do novo parecer do Ministério Público, e autorizasse a remessa dos autos ao Ministério Público, para a oitiva deferida no item IV da Decisão nº 9262/2000, fl. 377 (DECISÃO Nº 1540/01).- O Tribunal aprovou o referido voto.
Dando seqüência aos relatos previstos, a Senhora Presidente devolveu a palavra ao Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA.
RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA
PROCESSO Nº 2670/91 - Aposentadoria e revisão dos proventos de MARIA PIEDADE COELHO-SE. - DECISÃO Nº 1531/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legais, para fim de registro, a aposentadoria e a revisão de proventos de interesse de Maria Piedade Coelho, Matrícula nº 82.124-1-SE; II - recomendar à Secretaria de Educação do DF que, posteriormente, promova as seguintes correções posteriores, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) no tocante à revisão de proventos, 1) haja vista que, de acordo com documentos às fls. 70/71, foi descontado na folha do mês 02/97 apenas o valor principal, sem correção, perfazendo R$ 1,07, e que, de acordo com o entendimento do Tribunal, esse procedimento encontra-se incorreto, vez que contraria o disposto no artigo 46 da Lei nº 8.112/90 que estabelece a atualização dos valores a serem ressarcidos ao erário; promover o ressarcimento aos cofres públicos da correção monetária relativa ao débito da servidora correspondente às quantias recebidas a mais, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, levando em conta que a atualização monetária deve ser procedida com base na UPDF, a partir de fevereiro de 1991 (Lei nº 222/91) e na UFIR, a contar de julho de 1996 (Lei nº 1.118/96), consoante decisões nos 4989/97, 6154/98, 7053/99 e 1216/00, proferidas por esta Corte de Contas; 2) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 72, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de calcular a parcela Adicional por Tempo de Serviço em qüinqüênios; 3) tornar sem efeito o documento substituído.
PROCESSO Nº 6990/93 (apensos 3 volumes) - Convênio n° 002/93-PJU/CEB firmado entre a Companhia Energética de Brasília e a Associação dos Empregados da CEB - ASCEB. - DECISÃO Nº 1532/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos Embargos de Declaração de fls. 416/417, conferindo efeito suspensivo ao inciso I da Decisão n° 6637/2000, nos termos do § 2°, artigo 35, da Lei Complementar n° 1, de 09.5.94; II - dar ciência aos Srs. JOSÉ GERALDO MACIEL, HERBERT DE ASSIS GONÇALVES, ANTÔNIO DE PÁDUA LOURES PEREIRA e FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE do teor desta decisão, de acordo com o art. 4º da Resolução n° 113/99, alterada pela de n° 121/2000; III - encaminhar os autos à 3ª ICE, para exame dos Embargos de Declaração quanto ao mérito.
PROCESSO Nº 3555/94 (apensos os de nºs 030.002.683/94 e 030.004.318/95) - Prestação de contas de subvenção social concedida pela então Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal ao Instituto de Desenvolvimento Humano - IDHUM. - DECISÃO Nº 1533/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - conhecer da defesa apresentada pelo Sr. AUGUSTO CONDE DE MELLO SOUZA, fls. 372/375, em vista da citação que lhe foi feita pela Decisão n° 2107/99 para, no mérito, considerar procedentes as alegações; II - apreciar o mérito das alegações de defesa do Sr. CÁSSIO ROOSWELT DE OLIVEIRA, analisadas às fls. 287/293, para considerá-las improcedentes, e aprovar o acórdão apresentado pelo Relator, para os efeitos do artigo 24, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar n° 1, de 9/5/94; III - autorizar a comunicação prevista no parágrafo único do art. 23 da lei citada; IV - considerar revel, nos termos do § 3º do artigo 13 da Lei Complementar n° 01/94, a Sra. SOLANGE VIEIRA DE LARA; V - determinar o encerramento da tomada de contas especial, visto tratar-se de responsáveis não vinculados à Administração Pública, e a conseqüente remessa de cópia do acórdão e dos processos apensos à Secretaria de Estado de Ação Social, para as providências administrativas e judiciais cabíveis, e o registro em demonstrativo, nos termos do artigo 13, § 1°, da Resolução TCDF n° 102, de 15/7/98 (DODF de 20/7/98).
PROCESSO Nº 3807/94 (apenso o de nº 030.011.380/94) - Tomada de contas especial instaurada pela então Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal, em atendimento à Decisão nº 3025/94. - DECISÃO Nº 1534/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas especial em apreço; II. determinar a citação dos srs. WLAUDINEI BARBOSA DE SOUZA, GENNY BARBOSA FRANCISCO e MARIA LÚCIA BARBOSA DE SOUZA, para apresentarem defesa quanto ao débito apurado no Processo nº 030.011.380/94, ou, se preferirem, recolher, solidariamente, o montante de R$ 78.116,55 (setenta e oito mil, cento e dezesseis reais e cinqüenta e cinco centavos).
PROCESSO Nº 4767/94 (apensos os de nºs 1351/97, 112.007.921/99 e 8 volumes) - Auditoria programada levada a efeito na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil em cumprimento ao GAPLAN/94. - DECISÃO Nº 1535/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da solicitação do Sr. LUÍS CARLOS CARVALHO, fls. 610/612; II - autorizar, em conseqüência, a Secretaria de Fazenda e Planejamento a providenciar a restituição ao solicitante mencionado, nas condições da Decisão n° 7564/2000, do valor da multa recolhida em 29/12/1999; III - cientificar o interessado; IV - encaminhar os autos à 3ª ICE, para as providências pertinentes, na forma proposta, fls. 614, item IV, e 615.
PROCESSO Nº 0550/95 - Aposentadoria de MARLI ELÓI DE OLIVEIRA-SGA. - DECISÃO Nº 1536/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fim de registro, a aposentadoria de Marli Elói de Oliveira, Matrícula nº 03.337-5/SEG.

PROCESSO Nº 5918/95 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1537/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 151 - SGA, de 13/2/2001; II. conceder a prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento desta Decisão, para cumprimento da diligência discriminada na Decisão nº 3916/2000, relacionada ao Processo nº 082.019.706/95.

PROCESSO Nº 0280/96 - Aposentadoria de MARIA ALICE CORRÊA MONTEIRO-SGA. - DECISÃO Nº 1538/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Maria Alice Corrêa Monteiro, Matrícula nº 90.097-4/SEGA; II. recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar abono provisório em substituição ao de fl. 58, observada a DN nº 02/93, a fim de retificar o valor relativo à parcela de Gratificação de Alfabetização - GAL, de 16% para 14%, haja vista a comprovação de apenas 14 anos de Regência de Classe Alfabetização (fl. 44); b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 6444/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1539/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 151 - SGA, de 13/2/2001; II. relevar o atraso verificado; III. conceder a prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento desta decisão, para cumprimento da diligência discriminada na Decisão nº 7.459/2000, relacionada ao Processo nº 082.000.079/95.

PROCESSO Nº 1224/97 - Auditoria de regularidade levada a efeito no Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - PRODECON. - DECISÃO Nº 1541/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar ao Sr. Secretário de Assuntos Fundiários do DF: I - o imediato cumprimento do item II da Decisão 3.283/2000; II - a imediata apresentação das justificativas já solicitadas mediante a Decisão nº 8.371/2000, ou a indicação do responsável pelo reiterado descumprimento da Decisão nº 3.283/2000 desta Corte, podendo este encaminhar, desde logo, as justificativas que tiver, para apreciação nos termos do inciso IV e VII do artigo 57 da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 1317/97 - Pedidos de Reexame da Decisão nº 9076/2000, interpostos pelos ex-Diretores do Banco de Brasília S.A. MARTIN WIMMER, LUIZ FERNANDO VICTOR e pelos ex-integrantes da Comissão de Licitação WASHINGTON PAULO DE JESUS, LEVINA ALMEIDA VIEIRA FERREIRA e JOSÉ VIEIRA JÚNIOR, sujeitos a aplicação de multa devido à responsabilidade no Contrato DIRAD/DESEG-96/067, de locação de máquinas XEROX, considerado ilegal pela Corte. - DECISÃO Nº 1542/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I – tomar conhecimento das peças recursais de fls. 230/232, 240/241, 242/247 e 248/266 como Pedidos de Reexame, conferindo efeito suspensivo sobre a Decisão nº 9076/2000, na forma do artigo 47 da Lei Complementar nº 01, de 9/5/94; II – autorizar a ciência dos requerentes sobre o conhecimento dos recursos pelo Plenário, nos termos do artigo 4º da Resolução nº 113, de 14/12/99, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 121, de 28/11/2000; III – encaminhar os autos à 1ª ICE, para o exame do mérito dos recursos em questão.

PROCESSO Nº 3179/97 - Relatório de inspeção realizada na Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e na Região Administrativa III - Taguatinga. - DECISÃO Nº 1543/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos esclarecimentos prestados pela CODEPLAN em cumprimento da diligência determinada no item IV da Decisão nº 7403/99; b) das justificativas apresentadas pelos ex-Diretores da CODEPLAN JORGE HAROLDO MARTINS, SANDRA LOUISE OLIVEIRA SANTOS DANTAS e FRANCISCO LUÍS PARISI ao item III da referida decisão para, no mérito, considerá-las insubsistentes, dispensando, no entanto, pelos motivos expostos no voto do Relator, a sanção sugerida no parecer do Ministério Público; II - oficiar à Secretaria de Fazenda e Planejamento, solicitando-lhe que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe o seguinte: a) se ocorreu ou se acha em andamento aquisição de produtos da área de informática, inclusive meios magnéticos, para fornecimento a órgãos ou entidades do complexo administrativo do Distrito Federal, por intermédio do sistema regulamentado pelo Decreto nº 20.453, de 28/7/99; b) se aquisições da espécie acima definida, inclusive as de interesse da CODEPLAN, ficaram formalmente submetidas ao órgão central regulado pelo Decreto nº 17.429, de 10/6/96, para efeito estratégico; III - renovar diligência à Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN para que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, a) se foi prorrogado ou renovado o Contrato nº 001/99, objeto do seu ofício nº 2428/99-PRESI, de 19/11/99, e do processo nº 121.151.300/99; b) a conseqüência do artigo 1º do Decreto nº 20.453, de 28/7/99, na execução e necessidade do referido contrato, notadamente suas cláusulas nona (nível de preços de produtos adquiridos) e décima primeira (exclusividade na venda de produtos Microsoft); IV - autorizar a publicação do voto condutor desta decisão, na forma do artigo 58 da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94.

PROCESSO Nº 3760/97 (apensos 3 volumes) - Auditoria de regularidade realizada na Companhia Energética de Brasília-CEB, objetivando verificar a legalidade e proceder ao registro das admissões, objeto do concurso público para preencher empregos de Agente Administrativo e Agente Operacional, objeto do Edital nº 111/97. - DECISÃO Nº 1544/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento das Cartas n.ºs 357/2000-PR, de 13/11/00 e 376/2000-PR, de 4/12/2000, encaminhadas pela Companhia Energética de Brasília - CEB (fls. 194 e 195/196), considerando insubsistentes seus fundamentos; II - autorizar a reiteração das diligências dispostas nos itens II e III, da Decisão nº 7125/2000, alertando o titular da Companhia Energética de Brasília - CEB para eventual aplicação de sanção, com base no artigo 57, II e § 1º, da Lei Complementar nº 1/94; III - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para realização da inspeção já autorizada no item III, da Decisão nº 8676/2000.

PROCESSO Nº 3849/97 - Tomada de contas anual do Departamento de Administração de Pessoal da então Secretaria de Administração do Distrito Federal, referente ao exercício de 1995 (Processo nº 040.008.155/96). - DECISÃO Nº 1545/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu reiterar à Secretaria de Gestão Administrativa do DF a diligência expressa no item IV da Decisão nº 3.120/2000, alertando-a para o disposto no artigo 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 0388/98 (apenso o de nº 040.013.331/97) - Aposentadoria de JOSÉ ALEIXO DE OLIVEIRA FILHO-SEFP. - DECISÃO Nº 1546/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de José Aleixo de Oliveira Filho, matrícula nº 34.609-8/SEFP; II. recomendar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 72-apenso nº 40.013.331/97-GDF, para calcular as parcelas de "décimos" fundadas na Lei nº 1.004/96 com base na retribuição do cargo comissionado, entendendo com tal a soma da representação mensal com a respectiva opção correspondente a 55% do vencimento; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1946/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para conclusão do Processo de TCE nº 054.000.630/98. - DECISÃO Nº 1547/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 079/01-GAB/SEFP, no que pertine ao Processo nº 054.000.630/98-PMDF; II - conceder à SEFP a prorrogação de prazo na forma solicitada, a vencer em 17/5/2001 (90 dias a contar do último vencimento, em 16/2/2001), reiterando à jurisdicionada os termos da Decisão nº 8916/2000, no sentido de que envide esforço para conclusão dos trabalhos concernentes à tomada de contas tratada no processo nº 054.000.630/98, dentro do prazo ora concedido; III - restituir o feito à 1ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2899/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1548/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 151 - SGA, de 13/2/2001; II. relevar o atraso verificado; III. conceder a prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento desta decisão, para cumprimento da diligência discriminada na Decisão nº 6.754/2000, relacionada ao Processo nº 082.000.533/98.

PROCESSO Nº 2356/99 - Exame da contratação temporária de Médicos, realizada pela extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as especialidades de Anatomia Patológica, Fisiatria, Hematologia, Oftalmologia, Terapia Intensiva Adulto e Infantil, disciplinado pelo Edital nº 10/99. - DECISÃO Nº 1549/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - reiterar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal os termos da Decisão n.º 7.350/2000, no sentido de, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar circunstanciados esclarecimentos que justifiquem os motivos excepcionais da realização da contratação temporária de médicos, em detrimento de concurso público de provas ou de provas e títulos; II - determinar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que, no mesmo prazo, indique o nome do responsável pelo não-cumprimento da Decisão n.º 7.350/2000 para, querendo, desde já, apresentar as razões de justificativas pela falha apontada, com vistas a eventual aplicação da multa prevista no inciso IV do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3342/99 - Auditoria realizada na Secretaria de Saúde do Distrito Federal para verificar a regularidade dos proventos de aposentadorias e pensões já consideradas legais, melhorias e determinações posteriores. - DECISÃO Nº 1550/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar à Secretaria de Gestão Administrativa do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe, a esta Corte de Contas, as providências adotadas em relação às correções ordenadas e elencadas nos itens I a III da Decisão nº 1.218/2000, remetida à Secretaria de Saúde do DF por meio do OF GP nº 355/2000, juntamente com cópia do relatório de auditoria que a originou.

PROCESSO Nº 0376/00 - Auditoria de desempenho realizada na área de bens imóveis da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal . - DECISÃO Nº 1551/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar à Secretaria de Educação o cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias, da diligência contida no item II da Decisão nº 6.888/2000, ou apresente circunstanciadas e particularizadas justificativas para eventual dificuldade em apresentar, neste prazo, os comentários e esclarecimentos solicitados.

PROCESSO Nº 0831/00 - Análise da Concorrência nº 3/2000, do Banco de Brasília S. A., destinada à contratação de empresa para a prestação de serviços de apoio administrativo – atendimento aos clientes do BRB em diversas agências localizadas no Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1552/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das alterações do Edital de Concorrência DIRAD/CPLIC nº 003/2000, do Banco de Brasília S.A., publicadas até 16/8/2000; II - proceder ao exame de mérito das justificativas apresentadas pelo BRB, fls. 121/140, interrompendo o efeito suspensivo de que tratou a Decisão nº 5170/2000; III - considerar o referido edital em desacordo com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição e no inciso II do artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal por implicar contratação de pessoal, sem concurso público, para o desempenho de atividades rotineiras e normais do BRB; IV - determinar ao BRB, em conseqüência, que adote imediatamente as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 01, de 9/5/94, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, em complemento aos esclarecimentos requeridos pela Decisão nº 3751/2000: a) se da habilitação das empresas à Concorrência DIRAD/CPLIC nº 003/2000, objeto do aviso publicado no DODF de 16/8/2000, haviam resultado contratos e, caso afirmativo, juntar cópias dos respectivos instrumentos; b) se a admissão dos candidatos aprovados no Concurso Público de Escriturário, recentemente aberto, abrange as necessidades de atendimento de público enfocadas pela concorrência mencionada; c) qual a exata distinção entre as atividades de apoio administrativo que o Banco pretendeu confiar à empresa Manchester Serviços Ltda. mediante habilitação nesta concorrência e aquelas do Contrato DIRAD/DESEG 2000/37, questionado pela Decisão nº 6267/2000 do TCDF, em 15/8/2000, processo nº 712/00; d) que repercussões teve a Decisão nº 7229/00, pela qual o TCDF, em 20/9/2000, negou provimento ao pedido de reexame da Decisão nº 9506/99, mencionado em carta do Diretor-Presidente em exercício em 15/6/2000, para efeito de atendimento do item II, letra "c", da Decisão nº 3751/2000.

PROCESSO Nº 1791/00 - Exame da documentação enviada pela extinta Fundação Educacional do Distrito Federal para cumprimento da Resolução nº 100/98, relativa ao concurso público para preenchimento de cargos de Professor, Nível 1, do 2301º ao 2400º colocados, objeto do Edital nº 1/97. - DECISÃO Nº 1553/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - reiterar à Secretaria de Educação do Distrito Federal os termos do item III, letras a e b, da Decisão n.º 7.362/2000, no sentido de: a) tornar sem efeito a nomeação da candidata Selma Guimarães Monteiro para o cargo de Professor, Nível 1, Disciplina: Pré-Escolar à 4ª Série, publicada no DODF de 7.4.99, por não ter a mesma tomado posse dentro do prazo legal; b) informar à Corte a sentença judicial definitiva, relativa à admissão da servidor Marcos Trindade Lima, no cargo de Professor, Nível 1, Disciplina: Pré-Escolar à 4ª Série; II - assinar o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento à diligência contida no item anterior, alertando o órgão para a sanção prevista no item IV do art. 57 da Lei Complementar n.º 1/94; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1810/00 - Exame da documentação enviada pela extinta Fundação Educacional do Distrito Federal para cumprimento da Resolução nº 100/98, relativa ao concurso público para preenchimento de cargos de Professor, Nível 1, do 2701º ao 2800º classificados, objeto do Edital nº 1/97. - DECISÃO Nº 1554/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - reiterar à Secretaria de Educação do Distrito Federal os termos do item III da Decisão n.º 7.571/2000, no sentido de encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do ato que tornou sem efeito as nomeações dos candidatos Suzzane Rodrigues Santana, 2.755ª colocada, e Jesse Gomes de Sousa, 2.791º colocado, aprovados para o cargo de Professor, Nível 1, Disciplina: Pré-Escolar à 4ª Série, do Concurso Público regulado pelo Edital n.º 1/97; e documentação admissional da candidata Latife Nemetala Gomes, aprovada no Concurso Público regulado pelo Edital n.º 1/97, no cargo de Professor, Nível 1, Disciplina: Pré-Escolar à 4ª Série, conforme previsão inserta no artigo 4º da Resolução-TCDF n.º 100/98; II - alertar a Secretaria de Educação do Distrito Federal para a eventual aplicação da sanção prevista no item IV do artigo 57 da Lei Complementar n.º 1/94; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 3583/93 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1556/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 081/01-GAB/SEFP e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Fazenda e Planejamento prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 8249/00; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 3818/93 (apenso o de nº 030.020.599/90) - Pensão civil concedida a MARIELZE GOMES SANTOS e outras-SGA. - DECISÃO Nº 1557/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 3134/99; II - considerar legais, para fins de registro, o ato de concessão da pensão especial vitalícia a MARIELZE GOMES SANTOS, viúva, e, temporária, a LUCIENE GOMES SANTOS e LUCINEIDE GOMES SANTOS, filhas do servidor WALTER DOS SANTOS, visto à fl. 27, retificado às fls. 69/70, e o de integralização da pensão, visto às fls. 69/70 dos autos apensos; III - determinar o retorno dos autos apensos à Secretaria de Gestão Administrativa, recomendando que, no prazo de 60 (sessenta) dias, torne sem efeito o Demonstrativo de Tempo de Serviço de fl. 42, por se referir a outro servidor, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 6010/94 - Concurso Público para o Cargo de Papiloscopista Policial, da Carreira Policial Civil/DF, aberto pelo Edital nº 195/90-IDR. - DECISÃO Nº 1558/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da Representação de fls. 249/251; II - reiterar à Polícia Civil do Distrito Federal os termos das alíneas "a" e "b" do item III da Decisão nº 8257/2000; III - alertar o titular do órgão para o que dispõe o art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01/94, combinado com o art. 182, inciso V, do Regimento Interno, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 03/99; IV - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 2495/95 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1559/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 151/2001-SGA e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Gestão Administrativa prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 7986/00; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 7089/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1560/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 151/2001-SGA e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Gestão Administrativa prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 3116/00; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 8253/96 (apenso o de nº 050.000.236/93) - Integralização da pensão civil concedida a ORMIDA ANA DE JESUS GOMES-PCDF. - DECISÃO Nº 1561/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por parcialmente cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 8138/97; II - considerar legal, para fins de registro, o ato de integralização da pensão civil vitalícia concedida a ORMIDA ANA DE JESUS GOMES, viúva do servidor JOSÉ FRANCISCO GOMES, visto à fl. 10, retificado às fls. 51/53 dos autos apensos; III - determinar o retorno dos autos apensos à Secretaria de Gestão Administrativa, recomendando que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apure a quantia paga a mais à pensionista, em virtude da redução do percentual relativo à parcela do Adicional por Tempo de Serviço de 14% para 11%, avaliando, à vista do princípio da economicidade, a conveniência de exigir-se o seu ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90, fazendo constar dos autos a providência adotada, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 0540/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1562/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 151/2001-SGA e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Gestão Administrativa prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 6154/00; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 1363/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1563/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 151/2001-SGA e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Gestão Administrativa prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 4597/00; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 1366/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1564/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 151/2001-SGA e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Gestão Administrativa prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 4484/00; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 2843/97 (apenso o de nº 050.000.235/93) - Integralização da pensão civil concedida a MARIA APARECIDA CAMPOS-PCDF. - DECISÃO Nº 1565/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 2651/98; II - considerar legal, para fins de registro, o ato de integralização da pensão civil vitalícia concedida a MARIA APARECIDA CAMPOS, viúva do servidor DORIVAL FERREIRA CAMPOS, visto à fl. 06 e retificado às fls. 36/37 dos autos apensos.

PROCESSO Nº 3344/97 (apenso o de nº 7620/96) - Contendo o Ofício nº 151/2001-SGA, mediante o qual a Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de diligência determinada pela Decisão nº 7948/00. - DECISÃO Nº 1566/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 151-SGA e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Gestão Administrativa prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 7948/00; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 3607/97 (apenso o de nº 050.002.913/90) - Pensão civil concedida a MARIA LÚCIA ALVES SANT'ANA BACELAR e outros-SGA. - DECISÃO Nº 1567/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 4038/98; II - considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão e de integralização da pensão especial vitalícia a MARIA LÚCIA ALVES SANT'ANA BACELAR, viúva, e temporária a EDUARDO LUIZ BACELAR SANTOS FILHO, BÁRBARA MICHELE SANT'ANA BACELAR, RAFAELA SANTANA BACELAR e GISELE SANT'ANA BACELAR, filhos do servidor EDUARDO LUIZ BACELAR SANTOS, visto às fls. 15 e 49/51 dos autos apensos.

PROCESSO Nº 1049/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1568/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 151/2001-SGA e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Gestão Administrativa prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 7766/00; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 1093/98 (apenso o de nº 053.000.772/00) - Contendo o Ofício nº 079/01-GAB/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita de prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para remessa da Tomada de Contas Especial relativa ao Processo nº 053.000.170-98. - DECISÃO Nº 1569/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 079/01-GAB/SEFP e anexo; II - conceder à Secretaria de Fazenda e Planejamento prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para encaminhamento ao Tribunal da Tomada de Contas Especial relativa ao Processo nº 053.000.170/98; III - alertar a Jurisdicionada para o disposto no § 4º do art. 200 do Regimento Interno deste Tribunal e sobre a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 182, inciso VI desse Regimento, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 03/99, em face dos reiterados pedidos de prorrogação de prazo com idêntica motivação e do tempo já transcorrido no Controle Interno; IV - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 2681/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para remessa de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 1570/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 079/01-GAB/SEFP e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Fazenda e Planejamento prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para encaminhamento ao Tribunal da Tomada de Contas Especial relativa ao Processo nº 030.005.505/98; III - alertar a Jurisdicionada para o disposto no § 4º do art. 200 do Regimento Interno deste Tribunal e sobre a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 182, inciso VI desse Regimento, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 03/99, em face dos reiterados pedidos de prorrogação de prazo com idêntica motivação e do tempo já transcorrido no Controle Interno; IV - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 0152/99 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 1571/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 079/01-GAB/SEFP e anexo; II - conceder à Secretaria de Fazenda e Planejamento prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para encaminhamento ao Tribunal da Tomada de Contas Especial relativa ao Processo nº 030.005.143/98; III - alertar a Jurisdicionada para o disposto no § 4º do art. 200 do Regimento Interno deste Tribunal e sobre a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 182, inciso VI, desse Regimento, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 03/99, em face dos reiterados pedidos de prorrogação de prazo com idêntica motivação e do tempo já transcorrido no Controle Interno; IV - autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para a continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 0201/00 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para encaminhamento de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 1572/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 69/2001-SUBAP; II - conceder à Secretaria de Educação prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, a contar de 08/02/2001, para que encaminhe a Tomada de Contas Especial objeto do Processo nº 082.011.248/98 à Secretaria de Fazenda e Planejamento, para as providências relativas ao Controle Interno, disso dando ciência a este Tribunal; III - autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 0544/00 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento da diligência determinada na Decisão nº 8143/00. - DECISÃO Nº 1573/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 151-SGA e anexo, relevando o atraso apontado; II - conceder à Secretaria de Gestão Administrativa prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 8143/00; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 1383/00 (apensos os de nºs 2152/99 e 3620/99) - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para remessa da prestação de contas anual do então Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB, relativa ao exercício de 1999. - DECISÃO Nº 1574/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 078/01-GAB/SEFP e anexo; II - conceder à Secretaria de Fazenda e Planejamento prorrogação de prazo, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 28/02/01, para encaminhamento ao Tribunal da prestação de contas anual do então Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB, relativa ao exercício de 1999; III - devolver os autos à 3ª ICE para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO Nº 1429/00 (apenso 1 volume) - Pedido de prorrogação de prazo para cumprimento da diligência determinada no item II.a da Decisão nº 9464/2000, formulado pela representante legal do Senhor Wagner Antonio Marques. - DECISÃO Nº 1575/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do documento da fls. 131/132; II - conceder ao ex-dirigente da Secretaria de Esportes e Lazer prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para que apresente suas razões de justificativa, conforme determinação constante do item II.a da Decisão nº 9464/2000; III - autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO Nº 0348/89 - Revisão dos proventos da aposentadoria de MARIA SUZANA ACUYO DEL SOLAR-SGA. - DECISÃO Nº 1576/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu determinar à Secretaria de Gestão Administrativa que, no prazo de 60 dias, adote as seguintes providências: I - retificar o ato revisório de fls. 92, a fim de excluir da fundamentação legal a referência à MP nº 831/95, tendo em vista o entendimento firmado na Decisão nº 3395/99; II - trazer aos autos documentos que comprovem ter a inativa direito a receber as seguintes parcelas que constam do Abono Provisório: II-a) o termo de opção pela TIDEM, comprovando o atendimento aos requisitos da Lei nº 356/92, alterada pela Lei nº 695/94; II-b) documentos que comprovem ter a inativa direito a receber a Gratificação de Regência de Classe, Lei nº 696/94, no percentual de 20%, atentando para o fato de que essa vantagem deve ser calculada considerando-se o percentual de 0,8% para cada ano de atividade de regência de classe; III - elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 95, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, para adotar as medidas cabíveis caso não atendido integralmente o item II, bem como para corrigir a parcela de Adicional por Tempo de Serviço, considerando para esse fim as licenças para tratamento da própria saúde; IV - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1823/89 - Revisão dos proventos da aposentadoria de MARIA AMANDA DA CUNHA CARNEIRO-SGA. - DECISÃO Nº 1577/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: 1) considerar legal, para fim de registro, a revisão de proventos de aposentadoria de Maria Amanda da Cunha Carneiro; 2) determinar à Secretaria de Gestão Administrativa que: a) autentique os documentos de fls. 33/41 e 45/53, o que será objeto de verificação em auditoria; b) informe à jurisdicionada que a interessada poderá requerer a contagem do tempo de licença para tratamento de saúde para efeito de ATS, bem como a aplicação da Lei nº 22/89.

PROCESSO Nº 0577/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOAQUIM ALVES NOGUEIRA-SGA. - DECISÃO Nº 1578/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: 1) considerar legal, para fim de registro, o ato de revisão de proventos de Joaquim Alves Nogueira; 2) determinar à Secretaria de Gestão Administrativa que, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 02/93, adote, no prazo de 60 dias, as providências a seguir, o que será objeto de verificação em auditoria: a) substitua o abono provisório de fl. 60, para calcular a parcela Gratificação de Atividade no percentual de 90% sobre o vencimento (Lei nº 524/93), tornando sem efeito o documento anterior; b) promova os acertos financeiros decorrentes, para efeito de ressarcimento; 3) informar à jurisdicionada que o interessado poderá requerer a contagem do tempo de licença para tratamento de saúde para efeito de ATS, à luz do disposto no art. 102, VIII, b, da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 3871/91 - Aposentadoria e revisão dos proventos de JORGE JOÃO DA SILVA-PCDF. - DECISÃO Nº 1579/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO Nº 2818/93 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1580/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Procuradoria-Geral do Distrito Federal a prorrogação do prazo, por 60 dias, a contar de 22.01.01, para cumprimento da Decisão n.º 6892/00, referente ao Processo n.º 020.001.321/92, relevando a intempestividade do pedido.

PROCESSO Nº 5324/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de VICENTE DE PAULA CARVALHO-SGA. - DECISÃO Nº 1581/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à Secretaria de Gestão Administrativa, em diligência, para que, em 60 dias, esclareça sobre a possível existência de processo de pensão civil em favor de Maria Deiva da Silva Carvalho, instituída por Vicente de Paula Carvalho, juntando-o, em caso afirmativo, bem como autentique a certidão de fl. 86.

PROCESSO Nº 6232/93 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1582/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 4343/2000, Processo nº 082.013.714/92, relevando a intempestividade do pedido.

PROCESSO Nº 2370/94 (apenso o de nº 030.010.358/93) - Pensão civil e integralização do benefício concedida a COSMA SANTOS DA SILVA-SGA. - DECISÃO Nº 1583/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, a pensão e sua integralização.

PROCESSO Nº 4808/94 - Aposentadoria de TERESINHA GOMES DE SOUSA CARVALHO-SGA. - DECISÃO Nº 1584/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à Secretaria de Gestão Administrativa, em diligência, para que, no prazo de 60 dias, adote as seguintes providências: I - retificar o ato de fl. 86 para excluir o art. 7º da Lei nº 1.004/96 e fazer constar o art. 4º da Lei nº 1.141/96, de acordo com o entendimento firmado na Decisão nº 3395/99; II - refazer o abono provisório de fl. 89, observando a Decisão Normativa nº 02/93, a fim de: a) apresentar a fundamentação legal da inclusão da parcela "Comp. De Remuneração 28/30 Lei nº 1030/96", na proporção 28/30, instituída pela Lei nº 940/95, e limitada aos professores pela Lei nº 1030/96; b) calcular a parcela relativa à incorporação de Quintos, transformados em Décimos, pelo valor da retribuição (vencimento percebido + representação mensal); c) calcular a Gratificação de Atividade e a Gratificação de Titulação, tomando por base o vencimento proporcional mais a parcela TIDEM I (calculada sobre o vencimento integral); III - tornar sem efeito o documento substituído.
PROCESSO Nº 5610/94 - Aposentadoria MARIA CONCEIÇÃO BARROSO DA GRAÇA-SGA. - DECISÃO Nº 1585/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.
PROCESSO Nº 4486/95 (apenso o de nº 082.027.167/94) - Aposentadoria de MARIA TEREZINHA DE FARIA PINTO PEREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 1586/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF e da Decisão nº 10.085/99, considerar legal, para fim de registro, a concessão de aposentadoria em exame, determinando à Secretaria de Gestão Administrativa que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em auditoria: a) junte aos autos o ato de dispensa do cargo em comissão exercido pela servidora até a aposentadoria, bem como demonstrativo atualizado de incorporação de quintos; b) substitua o abono provisório de fl. 69, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, corrigindo o cálculo da parcela Adicional Lei nº 8.911/94 (4/5 DF 02 e 1/5 do DF 06) pelo valor da tabela vigente em 16/6/95, data da aposentadoria; c) torne sem efeito o documento substituído; II) informar à mesma Secretaria que a servidora poderá requerer as vantagens opção e representação do DF-02, em conjunto com as parcelas de quintos incorporados, com base no entendimento firmado no Processo nº 3871/96, Decisão nº 3395/99.
PROCESSO Nº 5001/95 - Aposentadoria de ANA MARIA RODRIGUES DIAS-SGA. - DECISÃO Nº 1587/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar à Secretaria de Gestão Administrativa que, no prazo de 60 dias, adote as seguintes providências: a) retifique a Instrução de fl. 14 para substituir a indicação do "art. 2º, § 1º, da Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1997" pelos arts. 3º e 8º da Lei nº 8.911/94, ex vi do art. 6º da Lei nº 1004/96; b) substitua o abono provisório de fl. 34 para excluir a referência à MP 831, mantendo a parcela como vantagem pessoal 5/5 do DF 2; c) torne sem efeito o documento substituído.
PROCESSO Nº 4611/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1588/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 4346/2000, Processo nº 082.009.030/95, relevando a intempestividade do pedido.
PROCESSO Nº 6446/96 (apenso o de nº 082.017.321/95) - Aposentadoria de MARIA REGINA BATISTA-SGA. - DECISÃO Nº 1589/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fim de registro, a concessão sob exame, determinando à Secretaria de Gestão Administrativa que, no prazo de 30 dias, adote as seguintes providências, o que será objeto de verificação em auditoria: I - juntar aos autos cópia autenticada dos documentos comprobatórios do direito à percepção da Gratificação de Titulação e do ato de dispensa da função de Diretor do Jardim de Infância 404 Norte, em 19.01.1995; II - elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 57 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de: II.a) calcular o valor da parcela relativa aos quintos incorporados pela tabela vigente na época da inativação; II.b) considerar os seus efeitos a partir de 02.01.1996, data da publicação do ato de aposentadoria; II.c) excluir a referência à MP 831, haja vista que essa espécie normativa não é aplicável no âmbito distrital; III - tornar sem efeito o documento substituído.
PROCESSO Nº 7300/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1590/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 7587/2000, Processo nº 082.023.174/95, relevando a intempestividade do pedido.
PROCESSO Nº 8216/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1591/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 7790/2000, Processo nº 082.001.232/96, relevando a intempestividade do pedido.
PROCESSO Nº 0714/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1592/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 7670/2000, Processo nº 082.004.347/96, relevando a intempestividade do pedido.
PROCESSO Nº 0989/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1593/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 7588/2000, Processo nº 082.011.660/96, relevando a intempestividade do pedido.
PROCESSO Nº 2456/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1594/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 7718/2000, Processo nº 082.002.164/95, relevando a intempestividade do pedido.
PROCESSO Nº 5354/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1595/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 8160/2000, Processo nº 082.001.922/97, relevando a intempestividade do pedido.
PROCESSO Nº 5399/97 (apenso o de nº 008.205.712/97) - Aposentadoria de MARIA DE FÁTIMA ALVES FILGUEIRA-SGA. - DECISÃO Nº 1596/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à Secretaria de Gestão Administrativa, em diligência, para que, no prazo de 60 dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada: a - complementar o ato concessório de fl. 30-ap. com o art. 7º da Lei nº 1.004/96, combinado com o art. 4º da Lei 1.141/96; b - envidar esforços junto à Secretaria de Educação-AL, para a emissão de documento discriminando as atividades exercidas pela servidora durante todo o período em que estava como requisitada, comprovando serem ligadas à área de magistério, consoante orientação fixada no Processo nº 5019/92, confirmada nos Processos nos 3069/96 e 104/97, corroborada pelo Enunciado nº 54; c - refazer a C.T.S. de fl. 18-ap., para consignar o tempo de serviço prestado à Secretaria de Educação- AL, de 05.11.1986 a 06.02.1990, totalizando 1.190 dias, averbado de acordo com a certidão de fls. 08/09-ap., para efeito de Adicional por Tempo de Serviço; d - refazer o abono provisório de fl. 63-ap., observando a DN 02/93, para calcular o Adicional Décimos-Lei 1.004/96 (4/10 DF 06) pela retribuição do cargo comissionado (vencimento + representação mensal), consoante Decisão nº 3395/99, bem como consignar o percentual de 23% para fins de anuênios, em observância ao item supra; e - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1552/98 (apensos os de nºs 040.004.306/97, 040.008.245/97 e 1 volume) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, dos Fundos de Desenvolvimento, de Financiamento para Água e Esgoto e de Financiamento de Habitação Popular relativa exercício de 1996. - DECISÃO Nº 1597/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício nº 061/01-Ga/SEFp, de 30/01/01, e dos documentos acostados às fls. 187 a 278 do Processo nº 040.004.306/97 ap. e fls. 505 a 508 dos autos; II) considerar satisfatórias as providências implementadas pela SEFp relativamente ao item V da Decisão nº 8579/00 e parcialmente cumprida a diligência relativa ao item VI da mesma decisão; III) determinar à SEFp que, no prazo de 60 dias, adote as seguintes providências: a) apresente esclarecimentos sobre a divergência encontrada entre o saldo registrado, em 31.12.96, na Conta nº 800.086-5 (FUNDEFE) e o valor consignado na conciliação bancária da referida conta, conforme evidenciado nos documentos juntados às fs. 191 e 207 do Apenso nº 040.004.306/97; b) envie a esta Corte a listagem, contendo nome, cargo ou função, matrícula e período de exercício, dos responsáveis, no exercício de 1996, pelas seguintes unidades orgânicas da SEFP: Departamento de Administração Geral, Divisão de Administração Financeira e de Material, Subsecretaria de Finanças e Serviços de Conciliação Bancária e de Pagamentos; c) cientifique, na condição de órgão central do Sistema de Controle Interno, aos órgãos e entidades responsáveis pela administração ou execução de Fundos especiais quanto à obrigatoriedade de elaboração e encaminhamento, ao Departamento Geral de Contabilidade daquela Secretaria, da prestação de contas anual da respectiva gestão, em cumprimento ao disposto no art. 119, inciso II, letra "f", do Decreto nº 16.098/94, observando, no que couber, o preconizado no art. 146 do RI/TCDF, aprovado pela Resolução nº 38/90; d) regularize a impropriedade mencionada no subitem 1.1.1.2.1 do Relatório de Tomada de Contas nº 112/98-DADI/SUAUD (fs. 288 a 300 do Processo nº 040.008.245/97), atinente ao procedimento contábil inadequado, adotado por ocasião do registro de uma linha telefônica adquirida em 12.01.96, tendo em vista que deixaram de ser contabilizadas as ações correspondentes; e) corrija as divergências detectadas pelo controle interno, no subitem 1.2.1.1.1 do Relatório de Tomada de Contas nº 108/98-DADI/SUAUD (fs. 240 a 248 dos autos, volume II), promovendo a compatibilização entre os registros contábeis e patrimoniais referentes às participações societárias do GDF no capital de empresas; f) proceda à baixa das inscrições no valor de R$ 0,01, consignadas na conta contábil 112290500 - Responsáveis por Danos (UG 130101), oriundas do exercício de 1993; g) regularize as pendências contábeis discriminadas a seguir, todas da UG 130101, remanescentes do exercício de 1996, juntando aos autos do Processo nº 040.008.245/97, os respectivos documentos comprobatórios da regularização efetuada: o saldo de R$ 1,00 na conta contábil 112420000- Adiantamento de Férias; o saldo de R$ 34,94 na conta contábil 112299900 - Outras Responsabilidades; o saldo de 2,57 na conta contábil 112159900 - Outros Créditos Não Tributários a Receber; o saldo de R$ 0,05 na conta contábil 113250000 - Empréstimos Compulsórios; o saldo de R$ 59,29 na conta contábil 199120900 - Responsáveis por Títulos e Valores Diversos; IV) determinar, ainda, àquela Secretaria que, doravante, por ocasião das contratações de obras, serviços e compras, exija do contratado a prestação da garantia a que alude o art. 56 da Lei nº 8.666/93, observando a devida previsão no instrumento convocatório para a licitação, com vista a resguardar a Administração em caso de inexecução total ou parcial da obrigação contratual, possibilitando, assim, o desconto de eventual multa aplicada ao contratado inadimplente; V) autorizar o envio de cópia do relatório de fls. 240/248 à jurisdicionada; VI) autorizar o retorno dos processos apensos à SEFp, para atendimento da diligência, os quais deverão retornar à Corte posteriormente.
PROCESSO Nº 1722/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1598/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 8018/2000, Processo nº 082.010.564/97, relevando a intempestividade do pedido.
PROCESSO Nº 2543/98 - Concorrência nº1/98, realizada pela Região Administrativa III - Taguatinga, tendo por objeto a contratação de locação de máquinas para prestação de serviços, incluindo sua operação e manutenção, para atendimento das atividades da regional. - DECISÃO Nº 1599/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: 1) tomar conhecimento do Ofício nº 709/2001-GAB-RA/III, considerando atendida a Decisão nº 6.695/99; 2) autorizar o arquivamento dos autos.
PROCESSO Nº 3002/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1600/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder à Secretaria de Gestão Administrativa a prorrogação do prazo, por sessenta dias, a contar desta decisão, para o cumprimento da Decisão nº 7720/2000, Processo nº 082.017.101/97, relevando a intempestividade do pedido.
PROCESSO Nº 1098/99 (apensos 4 volumes) - Pedido de Reexame de decisão da Corte, interposto por Arthur Oscar Guimarães e Cristiano Soares de Sá. - DECISÃO Nº 1601/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) conhecer do recurso de fls. 253/348, conferindo-lhe efeito suspensivo sobre a Decisão nº 9472/00; II) dar ciência desta decisão aos Senhores Arthur Oscar Guimarães e Cristiano Soares de Sá, à vista do disposto no art. 4º da Resolução nº 113/99-TCDF, alterada pela de nº 121/00; III) autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE, para exame do mérito.
PROCESSO Nº 1401/00 (apenso o de nº 2594/99) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da então Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal, referente ao exercício de 1999. - DECISÃO Nº 1602/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar à ADETUR que, no prazo de 15 dias, encaminhe a este Tribunal a TCA do ordenador de despesa - exercício 1999, acompanhada do pronunciamento previsto no inciso X do art. 140 do RI/TCDF, bem como as justificativas pelo atraso na remessa.
PROCESSO Nº 1692/00 - Edital de Concorrência nº 003/2000, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, objetivando contratar empresa para fornecimento e entrega de alimentação preparada para a população carcerária. - DECISÃO Nº 1603/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício nº 1365/2000 e anexos, considerando cumprida a diligência determinada na Decisão nº 7676/2000; II) alertar a Secretaria de Segurança Pública para o fato de que a existência de ilegalidade no instrumento convocatório dá ensejo à anulação do certame, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93; III) autorizar o arquivamento dos autos.
PROCESSO Nº 1971/00 - Análise do Edital da Concorrência n.º 6/00, tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento e entrega de alimentação preparada, em atendimento aos presos custodiados nas dependências carcerárias da Polícia Civil do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1604/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: 1) tomar conhecimento do Ofício nº 124/2000-GAB/PCDF, fls. 103/106 e dos documentos que o acompanham, fls. 107/112, considerando cumprida satisfatoriamente a diligência determinada pela Decisão nº 7328/00; 2) autorizar o prosseguimento da Concorrência nº 06/2000, suspensa nos termos do item II da Decisão nº 5830/2000; 3) determinar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.
PROCESSO Nº 2037/00 (apensos os de nºs 6917/96 e 101.000.761/99) - Pensão civil concedida a DAVI ARAÚJO DOS SANTOS-SGA. - DECISÃO Nº 1605/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fim de registro, a concessão sob exame, determinando à Secretaria de Gestão Administrativa que adote as seguintes providências, o que será objeto de verificação em auditoria: a) elaborar título de pensão, em substituição ao de fl. 25-apenso pensão, corrigindo o adicional por tempo de serviço para 11% e fazendo constar as quotas dos demais beneficiários, bem como proceder ao acerto da vantagem no SIGRE em relação aos pensionistas temporários Davi Araújo dos Santos (Proc. Nº 101.000761/99), Janaina Farias Araújo dos Santos e Luzia Farias Araújo dos Santos (Proc. Nº 101.000268/96); b) providenciar o ressarcimento das quantias pagas indevidamente, a título de adicional por tempo de serviço; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2410/00 (apenso 1 volume) - Concurso público para o cargo de Agente de Polícia, da Polícia Civil do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 1/98-DP/CESPE-UNB. - DECISÃO Nº 1606/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da documentação constante de fls. 9, 11/17 e do anexo aos autos, encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal, em cumprimento ao art. 4º da Resolução TCDF n.º 100/98; II - considerar legais, para fim de registro, ressalvando os admitidos ao abrigo da Lei nº 2.455/99, os seguintes atos de admissão, oriundos do Concurso Público para o cargo de Agente de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, regulado pelo Edital nº 1 - DP/CESPE, de 5/1/98, em cumprimento ao inciso III do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal: Alessandra Vanessa Darques, Alexandre Gil Toledo, Alline Campos Reis, Anderson Ricardo Fernandes da Cunha, Andrei Alles Oliveira dos Santos, Andreia Torres Campos, Andrey Marcelo Andrade, Antônio Vicente da Silva, Anuska Marcos Pereira, Aparecida de Cássia Medeiros de Araújo, Carlos Antônio Amor, Claudia Lúcia Reys da Silva, Cláudio Madureira Guedes da Silva, Cosme Augusto dos Santos Rauzis, Denise Lara dos Santos, Diana Vieira Corrêa, Dione Albuquerque Nazaré, Dora Nei Dutra de Oliveira, Eliane Frota de Oliveira, Elton Damasceno dos Santos, Emerson Takaharu Watanabe, Francisco Janivan Teixeira de Oliveira, Gilberto Freitas Celestin, Gilmara Cleide da Silva Passos Ros, Gilson de Queiroz Gomes, Giordana Paula Neve Garcia Gomes, Gisleide Maria da Costa, Hamilton Vicente Pires de Almeida Filho, Hélio Martins de Oliveira, Iremar Pereira de Brito, Iriclenes Borges Júnior, Israel de Cerqueira, Jaime de Melo Alvares, Jakeane Medeiros Gonçalves, James Serra Aragão, João Pedro Mendes Neto, Jose Edson Meira, Júlio César Coutinho Gontijo, Lúcia Elena Rodrigues dos Santos, Luís Rosa de Lima, Manoel Ronan de Brito, Márcia Bessa Silva, Marcus Vaz Cardoso, Marcus Vinícius Cotrim Mendes, Marcus Vinícius Marques, Maria Ines Maciel de Castro, Maria Ivani dos Santos, Marilia Peixoto Carvalho, Marta Regina de Vasconcelos, Maurilio Valério da Silva, Mauro Azevedo Coelho, Micheline Cristina da Silva, Nelson Alves de Oliveira Júnior, Orlando Batistussi Junior, Oswaldo Gilson Victorino Silva, Patricia Tertuliano da Costa Pinto, Paulo Cezar Bezerra, Paulo Ferreira Gomes de Sousa, Raniere Jair de Sousa Santos, Raquel Couto Thomazelli, Rejane Rodrigues de Carvalho Pinheiro, Renata da Costa Silva, Ricardo Cardoso dos Santos, Roberto Carlos Pereira Rodrigues, Roberto Gonçalves Rego, Rodrigo Leivas Dias, Rogério Barreto da Conceição, Rogério Linhares Rosa, Rogério Peres Torres, Rosimeire Gonçalves dos Santos, Sandra de Oliveira Freire, Santiago Petrillo Sobrinho, Sergio Luís de Araújo Borges, Serlio Teodoro de Souza, Sinthia Paula Gomes da Silva, Tatiana de Albuquerque Silva, Thomas Regis Magalhães Sousa, Túlio Batista Marçal, Uilson Tavares de Matos, Valdinei Gonçalves dos Santos, Vanda Regina Rocha, Veralúcia Quaresma Dantas, Virgínia Monteiro dos Santos, Willian Tonete Baptista, Willy Borges de Amorim, Wilson Ferreira Bandeira; III - autorizar a devolução da documentação constante do volume anexo à Polícia Civil do Distrito Federal e o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0169/01 - Recurso contra decisão da Corte, interposto pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1530/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) conhecer do recurso de fls. 107/125, conferindo-lhe efeito suspensivo sobre o item 2 da Decisão nº 11/2001; II) dar ciência desta decisão ao Senhor Athos Costa de Faria, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, à vista do disposto no art. 4º da Resolução nº 113/99-TCDF; III) autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE para exame do mérito no âmbito do Processo nº 244/2001, consoante os termos do item 3 da decisão recorrida.

PROCESSO Nº 0226/01 - Ofício n.º 151/2001-SGA, mediante o qual a Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1607/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, concedeu à Secretaria de Gestão Administrativa o prazo de 60 dias, relevando a intempestividade do pedido, para o cumprimento das decisões constantes de fls. 05 a 53, a contar desta decisão, com o encaminhamento de cópia da instrução para que a jurisdicionada atualize seu sistema de controle de prazos para o cumprimento de diligência.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO Nº 3515/90 - Aposentadoria e revisão dos proventos de RAIMUNDO MAGALHÃES SANTOS-SGA. - DECISÃO Nº 1608/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) ter por parcialmente atendida a diligência objeto da Decisão nº 8340/98; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão da aposentadoria consubstanciada no ato de fl. 03-verso, retificado às fls. 72/74; c) com relação à revisão de proventos, sobrestar a sua apreciação até a decisão final do Processo nº 2660/00, ante a Decisão nº 8252/00.

PROCESSO Nº 2372/91 - Aposentadoria de JOÃO JOSÉ TRINDADE-SGA. - DECISÃO Nº 1609/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por atendida parcialmente a diligência objeto da Decisão nº 10.745/98; b) determinar a baixa dos autos à Secretaria de Gestão Administrativa para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: b.1) encerrar o mapa de quintos de fl. 37, considerando como termo final a data de aposentadoria; b.2) anexar aos autos os seguintes atos: b.2.1) de designação e dispensa do último emprego em comissão exercido pelo interessado antes de sua inativação; b.2.2) de dispensa da função de Encarregado de Custo, cuja nomeação ocorreu em 10.10.83, consoante documento de fl. 20 e mapa de quintos de fl. 37; c) explicar a transformação do emprego em comissão de Chefe da Seção de Contabilidade de EC-04 para EC-03, conforme indicado na declaração de fl. 61, citando a fundamentação legal e observando eventuais reflexos na composição da parcela quintos discriminada no abono de fl. 102.

PROCESSO Nº 1197/92 - Aposentadoria de VALDELICE MARIA MAGALHÃES DE QUEIROZ AURELIANO-SGA. - DECISÃO Nº 1610/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 9379/95; b) considerar legal, para fins de registro, a aposentadoria em exame; c) tomar conhecimento do Apostilamento de fl. 44; d) recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no art. 11, § 2º, da Resolução/TCDF nº 101/98, complemente o Apostilamento de fl. 44, fundamentando-o com fulcro no art. 62, da Lei nº 8112/90, combinado com o art. 3º, da Lei nº 8911/94, ex vi do art. 6º da Lei nº 1.004/96.

PROCESSO Nº 3603/93 - Pensão especial concedida a MARIA GINURA DA SILVA LIMA e outras-SGA. - DECISÃO Nº 1611/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por cumprida a diligência de que trata a Decisão n.º 9.028/99; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão sob exame.

PROCESSO Nº 3844/93 - Aposentadoria de MARIA DO ROSARIO SILVA MELO-SGA. - DECISÃO Nº 1612/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão n.º 13.292/95; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão sob exame; c) alertar a Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para que observe a repercussão, no caso em comento, da decisão a ser proferida no Processo n.º 4.076/97, com relação ao cálculo da Gratificação de Regência de Classe – GRC, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 4055/93 (apenso o de nº 030.002.525/90) - Pensão civil, cumulada com integralização do benefício, concedida a JOSEFA DE MELO AMORIM e outros-SGA. - DECISÃO Nº 1613/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 1224/99; b) determinar o retorno dos autos em diligência, recomendando à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias: b.1) Quanto à concessão com base na Lei nº 6.782/80: b.1.1) elabore Título de Pensão referente à concessão da pensão, com efeitos a partir de 1º/2/90, incluindo as parcelas "Adicional da Lei nº 6.732/79", "Grat. Opção 55% DAI" e "Rep. DFG/DFA"; b.2) Quanto à integralização da pensão: b.2.1) elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 81 do apenso nº 030.002.525/90, para fazer constar as beneficiárias Josefa de Melo Amorim e Sandra Soares de Melo, conforme consta no ato revisório de fls. 75/76 do citado apenso.

PROCESSO Nº 4056/93 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1614/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação de prazo na forma solicitada no expediente visto em cópia à fl. 15, para cumprimento da Decisão n.º 4653/2000, cujo prazo começa a fluir a partir do conhecimento desta deliberação, e relevar o atraso apontado pela instrução.

PROCESSO Nº 4756/93 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para cumprimento da diligência contida na Decisão n.º 7728/2000. - DECISÃO Nº 1615/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação de prazo na forma solicitada no expediente visto à fl. 12, para cumprimento da Decisão n.º 7728/2000, cujo prazo começa a fluir a partir do conhecimento desta deliberação, e relevar o atraso apontado pela instrução.

PROCESSO Nº 6639/93 - Aposentadoria de MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO-SGA. - DECISÃO Nº 1616/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão n.º 6.622/97; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão sob exame; c) alertar a Secretaria de Gestão Administrativa do DF que observe a repercussão, no caso em comento, da decisão a ser proferida no Processo nº 4076/97, com relação ao cálculo da Gratificação de Regência de Classe (GRC), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 7076/93 (anexo o de nº 6571/91) - Pensão civil concedida a JOSÉ RIBAMAR DE LIMA e outro-SGA. - DECISÃO Nº 1617/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 14.776/95; b) determinar a baixa dos autos em diligência, recomendando à Secretaria de Gestão Administrativa que, no prazo de 60 (sessenta) dias: b.1) informe se houve revisão de proventos a pedido da ex-servidora ou de pensão a pedido dos pensionistas, a fim de alterar os proventos ou o "quantum " da pensão de proporcionais para integrais, em razão de que a moléstia que vitimou a ex-servidora estaria tipificada no art.186, § 1º, da Lei nº 8.112/90; em caso positivo, anexe o processo de revisão e, se negativo, tome as providências pertinentes; b.2) elabore demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 46, a fim de consignar para adicional as licenças para tratamento da própria saúde usufruídas pela ex-servidora; b.3) providencie assinatura do responsável pelas informações contidas no Título de Pensão de fl. 59; b.4) anexe aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90; b.5) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2450/94 - Pensão civil concedida a WANDA ESTRELA DA GAMA e outros-SGA. - DECISÃO Nº 1618/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter como parcialmente atendida a diligência objeto da Decisão nº 6460/96; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão de pensão vitalícia a WANDA ESTRELA DO GAMA e temporária a ROBSON ESTRELA DA COSTA, consubstanciada no ato de fl. 49; c) determinar a baixa dos autos à Secretaria de Gestão Administrativa para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: c.1) juntar aos autos o inteiro teor do processo de justificação judicial, do qual consta dos autos apenas o termo de audiência(fl. 81); c.2) providenciar junto à Sra. Francisca Alves Azevedo a comprovação da necessidade de alimentos por parte da mesma, nos termos da lei civil e Enunciado n.º 32 das Súmulas de Jurisprudência dessa Corte de Contas, vez que não recebia pensão alimentícia do ex-servidor (fls. 15, 78-v e 96); c.3) cientificá-la de que, na impossibilidade de saneamento das falhas referidas nas alíneas anteriores, este Tribunal considerará ilegal o ato que lhe concedeu a pensão, negando-lhe o respectivo registro.

PROCESSO Nº 5647/94 - Aposentadoria de LEONICE GUEDES CHAVES-SGA. - DECISÃO Nº 1619/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu sobrestar os autos em questão até a decisão final do Processo nº 2660/00, ante a Decisão nº 8252/00.

PROCESSO Nº 2917/95 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1620/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação de prazo na forma solicitada no expediente visto em cópia à fl. 39, para cumprimento da Decisão n.º 7294/2000, cujo prazo começa a fluir a partir do conhecimento desta deliberação, e relevar o atraso apontado pela instrução.

PROCESSO Nº 5796/95 (apenso o de nº 082.002.009/95) - Aposentadoria de VANDA BANDEIRA ORTEGAL-SGA. - DECISÃO Nº 1621/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão n.º 6.622/97; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão sob exame; c) alertar a Secretaria de Gestão Administrativa do DF que observe a repercussão, no caso em comento, da decisão a ser proferida no Processo nº 4076/97, com relação ao cálculo da Gratificação de Regência de Classe (GRC) e de Alfabetização (GAL), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 6283/95 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1622/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação de prazo na forma solicitada no expediente visto em cópia à fl. 13, para cumprimento da Decisão n.º 7836/2000, cujo prazo começa a fluir a partir do conhecimento desta deliberação, e relevar o atraso apontado pela instrução.

PROCESSO Nº 7889/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1623/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação de prazo na forma solicitada no expediente visto em cópia à fl. 45, para cumprimento da Decisão n.º 3009/2000, cujo prazo começa a fluir a partir do conhecimento desta deliberação, e relevar o atraso apontado pela instrução.

PROCESSO Nº 7980/96 (apenso o de nº 082.028.136/95) - Aposentadoria de JOÃO BATISTA GONÇALVES-SGA. - DECISÃO Nº 1624/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão sob exame; b) recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no art. 11, § 2.º, da Resolução TCDF n.º 101/98: b.1) retifique o ato de fl. 13 - apenso para fazer constar o artigo 7.º da Lei n.º 1.004/96, tendo em vista o disposto na Decisão n.º 3.395/99; b.2) anexe ao processo cópia autenticada dos documentos que garantem a percepção do percentual "Parcela Autônoma" (Titulação), instituída pela Lei n.º 771/94, acompanhada de declaração do setor competente, afirmando que os referidos títulos ou certificados não foram utilizados para obtenção dos incentivos funcionais (salvo opção) ou progressão por merecimento; b.3) elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 30 - apenso, observando a Decisão Normativa n.º 02/03 - TCDF, considerando o exposto no item b.2, calculando a parcela de décimos, transformados de quintos, pelo valor de retribuição (vencimento percebido + representação mensal) de acordo com a Decisão n.º 3.395/99; bem como para corrigir o valor da parcela Gratificação de Titulação, Lei n.º 771/94; b.4) torne sem efeito o documento substituído; c) informar à jurisdicionada que o servidor poderá pleitear o benefício incorporação da Gratificação de Regência de Classe - GRC (Lei n.º 696/94).

PROCESSO Nº 8189/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1625/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação de prazo na forma solicitada no expediente visto em cópia à fl. 23, para cumprimento da Decisão n.º 7844/2000, cujo prazo começa a fluir a partir do conhecimento desta deliberação, e relevar o atraso apontado pela instrução.

PROCESSO Nº 2325/97 (apenso o de nº 140.000.034/97) - Pensão civil concedida a IRACY FIDELIS DE OLIVEIRA e outros-SGA. - DECISÃO Nº 1626/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por cumprida a diligência de que trata a Decisão n.º 7.494/98; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão sob exame.

PROCESSO Nº 3340/97 (apenso o de nº 040.008.846/97) - Aposentadoria de ALTAMIRO ARTIAGA MORENO-SEFP. - DECISÃO Nº 1627/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por parcialmente atendida a diligência objeto da Decisão nº 7018/99; b) determinar o retorno dos autos em diligência, a fim de que a Secretaria de Fazenda e Planejamento, no prazo de 60 (sessenta) dias: b.1) indique os períodos nos quais o servidor, efetivamente, exerceu a função de Chefe da Seção de Postos Fiscais, visto que os atos de fls. 40/41 - apenso nº 40.008846/97-GDF - referem-se à designação e respectiva dispensa em caráter de substituição eventual; b.2) junte ao Processo nº 40.008846/97-GDF o ato de dispensa do Cargo em Comissão de Conselheiro Efetivo da Junta de Recursos Fiscais da SEFP, possivelmente ocorrida em 07/07/94, correspondente ao ato de nomeação publicado no DODF de 18/05/93 (fl. 44 - apenso nº 40.008846/97-GDF); b.3) elabore novo mapa de incorporação das vantagens, atentando para o fato de que as parcelas de décimos adquiridas já na vigência da Lei nº 1.004/96 deverão ser apuradas à razão de 1/10 para cada 365 dias de efetivo exercício do respectivo cargo comissionado; b.4) recalcule as diferenças pagas a mais ao servidor, com vistas ao devido ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; b.5) observe a possibilidade de aplicar ao caso em comento o disposto no item 4.1.3 da Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96.

PROCESSO Nº 4080/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1628/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação de prazo na forma solicitada no expediente visto em cópia à fl. 53, para cumprimento da Decisão n.º 6314/2000, cujo prazo começa a fluir a partir do conhecimento desta deliberação, e relevar o atraso apontado pela instrução.

PROCESSO Nº 0013/98 (apenso o de nº 082.018.836/96) - Aposentadoria de EDMÊ PEREIRA SILVA-SGA. - DECISÃO Nº 1629/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão sob exame; b) recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no art. 11, § 2.º, da Resolução TCDF n.º 101/98:] b.1) retifique o ato de fl. 13 - apenso para incluir tanto o artigo 1.º da Lei n.º 1.004/96 pela incorporação de "décimos", como o 7.º da mesma Lei, que permitiu a manutenção das vantagens dos "quintos" transformando-as em "décimos", c/c o artigo 4.º da Lei n.º 1.141/96, que manteve as referidas vantagens, conforme Decisão n.º 3.395/99; b.2) elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 82 - apenso, observando a Decisão Normativa n.º 02/93 - TCDF, a fim de calcular as parcelas "Adicional Décimos - Lei 1.004/96" com base na retribuição do cargo, entendendo-se como tal o vencimento percebido + representação mensal, de acordo com a Decisão n.º 3.395/99; b.3) torne sem efeito o documento substituído; c) informar à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que a servidora faz jus à parcela representação mensal do DF-05, de acordo com a Decisão Normativa n.º 001/93 - TCDF e a Decisão n.º 3.395/99.

PROCESSO Nº 1813/98 (apenso o de nº 2006/00) - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Ação Social do Distrito Federal para cumprimento da diligência contida na Decisão n.º 6230/2000. - DECISÃO Nº 1630/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do Ofício n.º 108/2001-GAB/SEAS, concedeu à Secretaria de Ação Social prorrogação de prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento da diligência contida no item III da Decisão n.º 6230/00.

PROCESSO Nº 4202/98 - Representação nº 11/98 - MP, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre a constitucionalidade da Lei Complementar nº 144/98. - DECISÃO Nº 1631/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do Of. n.º 485/2000-GAB-RA-X; b) dar ciência aos Senhores Governador e Presidente da Câmara Legislativa do DF, bem como ao Presidente da TERRACAP e Administrador Regional do Guará que este Tribunal considera a Lei Complementar n.º 144/98-DF incompatível com os arts. 48 da LODF, 1º, 2º e 17, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93 e 22, inciso XXVII, da Constituição Federal, alertando, ainda, que não se dê aplicação àquele diploma, sob pena de eventuais atos praticados sob seu amparo serem considerados irregulares; c) autorizar o arquivamento dos autos. A Senhora Presidente, em conformidade com o art. 84, inciso IX, alínea "c", do Regimento Interno, votou acompanhando o Relator.

PROCESSO Nº 4976/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1632/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, concedeu a prorrogação de prazo na forma solicitada no expediente visto em cópia à fl. 53, para cumprimento da Decisão n.º 7855/2000, cujo prazo começa a fluir a partir do conhecimento desta deliberação, e relevou o atraso apontado pela instrução.

PROCESSO Nº 0328/01 - Exame do Edital de Concorrência n.º 04/2001 – ASCAL/PRES, realizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. - DECISÃO Nº 1529/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Edital de Concorrência n.º 004/2001 - ASCAL/PRES, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, e anexos (fls. 02/86); b) à vista do disposto no art. 113, § 2.º, da Lei n.º 8.666/93, determinar à NOVACAP que exclua do Edital da Concorrência n.º 04/2001 o item 5.1.4.b por conter exigência que contraria o art. 30 da Lei n.º 8.666/93, disso dando ciência a esta Corte no prazo de 10 (dez) dias; c) informar à Jurisdicionada que, ao cumprir a determinação da alínea anterior, atente para o disposto no § 4.º do art. 21 da Lei n.º 8.666/93; d) devolver os autos à 3.ª ICE, para as providências pertinentes.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 2003/85 (apenso o de nº 3504/87 e 4 volumes) - Prestação de contas anual da então Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, referente ao exercício de 1984. - DECISÃO Nº 1633/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do Pedido de Reconsideração apresentado pelo Ministério Público, conferindo-lhe efeito suspensivo e determinou o retorno dos autos à 2ª ICE, para exame de mérito.

PROCESSO Nº 4164/92 - Aposentadoria de DORACI DE ALMEIDA RAMOS BAYMA SOUSA-SGA. - DECISÃO Nº 1634/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou diligência, para a Secretaria de Gestão Administrativa, no prazo de sessenta (60) dias, informar os nomes dos cargos em comissão exercidos pela servidora, que constam do documento de fls. 03, verificando se os mesmos podem ser considerados de efetivo exercício de atividade de magistério, de acordo com o entendimento dado no Processo nº 5.019/92, confirmado no Processo nº 3.069/96.

PROCESSO Nº 5161/92 - Aposentadoria de HELENA CELIA FUKUTA-SGA. - DECISÃO Nº 1635/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, levando em conta a exclusão, para todos os fins, do período de 01.01.1980 a 20.05.1985, compreendido entre a demissão e a readmissão da interessada, haja vista seu cômputo indevido com base na cláusula 66ª do Acordo Coletivo/89, devendo a Secretaria de Gestão Administrativa do DF, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria; II - alertar a Secretaria de Gestão Administrativa sobre a possibilidade de a interessada pleitear a averbação do tempo de serviço prestado na qualidade de professor em entidade privada, de 01.03.1980 a 20.05.1985, apenas para aposentadoria, bem como utilizar-se do benefício previsto no art. 103, § 1º, da Lei nº 8.112/90, a fim de atender o requisito temporal para nova aposentadoria simples.

PROCESSO Nº 1774/93 - Aposentadoria e revisão dos proventos de MARIA ZILMA DE ALENCAR CHAVES-SGA. - DECISÃO Nº 1636/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legais as concessões em exame, com a recomendação de, posteriormente: I- retificar o ato de revisão de proventos de fls. 129/130, para fundamentá-la no art. 62 da Lei nº 8.112/90, combinado com o art. 3º da Lei nº 8.911/94, e considerar seus efeitos a partir de 30/09/1994, data do requerimento da inativa (fl. 112); II- elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 67, observando a Decisão Normativa nº 02/93, para aplicar a tabela vigente na data de início da concessão; III- tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2300/93 (apenso o de nº 190.000.406/92 e 1 volume) - Tomada de contas especial instaurada pelo então Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelas irregularidades verificadas na realização de despesas com manutenção de equipamentos e fornecimento de refeições aos servidores do então SLU, apontadas no Relatório de Auditoria nº 004/92-DpA/SEFP. - DECISÃO Nº 1637/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do requerimento de fls. 178 e deferiu o parcelamento de débito requerido; II - conforme prescreve o item I do art. 29 da LC n.º 1/94, determinar ao Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do Distrito Federal - BELACAP que proceda o desconto do valor correspondente a R$ 8.933,06, nos vencimentos do servidor indicado no parágrafo 2º da Informação, parceladamente, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a contar de jan/01; III - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator.

PROCESSO Nº 6696/93 (apenso o de nº 032.000.054/93) - Tomada de contas especial instaurada pela então Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 1638/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento das novas apurações levadas a efeito, consubstanciadas nos documentos de fls. 304/327, considerando cumprida a diligência ordenada por meio da Decisão n.º 89/99; II) determinar, atendendo ao princípio do contraditório e da ampla defesa, insculpido no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e com base no art. 13, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94, a citação do responsável, para que, em 30 dias, apresente defesa quanto aos fatos que lhe são imputados nos autos ou, no mesmo prazo, recolha o valor de R$ 16.288,98 (dezesseis mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos), correspondente ao débito apurado.

PROCESSO Nº 5544/94 - Aposentadoria de JOSÉ NATÉCIO CRUZ-SGA. - DECISÃO Nº 1639/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: I - juntar aos autos levantamento de lotações do servidor e ratificação do período em que o mesmo esteve em regência de classe, haja vista a existência de informações conflitantes nos documentos de fls. 52 e 54, atentando para os possíveis reflexos no cálculo da proporcionalidade dos vencimentos e no percentual da Gratificação de Regência de Classe - GRC.

PROCESSO Nº 4675/95 (apensos os de nºs 2465/94 e 030.004.877/95) - Pensão civil concedida a ANTÔNIA LIBERATO PIMENTA e outro-SGA. - DECISÃO Nº 1640/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente, anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 0110/96 (apenso o de nº 082.008.882/94 e anexo o de nº 5596/95) - Aposentadoria de ANILDA SILVA CHAVES-SGA. - DECISÃO Nº 1641/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: I - tornar sem efeito o ato retificador de fl. 70-apenso, bem como excluir os artigos 2º e 8º da Lei nº 8.911/94 da fundamentação legal das vantagens quintos, opção e representação, consignada no ato concessório (fl. 31-apenso), e incluir os artigos 3º e 4º do referido diploma legal, em consonância com a Decisão nº 3395/99-TCDF; II - elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 71-apenso, observando a DN 02/93, a fim de excluir do título das parcelas "Quintos", "Opção" e "Representação Mensal" a menção à Medida Provisória nº 831, haja vista que esta não se aplica no âmbito do Distrito Federal, fazendo constar corretamente o título dessas vantagens; III - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2820/96 (apenso o de nº 082.011.316/95) - Aposentadoria de FRANCISCA PIRES DE SOUSA-SGA. - DECISÃO Nº 1642/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: a) tornar sem efeito o ato retificador de fls. 46/48-apenso e retificar o ato de fl. 15-apenso para complementar o seu fundamento legal incluindo o artigo 62 da Lei nº 8.112/90, combinado com os artigos 3º e 4º da Lei nº 8.911/94, em concordância com o entendimento exarado na Decisão nº 3395/99-TCDF, haja vista opção da servidora pelos benefícios da Lei nº 8.911/94, com efeitos a partir de 12.07.94 (fl. 45-apenso); b) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 38-apenso, observando a DN 02/93, a fim de excluir do título das parcelas "Quintos", "Opção" e "Representação Mensal" a menção à Medida Provisória nº 831, haja vista que esta não se aplica no âmbito do Distrito Federal, fazendo constar corretamente o título dessas vantagens, observando o contido na alínea "a", bem como corrigir a composição da parcela quintos, de acordo com a apuração constante do documento de fls. 52/53, qual seja, 2/5 do DF-04 e 3/5 do DF-06, calculando os valores com base na tabela vigente em agosto/95, data da aposentadoria; c) tornar sem efeito o documento substituído; II - informar à jurisdicionada que a interessada faz jus à contagem do tempo de serviço municipal prestado ao Estado do Maranhão, no total de 4.639 dias, averbado de acordo com as certidões de fls. 04 e 05 - apenso, para efeito de Adicional por Tempo de Serviço.

PROCESSO Nº 4200/96 (apenso o de nº 061.039.655/95) - Aposentadoria de JOSÉ FRANCISCO BERNARDES-SGA. - DECISÃO Nº 1643/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fls. 23 do processo apenso, observando a Decisão Normativa - TCDF nº 02/93, para: 1 - calcular a parcela "Vant. Pessoal MP 892/95" com base nos valores da tabela de cargos em comissão de fevereiro de 1995; 2 - consignar, também proporcionalmente, a parcela "Vant. Pes. Dec. Jud./Inamps/Pccs", observando os reflexos dessa retificação no cálculo da parcela "Dec. Jud. TST - 241/87"; b) apurar as quantias percebidas indevidamente pelo interessado, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, fazendo constar dos autos a planilha de cálculos correspondente, em função de não ter sido consignada na proporção 33/35 (trinta e três, trinta e cinco avos) a parcela "Vant. Pes. Dec. Jud. / Inamps / Pccs", observado o reflexo dessa falha no valor da rubrica "Dec. Jud. TST - 241/87"; c) tornar sem efeito o documento substituído; II - alertar a Secretaria de Gestão Administrativa de que o interessado faz jus ao cômputo, para fins de anuênios, de 712 dias de Residência Médica, no período de 2-1-73 a 14-12-74 (fls. 5 do processo apenso), prestados à Fundação Hospitalar do DF.

PROCESSO Nº 7616/96 (apenso o de nº 101.001.301/96) - Aposentadoria de GRATIAS MARIA VALENTE DE LIMA GUIMARÃES-SGA. - DECISÃO Nº 1644/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: I - retificar o ato de fl. 07-apenso para incluir em seu fundamento legal o art. 4º da Lei nº 1.141/96, conforme Decisão nº 3395/99-TCDF; II - elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 15-apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de: a) calcular os proventos e parcelas relacionados de acordo com vencimento correspondente ao vencimento do cargo AISS, Classe Especial, Padrão III, no qual se deu a aposentação; b) excluir a parcela salário família; c) discriminar, na parcela Adicional Lei 1004/96, os DF's incorporados, observando que as parcelas concedidas deverão ser calculadas pela retribuição (vencimento percebido + representação mensal); III - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 7656/96 (apenso o de nº 082.024.809/95) - Aposentadoria de ROSA MARIA ROCHA BARROS DE OLIVEIRA-SE. - DECISÃO Nº 1645/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: I - anexar aos autos os documentos que comprovem o direito à percepção da Gratificação de Titulação, nos termos da Lei nº 771/94; II - verificar o direito à incorporação da Gratificação de Regência de Classe - GRC, nos termos da Lei nº 696/94; III - elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 41-apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de: a) corrigir o valor da parcela TIDEM, que deve ser calculada integralmente, mesmo nas aposentadorias proporcionais, conforme Decisão nº 2451/96, dada no Processo nº 564/94, S.O. nº 3153, de 16.04.96, do interesse de América Segal Dias, corroborada pelo entendimento firmado no Processo nº 865/97, atentando para o reflexo nos valores das parcelas Gratificação de Atividade e de Titulação; b) excluir do título da parcela "Quintos", a menção à Medida Provisória nº 831, haja vista que esta não se aplica no âmbito do Distrito Federal, fazendo constar corretamente o título dessa vantagem, calculando-a com base na tabela vigente em dezembro/95, data da aposentadoria; c) incluir a parcela Gratificação de Regência de Classe, se verificado o direito à sua incorporação; IV - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 7982/96 (apenso o de nº 082.027.717/95) - Aposentadoria de NEURISMAR DE CASTRO BARRETO TORRES-SGA. - DECISÃO Nº 1646/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: a - retificar o ato concessório de fls. 27/30-apenso, para complementá-lo incluindo o artigo 1º da Lei nº 1.004/96, pois teve décimos incorporados na vigência dessa Lei e artigo 7º da mesma lei, que transformou os "quintos" em "décimos", conforme Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3.871/96; b - elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 68-apenso, observando a DN 02/93 - TCDF para calcular a parcela Adicional Décimos Lei 1004/96 (10/10 DF-11) pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal, conforme o disposto na Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96; c - tornar sem efeito o documento substituído; II - alertar o órgão jurisdicionado sobre a possibilidade da interessada fazer jus à incorporação da Gratificação de Regência de Classe - GRC (Lei nº 696/94), conforme fl. 16-apenso.

PROCESSO Nº 0204/97 (apenso o de nº 050.002.165/92) - Pensão civil concedida a DIVINA DE LOURDES PAIVA e outros-SGA. - DECISÃO Nº 1647/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.
PROCESSO Nº 2377/97 (apenso o de nº 040.016.492/96) - Aposentadoria de OTÁVIO JOSÉ DA SILVA-SEFP. - DECISÃO Nº 1648/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: a) elaborar outro abono provisório, em substituição ao de fls. 38 - apenso nº 040.016492/96, para calcular a parcela "décimos" com base na retribuição do cargo comissionado (opção - 55% e representação mensal), observando que o mesmo deve ser assinado pelo responsável pela emissão; b) tornar sem efeito o documento substituído.
PROCESSO Nº 2845/97 (apensos os de nºs 2069/82 e 050.000.826/92) - Pensão civil concedida a LUCIANA ABADIO SALES DO COUTO e outros-PCDF. - DECISÃO Nº 1649/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou diligência, para a Polícia Civil do Distrito Federal, no prazo de sessenta (60) dias: a) acostar aos autos o demonstrativo de tempo de serviço, atentando para as modificações proporcionadas pela Lei nº 8.112/90; b) elaborar novo título de pensão, fixando os valores das parcelas de acordo com a proporcionalidade definida na aposentadoria (22/35 - vinte e dois, trinta e cinco avos) ou apresentar processo de revisão que comprove a integralização dos valores dos proventos; c) tornar sem efeito o documento substituído.
PROCESSO Nº 0283/98 (apenso 1 volume) - Admissão de pessoal em decorrência do Concurso Público realizado pela Polícia Civil do Distrito Federal, nos termos do Edital nº 1-PC-AP/CESPE, publicado no DODF de 6-1-98. - DECISÃO Nº 1650/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos editais acostados às fls. 98/105, 106/117 e da documentação constante do anexo aos autos, encaminhada pela Polícia Civil do Distrito Federal, em cumprimento ao art. 4º da Resolução TCDF nº 100/98; II - considerar legais, para fins de registro, os seguintes atos de admissão dos aprovados no Concurso Público para o Cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, normatizado pelo Edital nº 1-PC-AP/CESPE, publicado no DODF de 6.1.1998, em cumprimento ao inciso III do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal: Delegado 1ª Turma - Adiel Teofilo, Adriana de Oliveira Aguiar, Adryani Fernandes Lobo, Aelio Caracelli Júnior, Alberto Velloso Machado, Alessandra Lacerda Figueiredo, Alex dos Santos Fonseca, Alexander Traback Amorim de Oliveira, Álvaro Henrique Ferreira dos Santos, Amado Pereira, Amarildo Fernandes, Ana Paula Gontijo Soares, André Luiz Marcondes Varella, Angela Maria dos Santos Caetano, Antônio José Bezerra Vale, Breno da Mata Tavares, Carlos Frederico e Silva Cabral, Carlos Luiz Wolff de Pina, Carlos Nazaré Oliveira Santos, Celizio da Silva Espíndola, Celso Wagner Lima, Christianni Viegas Zago, Claudia Aparecida da Silva Alcântara, Cláudio Otero Ascoli, Cláudio Severiano Ramos, Cleidiomar Ferreira Mendes, Daniel Gomes, Daniel Malvazzo Machado, Danielle Moreira Kahl, Débora de Albuquerque Couto, Delfim Loureiro de Queiroz, Deuselita Pereira Martins, Ecimar Loli, Elaine Aparecida Rodrigues Januário, Elivaldo Ferreira de Melo, Elza do Nascimento Nunes, Emerson Benjamim Pereira de Carvalho, Emerson Cândido dos Santos, Erico Vinícius Mendes, Esdras Domingos Prego, Fabricio Almeida Resende, Fernando Batista Fernandes, Fernando César Costa, Filipe de Moraes Maciel, Flavio Messina Alvim, Francisco José Andrade Pereira, Gilberto Alves Maranhão Bezerra, Haendel Silva Fonseca, Hailton da Silva Cunha, Henry Peres Ferreira Lopes, Hudson Bruno Maldonado, Hudson Eduardo da Silva Araújo, Jair Francisco dos Santos, João Luís Echternacht, Joas Rosa de Souza, John Kennedy Pinto, Johnson Kenedy Monteiro, Jonas Maracaja de Morais, Jorge Luiz Xavier, José Aramis Mantovani, José Roberto Soares Batista, José Werick de Carvalho, Júlio César de Oliveira Silva, Júlio César Simões de Almeida, Juvenal de Oliveira Campos Júnior, Laercio de Carvalho Alves, Laercio Rossetto, Laís Cerqueira Silva, Lauro Pinto Cardoso Neto, Leandro Giordani Ritt, Lenard Vieira de Carvalho, Leonardo Coelho Bomfim, Lorisvaldo Chacha Rosa, Lúcia Antonia de Moraes, Luiz Alexandre Gratão Fernandes, Luiz Henrique Dourado Sampaio, Mabel Alves de Faria, Magno Absalão Silva, Marcelo de Paula Araújo, Marcelo Eustaquio Gonçalves Cesario, Marcelo Marinho de Noronha, Marcelo Rodrigues Portela Nunes, Márcio Araújo Salgado, Márcio Michel Alves de Oliveira, Marco Antônio de Almeida, Marco Aurélio Vergilio de Souza, Maria do Carmo Correia, Marialda Lima Justino da Cruz, Maridalva de Almeida Vieira, Mário Henrique Garcia Jorge, Maurilio de Moura Lima Rocha, Mauro Leite Pereira, Mauro Lúcio de Campos, Miguel Lucena Filho, Milton Barbosa Rodrigues Júnior, Moises Martins de Sousa, Murilo José Juliano da Cunha, Oscar Pereira Braga, Paulo César Boberg Barongeno, Paulo César Machado, Paulo Noritika Sambosuke, Paulo Roberto Fernandes Soares, Pedro Luís de Moraes, Plácido Rocha Sobrinho, Reginaldo Garcia Machado, Renato Magalhães Marques, Richard Valeriano Moreira, Robert Araújo Meneses, Robson Caetano de Sousa, Robson Cândido da Silva, Rodrigo Bonach Batista Pires, Rodrigo Pereira Larizzatti, Rogério Borges Cunha, Ronaldo Antônio Serafim, Rossi Farias de Mesquita Júnior, Sandra Maria da Silveira, Sandro Erlon Orlando, Sergio Henrique de Araújo Moraes, Severo Benicio dos Santos, Silvana Pereira da Silva, Simone Costa Lucindo, Suzana de Pennafort Caldas, Tânia Maria de Oliveira Dias, Tayrone Oliveira Soares Povoa, Thamys de Oliveira Queiroz, Ubiratan Feitosa Clemente, Ulysses de Oliveira Campos Neto, Valdinei Cordeiro Coimbra, Valeria Beatriz Rodrigues, Valéria Raquel Pereira Carvalho, Valma Milograna de Oliveira Santana, Vicente Paranahiba Costa Neto, Walter Fernandes, Wisllei Gustavo Mendes Salomão, Yury Pereira Fernandes; Delegado 2ª Turma - Alexandre Dias Nogueira, Ana Cristina Martins Silva, Guilherme Henrique Nogueira, Jeferson Lisboa Gimenes, Marco Antonio de Souza Silva, Nilton Joaquim de Oliveira Junior, Nivaldo Oliveira da Silva, Rodrigo Telho Correa, Ronny Alves de Jesus, Waleska Romcy, Wander Machado Júnior; III - determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe: a - cópia do andamento das ações judiciais relativas aos servidores a seguir relacionados, aprovados no concurso público para o Cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, normatizado pelo Edital nº 1 - PC-AP/CESPE, de 5.1.98, indicando se já houve ou não o trânsito em julgado dessas ações: 1ª Turma - Adval Cardoso de Matos, Agnaldo Novato Curado Filho, Carlos Alberto da Silva, Carlos César Ferreira, Edson Viana de Oliveira, Erika Borges Moura do Amaral, Flamarion Vidal Araújo, Iramar Francisco Mendonça, Jaildo Inácio da Costa, João Tarcísio Curado de Souza, Josué Ribeiro da Silva, Manuel Luduvino Neto Tavares de Santana, Marco César dos Santos Sousa, Pablo Aguiar Tavares de Paula Gomes, Paulo José Paes de Vico, Rario Temporim de Lacerda, Ricardo Pedroza Martirena, Simone Maria Pereira da Silva; 2ª Turma - Heitor Barbosa de Lacerda Júnior; b - explicações para o fato de o candidato Victor Dan de Alencar Alves, aprovado na 8ª colocação da 2ª Turma, para o Cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, normatizado pelo Edital nº 1 - PC-AP/CESPE, de 5.1.98, ter sido nomeado em duas ocasiões (20.07.1999, por determinação judicial e 30.07.1999); IV - recomendar à Polícia Civil do Distrito Federal a observância do art. 2º, c/c o art. 3º, da Resolução-TCDF n.º 100/98, no sentido de encaminhar a documentação relativa aos concursos públicos que promover.
PROCESSO Nº 0284/98 - Concurso Público realizado pela Polícia Civil do Distrito Federal para o preenchimento de cargos de Agente de Polícia, regulado pelo Edital nº 1-DP/CESPE. - DECISÃO Nº 1651/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I- tomar conhecimento dos Editais acostados às fls. 122/161; II- autorizar o arquivamento dos autos.
PROCESSO Nº 4367/98 (apensos 2 volumes) - Relatório do SISCOEX relativo ao período de 15-1 a 17-9-98, abrangendo as despesas realizadas pela Polícia Militar do Distrito Federal com inexigibilidade de licitação. - DECISÃO Nº 1652/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos Pedidos de Reexame constantes às fls. 154/155, 161/168, 169/176; II - suspender temporariamente, em caráter excepcional, os efeitos do item IX da Decisão Plenária nº 6089/2000 até que seja julgado o mérito dos recursos mencionados no item I; III- autorizar a ciência da PMDF e dos requerentes sobre o conhecimento do recurso pelo Plenário, nos termos do artigo 4º da Resolução n.º 113, de 14.12.1999, com as modificações introduzidas pela Resolução n.º 121, de 28/11/2000; IV - autorizar a devolução do processo à 1ª ICE, para o exame do mérito dos recursos em questão.
PROCESSO Nº 0572/99 - Inspeção realizada na Região Administrativa V - Sobradinho, objetivando verificar a regularidade da construção de dois vestiários públicos. - DECISÃO Nº 1653/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do OFÍCIO n.º 825/2000-GAB/RA-V, fl. 227, e do recurso de fls. 229 a 235 e anexos de fls. 236 a 277 ; b) considerar procedente o recurso interposto pela Sra. Missaé Hirako e a diligência encaminhada pela Jurisdicionada; c) rever, face ao exposto na alínea "b" supra, os termos do item II da Decisão n.º 6755/2000, tornando insubsistente a multa aplicada; d) autorizar o arquivamento dos autos.
PROCESSO Nº 2515/99 (apenso o de nº 2021/99) - Relatório do SISCOEX, relativo ao exercício de 1999, da Região Administrativa I - Brasília. - DECISÃO Nº 1654/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do OFÍCIO nº 565/2000-PG, cientificando o Ministério Público junto a esta Casa que os fatos nele relatados serão tratados no Processo nº 2679/2000; b) da ação fiscalizadora promovida pela 1ª ICE, na Região Administrativa I - Brasília (Unidade Gestora 190103 e Gestão 00001), referente ao exercício de 1999, a partir dos: b.1) relatórios SISCOEX, fls. 1/21 e 42/66, bem como dos documentos acostados às fls. 22/33, 36/41 e 67/95 ; b.2) relatórios de ocorrência às fls. 34/35 e 96/98; b.3) gráficos acostados às fls. 99/100; II - autorizar a juntada dos autos ao processo de análise de Tomada de Contas Anual do ordenador de despesa da Região Administrativa I - Brasília, relativa ao exercício de 1999.
PROCESSO Nº 0297/00 (apensos 4 volumes) - Realização de inspeção para acompanhar os trabalhos de recadastramento de servidores ativos civis e militares da Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, conforme Decreto nº 20.549, de 02.9.99, e Portaria nº 35, de 20.9.99. - DECISÃO Nº 1655/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da Inspeção realizada, bem como dos demais documentos carreados para os autos; II - determinar à SGA, em relação aos fatos e constatações expendidos nos §§ 12 a 16 e 18 do Relatório de Inspeção, encaminhando à Corte explicações ou os resultados das apurações, no prazo de noventa (90) dias, acompanhados dos correspondentes documentos comprobatórios, que: a) § 12 - providencie para que sejam corrigidos os equívocos nos cadastros dos servidores mencionados; b) § 13, alíneas: "a" - encaminhe explicações, principalmente por não se ter verificado registro no SIGRE; "b" - torne céleres as apurações dos abandonos de cargo; "c" - providencie para regularização da situação; "d" - agilize para apuração das razões do não recadastramento, levando a efeito as medidas saneadoras cabíveis; "e" - informe o resultado das apurações; "f" - apure os fatos e eventual prejuízo; "g" - explique as razões da insubsistência e regularizar a situação; "h" - regularize a questão, apurando eventual prejuízo; "i" - esclareça e corrija eventual irregularidade c) § 14 - busque os possíveis ressarcimentos se ainda pendentes; d) § 15, alínea "a" - levante junto à área federal documentos que comprovem o exercício dos cargos e da carga horária identificados, as respectivas percepções de remuneração e as correspondentes situações funcionais, providenciando de imediato as apurações cabíveis em casos de acumulação indevida de cargos; e) § 15, alínea "b" - apure se os servidores relacionados são oriundos da área federal e se prestam serviços para a Secretaria de Saúde; caso positivo instar dita Secretaria a apresentar justificativas para o pagamento de parcela autônoma de integração ao Sistema Único de Saúde do Distrito Federal - PASUS/DF, conforme Lei n.º 1.444, de 26.05.97, tendo em vista a Decisão n.º 5387/98-TCDF, Processo n.º 3746/97, providenciando de imediato para que se faça eficaz o entendimento consubstanciado na referida Decisão, em situação de pagamento irregular; f) § 16 - verifique se os servidores relacionados no relatório constante às fls. 607/710 recebem remuneração pelos cofres do GDF; institua Comissão para levantar junto à área federal documentos que comprovem o exercício dos cargos e da carga horária identificados, as respectivas percepções de remuneração e as correspondentes situações funcionais, providenciando de imediato as apurações cabíveis em casos de acumulação indevida de cargos; encaminhe também para exames o resultado final do recadastramento dos servidores ativos e as medidas levadas a efeito para sanear as irregularidades; g) faça passar o resultado das apurações de que tratam as alíneas precedentes pelo crivo do Controle Interno do Distrito Federal junto à Secretaria de Fazenda e Planejamento, para verificações e emissão de parecer; (LODF, art. 80, incisos II e III); III - autorizar o encaminhamento de cópias do Relatório de Inspeção e das fls. 607/710 do Anexo IV à Secretaria de Gestão Administrativa para o cumprimento das determinações expendidas, recomendando que esta faça chegar à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal as informações constantes dos autos.
PROCESSO Nº 0482/00 (apenso o de nº 082.010.574/99) - Aposentadoria de JOÃO PEREIRA LISBOA-SGA. - DECISÃO Nº 1656/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.
PROCESSO Nº 0502/00 (apenso 1 volume) - Inspeção realizada na Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal com o objetivo de verificar a regularidade do recadastramento de servidores. - DECISÃO Nº 1657/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do resultado da Inspeção levada a efeito na Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal - SGA, para acompanhar e verificar questões pertinentes ao recadastramento de servidores obrigados a tal, nos termos dos Decretos nºs 18.878, de 31.10.97 e 19.888, de 11.12.98, e Instrução Normativa nº 2, de 23.3.99, bem assim para averiguar as medidas administrativas levadas a efeito para regularizar a questão; b) dos Ofícios nºs 162/00-GAB/SEA, 524/00-GAB/SGA/DF, 582/00-GAB/SGA/DF, 285-AUDIR/SRH/MPOG, do MEM. Nº 98-SRH/SEA, e dos documentos referenciados na Instrução (fls. 12, 14/15, 54 e 56); II - determinar à SGA que: a) agilize a apuração final de todos os casos de servidores inativos não recadastrados e das ações administrativas para verificar as razões que ensejaram o não recadastramento, adotando, desde já, as ações saneadoras necessárias em caso de acumulação indevida de cargo ou função e de incidência de prejuízos; b) encaminhe ao Tribunal o resultado do trabalho, em 120 (cento e vinte) dias, com cópia de todos os documentos que atestem os fatos e eventuais irregularidades; c) preliminarmente ao envio ao Tribunal, faça passar o resultado das apurações de que tratam as alíneas precedentes pelo trâmite do órgão auxiliar deste Tribunal, Controle Interno do Distrito Federal junto à Secretaria de Fazenda, para verificações e emissão de parecer; III - autorizar o encaminhamento de cópia da Instrução à Secretaria de Gestão Administrativa como subsídio para o cumprimento das determinações expendidas, recomendando que esta faça chegar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal as informações constantes dos autos.
PROCESSO Nº 0137/01 - Exame do Edital da Concorrência nº 001/2001-SEFP, promovida pela Central de Compras do Distrito Federal para contratação de serviços de publicidade das atividades do Governo local. - DECISÃO Nº 1658/01.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Edital da Concorrência n.º 001/2001, lançado pela Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal - Central de Compras, respectivos Anexos de I a IV, e dos documentos afins juntados no Anexo I aos autos, lançado para contratação de Serviços de Publicidade para 2001, de interesse da Secretaria de Comunicação Social; II. determinar à Secretaria de Comunicação Social, sem prejuízo da continuidade dos procedimentos em andamento, que: a) justifique, no prazo de dez (10) dias, a ausência de planilhas detalhadas sobre o valor global orçado para a licitação; b) doravante, faça constar dos autos de licitação demonstrativo orçamentário, nos termos do art. 7º, § 2º, II, da Lei 8.666/93, e constitua banco de dados com vistas a tornar possível proceder às estimativas e à definição dos limites aproximados para subcontratação a que se reporta o item II, "d", da Decisão n.º 10.311/99-TCDF; c) demonstre e justifique, nos autos, os passos percorridos para atendimento do que consigna o item 18.5 do Edital, de maneira que fique consignada isonomia, competitividade e plena transparência dos critérios utilizados para escolha da melhor proposta em cada serviço a ser executado; mantendo registros específicos devidamente documentados, para cada peça executada, inclusive, com a análise custo/benefício (retorno) da mesma; d) quando do momento de exercitar-se o que aduz o item 14.5.1 do Edital, somente proceda à prorrogação após comprovar vantagem para a Administração, mediante estudos econômicos, que devem ser acostados aos autos, nos termos da Decisão TCDF n.º 10.299/96-TCDF; III. recomendar à Secretaria de Comunicação Social que: a) em futuras licitações do ramo, proceda a estudos técnicos e econômicos ao rigor do que seria ótimo, tipo: potenciais empresas de publicidade existentes no mercado ou em outros e respectivos portes aproximados; preços que esses entes cobrariam por serviços afins; segmentos da população a atingir e formas para tal; b) junte aos autos informações sobre: tabelas de preços cobrados por veículos de comunicação combinadas com os tempos e respectivos horários de divulgação; indicação de páginas ou colunas de exposição em jornais ou outros meios afins; tabelas de preços divulgadas por entes representantes da categoria; e outras informações do gênero; c) aperfeiçoe o Plano de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal, de maneira a propiciar orientação clara e plena aos proponentes na licitação, objetivo e criterioso exercício do controle de que tratam os art. 44 e 45 da Lei 8.666/93, espelhando, por exemplo, o que consignam as Instruções Normativas n.º 01/93 e 06/95 da Assessoria e Subsecretaria de Comunicação Institucional da Presidência da República; d) adote o mesmo procedimento realçado na alínea anterior, quanto ao Briefing, Anexo I ao Edital, tomando, por exemplo, a Instrução Normativa n.º 2, de 27 de abril de 1993, da Assessoria de Comunicação Institucional da Presidência da República, especialmente quanto ao que estipula o item 6, tendo em vista o que preconiza o item 5 da referida instrução normativa; IV. autorizar a realização de fiscalização, na Secretaria de Comunicação Social, para examinar a execução dos ajustes decorrentes deste certame licitatório, especialmente quanto à economicidade e à isonomia dispensada aos quatro vencedores, oportunidade em

que se apreciará o cumprimento da diligência de que trata a alínea "a" do item anterior; V - alertar a Comissão Especial de Licitação que quanto a exigência de três atestados concernentes à comprovação da qualificação técnica dos licitantes, item 4.1.3.1 do Edital, proceda a adequada avaliação desta exigência, tendo presente a magnitude do objeto da presente licitação em confronto com os princípios regedores dos procedimentos licitatórios, especialmente, a preservação da competitividade e do resguardo do interesse público, devendo tal avaliação ser fundamentada em critérios objetivos e registrada nos autos do procedimento licitatório em exame, à disposição do controle externo; VI - objetivando subsidiar o atendimento das determinações contidas nesta decisão, remeter à Comissão Especial de Licitação cópias da instrução, do relatório e voto do Relator. Vencido, em parte, o Conselheiro JORGE CAETANO, que votou pela supressão da alínea "a" do item II do voto do Relator.

PROCESSO Nº 0290/01 - Exame do Edital de Concorrência nº 003/2001 - ASCAL/PRES, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, objetivando a contratação de empresa de engenharia para execução de obras de drenagem pluvial na área do Balão do Aeroporto. - DECISÃO Nº 1659/01.-

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Edital de Concorrência nº 003/2001 - ASCAL/PRES da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e seus anexos (fls. 02/85); II - ante à possível abertura das propostas, prevista para as 9h do dia 19 de março último (ontem), solicitar à NOVACAP, no prazo de dez (10) dias (fixando-se igual prazo para o exame da resposta pela 3ª ICE), que apresente informações precisas sobre a ocorrência de impugnações ao edital em exame, número de interessados que o retiraram e quantos, dentre estes, participaram do procedimento licitatório; III - determinar à NOVACAP que, "ad cautelam", se abstenha de adjudicar o objeto da licitação antes de uma decisão definitiva deste Tribunal; IV - retornar os autos à 3ª ICE para a devida verificação das providências decorrentes do item II acima, procedendo, se for o caso, inspeção especial para tal fim.

Nada mais havendo a tratar, às 12h45, a Presidência declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 131 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto à Corte.

MARLI VINHADELI, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

Anexo da Ata nº 3564
Sessão Ordinária de 20.3.2001
PROCESSO nº 3179/97 (d)
ORIGEM: REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA
JURIDICIONADO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO - CODEPLAN
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO VIA SISCOEX

EMENTA: Acompanhamento via SISCOEX apontou possíveis irregularidades no pagamento de adicional de periculosidade a servidores e na aquisição de "software" pela RA-III. Inspeção. Intermediação de venda de produtos de informática aos órgãos e entidades do GDF pela CODEPLAN. Parecer do Ministério Público. Audiência dos ex-diretores da CODEPLAN. Diligência. Proposta de fixação da multa. Parecer do Ministério Público. Insubsistência das justificativas. Dispensa da multa. Nova diligência.

RELATÓRIO

Retornam do Ministério Público as justificativas apresentadas pelos ex-Diretores da CODEPLAN JORGE HAROLDO MARTINS, SANDRA LOUISE OLIVEIRA SANTOS DANTAS e FRANCISCO LUÍS PARISI, na audiência determinada pelo item III da Decisão n° 7403/99, a respeito da celebração de contrato de prestação de serviços, praticando intermediação de compra e venda de produtos de informática, atividade não incluída no estatuto social da empresa.

Alegam que acompanharam prática do SERPRO, no âmbito federal, e demais empresas congêneres dos estados e municípios, entendendo que, na época, as disposições estatutárias sobre as atividades da CODEPLAN eram consideradas abrangentes e suficientes para permitir a execução dos novos procedimentos citados.

Foram remetidas cópias da decisão ao sr. Secretário de Planejamento do Distrito Federal e à CODEPLAN, *tendo esta declarado que, em 19/11/99, encontrava-se em vigor o Contrato n° 001/99*, celebrado em 8/3/99 com a TBA Informática Ltda (fls. 111/129).

MANIFESTAÇÃO DO ORGÃO INSTRUTIVO

Achando que os defendentes não apresentaram fatos novos suficientes para alterar o entendimento do Tribunal sobre a regularidade do Contrato n° 11/96, celebrado entre a CODEPLAN e a referida empresa de informática, a 1ª ICE está propondo a fixação da multa competente.

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O parecer da Procuradora do Ministério Público Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira é no mesmo sentido da instrução, ou seja, que o eg. Plenário fixe a multa.

V O T O

Os ex-Diretores alegam ter seguido precedente da órbita federal para firmar o contrato MICROSOFT SELECT com a TBA Informática Ltda. em 1996, visando exclusividade no fornecimento de "softwers".

Ocorre que os julgados do Tribunal de Contas da União têm considerado espúrios contratos similares celebrados com entidades sob sua jurisdição (Processos TC-2.646/97-8, 4.779/98-3 e 3.789/99-3), não só porque afastam a licitação possível, quer para a prestação de serviços, quer para fornecimento de produtos destinados à informática, como porque corre no Ministério da Justiça processo de apuração de denunciada violação das normas de direito econômico nesses acordos de exclusividade promovidos junto à Administração Pública do país pela MICROSOFT Informática Ltda. e a TBA Informática Ltda.

Um pronunciamento abrangente daquela Corte sobre a matéria ainda é aguardado no processo TC-3.789/99-3, mas já foram proferidas decisões, até em grau de recurso, contrárias a tais ajustes, ainda que ressalvando contratos em andamento.

Neste caso da CODEPLAN, o esquema se agrava pela introdução de um sistema paralelo de vendas de produtos que, valendo-se da posição centralizadora da companhia, transforma os órgãos e entidades do complexo administrativo do GDF em clientes comerciais cativos das poderosas contratantes.

Penso que, se é viável relevar a execução de contratos em andamento e se a prática prosseguiu depois que os responsáveis deixaram a CODEPLAN, com a renovação do ajuste em bases mais incisivas ainda, há que se admitir parcialmente as justificativas, até para não ter de estender forçosamente a penalidade aos sucessores.

Aqui vale observar que, ao contrário dos instrumentos citatórios (fls. 131, 133 e 135), a Decisão n° 7403/99 (fl. 108) não acenou expressamente com a possibilidade de aplicação de pena aos justificantes, prática processual que vem de ser consagrada pela Emenda Regimental nº 4, desde 17/12/99.

Por esses motivos, lamento divergir dos pareceres e VOTO por que o Tribunal

I – tome conhecimento

a) dos esclarecimentos prestados pela CODEPLAN em cumprimento da diligência determinada no item IV da Decisão n° 7403/99;

b) das justificativas apresentadas pelos ex-Diretores da CODEPLAN JORGE HAROLDO MARTINS, SANDRA LOUISE OLIVEIRA SANTOS DANTAS e FRANCISCO LUÍS PARISI ao item III da referida decisão para, no mérito, considerá-las insubsistentes, dispensando, no entanto, pelos motivos expostos no voto do Relator, a sanção sugerida no parecer do Ministério Público;

II – oficie à Secretaria de Fazenda e Planejamento solicitando-lhe que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe o seguinte:

a) se ocorreu ou se acha em andamento aquisição de produtos da área de informática, inclusive meios magnéticos, para fornecimento a órgãos ou entidades do complexo administrativo do Distrito Federal, por intermédio do sistema regulamentado pelo Decreto n° 20.453, de 28/7/99;

b) se aquisições da espécie acima definida, inclusive as de interesse da CODEPLAN, ficaram formalmente submetidas ao órgão central regulado pelo Decreto n° 17.429, de 10/6/96, para efeito estratégico;

III – renove diligência à Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN para que informe, no prazo de 30 (trinta) dias,

a) se foi prorrogado ou renovado o Contrato n° 001/99, objeto do seu ofício n° 2428/99-PRESI, de 19/11/99, e do processo nº 121.151.300/99;

b) a conseqüência do artigo 1° do Decreto n° 20.453, de 28/7/99, na execução e necessidade do referido contrato, notadamente suas cláusulas nona (nível de preços de produtos adquiridos) e décima primeira (exclusividade na venda de produtos Microsoft); e

IV – autorize a publicação do voto condutor desta decisão, na forma do artigo 58 da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94.

Sala das Sessões, 20 de março de 2001
JOSÉ EDUARDO BARBOSA
Conselheiro-Relator

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 22.031, DE 28 DE MARÇO DE 2001

Substitui membro que especifica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinados com os artigos 143 e seguintes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicada no Distrito Federal por força do art. 5º da Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, decreta:

Art.1º - Fica designada a servidora ERLI TOLEDO DA SILVA, matrícula nº 43.029-3, como membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, de que trata o Decreto nº 22.005 de 15 de março de 2001 em substituição à servidora ANA CRISTINA DE SOUZA LIMA, matrícula nº 95.283-4.

Art. 2º – *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 28 de março de 2001
113º da República e 41º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

RETIFICAÇÃO

No Despacho de 12 de março de 2001, publicado no DODF nº 49, de 13 de março de 2001, página 28, que autorizou, com base no Decreto nº 20.011, de 20 de janeiro de 1999, e no Decreto nº 21.564, de 26 de setembro de 2000, o deslocamento à cidade de Belo Horizonte - MG, no período de 14 a 17 de março de 2001, de MARIA CECÍLIA SOARES DA SILVA LANDIM, matrícula nº 96.666-5, Secretária de Gestão Administrativa do Distrito Federal, e da servidora CARMEM LÚCIA DE FÁTIMA MESQUITA, matrícula nº 98.395-0, Subsecretária de Recursos Humanos - SGA, a fim de participarem do Programa para o XLI Fórum Nacional de Secretários de Administração, com ônus referente a passagens e diárias, conforme consta do presente processo,

ONDE SE LÊ: ...CARMEM LÚCIA DE FÁTIMA MESQUITA...
LEIA-SE: ...CARMEM LÚCIA MEIRA DE MESQUITA...

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÕES DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 11, DE 22 DE MARÇO DE 2001

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 53 do Regimento Interno desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29.12.94, e, considerando a necessidade de serem desenvolvidos estudos com vistas a utilização de áreas públicas por trailers, quiosques e similares, nesta Região Administrativa, resolve:

1.Constituir Grupo de Trabalho composto pelos titulares das Divisões Regionais de Serviços Públicos, de Licenciamento e de Fiscalização de Obras e Posturas, sob a coordenação do Chefe de Gabinete, para, no prazo de 15 (quinze) dias apresentar estudos conclusivos sobre a realidade local, a aplicação da legislação pertinente e sugestões quanto à forma de eventuais problemas existentes ou constatados.

2.Revogam-se disposições em contrário.

3.Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

VATANÁBIO BRANDÃO SOUZA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORDENS DE SERVIÇO DE 26 DE MARÇO DE 2001

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, em seu Artigo 53, Inciso XXII, resolve:

DESIGNAR: nos termos das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, em seu Artigo 13, Inciso II, o servidor NORBERTO MANZELA DE SOUZA, matrícula nº 30.485-9, Técnico de Administração Pública, para EXECUTOR do objeto do processo nº 142.000424/2000, do Contrato nº 02/2001 – RA XII, nos termos do padrão 04/96, firmado entre a Administração Regional de Samambaia e a MICRO SERVICE SERVIÇO E INFORMÁTICA LTDA.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994 em seu Art. 53 Inciso XXXIII, resolve:

PRORROGAR, a pedido da Comissão de Tomada de Contas Especial instituída pela Ordem de Serviço de 17 de julho de 2000, publicada no DODF n.º 137 página 27 de 19 de julho de 2000, por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos referente ao processo n.º 142.000.123/2000.

EDSON PEREIRA XAVIER

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 8, DE 28 DE MARÇO DE 2001

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES SUBSTITUTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, incisos III e V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.061, de 24 de setembro de 1993, combinado com o artigo 8º do Decreto nº 21.816, de 13 de dezembro de 2000, e com o artigo 17 do Decreto nº 21.170, de 05 de maio de 2000, e com os Decretos nº 21.247, de 08 de junho de 2000, nº 21.331, de 07 de julho de 2000, nº 21.426, de 08 de agosto de 2000, nº 21.491, de 06 de setembro de 2000, nº 21.600, de 06 de outubro de 2000, nº 21.687, de 7 de novembro de 2000, nº 21.915, de 19 de janeiro de 2001, e nº 21.971, de 07 de março de 2001, e tendo em vista as razões apresentadas no Ofício nº 05/2001-CS/ST, pelo Presidente da Comissão de Sindicância instituída pela Portaria n.° 03-ST, de 20 de março de 2001, resolve:

1. Prorrogar, por 15 (quinze) dias, o prazo estabelecido no item 3 da Portaria n.° 03-ST, de 20 de março de 2001, para apresentação do relatório final.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANUARIO ELCIO LOURENÇO

VICE-GOVERNADORIA

PORTARIA DE 9 DE MARÇO DE 2001

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência delegada pelo Artigo 1º, do Decreto nº 13.917 de 29 de abril de 1992 resolve:
NOMEAR, o TC QOBM/Comb CEZAR CORREA PEREIRA – MAT. 00.139/2, do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, na função de Adjunto ao Serviço de Segurança da Assessoria Militar do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal a contar de 09 de março de 2001.
NOMEAR , o Maj,. QOBM/Comb. MARCOS ROCILDES ABREU – MAT. 00.191-0, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na função de Adjunto ao Serviço de Segurança da Assessoria Militar do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal, a contar de 09 de março de 2001.
NOMEAR , o Maj. QOBM/ Comb. LUIZ TADEU VILELA BLUMM – MAT 00.190-2, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na função de Adjunto ao Serviço de Segurança da Assessoria Militar do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal, a contar de 09 de março de 2001.
NOMEAR , o 2º Tem. QOBM/ Manunt. LUPÉRCIO DE PAULA RAMOS – MAT 02.680-8, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na função de Adjunto ao Serviço de Segurança da Assessoria Militar do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal, a contar de 09 de março de 2001.

BENDEDITO AUGUSTO DOMINGOS

CASA MILITAR

PORTARIAS DE 28 DE MARÇO DE 2001

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 41, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 20.974, de 26 de janeiro de 2000, resolve:
EXONERAR o TENENTE-CORONEL QOBM/Comb. MILTON ANTÔNIO PADUAN, matrícula 97.053-0, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, da função de Assessor Militar da Assessoria Militar BM da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
NOMEAR o TENENTE-CORONEL QOBM/Comb. MILTON ANTÔNIO PADUAN, matrícula 00147-3, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Assessor Militar Especial da Assessoria Para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 41, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 20.974, de 26 de janeiro de 2000, resolve:
NOMEAR o TENENTE-CORONEL QOBM/Comb. SÉRGIO APOLÔNIO DA SILVA, matrícula 00137-6, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Assessor Militar da Assessoria Militar BM da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991, alterado pela Lei nº 2.672, de 11 de janeiro de 2001.

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 41, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 20.974, de 26 de janeiro de 2000, resolve:
NOMEAR o TENENTE-CORONEL QOBM/Comb. MARCOS ANTÔNIO CHAGAS, matrícula 00130-9, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Assessor Militar Especial da Assessoria Para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991, alterado pela Lei nº 2.672, de 11 de janeiro de 2001.

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 41, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 20.974, de 26 de janeiro de 2000, resolve:
NOMEAR o TENENTE-CORONEL QOBM/Comb. JOSÉ DE OLIVEIRA ROCHA FILHO, matrícula 00163-5, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a função Assessor Militar da Assessoria Para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991, alterado pela Lei nº 2.672, de 11 de janeiro de 2001.

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 41, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 20.974, de 26 de janeiro de 2000, resolve:
NOMEAR o MAJOR QOBM/Comb. ÉRICO ROSSANO MORETO DOS SANTOS, matrícula 00193-7, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a função Assessor Militar da Assessoria Para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991, alterado pela Lei nº 2.672, de 11 de janeiro de 2001.

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 41, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 20.974, de 26 de janeiro de 2000, resolve:
NOMEAR o MAJOR QOBM/Comb. JOÃO ANTÔNIO DE JESUS, matrícula 03303-0, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a função Assessor Militar da Assessoria Para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991, alterado pela Lei nº 2.672, de 11 de janeiro de 2001.

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 41, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 20.974, de 26 de janeiro de 2000, resolve:
EXONERAR o 2º SGT BM JOSÉ FRANCISCO LIRA, MAT. 01.851/1, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, da função de Assistente Militar da Divisão de Comunicações da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CESSAR o pagamento da Gratificação de Função Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991, alterada pela Lei nº 2.672, de 11 de janeiro de 2001.
EXONERAR o 2º SGT BM JOSÉ ALEIXO DE SOUSA, MAT. 01.977/1, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, da função de Assistente Militar da Assessoria Para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CESSAR o pagamento da Gratificação de Função Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991, alterada pela Lei nº 2.672, de 11 de janeiro de 2001.
EXONERAR o 2º SGT BM EDSON PEDRO DA COSTA, MAT. 01.788/4, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, da função de Assistente Militar da Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CESSAR o pagamento da Gratificação de Função Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991, alterada pela Lei nº 2.672, de 11 de janeiro de 2001.

JORGE CEZAR DE ARAUJO CALDAS - CEL QOPM

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 169, DE 28 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a necessidade de administrar, controlar, fiscalizar e gerenciar com maior eficiência o Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMA, resolve:
Art. 1º Designar o detentor do Cargo de Gerente de Gestão de Material, da Diretoria de Suporte Institucional, da Subsecretaria de Logística e Modernização, como Gestor do Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMA.
Art. 2º Compete ao Gestor do sistema as seguintes atribuições:
I - supervisionar, fiscalizar e acompanhar o funcionamento do SIGMA, receber as solicitações de serviço ou pedido de informação dos usuários cadastrados no mesmo;
II – dar conhecimento e solicitar providências à Diretoria de Sistemas Operacionais/SGA, de todas as solicitações de serviços, informações, problemas ocorridos ou detectados no uso do SIGMA;
III – receber da Diretoria de Sistemas Operacionais/SGA, as respostas, soluções ou quaisquer outras informações acerca do sistema e repassá-las aos usuários cadastrados no SIGMA;
IV – apresentar à Diretoria de Sistemas Operacionais/SGA, sugestões de alterações, atualização, assim como outras informações que possam aperfeiçoar o sistema;
V – informar aos usuários do sistema toda e qualquer alteração ou atualização implementada no sistema;
VI – verificar o funcionamento do sistema, inclusive realizando teste para detectar falhas, mal funcionamento, possibilidades de ocorrências de falhas, indução de erros aos usuários, falhas no módulo de segurança ou em outras atividades típicas de seu uso diário;
VII – autorizar e cadastrar novos usuários, assim como realizar varreduras periódicas no banco de dados, a fim de constatar usuários que não mais utilizam o sistema, fazendo a devida exclusão;
VIII – informar ao titular da Subsecretaria de Logística e Modernização a ocorrência de quaisquer problemas ou falhas ocorridas na utilização do sistema;
IX – executar as atividades de supervisão e orientação a todos os usuários do sistema.
Art. 3º Todos os usuários do SIGMA ficam impedidos de fazer qualquer solicitação de serviços diretamente à Diretoria de Sistemas Operacionais desta Secretaria, ou a empresa contratada para este fim, as quais serão recebidas e encaminhadas através do gestor ora designado.
Art. 4º As dúvidas surgidas em decorrência da aplicação desta Portaria ou dependentes de interpretação, serão dirimidas pelo titular da Subsecretaria de Logística e Modernização/SGA.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Fica revogada a Ordem de Serviço/SRF nº 1, de 22 de março de 2000 e demais disposições em contrário.

MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM

PORTARIA Nº 170, DE 28 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 84, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
Autorizar a interrupção da Licença para Acompanhar Cônjuge e o conseqüente retorno as atividades da servidora abaixo:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	VIGÊNCIA	PROCESSO
Maria da Conceição Moreira Gomes, matrícula nº 91.473-8	Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I	RA-VIII	12/02/2001	136.001.089/98

MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM

PORTARIA Nº 171, DE 28 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 81, inciso VI, e 91, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o constante no artigo 5º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 1.864, de 19 de janeiro de 1998, resolve:
Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular aos servidores abaixo:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	VIGÊNCIA	PROCESSO
Maria Ester Lessa Brandão Nogueira de Oliveira Moraes, matrícula nº 26.095-9	Analista de Finanças e Controle, Classe B, Padrão IV	STDHS	15/03/2001 a 14/03/2004	170.000.051/2001
Heliana Maria Machado da Costa, matrícula nº 91.590-4	Inspetor de Obras, 3ª Classe, Padrão II	RA-IX	01/04/2001 a 31/03/2004	138.000.331/2001

MARIA CECÍLIA S. S. LANDIM

ATO DA CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DA CHEFE
Em 28 de março de 2001

PROCESSO N° : 030.000.836/2001
INTERESSADO : MARIA DE LOURDES DE ALMEIDA
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto n°16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece o inciso I do Art. 38, combinado com os incisos II e IV do Art. 39 do citado diploma legal e em conformidade com a alínea i, item 1 da Portaria 27 de 25/07/2000, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e autorizo também o pagamento no valor de R$ 518,98 (quinhentos e dezoito reais e noventa e oito centavos), a favor de MARIA DE LOUDES DE ALMEIDA, CPF 258.945.601-87, referente ao auxilio funeral do ex-servidor ANTONIO MARIANO DOS SANTOS, matrícula 13.235-7, falecido em 31/12/2000, correndo a presente despesa à conta da Dotação Orçamentária no programa de trabalho 09.272.0001.9022-0001 – Pagamento de Inativos e Pensionistas, Fonte 100, do Elemento de Despesa 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, da Secretária de Gestão Administrativa.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo à Diretoria de Apoio Administrativo/SGA para os demais procedimentos administrativos.

MARIA LOPES DE MORAIS

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 169, DE 27 DE MARÇO DE 2001

Retifica a Portaria nº 18, de 10 de janeiro de 2001.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 207 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda o que consta do Decreto nº 21.816, de 12 de dezembro de 2000, resolve:
Retificar a Portaria nº 18, de 10 de janeiro de 2001, publicada no DODF nº 8, de 11 de janeiro de 2001, página 27, que trata de substituição de ANNA CRISTINA DE MENDONÇA VIRIATO por motivo de licença maternidade:

Onde se lê	: "...no período de 11 de dezembro de 2000 a 10 de março de 2001..."
Leia-se	: "...no período de 11 de dezembro de 2000 a 10 de maio de 2001..."

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 170, DE 27 DE MARÇO DE 2001

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda o que consta do Decreto nº 21.816, de 12 de dezembro de 2000, resolve:
Designar GABRIELA FÉLIX REIS, matrícula nº 43.169-9, para substituir ZEDÍLIA COSTA PAULO, matrícula nº 40.539-6, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, Símbolo DFG-05, da Gerência de Fiscalização Tributária da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, no período de 15 de março a 13 de abril de 2001, por motivo de férias regulamentares.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 171, DE 27 DE MARÇO DE 2001

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda o que consta do Decreto nº 21.816, de 12 de dezembro de 2000, resolve:
Designar MARIA BETÂNIA FELINTO BARBOSA, matrícula nº 45.954-2, para substituir ALZIRA BARBOSA DE OLIVEIRA, matrícula nº 39.192-1, Encarregado, Símbolo DFG-01, da Subsecretaria de Apoio Operacional da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, no período de 1º a 30 de março de 2001, por motivo de férias regulamentares.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 172, DE 27 DE MARÇO DE 2001

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda o que consta do Decreto nº 21.816, de 12 de dezembro de 2000, resolve:
Designar VICENTE PAULO DUARTE, matrícula nº 45.954-2, para substituir AILSON MONTEIRO DA SILVA, matrícula nº 22.703-X, Encarregado, Símbolo DFG-02, do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, no período de 2 de abril a 1º de maio de 2001, por motivo de férias regulamentares.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 175, DE 28 DE MARÇO DE 2001

Instaura Comissão de Sindicância.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda o que consta do Processo nº 040.000.091/2001, resolve:
Art. 1º Designar os servidores ANA LÚCIA PAZ MAGALHÃES DA ROCHA, matrícula nº 25.192-5, KLEMER BEZERRA DA COSTA, matrícula nº 38.893-9, WELLINGTON MENDES LOBATO, matrícula nº 41.653-3, GILTON DE AMORIM BORGES, matrícula nº 41.709-2, indicado pela Associação dos Servidores da Carreira de Administração Pública Lotados na Secretaria de Fazenda e Planejamento, para, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão de sindicância incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos constantes do mencionado processo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 176, DE 28 DE MARÇO DE 2001

Determina prazo para realizações dos trabalhos que especifica.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
Art. 1º Determinar o prazo de 30 (trinta) dias para que a Comissão de Sindicância, constituída pelos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, apure os fatos constantes do Processo nº 030.008.113/2000.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 28 de março de 2001

PROCESSO Nº	: 040.001.214/2001
INTERESSADO	: MARCELO VILLARES COELHO
REQUISIÇÃO Nº	: 18/2001
ASSUNTO	: CONCESSÃO DE PASSAGENS E DIÁRIAS

Nos termos do Decreto nº 21.564/2000 e tendo em vista o disposto no art. 38, item I, e art. 39, itens II e IV, do Decreto nº 16.098/94, autorizo a aquisição de passagens e a realização de despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o pagamento de 2 ½ (duas e meia) diárias, no valor de R$ 371,13 (trezentos e setenta e um reais e treze centavos), concedidas por extensão, tendo em vista o disposto no Decreto nº 20.943/99, c/c o Decreto nº 21.080/2000, a favor do servidor MARCELO VILLARES COELHO, matrícula nº 107.201-3, Diretor de Informática da Secretaria de Fazenda e Planejamento, objetivando atender ao deslocamento à cidade de São Paulo/SP, para participar do Seminário Nacional de Terceirização e Parcerias Estratégicas, nos dias 25 e 26 de abril de 2001.
Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Apoio Operacional desta Secretaria, para as providências cabíveis.

PROCESSO Nº	: 040.001.212/2001
INTERESSADO	: ZELMA HELENIR GARCIA
REQUISIÇÃO Nº	: 16/2001
ASSUNTO	: CONCESSÃO DE PASSAGENS E DIÁRIAS

Nos termos do Decreto nº 21.564/2000 e tendo em vista o disposto no art. 38, item I, e art. 39, itens II e IV, do Decreto nº 16.098/94, autorizo a aquisição de passagens e a realização de despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o pagamento de 5 ½ (cinco e meia) diárias, no valor de R$ 680,55 (seiscentos e oitenta reais e cinqüenta e cinco centavos), concedidas por extensão, tendo em vista o disposto no Decreto nº 20.943/99, c/c o Decreto nº 21.080/2000, a favor da servidora ZELMA HELENIR GARCIA, matrícula nº 30.328-3, Fiscal da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento, objetivando atender ao deslocamento à cidade do Rio de Janeiro/RJ, para representar o Distrito Federal na 16ª Reunião do Grupo de Trabalho Educação Fiscal – GEF, no período de 25 a 30 de março de 2001.
Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Apoio Operacional desta Secretaria, para as providências cabíveis.

PROCESSO Nº	: 040.001.221/2001
INTERESSADO	: REGINA MENDONÇA RIBEIRO
REQUISIÇÃO Nº	: 15/2001
ASSUNTO	: CONCESSÃO DE PASSAGENS E DIÁRIAS

Nos termos do Decreto nº 21.564/2000 e tendo em vista o disposto no art. 38, item I, e art. 39, itens II e IV, do Decreto nº 16.098/94, autorizo a aquisição de passagens e a realização de despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o pagamento de 5 ½ (cinco e meia) diárias, no valor de R$ 642,51 (seiscentos e quarenta e dois reais e cinqüenta e um centavos), concedidas por extensão, tendo em vista o disposto no Decreto nº 20.943/99, c/c o Decreto nº 21.080/2000, a favor da servidora REGINA MENDONÇA RIBEIRO, matrícula nº 28.542-0, Auditor da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento, objetivando atender ao deslocamento à cidade de João Pessoa/PB, para participar do 10º Encontro do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Continuado de Pessoas – GTDCP, no período de 19 a 23 de março de 2001.
Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Apoio Operacional desta Secretaria, para as providências cabíveis.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2, DE 23 DE MARÇO DE 2001(*)

A Presidente da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especiais da Secretaria de Fazenda e Planejamento, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria 316, de 15 de julho de 1999, resolve:
Designar a servidora Jacy Freire Frazão, matrícula 39.816-0, como secretária e os demais membros integrantes desta CPTCE que atuarão nos demais processos de TCE abaixo descritos:

Nome	Matrícula	Processo
Dilma do Carmo Nascimento Maria Lídia Chaves dos Santos	30.662-2 30.615-0	040.005.210/00
Marilene da Costa Baptista Carvalho Ormezinda Pacheco Nunes Floricena Maria de Souza	30.836-6 21.570-8 22.391-3	040.000.153/00
Antônio Cláudio Pimentel Mota José Carneiro de Souza Guilherme Christian Ruas Pereira	39.753-9 38.999-4 39.716-4	040.013.579/94
Luciano Humberto Tiveron Valéria Dutra de Azevedo	33.261-5 43.078-1	040.007.766/99
Ivonildo Braga Magalhães Helena Sabino Silva Juscinei Sérgio Soares	43.829-4 40.012-2 43.409-4	030.007.984/00 030.008.000/95 040.004.687/99

SALMA ALVES RODRIGUES
Presidente

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 58 de 26/03/2001, página 22.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
GERÊNCIA DE CADASTRO E REGISTRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO DE 2001

O GERENTE DE CADASTRO E REGISTRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 164, de 25 de agosto de 2000, resolve:
1 – Retificar a Ordem de Serviço de 25 de novembro de 1992, publicada no DODF nº 243, de 30 de novembro de 1992, página 13, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade descontando-se os períodos porventura usufruídos à MARIA DO SOCORRO PEIXOTO MARTINS, matrícula nº 77.025-6, lotada na GRE/CEILANDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinquênio: 24.10.78 a 01.11.83
2º quinqüênio: 02.11.83 a 01.11.88
Leia-se: 1º quinquênio: 24.10.78 a 24.10.83
2º qüinquênio: 25.10.83 a 24.10.88
2 – Retificar a Ordem de Serviço de 14 de junho de 1994, publicada no DODF nº 123, de 27 de junho de 1994, página 10, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA DO SOCORRO PEIXOTO MARTINS, matrícula nº 77.025-6, lotada na GRE/CEILÂNDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinquênio: 02.11.88 a 01.11.93
Leia-se: 3º quinquênio: 25.10.88 a 24.10.93
3 – Retificar a Ordem de Serviço de 20 de janeiro de 1999, publicada no DODF nº 20, de 28 de janeiro de 1999, página 13, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA DO SOCORRO PEIXOTO MARTINS, matrícula nº 77.025-6, lotada na GRE/CEILANDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 4º quinquênio: 02.11.93 a 01.11.98
Leia-se: 4º quinquênio: 25.10.93 a 24.10.98
4 – Retificar a Ordem de Serviço de 16 de março de 2001, publicada no DODF nº 54, de 20 de março de 2001, página 44, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à CARLOS DOS SANTOS ALMEIDA, matrícula 92.255-2, lotado na GRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinquênio: 01.08.83 a 31.07.88
2º quinquênio: 01.08.88 a 31.07.93
3º quinquênio: 01.08.93 a 31.07.98
Leia-se: 1º quinquênio: 30.07.73 a 29.07.78
2º quinquênio: 30.07.78 a 31.07.83
3º quinquênio: 01.08.83 a 31.07.88
5 – Retificar a Ordem de Serviço de 29 de julho de 1992, publicada no DODF nº 154, de 31 de julho de 1992, página nº 18, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA LÚCIA IWANOW, matrícula nº 60.695-2, conforme se segue:
Onde se lê: 2º qüinqüênio: 22.04.75 a 23.04.80
Leia-se: 2º qüinqüênio: 21.05.85 a 20.05.90
6 – Retificar a Ordem de Serviço de 30 de janeiro de 2001, publicada no DODF nº 23, de 01 de fevereiro de 2001, páginas 26 e 27, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARCIO ANTÔNIO M. SOUTO, matrícula nº 64.981-3, lotado na GRE/PARANOÁ, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinquênio: 23.03.92 a 22.03.97
Leia-se: 2º quinquênio: 05.01.96 a 04.01.01
7 – Retificar a Ordem de Serviço de 04 de março de 1993, publicada no DODF nº 50, de 10 de março de 1993, página 02, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, descontando-se os períodos porventura usufruídos, à GERALDINA DE SOUZA E SILVA, matrícula 75.342-4, lotada na GRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinquênio: 26.04.78 a 27.04.83
2º quinquênio: 28.04.83 a 27.04.88
Leia-se: 1º quinquênio: 26.04.78 a 26.04.83
2º quinquênio: 27.04.83 a 26.04.88
8- Retificar a' Ordem de Serviço de 10 de setembro de 1993, publicada no DODF nº 189, de 17 de setembro de 1993, página 22, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, à GERALDINA DE SOUZA E SILVA, matrícula 75.342-4, lotada na GRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinquênio: 28.04.88 a 27.04.93
Leia-se: 3º quinquênio: 27.04.88 a 26.04.93
9– Retificar a Ordem de Serviço de 30 de junho de 1998, publicada no DODF nº 123, de 02 de julho de 1998, página 24, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade, à GERALDINA DE SOUZA E SILVA, matrícula 75.342-4, lotada na GRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:
Onde se lê: 4º quinquênio: 28.04.93 a 27.04.98
Leia-se: 4º quinquênio: 27.04.93 a 26.04.98
Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MAT.	LOTAÇÃO OU LOCAL DE EXERCICIO	Q	PERIODO
FLORSINA R. DA COSTA	27.819-X	GRE/PP.CRUZEIRO	1º	03.01.96 A 02.01.01
ANGELITA G. DA CONCEIÇÃO	51.516-7	SUBEP	2º	14.10.95 A 13.10.00
MARIA TEREZINHA R.C.FELINTO	51.772-0	GRE/GAMA	2º	23.02.96 A 22.02.01
CLEIDE MARTINS SILVA	61.461-0	GRE/PP.CRUZEIRO	3º	29.11.95 A 28.02.01
ANTÔNIO R. JUSTINO	68.708-1	GRE/CEILÂNDIA	2º	05.10.94 A 04.10.99
JEANETE SILVA LOPES	75.207-X	GRE/SOBRADINHO	3º 4º	20.04.88 A 19.02.95 20.02.95 A 19.07.00
CARLOS DOS SANTOS ALMEIDA	92.255-2	GRE/PP.CRUZEIRO	3º 4º	01.08.88 A 31.07.93 01.08.93 A 31.07.93

ERICHSON DIAS NORONHA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE MARÇO DE 2001

O GERENTE DE CADASTRO E REGISTRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 164, de 25/08/2000, publicada no DODF nº 165, de 28/08/2000, resolve:
Averbar o tempo de serviço prestado pelos funcionários, abaixo relacionados, ao órgão a seguir mencionado, referente aos processos formulados na vigência da Lei nº 8.112/90 adotada no âmbito do Distrito Federal, a partir de 01 de janeiro de 1992, através da Lei nº 197 de 04 de dezembro de 1991.
Processo: 080005629/2000; Ficha: 23325; Matrícula: 20384-X; Nome: ADELAIDE SIMPLICIO NASCIMENTO; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 20/03/78 a 22/08/78; 06/11/78 a 05/12/78; 21/06/79 a 21/08/79; 05/11/79 a 26/12/79; 25/04/80 a 19/07/80; 01/03/86 a 20/02/89; Efeitos: 1474 dias para aposentadoria.
Processo:080005629/2000; Ficha: 23326; Matrícula: 20384-X; Nome: ADELAIDE SIMPLICIO NASCIMENTO; Função: Autônomo; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/04/84 a 30/06/84; Efeitos: 91 dias para aposentadoria.
Processo:080005629/2000; Ficha: 23327; Matrícula: 20384-X; Nome: ADELAIDE SIMPLICIO NASCIMENTO; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF; Período: 01/09/85 a 30/10/85; Efeitos: 60 dias para aposentadoria.
Processo: 080004818/2000; Ficha: 23328; Matrícula: 200275-2; Nome: ADENOR SANTANA DA SILVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 03/11/86 a 07/11/87; 09/09/88 a 03/11/89; 20/01/90 a 07/09/94; 05/04/99 a 22/04/99; Efeitos: 2501 dias para aposentadoria.
Processo: 080004818/2000; Ficha: 23329; Matrícula: 200275-2; Nome: ADENOR SANTANA DA SILVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 22/12/95 a 29/02/96; Efeitos: 70 dias para aposentadoria.
Processo: 080004818/2000; Ficha: 23330; Matrícula: 200275-2; Nome: ADENOR SANTANA DA SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 20/10/94 a 31/10/94; 20/02/95 a 21/12/95; 05/03/96 a 21/12/96; 14/09/98 a 23/12/98; Efeitos: 710 dias para aposentadoria.
Processo: 080005538/2000; Ficha: 23331; Matrícula: 32070-6; Nome: ADRIANA ARQUETI FURLANI VIEIRA; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria de Estado da Educação ; Belo Horizonte-MG; Período: 29/08/86 a 29/08/86; 01/09/86 a 06/09/86; 24/10/86 a 22/11/86; 01/12/86 a 10/12/86; 01/01/87 a 24/02/87; 08/03/87 a 24/04/87; Efeitos: 150 dias para aposentadoria, 150 dias para padrão.
Processo: 080005538/2000; Ficha: 23332; Matrícula: 32070-6; Nome: ADRIANA ARQUETI FURLANI VIEIRA; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria de Estado da Educação; Belo Horizonte-MG; Período: 08/05/87 a 24/06/87; 01/07/87 a 24/08/87; 07/09/87 a 24/10/87; 07/11/87 a 24/12/87; 01/01/88 a 12/02/88; 20/03/88 a 12/04/88; Efeitos: 266 dias para aposentadoria, 266 dias para padrão.
Processo:080005538/2000; Ficha: 23333; Matrícula: 32070-6; Nome: ADRIANA ARQUETI FURLANI VIEIRA; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria de Estado da Educação; Belo Horizonte-MG; Período: 20/05/88 a 12/06/88; 01/07/88 a 12/08/88; 19/09/88 a 12/10/88; 19/11/88 a 12/12/88; 01/01/89 a 31/01/97; Efeitos: 3068 dias para aposentadoria, 3068 dias para padrão.
Processo: 080003870/2000; Ficha: 23334; Matrícula: 35650-6; Nome: ALDA SALGE; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Planaltina-DF; Período: 02/05/70 a 10/12/71; 13/12/71 a 21/05/72; 01/07/72 a 09/12/87; 01/03/88 a 10/01/90; Efeitos: 7070 dias para aposentadoria.
Processo: 080003870/2000; Ficha: 23335; Matrícula: 35650-6; Nome: ALDA SALGE; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF) ; Planaltina-DF; Período: 15/03/94 a 20/12/94; 20/02/95 a 07/07/95; 24/07/95 a 21/12/95; 22/02/96 a 21/12/96; 08/03/97 a 23/12/97; Efeitos: 1165 dias para aposentadoria.
Processo: 080000829/2001; Ficha: 23336; Matrícula: 45584-9; Nome: ANGELA MARIA F. DE PAIVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS ; Brasília-DF; Período: 01/07/77 a 02/12/88; 12/12/88 a 11/03/89; 03/07/89 a 27/12/89; 18/04/90 a 20/07/90; 21/07/90 a 04/03/91; 05/03/91 a 03/10/91; Efeitos: 4975 dias para aposentadoria.
Processo:080000666/2001; Ficha: 23337; Matrícula: 30576-6; Nome: ANTONIO AUGUSTO CORREA; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração; Belo Horizonte-MG; Período: 05/05/94 a 16/06/94; 01/07/94 a 31/07/94; 02/08/94 a 11/08/96; Efeitos: 815 dias para aposentadoria, 815 dias para padrão.
Processo: 080000927/2001; Ficha: 23338; Matrícula: 51649-X; Nome: ANTONIO INACIO DOS SANTOS; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS ; Planaltina-DF; Período: 10/04/78 a 01/12/78; 01/01/79 a 31/03/79; 01/04/79 a 10/04/80; 17/04/80 a 23/12/80; Efeitos: 953 dias para aposentadoria.
Processo: 080007008/2000; Ficha: 23339; Matrícula: 38033-4; Nome: CARLOS AUGUSTO SILVESTRE DOS SANTOS; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Sobradinho-DF; Período: 10/05/96 a 29/06/96; 01/07/96 a 21/12/96; 21/10/97 a 23/12/97; 03/08/98 a 23/12/98; Efeitos: 432 dias para aposentadoria.
Processo: 0800003522001; Ficha: 23340; Matrícula: 47808-3; Nome: CLARICE MORAES LOPES; Função: Balconista; Certidão expedida: INSS; Planaltina-DF; Período: 01/03/76 a 26/11/76; Efeitos: 271 dias para aposentadoria.
Processo: 080001804/2001; Ficha: 23341; Matrícula: 23735-3; Nome: CLEUSA LEOPOLDINA DE OLIVEIRA TELLES; Função: Auxiliar de Escritório; Certidão expedida: INSS; Sobradinho-DF; Período: 03/05/66 a 23/04/69; Efeitos: 1087 dias para aposentadoria.
Processo: 080000530/2001; Ficha: 23342; Matrícula: 35967-X; Nome: DALVA TEREZA POZETI; Função: Professor; Certidão expedida: Governo do Estado de Rondônia; Porto Velho-RO; Período: 03/03/86 a 31/01/93; 01/02/95 a 04/01/98; Efeitos: 3596 dias para aposentadoria, 3596 dias para padrão
Processo: 080000430/2000; Ficha: 23343; Matrícula: 34806-6; Nome: DIONE MARIA DA SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: Prefeitura Municipal ; Riachinho-MG; Período: 01/02/93 a 31/12/93; 01/02/94 a 31/12/94; 01/02/95 a 31/05/95; Efeitos: 788 dias para aposentadoria, 788 dias para padrão.
Processo: 080000349/2001; Ficha: 23344; Matrícula: 23881-3; Nome: DIVALDA DE SANT'ANNA ALVAREZ; Função: Varitipista; Certidão expedida: Academia Militar das Agulhas Negras; Resende-RJ; Período: 07/04/70 a 20/11/71; Efeitos: 593 dias para aposentadoria.
Processo: 080007222/2000; Ficha: 23345; Matrícula: 38744-4; Nome: EDILEUZA BARRETO ROCHA; Função: Diversas ; Certidão expedida: INSS ; Planaltina-DF; Período: 20/05/94 a 21/10/94; 14/11/94 a 03/07/95; Efeitos: 387 dias para aposentadoria.
Processo: 080007222/2000; Ficha: 23346; Matrícula: 38744-4; Nome: EDILEUZA BARRETO ROCHA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Planaltina-DF; Período: 28/02/96 a 12/07/96; 15/07/96 a 21/12/96; 07/10/97 a 23/12/97; 16/03/98 a 12/12/98; Efeitos: 646 dias para aposentadoria.
Processo: 080000639/2001 ; Ficha: 23347; Matrícula: 31260-6; Nome: ELIANE PINTO DE MELO; Função: Professor; Certidão expedida: Prefeitura Municipal; Formosa-GO; Período: 02/02/87 a 30/12/87; 01/03/95 a 12/12/95; Efeitos: 619 dias para aposentadoria, 619 dias para padrão.
Processo: 080000639/2001; Ficha: 23348; Matrícula: 31260-6; Nome: ELIANE PINTO DE MELO; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria da Educação e Cultura ; Goiânia-GO; Período: 01/02/89 a 30/12/92; Efeitos: 1429 dias para aposentadoria, 1429 dias para padrão.
Processo:080000501/2001; Ficha:23349; Matrícula: 61506-4; Nome: ELIZABETH MONTEIRO NERY; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Brasília-DF; Período: 06/04/78 a 04/11/85; Efeitos: 2770 dias para aposentadoria.
Processo: 080005641/2000; Ficha: 23350; Matrícula: 37915-8; Nome: ERIK KLEINER MORAES SOUSA; Função: Militar em Geral; Certidão expedida: Ministério do Exército; Brasília-DF; Período: 08/12/93 a 10/02/99; Efeitos: 1891 dias para aposentadoria.
Processo: 080001037/2001; Ficha: 23351; Matrícula: 97997-X; Nome: FRANCISCO GOMES BARBOSA; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Ceilândia-DF; Período: 29/12/72 a 24/03/73; 18/09/74 a 30/09/74; 27/11/74 a 06/11/75; 26/03/76 a 29/05/76; Efeitos: 509 dias para aposentadoria.
Processo: 080000405/2001; Ficha: 23352; Matrícula: 22135-X; Nome: GASPAR VIEIRA DA COSTA ARAUJO; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF; Período: 01/12/69 a 28/02/70; 01/02/71 a 28/05/71; 19/01/72 a 03/05/72; 09/05/72 a 01/11/72; 03/11/72 a 25/04/73; 22/06/73 a 26/08/74; Efeitos: 1095 dias para aposentadoria.

Processo: 080000405/2001; Ficha: 23353; Matrícula: 22135-X; Nome: GASPAR VIEIRA DA COSTA ARAUJO; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF; Período: 13/09/74 a 22/04/75; 05/05/75 a 04/04/78; 24/04/78 a 21/11/78; 06/12/78 a 08/10/79; 14/11/79 a 04/11/81; 08/03/82 a 17/05/82; Efeitos: 2600 dias para aposentadoria.
Processo: 080000405/2001; Ficha: 23354; Matrícula: 22135-X; Nome: GASPAR VIEIRA DA COSTA ARAUJO; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF; Período: 23/06/82 a 09/02/83; 12/07/83 a 28/09/83; 17/10/83 a 16/11/83; 15/07/84 a 19/06/85; 26/08/85 a 16/06/86; 26/01/87 a 10/11/87; Efeitos: 1266 dias para aposentadoria.
Processo: 080000405/2001; Ficha: 23355; Matrícula: 22135-X; Nome: GASPAR VIEIRA DA COSTA ARAUJO; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 08/08/88 a 24/01/89; 14/09/89 a 19/11/91; 18/03/92 a 06/05/92; 01/09/92 a 26/01/94; Efeitos: 1530 dias para aposentadoria.
Processo: 080000495/2001; Ficha: 23356; Matrícula: 56205-X; Nome: HELENIR CANDIDA DE ALMEIDA CRISPIM; Função: Auxiliar de Escritório; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 06/09/82 a 02/02/83; Efeitos: 150 dias para aposentadoria.
Processo: 080004521/2000; Ficha:23357; Matrícula: 35728-6; Nome: GERALDO EUSTÁQUIO MOREIRA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Planaltina-DF; Período: 02/02/95 a 21/01/96; 01/02/96 a 28/07/96; 22/12/96 a 13/04/97; Efeitos: 646 dias para aposentadoria.
Processo: 080004521/2000; Ficha: 23358; Matrícula: 35728-6; Nome: GERALDO EUSTÁQUIO MOREIRA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Planaltina-DF; Período: 29/07/96 a 21/12/96; Efeitos: 146 dias para aposentadoria.
Processo: 080001101/2001; Ficha: 23359; Matrícula: 29092-0; Nome: GERALDO MAGELA CURADO TELES; Função: Não declarada; Certidão Expedida: INSS; Brasília-DF; Período: 17/07/85 a 10/04/86; 01/11/92 a 14/05/96; Efeitos: 1559 dias para aposentadoria.
Processo: 080001101/2001; Ficha: 3360; Matrícula: 29092-0; Nome: GERALDO MAGELA CURADO TELES; Função: Autônomo; Certidão expedida: INSS; Brasília-DF; Período: 01/05/91 a 31/10/92; Efeitos: 550 dias para aposentadoria.
Processo: 080004401/2000; Ficha: 23361; Matrícula: 34479-6; Nome: JACQUELINE ARGENTA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF ; Período: 08/05/89 a 31/07/90; Efeitos: 450 dias para aposentadoria.
Processo: 080004401/2000; Ficha: 23362; Matrícula: 34479-6; Nome: JACQUELINE ARGENTA; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/08/90 a 06/12/90; 10/04/93 a 10/02/95; Efeitos: 800 dias para aposentadoria.
Processo: 080004401/2000; Ficha: 23363; Matrícula: 34479-6; Nome: JACQUELINE ARGENTA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF) ; Taguatinga-DF; Período: 23/02/96 a 19/04/96; 22/04/96 a 12/07/96; 29/07/96 a 30/09/96; 01/10/96 a 21/12/96; 04/08/97 a 23/12/97; Efeitos: 427 dias para aposentadoria.
Processo: 080004401/2000; Ficha: 23364; Matrícula: 34479-6; Nome: JACQUELINE ARGENTA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FSS-DF); Taguatinga-DF; Período: 12/07/97 a 31/07/97; Efeitos: 20 dias para aposentadoria.
Processo: 080000494/2001; Ficha:23365; Matrícula: 48781-3; Nome: JOACI CRISPIM DA SILVA; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 23/05/78 a 06/07/79; 20/10/80 a 01/07/82; 02/07/82 a 30/09/82; 01/10/82 a 18/02/87; 13/04/87 a 20/06/88; 24/10/88 a 20/02/89; Efeitos: 3278 dias para aposentadoria.
Processo: 08000494/2001; Ficha: 23366; Matrícula: 48781-3; Nome: JOACI CRISPIM DA SILVA; Função: Autônomo; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/08/89 a 31/08/90; Efeitos: 396 dias para aposentadoria.
Processo: 080000494/2001; Ficha:23367; Matrícula: 48781-3; Nome: JOACI CRISPIM DA SILVA; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/04/91 a 23/07/91; 19/08/91 a 30/03/93; Efeitos: 704 dias para aposentadoria.
Processo: 082009279/2000; Ficha: 23368; Matrícula: 37357-5; Nome: JOAO MATTERSON DOS SANTOS; Função: Militar em Geral; Certidão expedida: Marinha do Brasil – Comando do 7º Distrito Naval; Brasília-DF; Período: 01/07/86 a 30/06/87; Efeitos: 365 dias para aposentadoria.
Processo: 080005334/2000; Ficha: 23369; Matrícula: 38809-2; Nome: JOSE ELOI DE CARVALHO; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF; Período: 30/03/66 a 28/02/67; 02/03/67 a 29/02/68; 04/03/68 a 18/06/70; 01/09/70 a 28/12/70; 19/02/71 a 07/10/71; 23/03/79 a 03/06/81; Efeitos: 2692 dias para aposentadoria.
Processo: 080005334/2000; Ficha: 23370; Matrícula: 38809-2; Nome: JOSE ELOI DE CARVALHO ; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria da Administração; Vitorino Freire-MA; Período: 01/01/72 a 30/12/78; Efeitos: 2556 dias para aposentadoria, 2556 dias para padrão.
Processo: 080005334/2000; Ficha: 23371; Matrícula: 38809-2; Nome: JOSE ELOI DE CARVALHO; Função: Autônomo; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 31/12/78 a 28/02/79; Efeitos: 60 dias para aposentadoria
Processo: 080005334/2000; Ficha: 23372; Matrícula: 38809-2; Nome: JOSE ELOI DE CARVALHO; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 09/06/81 a 31/07/95; 24/12/98 a 16/03/99; Efeitos: 5249 dias para aposentadoria.
Processo: 080005334/2000; Ficha: 23373; Matrícula: 38809-2; Nome: JOSE ELOI DE CARVALHO; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 12/02/96 a 12/07/96; 15/04/97 a 31/12/97; 26/02/98 a 23/12/98; Efeitos: 714 dias para aposentadoria.
Processo: 080000710/2001; Ficha: 23374; Matrícula: 56507-5; Nome: JOSE MARIA DE OLIVEIRA NETO; Função: Auxiliar de Laboratório; Certidão expedida: Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Governo do Estado de SP; Ribeirão Preto-SP; Período: 14/12/72 a 28/02/74; Efeitos: 439 dias para aposentadoria, 439 dias para adicionais por tempo de serviço.
Processo: 082015670/1999; Ficha: 23375; Matrícula: 73325-3; Nome: JOSE RONALDO TELES; Função: Agente Administrativo; Certidão expedida: Prefeitura Municipal; São João do Rio do Peixe-PB; Período: 10/11/61 a 19/12/63; Efeitos: 770 dias para aposentadoria, 770 dias para adicionais por tempo de serviço.
Processo: 080000454/2001; Ficha: 23376; Matrícula: 21543-0; Nome: JOSEMIRO GONÇALVES DA SILVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 20/12/76 a 23/04/77; 02/10/78 a 13/10/78; 04/02/80 a 03/03/80; 02/06/80 a 02/02/81; 20/02/84 a 23/02/87; 01/10/87 a 21/10/87; Efeitos: 1533 dias para aposentadoria.
Processo: 080000454/2001; Ficha: 23377; Matrícula: 21543-0; Nome: JOSEMIRO GONÇALVES DA SILVA; Função: Militar em Geral; Certidão expedida: Ministério do Exército; Taguatinga-DF; Período: 03/02/81 a 07/02/84; Efeitos: 1100 dias para aposentadoria.
Processo: 080000454/2001; Ficha: 23378; Matrícula: 21543-0; Nome: JOSEMIRO GONÇALVES DA SILVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 14/11/87 a 24/11/87; 04/12/87 a 01/07/89; 12/08/89 a 13/01/94; Efeitos: 2203 dias para aposentadoria.
Processo: 080001614/2000; Ficha: 23379; Matrícula: 35891-6; Nome: LAERTE VENICIUS BATISTA DA SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 10/03/94 a 22/12/94; 01/03/95 a 02/05/95; 03/05/95 a 07/07/95; 24/07/95 a 29/09/95; 02/10/95 a 21/12/95; 27/02/96 a 19/04/96; Efeitos: 619 dias para aposentadoria .
Processo: 080001614/2000; Ficha: 23380; Matrícula: 35891-6; Nome: LAERTE VENICIUS BATISTA DA SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 08/07/95 a 12/07/95; 13/02/97 a 15/01/98; Efeitos: 342 dias para aposentadoria.
Processo: 080001614/2000; Ficha: 23381; Matrícula: 35891-6; Nome: LAERTE VENICIUS BATISTA DA SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF)); Taguatinga-DF; Período: 23/05/96 a 12/07/96; 15/07/96 a 21/12/96; 26/03/97 a 23/12/97; Efeitos: 484 dias para aposentadoria.
Processo: 082011175/2000; Ficha: 23382; Matrícula: 62471-3; Nome: LENIRA ABREU DE OLIVEIRA NOLETO; Função: Agente Administrativo; Certidão expedida: Comando da Aeronáutica; Rio de Janeiro-RJ; Período: 13/07/84 a 24/02/86; Efeitos: 592 dias para aposentadoria, 592 dias para adicionais por tempo de serviço.
Processo: 080000758/2001; Ficha: 23383; Matrícula: 69328-6; Nome: LINDAURA MARQUES GERMANO; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/06/65 a 01/12/66; 02/01/67 a 30/06/67; 14/08/67 a 15/07/68; 01/08/68 a 01/05/70; 07/07/70 a 30/10/71; 09/11/71 a 22/11/71; Efeitos: 2200 dias para aposentadoria.
Processo: 080000758/2001; Ficha: 23384; Matrícula: 69328-6; Nome: LINDAURA MARQUES GERMANO; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 11/01/72 a 11/01/72; 01/07/72 a 12/08/72; 01/11/72 a 31/07/73; 22/11/73 a 31/12/73; 01/02/74 a 11/12/74; 04/08/77 a 05/07/80; Efeitos: 1738 dias para aposentadoria.
Processo: 080000758/2001; Ficha: 23385; Matrícula: 69328-6; Nome: LINDAURA MARQUES GERMANO; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF; Período: 01/03/81 a 02/05/84; Efeitos: 1159 dias para aposentadoria.
Processo: 080000285/2001; Ficha: 23386; Matrícula: 26188-2; Nome: LUCILEIA DAS GRAÇAS ANDRADE; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Gama-DF; Período: 19/03/93 a 01/10/93; 01/11/93 a 01/12/93; 10/03/94 a 22/12/94; 13/02/95 a 27/04/95; Efeitos: 590 dias para aposentadoria.
Processo: 080000558/2001; Ficha: 23387; Matrícula: 60511-5; Nome: LUCILIA IANI SACCO SOEIRO; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Sobradinho-DF; Período: 15/03/74 a 31/01/77; Efeitos: 1054 dias para aposentadoria.
Processo: 080000558/2001; Ficha: 23388; Matrícula: 60511-5; Nome: LUCILIA IANI SACCO SOEIRO; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria de Estado da Educação; Belo Horizonte-MG; Período: 01/01/79 a 31/01/79; Efeitos: 31 dias para aposentadoria, 31 dias para padrão, 31 dias para adicionais por tempo de serviço.
Processo: 080007592/2000; Ficha: 23389; Matrícula: 25957-8; Nome: LUCIMELC ALVES COSTA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Gama-DF; Período: 07/03/94 a 15/04/94; 18/04/94 a 03/06/94; 06/06/94 a 22/12/94; Efeitos: 287 dias para aposentadoria.
Processo: 080005631/2000; Ficha: 23390; Matrícula: 20835-3; Nome: LUZINETH PEREIRA DE ARAUJO DA SILVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF; Período: 01/10/87 a 29/12/87; 24/11/88 a 05/03/89; Efeitos: 192 dias para aposentadoria.
Processo: 080005631/2000; Ficha: 23391; Matrícula: 20835-3; Nome: LUZINETH PEREIRA DE ARAUJO DA SILVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/05/89 a 21/12/89; Efeitos: 235 dias para aposentadoria.
Processo: 080005631/2000; Ficha: 23392; Matrícula: 20835-3; Nome: LUZINETH PEREIRA DE ARAUJO DA SILVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF; Período: 01/03/90 a 09/05/90; Efeitos: 70 dias para aposentadoria.
Processo: 080005631/2000; Ficha: 23393; Matrícula: 20835-3; Nome: LUZINETH PEREIRA DE ARAUJO DA SILVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/09/90 a 31/08/93; Efeitos: 1096 dias para aposentadoria.
Processo: 080005477/2000; Ficha: 23394; Matrícula: 47108-9; Nome: MARA LUCIA RODRIGUES TERRA; Função: Professor; Certidão expedida: Prefeitura Municipal; Planaltina-GO; Período: 03/09/87 a 31/12/88; Efeitos: 486 dias para aposentadoria, 486 dias para padrão.
Processo: 080000772/2001; Ficha:23395; Matrícula: 31015-8; Nome: MARCELO DAMACENA DE SOUSA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Planaltina-DF; Período: 04/10/94 a 30/11/94; 01/12/94 a 22/12/94; 12/06/95 a 07/07/95; 24/07/95 a 05/10/95; 06/10/95 a 04/11/95; 05/11/95 a 21/12/95; Efeitos: 257 dias para aposentadoria.
Processo: 080001943/2000; Ficha: 23396; Matrícula: 201196-4; Nome: MARCOS ANTONIO VIDAL DE OLIVEIRA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 16/02/95 a 02/05/95; 03/05/95 a 07/07/95; 24/07/95 a 29/09/95; 02/10/95 a 21/12/95; 12/02/96 a 12/07/96; 29/07/96 a 21/12/96; Efeitos: 589 dias para aposentadoria.
Processo: 080001943/2000; Ficha: 23397; Matrícula: 201196-4; Nome: MARCOS ANTONIO VIDAL DE OLIVEIRA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 21/03/97 a 23/12/97; 26/02/98 a 31/12/98; 22/03/99 a 23/12/99; Efeitos: 864 dias para aposentadoria.
Processo: 080000354/2001; Ficha: 23398; Matrícula: 40740-2; Nome: MARIA APARECIDA DA SILVA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Sobradinho-DF; Período: 09/03/79 a 28/02/85; 01/07/85 a 30/01/90; Efeitos: 3859 dias para aposentadoria.
Processo: 080005625/2000; Ficha: 23399; Matrícula: 24325-6; Nome: MARIA CRISTINA DE MORAIS; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/08/74 a 24/06/77; 01/07/78 a 11/07/94; Efeitos: 6914 dias para aposentadoria.
Processo: 080003605/2000; Ficha: 23400; Matrícula: 31692-X; Nome: MARIA DAS MERCES PINHEIRO DA LUZ; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 19/10/92 a 01/12/92; 18/08/94 a 29/10/94; 28/07/95 a 30/10/95; 04/06/96 a 12/07/96; 15/07/96 a 21/12/96; 06/03/97 a 19/03/97; Efeitos: 425 dias para aposentadoria.
Processo: 080003605/2000; Ficha: 23401; Matrícula: 31692-X; Nome: MARIA DAS MERCES PINHEIRO DA LUZ; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS ; Taguatinga-DF; Período: 02/12/92 a 04/12/92; Efeitos: 03 dias para aposentadoria.
Processo: 080003605/2000; Ficha: 23402; Matrícula: 31692-X; Nome: MARIA DAS MERCES PINHEIRO DA LUZ; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 11/03/93 a 17/08/94; 30/10/94 a 27/07/95; 31/10/95 a 03/06/96; 13/07/96 a 14/07/96; 22/12/96 a 05/03/97; Efeitos: 1089 dias para aposentadoria.
Processo: 080000795/2001; Ficha: 23403; Matrícula: 48907-7; Nome: MARIA DE ASSUNÇÃO C. DOS SANTOS; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Brasília-DF; Período: 01/10/72 a 30/09/73; 28/03/77 a 25/03/81; 20/07/81 a 09/03/83; 01/03/86 a 15/01/88; Efeitos: 3108 dias para aposentadoria.
Processo: 080003504/2000; Ficha: 23404; Matrícula: 300154-7; Nome: MARIA DE FATIMA CESAR VALE; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria da Administração; João Pessoa-PB; Período: 01/09/88 a 31/01/98; 01/02/00 a 20/02/00; Efeitos: 3460 dias para aposentadoria, 3460 dias para padrão.
Processo: 080000663/2001; Ficha: 23405; Matrícula: 68172-5; Nome: MARIA ESMALENA DA SILVA VIANA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 14/07/75 a 11/08/79; 17/11/80 a 24/05/88; Efeitos : 4236 dias para aposentadoria.
Processo: 082012021/2000; Ficha: 23406; Matrícula: 27546-8; Nome: MARIA GUIOMAR VIANA NUNES MONTEIRO; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria da Educação; Goiânia-GO; Período: 01/08/80 a 28/02/90; Efeitos: 3499 dias para aposentadoria, 3499 dias para padrão.
Processo: 082012021/2000; Ficha:23407; Matrícula: 27546-8; Nome: MARIA GUIOMAR VIANA NUNES MONTEIRO; Função: Executor de Serviços Administrativos; Certidão expedida: Secretaria da Educação; Goiânia-GO; Período: 01/03/90 a 28/02/95; Efeitos: 1826 dias para aposentadoria.
Processo: 080005645/2000; Ficha: 23408; Matrícula: 36337-5; Nome: MARIA INES DOS SANTOS; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria de Estado da Educação; Belo Horizonte-MG; Período: 24/03/86 a 27/04/86; 01/05/86 a 05/09/87; 01/01/88 a 28/02/88; 01/03/88 a 19/01/98; Efeitos: 4185 dias para aposentadoria, 4185 dias para padrão.
Processo: 080005744/2000; Ficha: 23409; Matrícula: 33552-5; Nome: MARIA LEILA DE SOUZA NUNES ROCHA; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria de Estado da Educação; Belo Horizonte-MG; Período: 14/02/81 a 15/03/81; 16/04/81 a 15/05/81; 16/06/81 a 15/08/81; 16/09/81 a 15/10/81; 16/11/81 a 15/12/81; 01/01/82 a 04/10/88; Efeitos: 2650 dias para aposentadoria, 2650 dias para padrão.
Processo: 080005744/2000; Ficha: 23410; Matrícula: 33552-5; Nome: MARIA LEILA DE SOUZA NUNES ROCHA; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria de Estado da Educação; Belo Horizonte-MG; Período: 05/10/88 a 01/09/92; Efeitos: 1428 dias para aposentadoria, 1428 dias para padrão.
Processo: 080000631/2001; Ficha: 23411; Matrícula: 69204-2; Nome: MARIA NANCY DAS NEVES CASTRO; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Planaltina-DF; Período: 01/08/84 a 20/11/89; Efeitos: 1938 dias para aposentadoria.
Processo: 080005774/2000; Ficha: 23412; Matrícula: 59918-2; Nome: MARILDA DE FATIMA ARAUJO; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria de Estado da Educação; Belo Horizonte-MG; Período: 01/02/83 a 03/03/85; Efeitos: 762 dias para aposentadoria, 762 dias para padrão, 762 dias para adicionais por tempo de serviço.
Processo: 080000356/2001; Ficha: 23413; Matrícula: 39496-3; Nome: MARILIA LOURDES ARRUDA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/08/91 a 31/12/91; Efeitos: 153 dias para aposentadoria.
Processo: 080000356/2001; Ficha: 23414; Matrícula: 39496-3; Nome: MARILIA LOURDES ARRUDA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 05/03/97 a 23/12/97; Efeitos: 294 dias para aposentadoria.

Processo: 080000356/2001; Ficha: 23415; Matrícula: 39496-3; Nome: MARILIA LOURDES ARRUDA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 02/02/98 a 11/02/99; Efeitos: 375 dias para aposentadoria.
Processo:080000546/2001; Ficha: 23416; Matrícula: 38668-5; Nome: MARISTELA DE ARAUJO CAVALCANTE; Função: Diversos; Certidão expedida: INSS; Brasília-DF; Período: 14/05/85 a 28/02/86; 08/04/87 a 12/06/97; Efeitos: 4010 dias para aposentadoria.
Processo: 080001009/2001; Ficha: 23417; Matrícula: 30986-9; Nome: MARLUCIA SOARES; Função: Auxiliar de Escritório; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 10/10/89 a 31/08/90; Efeitos: 326 dias para aposentadoria.
Processo: 080001009/2001; Ficha: 23418; Matrícula: 30986-9; Nome: MARLUCIA SOARES; Função: Orientador Educacional; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/08/91 a 08/08/96; Efeitos: 1835 dias para aposentadoria.
Processo: 080005803/2000; Ficha: 23419; Matrícula: 77038-8; Nome: MINERVINA DA SILVA CASTRO; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS (FSS-DF); Planaltina-DF; Período: 01/04/74 a 26/09/77; Efeitos: 1275 dias para aposentadoria.
Processo: 080000634/2001; Ficha: 23420; Matrícula: 31151-0; Nome: NARA REGINA BARBOSA SALLES; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Planaltina-DF; Período: 16/03/75 a 15/07/75; 05/03/79 a 02/06/80; Efeitos: 578 dias para aposentadoria.
Processo: 080000634/2001; Ficha: 23421; Matrícula: 31151-0; Nome: NARA REGINA BARBOSA SALLES; Função: Autônomo; Certidão expedida: INSS ; Planaltina-DF; Período: 01/11/86 a 04/08/91; 10/10/92 a 30/03/94; Efeitos: 2275 dias para aposentadoria.
Processo: 080000634/2001; Ficha: 23422; Matrícula: 31151-0; Nome: NARA REGINA BARBOSA SALLES; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Planaltina-DF; Período: 05/08/91 a 09/10/92; Efeitos: 432 dias para aposentadoria.
Processo: 080005807/2000; Ficha: 23423; Matrícula: 300624-7; Nome: NILZA MARIA SOARES DOS ANJOS GRAZ; Função: Cargo em Comissão; Certidão expedida: Secretaria de Administração do GDF; Brasília-DF; Período: 28/03/94 a 05/07/99; Efeitos: 1926 dias para aposentadoria, 1926 dias para adicionais por tempo de serviço.
Processo:080004158/2000; Ficha: 23424; Matrícula: 31231-2; Nome: OSCARITA DE SOUSA GUIMARÃES; Função: Diversas; Certidão expedida: Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos ; Belo Horizonte-MG; Período: 02/01/74 a 01/08/88; 03/09/88 a 12/11/88; Efeitos: 5397 dias para aposentadoria.
Processo: 080004158/2000; Ficha: 23425; Matrícula: 31231-2; Nome: OSCARITA DE SOUSA GUIMARÃES; Função: Secretária; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 02/01/89 a 31/10/91; Efeitos: 1033 dias para aposentadoria.
Processo: 080004158/2000; Ficha: 23426; Matrícula: 31231-2; Nome: OSCARITA DE SOUSA GUIMARÃES; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/03/93 a 07/03/93; Efeitos: 07 dias para aposentadoria.
Processo: 080004158/2000; Ficha: 23427; Matrícula: 31231-2; Nome: OSCARITA DE SOUSA GUIMARÃES; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 31/07/92 a 28/01/93; 08/03/93 a 17/12/93; 15/03/94 a 21/12/94; 24/02/95 a 02/05/95; 03/05/95 a 07/07/95; 24/07/95 a 21/12/95; Efeitos: 1034 dias para aposentadoria.
Processo: 080004378/2000; Ficha: 23428; Matrícula: 38891-2; Nome: PAULO ROBERTO DA SILVEIRA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Sobradinho-DF; Período: 04/08/89 a 04/08/89; 08/08/90 a 01/02/91; 01/09/94 a 21/05/95; 08/07/95 a 31/07/95; Efeitos: 466 dias para aposentadoria.
Processo: 080004378/2000; Ficha: 23429; Matrícula: 38891-2; Nome: PAULO ROBERTO DA SILVEIRA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Sobradinho-DF; Período: 22/05/95 a 07/07/95; 01/08/95 a 28/11/95; 23/02/96 a 19/04/96; 23/05/96 a 12/07/96; 15/07/96 a 21/12/96; 15/04/97 a 23/12/97 ; Efeitos: 688 dias para aposentadoria.
Processo: 080004378/2000; Ficha: 23430; Matrícula: 38891-2; Nome: PAULO ROBERTO DA SILVEIRA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Sobradinho-DF; Período: 26/02/98 a 23/12/98; Efeitos: 301 dias para aposentadoria.
Processo: 080000559/2001; Ficha: 23431; Matrícula: 46004-4; Nome: RAIMUNDA MOREIRA F. DA SILVA; Função: Atendente de Enfermagem; Certidão expedida: INSS; Gama-DF; Período: 25/05/87 a 09/06/87; 17/11/88 a 06/03/91; Efeitos: 856 dias para aposentadoria.
Processo: 080003162/2000; Ficha: 23432; Matrícula: 46900-9; Nome: REGILENE RODRIGUES DOS SANTOS; Função: Técnico de Assuntos Educacionais; Certidão expedida: Ministério da Saúde –Subsecretaria de Assuntos Administrativos/Coordenação Geral de Recursos Humanos; Brasília-DF; Período: 01/06/86 a 28/03/89; Efeitos: 1032 dias para aposentadoria.
Processo:080003156/2000; Ficha: 23433; Matrícula: 39435-1; Nome: RENATA PIRANGI GOMES; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 29/10/92 a 01/01/93; 25/03/93 a 01/10/93; 22/02/95 a 02/05/95; 03/05/95 a 31/05/95; 01/06/95 a 16/06/95; 19/06/95 a 07/07/95; Efeitos: 390 dias para aposentadoria.
Processo: 080003156/2000; Ficha: 23434; Matrícula: 39435-1; Nome: RENATA PIRANGI GOMES; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 24/07/95 a 29/09/95; 02/10/95 a 31/10/95; 01/11/95 a 21/12/95; 27/02/96 a 19/04/96; 22/04/96 a 12/07/96; 29/07/96 a 30/09/96; Efeitos: 348 dias para aposentadoria.
Processo: 080003156/2000; Ficha: 23435; Matrícula: 39435-1; Nome: RENATA PIRANGI GOMES; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 01/10/96 a 31/10/96; 01/11/96 a 21/12/96; 01/06/97 a 23/12/97; Efeitos: 288 dias para aposentadoria.
Processo: 080001066/2001; Ficha: 23436; Matrícula: 51212-5; Nome: RITA HELENA DE SOUSA CARDOSO; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 09/08/76 a 31/01/79; Efeitos: 906 dias para aposentadoria.
Processo: 080000799/2001; Ficha: 23437; Matrícula: 31686-5; Nome: RONALDO LUIZ DE SOUZA; Função: Professor; Certidão expedida: Governo do Estado – Secretaria de Administração; Recife-PE; Período: 10/08/82 a 16/02/96; Efeitos: 4939 dias para aposentadoria, 4939 dias para padrão.
Processo: 080005601/2000; Ficha: 23438; Matrícula: 46630-1; Nome: ROSENDA MARIA VIEIRA PORTELA; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/02/82 a 02/12/86; 01/01/88 a 02/04/90; Efeitos: 2589 dias para aposentadoria.
Processo: 080000371/2001; Ficha: 23439; Matrícula: 42778-0; Nome: RUBERVAL GLORIA BATISTA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Sobradinho-DF; Período: 01/12/74 a 20/01/75; 03/05/76 a 16/02/78; 08/06/78 a 12/08/90; Efeitos: 5155 dias para aposentadoria.
Processo: 080001017/2001; Ficha: 23440; Matrícula: 32245-8; Nome: RUTH OLIVEIRA TAVARES; Função: Diversas; Certidão expedida: Secretaria de Gestão Administrativa; Brasília-DF; Período: 05/10/94 a 08/04/97; Efeitos: 917 dias para aposentadoria, 917 dias para adicionais por tempo de serviço.
Processo: 080005858/2000; Ficha: 23441; Matrícula: 26559-4; Nome: SAHIURE DE SOUZA SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Brasília-DF; Período: 01/02/87 a 16/10/90; 04/05/92 a 25/07/92; Efeitos: 1437 dias para aposentadoria.
Processo: 080000964/2000; Ficha: 23442; Matrícula: 200660-X; Nome: SANDRA PAULA E SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 10/02/92 a 31/10/92; 01/06/93 a 30/12/93; 01/03/94 a 29/02/96; 24/12/98 a 23/02/99; 12/04/99 a 25/07/99; Efeitos: 1376 dias para aposentadoria.
Processo: 080000964/2000; Ficha: 23443; Matrícula: 200660-X; Nome: SANDRA PAULA E SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 01/03/96 a 19/04/96; 22/04/96 a 12/07/96; 29/07/96 a 12/12/96; 25/03/97 a 23/12/97; 18/05/98 a 23/12/98; Efeitos: 763 dias para aposentadoria.
Processo: 080000802/2001; Ficha: 23444; Matrícula: 31380-7; Nome: SILVIA LEILA DE MOURA; Função: Não declarada; Certidão expedida: INSS; Planaltina-DF; Período: 01/02/86 a 09/11/90; Efeitos: 1743 dias para aposentadoria.
Processo: 080000802/2001; Ficha: 23445; Matrícula: 31380-7; Nome: SILVIA LEILA DE MOURA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Planaltina-DF; Período: 27/04/94 a 03/06/94; 06/06/94 a 22/12/94; 14/02/96 a 19/04/96; 22/04/96 a 12/07/96; 29/07/96 a 30/09/96; 01/10/96 a 31/10/96; Efeitos: 481 dias para aposentadoria.
Processo: 080000802/2001; Ficha: 23446; Matrícula: 31380-7; Nome: SILVIA LEILA DE MOURA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Planaltina-DF; Período: 01/11/96 a 20/12/96; Efeitos: 50 dias para aposentadoria.
Processo: 080003487/2000; Ficha: 23447; Matrícula: 32597-X; Nome: SIMONE VIEIRA GONÇALVES DE MELO; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Planaltina-DF; Período: 28/04/94 a 28/05/94; 29/05/94 a 15/07/94; 11/08/94 a 29/10/94; Efeitos: 159 dias para aposentadoria.
Processo: 080000286/2001; Ficha: 23448; Matrícula: 36141-0; Nome: SONIA MARIA OLIVEIRA LEMOS; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Taguatinga-DF; Período: 01/09/84 a 31/03/85; Efeitos: 212 dias para aposentadoria.
Processo: 080000286/2001; Ficha: 23449; Matrícula: 36141-0; Nome: SONIA MARIA OLIVEIRA LEMOS; Função: Professor; Certidão expedida: Secretaria da Educação; Teresina-PI; Período: 19/06/85 a 28/02/97; Efeitos: 4273 dias para aposentadoria, 4273 dias para padrão.
Processo: 080000286/2001; Ficha: 23450; Matrícula: 36141-0; Nome: SONIA MARIA OLIVEIRA LEMOS; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 12/05/97 a 23/12/97; Efeitos: 226 dias para aposentadoria.
Processo: 080004530/2000; Ficha: 23451; Matrícula: 37657-4; Nome: SUSIE DE QUEIROZ PEREIRA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Taguatinga-DF; Período: 03/04/95 a 29/06/95; 05/03/96 a 19/04/96; 06/05/96 a 12/07/96; 15/07/96 a 21/12/96; 20/08/97 a 23/12/97; 01/04/98 a 30/09/98; Efeitos: 671 dias para aposentadoria.
Processo: 080002978/2000; Ficha: 23452; Matrícula: 32402-7; Nome: VERA LUCIA DA SILVA OLIVEIRA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Planaltina-DF; Período: 27/07/92 a 30/12/92; Efeitos: 157 dias para aposentadoria.
Processo: 080002978/2000; Ficha: 23453; Matrícula: 32402-7; Nome: VERA LUCIA DA SILVA OLIVEIRA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Planaltina-DF; Período: 14/03/94 a 22/12/94; 20/02/95 a 07/07/95; 10/07/95 a 21/12/95; 28/02/96 a 12/07/96; 15/07/96 a 21/12/96; 11/03/97 a 11/03/97; Efeitos: 884 dias para aposentadoria.
Processo: 080004691/2000; Ficha: 23454; Matrícula: 33655-6; Nome: VICENTE DE PAULO BORGES V. DA SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Planaltina-DF; Período: 15/03/94 a 21/12/94; 17/02/95 a 02/05/95; 03/05/95 a 07/07/95; 24/07/95 a 21/12/95; 26/02/96 a 12/07/96; 29/07/96 a 20/12/96; Efeitos: 857 dias para aposentadoria.
Processo: 080004691/2000; Ficha: 23455; Matrícula: 33655-6; Nome: VICENTE DE PAULO BORGES V. DA SILVA; Função: Professor; Certidão expedida: INSS (FEDF); Planaltina-DF; Período: 26/03/97 a 04/06/97; Efeitos: 71 dias para aposentadoria.
Processo: 080005627/2000; Ficha: 23456; Matrícula: 39733-4; Nome: WALTER ISAAC RAMOS JACINTHO; Função: Agente Administrativo; Certidão expedida: INSS/INAMPS; Brasília-DF; Período: 01/12/78 a 09/03/83; Efeitos: 1560 dias para aposentadoria.
Processo: 080005627/2000; Ficha: 23457; Matrícula: 39733-4; Nome: WALTER ISAAC RAMOS JACINTHO; Função: Agente Administrativo; Certidão expedida: INSS/Secretaria de Administração Pública da Presidência da República; Brasília-DF; Período: 10/03/83 a 30/11/86; Efeitos: 1362 dias para aposentadoria.
Processo: 080005627/2000; Ficha: 23458; Matrícula: 39733-4; Nome: WALTER ISAAC RAMOS JACINTHO; Função: Agente Administrativo; Certidão expedida: MEC; Brasília-DF; Período: 01/12/86 a 03/02/91; Efeitos: 1526 dias para aposentadoria.
Processo: 080005627/2000; Ficha: 23459; Matrícula: 39733-4; Nome: WALTER ISAAC RAMOS JACINTHO; Função: Professor; Certidão expedida: INSS; Brasília-DF; Período: 04/02/91 a 24/08/94; Efeitos: 1298 dias para aposentadoria.
Processo: 080005627/2000; Ficha: 23460; Matrícula: 39733-4; Nome: WALTER ISAAC RAMOS JACINTHO; Função: Diversas; Certidão expedida: INSS; Brasília-DF; Período: 03/03/97 a 13/08/98; 17/08/98 a 06/04/99; Efeitos: 762 dias para aposentadoria.

ERICHSON DIAS NORONHA

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIAS DE 27 DE MARÇO DE 2001

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e à vista do disposto nos Decretos nºs 21.477 e 21.478, de 31 de agosto de 2000, resolve:
1 - Prorrogar por igual período, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria de 05 de fevereiro de 2001, processo nº 061.042.224/2000.
2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e à vista do disposto nos Decretos nºs 21.477 e 21.478, de 31 de agosto de 2000, resolve:
1 - Prorrogar por igual período, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria de 17 de janeiro de 2001, processo nº 061.003.129/99.
2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOFRAN FREJAT

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, DE 21 DE MARÇO DE 2001

A SUBSECRETÁRIA DE ATENÇÃO À SAÚDE/SES, no uso de suas competências que lhe foram atribuídas através do artigo 2º, do Decreto nº 21.477, de 31 de agosto de 2000, do Governador do Distrito Federal e tendo em vista o exposto no despacho do Secretário-Adjunto de Saúde, exarado nos Memorandos nºs 017, 018 e 019/2001, da Gerência de Nutrição da Diretoria de Promoção e Assistência à Saúde/SAS/SES, resolve:
1 – Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência da primeira, comporem Grupo de Trabalho incumbido de elaborar o Manual de Prescrição Dietética em Nutrição Enteral.
- Flávia Izabel Jorge Gonçalves, Assistente Superior de Saúde - Nutricionista, matrícula nº 132.553-1, lotada no HBDF, S. Nutrição.
- Ira Yáscara Fernandes, Assistente Superior de Saúde - Nutricionista, matrícula nº 128.828-8, lotada no HBDF, S. Nutrição.
- Maria do Socorro Bezerra Câmara, Assistente Superior de Saúde - Nutricionista, matrícula nº 126.120-7, lotada no HRT, S. Nutrição.
- Maria Hélida Guedes Lograd, Assistente Superior de Saúde - Nutricionista, matrícula nº 122.413-3, lotada no HRAN, S. Nutrição.
- Tereza Cristina Medeiros, Assistente Superior de Saúde - Nutricionista, matrícula nº 126.126-6, lotada no HBDF, S. Nutrição.
- Tereza Cristina Freitas Soares, Assistente Superior de Saúde - Nutricionista, matrícula nº 132.466-7, lotada no HRS, S. Nutrição.
- Yolanda Ivasaki, Assistente Superior de Saúde - Nutricionista, matrícula nº 132.233-8, lotada no HAB, S. Nutrição.
2 – Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para as conclusões dos trabalhos.
3 – Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DA PAZ COUTINHO D. MARTINS

DIRETORIAS REGIONAIS
DIRETORIA REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO N.º 30, DE 22 DE MARÇO DE 2001

O DIRETOR DA DIREÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA DA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do subitem 3, da Portaria n.º 2 de 16 de Janeiro de 2.001, publicada no DODF, n.º 12 de 17 de Janeiro de 2001, página 19 e nos termos do Decreto n.º 21.816 de 12 de Dezembro de 2.000, republicado em 15.12.2.000, resolve:
DESIGNAR a servidora, MARIA GORETH CAMPOS, AIS (Agende Administrativo) matrícula n.º 126.381-1, para substituir a Chefe da Seção de Administração do CSG – 04, símbolo DFG-05, no período de 06.02.2001 à 06.03.2001, por motivos de férias do titular, conforme Memorando n.º 10//2.001- Chefia /CSG-04.

DESIGNAR a servidora PATRÍCIA ALVES DE OLIVEIRA, AIS (Agende Administrativo) matrícula n.º 133.733-5, para substituir a Chefe da Seção de Administração do CSG - 05, símbolo DFG-05, no período de 09.02.2001 à 23.02.2001, por motivos de férias do titular, conforme Memorando n.º 25//2.001-S. ADM-CSG-05.
DESIGNAR a servidora OSVALDINEIA SILVEIRA SANTOS MELITO, AIS (Agente Administrativo) matrícula n.º 116.746-4, para substituir o Encarregado do Orçamento e Custos/DREFM, símbolo DFG-03, no período de 12.02.2001 à 26.02.2001, por motivos de férias do titular, conforme Memorando n.º 03//2.001- SOC/DREFM.
TORNAR SEM EFEITO, na Ordem de Serviço n.º 20 de 28 de Fevereiro de 2.001, publicada no DODF n.º 43 de 05.03.2.001, página 18, o ato que designou a servidora POLIANA SOUSA DE ABREU, ASS (Médico – Clínica Médica) matrícula n.º 353.238-1, para substituir o Chefe do CSG-2404, Símbolo DFG-08, no período de 02 a 16 de Janeiro de 2001, por motivo de férias do titular, conforme Memorando n.º 05/2.001-Chefia/CSG-04, face ao o disposto no artigo 7.º parágrafo II do Decreto n.º 14.478 de 01.03.94.

MÁRIO SÉRGIO NUNES

ORDEM DE SERVIÇO N.º 31, DE 22 DE MARÇO DE 2001

O DIRETOR DA DIREÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA DA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do inciso II, item 3, alínea "b" da Portaria nº 11 datada de 11 de setembro de 2000, da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, resolve:
Conceder Licença-Prêmio por assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112/90, combinado com a Lei nº 221/91, aos servidores abaixo relacionados:

Matrícula	Nome	Quinq	Período	Processo
108.018-1	Cornélio José de Oliveira	5º	11.11.94 a 10.11.99	061.033.321/91
118.351-6	Manoel Leite da Silva	3º	26.02.92 a 25.06.97	061.034.139/92
121.638-4	Leci Alberto de Morais	3º	01.09.93 a 30.10.98	061.033.280/92
121.767-4	Osmarina C. de Assis Botelho	3º	29.08.93 a 28.08.98	061.034.616/92
122.724-6	Gervásio Barbosa Barros	3º	05.05.94 a 03.07.99	061.034.622/92
124.151-6	Maria Joana da Silva	3º	09.02.95 a 08.02.00	061.033.156/92
125.149-1	Maria Nilda Soares	3º	27.03.95 a 26.03.00	061.033.659/92
130.451-8	Maria Eleonora P. do Carmo	2º	01.02.96 a 31.01.01	061.033.079/96
130.599-9	Maria do Amparo P. de S. Lima	2º	11.03.96 a 10.03.01	061.033.142/96
132.316-4	Diná Matos de Oliveira Morais	1º	04.01.93 a 18.01.01	061.033.660/99
136.194-5	Maria Simonia Bomtempo	1º	04.09.95 a 03.09.00	275.000.108/01
Centro de Saúde nº 03				
129.407-5	Zânia Márcia Xavier	2º	25.11.94 a 24.11.99	061.033.725/94
Centro de Saúde nº 06				
115.816-3	Maria Aparecida A. Correa	4º	05.01.96 a 04.01.01	061.034.071/92

MÁRIO SÉRGIO NUNES

ORDEM DE SERVIÇO N.º 32, DE 22 DE MARÇO DE 2001

O DIRETOR DA DIREÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA DA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso II , item 3, alínea "c", da Portaria nº 11 de 11 de setembro de 2000, da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, resolve:
Conceder Auxílio-Natalidade, nos termos do Artigo 196, da Lei nº 8.112/90, aos servidores abaixo relacionados:
Cancelar o Auxílio-Natalidade publicado no DODF nº 54 de 20.03.01 Pg.45, da servidora abaixo:
NOME: Luzia Antonia Marques de Miranda Matrícula: 126.909-7
Dependente: Sâmylla Marques de Miranda, nascida em 12.09.97.

MÁRIO SÉRGIO NUNES

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS

PORTARIA DE 5 DE ABRIL DE 1999

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 2º, caput e Parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, 1/4 (um quarto), que se encontrava em cota-reserva de acordo com a Portaria DIP de 17 de janeiro de 2000, do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC FRANCINILDO SIMPLÍCIO DA SILVA, Matrícula nº 14.486/X, falecido em 13 de dezembro de 1999, à filha menor, extra leito, THALITTA AMANDA DA SILVA, Matrícula nº 72.049/6, a contar de 13 de dezembro de 1999, no valor mensal, inicial de R$ 203,48 (duzentos e três reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 1/4 (um quarto) filha extra leito	R$	203,48

Saque-se em favor da beneficiária a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando as importâncias referentes ao período de 13 a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo, aguardando o requerimento da interessada, após o julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 17 DE SETEMBRO DE 1999

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
Conceder provisoriamente na forma dos artigos 40, § 5º e 42, § 10, da Constituição Federal, nos termos do Acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal – STF no Agravo Regimental em Mandado de Injunção nº 274-6-DF, publicado no DJ-Seção I, de 03/12/93, pág. 26.356, c/c os artigos 7º, incisos II, 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 2º, caput, da Portaria nº 3.952/SC-5/EMFA/97, 1/16 (um dezesseis avos) do benefício da Pensão Militar, a cada menor a seguir: LEÔNIDAS SOARES PAIVA, Matrícula nº 71.922/6; LEONARDO SOARES PAIVA, Matrícula nº 71.923/4 e PAULO MARCELO DA SILVA PAIVA, Matrícula nº 71.924/2, filhos extra leito do extinto Soldado QPPMC EDILSON RIBEIRO PAIVA, Matrícula nº 19.795/5, falecido em 15 de agosto de 1999, a contar do óbito, cabendo a cada menor a importância mensal, inicial de R$ 50,50 (cinqüenta reais e cinqüenta centavos), que se encontrava em cota-reserva, de acordo com a Portaria DIP de 23 de agosto de 1999, conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO	R$	115,80
GAM	R$	185,28
HAB. MILITAR	R$	92,64
IND. MORADIA	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA	R$	23,16
IND. DE REPRESENTAÇÃO	R$	115,80
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR -	R$	5,79
GRAT. CET	R$	200,18
TOTAL	R$	808,13
Cota-Parte: 1/16 (um dezesseis avos) cada filho	R$	50,50

WELLINGTON CORSINO DO NASCIMENTO – TC QOPM

PORTARIA DE 12 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
I - Tornar sem efeito a Portaria DIP de 23 de agosto de 1999, publicada no DODF nº 182, de 21 de setembro de 1999 e Títulos;
II - Conceder provisoriamente, na forma dos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, incisos I e II, 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alíneas "a" e "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86, Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 2º, caput, da Portaria nº 3.952/SC-5/EMFA/97, na proporção de 11/16 (onze dezesseis avos) já adicionados os 3/16 (três dezesseis avos) referentes aos filhos menores: ÉLVISSON RIBEIRO MOTA, ERICA PATRÍCIA RIBEIRO MOTA e THAIS RIBEIRO MOTA, à viúva, senhora MARLI DA MOTA PAIVA, Matrícula nº 71.918/8, a importância mensal, inicial de R$ 555,58 (qüinhentos e cinqüenta e cinco reais e cinqüenta e oito centavos) e de 1/16 (um dezesseis avos) do benefício da Pensão Militar, aos filhos menores seguir: MÁYRA DA COSTA PAIVA,

Matrícula nº 71.916/1, MAYARA DA COSTA PAIVA, Matrícula nº 71.917/X, LEÔNIDAS SOARES PAIVA, Matrícula nº 71.922/6; LEONARDO SOARES PAIVA, Matrícula nº 71.923/4 e PAULO MARCELO DA SILVA PAIVA, Matrícula nº 71.924/2, filhos extra leito do extinto Soldado QPPMC EDILSON RIBEIRO PAIVA, Matrícula nº 19.795/5, falecido em 15 de agosto de 1999, a contar do óbito, cabendo a cada menor a importância mensal, inicial de R$ 50,50 (cinqüenta reais e cinqüenta centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	5,79
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	808,13
Cotas-parte: 11/16 (onze dezesseis avos) viúva	R$	555,58
1/16 (um dezesseis avos) cada filho	R$	50,50

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, incisos I e II ; 9º, § 3º da Lei nº 3.765/60; 71, alíneas "a" e "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I, 2º, caput e Parágrafo Único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, o benefício da Pensão Militar legado pelo Cabo QPPMC JOÃO NETO LOPES TRANQUEIRA, Matrícula nº 19.247/3, da ativa, ocorrido em 11 de outubro de 1999, na proporção de 5/6 (cinco sextos), já adicionados os 2/6 (dois sextos) referentes aos filhos menores: KELLEN BATISTA TRANQUEIRA e KAIO BATISTA TRANQUEIRA, à viúva, senhora MARIA JOSÉ BATISTA LOPES, Matrícula nº 71.956/0 e de 1/6 (um sexto) , ao filho menor extra leito : WESLLEY RAMOS TRANQUEIRA, Matrícula nº 71.960/9, a contar de 11 de outubro de 1999, no valor mensal, inicial de R$ 763,55 (setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) para a viúva e de R$ 152,72 (cento e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos), para o filho menor, extra leito, conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	39,06
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	13,02
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	6,51
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	916,27
Cotas-Parte: 5/6 (cinco sextos) para viúva	R$	763,55
1/6 (um sexto) para filha extra leito	R$	152,72

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIAS DE 9 DE DEZEMBRO DE 1999

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, e 9º, § 1º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94; 1/6 (um sexto) do benefício da Pensão Militar legado pelo 3º Sargento QPPMC FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO, Matrícula nº 06.166/2, da ativa, falecido em 19 de maio de 1999, para o filho menor, extra leito, ALESSANDRO FREITAS DO NASCIMENTO, Matrícula nº 71.875/0, a contar do óbito do instituidor, no valor mensal, inicial de R$ 215,91 (duzentos e quinze reais e noventa e um centavos), ficando 5/6 (cinco sextos) em cota-reserva, aguardando os requerimentos de GLAUBER DE SOUZA NASCIMENTO, GLÁUCIA DE SOUZA NASCIMENTO, GLAUCIARA DE SOUZA NASCIMENTO, BRUNO DE SOUZA NASCIMENTO e JOHNATA DE SOUZA NASCIMENTO, conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	178,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (160%)	R$	285,12
IND. REPRESENTAÇÃO - Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (85%)	R$	151,47
HAB. MILITAR - Lei 8.237/91, alt. p/ Lei 9.367/96 - proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	142,56
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	53,46
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	35,64
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	35,64
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	17,82
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR – Lei 5.619/70 (20%)	R$	35,64
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	359,92
TOTAL	R$	1.295,47
Cota - parte: 1/6 (um sexto) cada filho	R$	215,91

I - Excluir da condição de Pensionista Militar o menor LUCAS ALEXANDRE DE SOUZA JOSIAS, Matrícula nº 71.329/5, tendo em vista a habilitação tardia de sua genitora a senhora LINDALVA FABRÍCIO DE SOUZA;
II - Rever a Portaria DP de 30 de novembro de 1995 para redistribuir na forma artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 71, alínea "b" e 72, caput e § 1º, da Lei nº 6.023/74, 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94, e 1º, inciso II e 2º, caput e Parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, o benefício da Pensão Militar legado pelo 3º Sargento QPPMC ELIARQUE JOSIAS TERESA, Matrícula nº 07.474/8, da ativa, falecido em 23 de setembro de 1995, concedendo a 3/4 (três quarto), já adicionado 1/4 (um quarto) referente ao filho menor LUCAS ALEXANDRE DE SOUZA JOSIAS, para a senhora LINDALVA FABRÍCIO DE SOUZA, Matrícula nº 71.984/6, companheira do instituidor, ficando 1/4 (um quarto) para a filha menor do instituidor CYNTHIA DE SOUZA JOSIAS, Matrícula nº 71.354/5, a contar de 23 de novembro de 1999, data do requerimento da companheira, no valor mensal, inicial de R$ 958,23 (novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) para a companheira e de R$ 319,42 (trezentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos) para a filha menor, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	178,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (160%)	R$	285,12
IND. REPRESENTAÇÃ0 - Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (85%)	R$	151,47
HAB. MILITAR - Lei 8.237/91, alt. p/ Lei 9.367/96 - proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	142,56
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	53,46
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	35,64
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	35,64
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	17,82
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	17,82
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	359,92
TOTAL	R$	1.277,65
Cotas - parte: 3/4 (três quartos)	R$	958,23
1/4 (um quarto)	R$	319,42

II - Saque-se na nova situação, em favor das beneficiárias, a contar de 1º de dezembro de 1999.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 17 DE JANEIRO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I e 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a" da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, 3/4 (três quartos), já adicionado 1/4 (um quarto) referente à filha menor: JÉSSICA MARTINS SILVA, do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC FRANCINILDO SIMPLÍCIO DA SILVA, Matrícula nº 14.486/X, da ativa, falecido em 13 de dezembro de 1999, para a viúva, senhora SÔNIA APARECIDA SILVA, Matrícula nº 71.992/7, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 610,44 (seiscentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), ficando 1/4 (um quarto) em cota-reserva aguardando o requerimento da filha menor, de outro leito: THALITTA AMANDA DA SILVA, conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 3/4 (três quartos)	R$	610,44

Saque-se em favor da beneficiária a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando a importância referente ao período de 13 a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo aguardando o requerimento da Legalidade da concessão pelo Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.
I – Excluir da condição de Pensionistas Militares, a contar de 08 de dezembro de 1999, a menor VANESSA EVANGELISTA DOS SANTOS, Matrícula nº 71.853/X, tendo em vista a habilitação tardia de sua genitora, a senhora FRANCISCA FERREIRA DOS REIS LIMA.
II – Rever a Portaria DIP de 30 de abril de 1999, para conceder e redistribuir na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, com a nova Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" e 72, Caput e § 1º, da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso II, 2º, caput e Parágrafo único da Portaria EMFA/94 nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, o benefício da Pensão Militar legado pelo QPPMC MAURÍCIO EVANGELISTA DOS SANTOS, Matrícula nº 06.414/9, da ativa, falecido em 25 de março de 1999, concedendo 3/4 (três quartos), já adicionado 1/4 (um quarto) referente à filha menor: VANESSA EVANGELISTA DOS SANTOS, para a companheira, a senhora FRANCISCA FERREIRA DOS REIS LIMA, Matrícula nº 71.985/4, ficando ¼ (um quarto) para a filha menor: VIVIANE SILVA SANTOS, Matrícula nº 71.852/1 a contar de 08.12.99, data do requerimento da companheira, no valor mensal, inicial de R$ 696,96 (seiscentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos) para a companheira e de R$ 232,33 (duzentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos) para a filha menor, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	39,06
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (15%)	R$	19,53
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	13,02
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	929,29
Cotas-parte: 3/4 (três quartos)	R$	696,96
1/4 (um quarto)	R$	232,33

III - Saque-se na nova situação, em favor das beneficiárias, a contar de 1º de janeiro de 2000.

REVER a Portaria DIP de 15 de dezembro de 1998, para excluir da condição de Pensionista Militar o senhor MANOEL TEODORO DA CRUZ, Matrícula nº 71.782/7, com vistas a habilitação tardia da senhora MARIA RIBEIRO DOS SANTOS, Matrícula nº 71.990/0;

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 72, Caput, da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso II, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC GILSON TEODORO DA CRUZ, Matrícula nº 18.792/5, da ativa, falecido em 21 de novembro de 1998, para a senhora MARIA RIBEIRO DOS SANTOS, Matrícula nº 71.990/0, companheira do instituidor, a contar de 29 de dezembro de 1999, data do seu requerimento no valor mensal, inicial de R$ 784,97 (setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (10%)	R$	11,58
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	5,79
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	784,97
Cota-Parte: 100% (cem por cento)		

Saque-se em favor da Pensionista Militar, a contar de 1º de janeiro de 2000.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/60, 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74, 141, da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar, a menor SARA KALI DA SILVA LIMA, Mat. nº 72.019/4, filha do extinto Cabo QPPMC MARCOS AURÉLIO DE LIMA, Mat. nº 20.261/4, falecido em 03 de fevereiro de 2000, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 890,23 (oitocentos e noventa reais e vinte e três centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (10%)	R$	13,02
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	13,02
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	6,51
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	890,23
Cota-Parte: 100% (cem por cento)		

Rever a Portaria DP de 16 de setembro de 1997, para excluir da condição de Pensionista Militar, a contar de 10 de janeiro de 2000 a menor RAYANE FERREIRA ALVES, Matrícula nº 70.937/9, tendo em vista a habilitação de sua genitora;

Conceder provisoriamente, o benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC EDMILSON HERMENEGILDO ALVES, Matrícula nº 16.284/1, da ativa, ocorrido em 27 de setembro de 1992, à filha menor: MÁRCIA REGINA ASSIS ALVES, Matrícula nº 72.011/9, redistribuindo o benefício na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" e 72, § 1º, da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso II e 2º, caput e Parágrafo Único, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, na proporção de 5/8 (cinco oitavos), para a companheira, senhora MARIA DOS REIS FERREIRA, Matrícula nº 71.593/X, já adicionado 1/8 (um oitavo) referente à sua filha menor: RAYANE FERREIRA ALVES e de 1/8 (um oitavo) para cada filha menor: DAYSE LORENNY SANTOS ALVES, Matrícula nº 70.938/7, ERICE KATRINNY SOARES ALVES, Matrícula nº 71.488/7 e MÁRCIA REGINA ASSIS ALVES, Matrícula nº 72.011/9, no valor mensal, inicial de R$ 501,46 (quinhentos e um reais e quarenta e seis centavos) para a companheira e de R$ 100,29 (cem reais e vinte e nove centavos) para cada filha menor habilitada, conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	802,34
Cotas-Parte: 5/8 (cinco oitavos)	R$	501,46
1/8 (um oitavo)	R$	100,29

Saque-se em favor de MÁRCIA REGINA ASSIS ALVES, Matrícula nº 72.011/9, a contar de 10 de janeiro de 2000, data do seu requerimento.

Saque-se, na nova situação, em favor de MARIA DOS REIS FERREIRA, Matrícula nº 71.593/X; DAYSE LORENNY SANTOS ALVES, Matrícula nº 70.938/7 e ERICE KATRINNY SOARES ALVES, Matrícula nº 71.488/7, a contar de 1º de fevereiro de 2000, isentando-as da devolução das importâncias referentes ao período de 10 a 31 de janeiro de 2000, recebidas de boa fé.

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I, e 9º, § 3º da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I e 2º, Caput e Parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, o benefício da Pensão Militar, legado pelo Soldado QPPMC JOSÉ CARLOS GONÇALVES DOS SANTOS, Matrícula nº 13.948/3, da ativa, falecido em 18 de janeiro de 2000, na proporção de 5/6 (cinco sextos) para a viúva, senhora DELCY SILVA REIS DOS SANTOS, Matrícula nº 72.013/5, já adicionados 2/6 (dois sextos) referentes aos seus filhos menores: THIAGO SILVA GONÇALVES e LENIRA SILVA GONÇALVES, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 678,25 (seiscentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos), ficando 1/6 (um sexto) em cota-reserva aguardando o requerimento de GABRIEL FERREIRA DA COSTA, filho menor , de outro leito, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota - Parte : 5/6 (cinco sextos)	R$	678,25

Conceder, provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a" da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997; 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC HAMILTON CAVALCANTE, Matrícula nº 13.119/9, da ativa, falecido em 29 de outubro de 1999, à viúva, senhora KELY CRISTINA MACÊDO CAVALCANTE, Matrícula nº 72.012/7, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 813,92 (oitocentos e treze reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 100%		

Saque-se em favor da Pensionista Militar, a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando as importâncias referentes ao período de 29 de outubro a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo, aguardando o requerimento da interessada, após o julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.
Rever a Portaria DP de 11 de setembro de 1995, para conceder, provisoriamente e redistribuir na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, incisos I e II, 9º, § 3º e 20, Parágrafo único da Lei nº 3.765/60, 71, alíneas "a" e "b", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I e 2º, caput e Parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, o benefício da pensão militar legado pelo ex- Soldado QPPMC RONAN MONTEIRO PENA DA SILVA, Matrícula nº 05.961/7, excluído da Corporação através da Portaria PMDF de 20 de maio de 1992, efetivada a contar de 04 de agosto de 1995, através do BCG nº 151 de 11 de agosto de 1995, na proporção de 3/4 (três quartos) para a senhora GILDENIR RODRIGUES PENA DA SILVA, Matrícula nº 71.311/2, já adicionado 1/4 (um quarto) referente à sua filha: MÁRCIA RODRIGUES PENA DA SILVA e de 1/4(um quarto) para a filha menor, de outro leito: GRAZIELLE MONTEIRO PENA DA SILVA, Matrícula nº 72.018/6, a contar de 07 de dezembro de 1999, data do requerimento da filha menor de outro leito, no valor mensal, inicial de R$ 614,76 (seiscentos e quatorze reais e setenta e seis centavos) para a viúva e de R$ 204,95 (duzentos e quatro reais e noventa e cinco centavos) para a filha menor extra leito, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (15%)	R$	17,37
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	819,71
Cotas-Parte: 3/4 (três quartos)	R$	614,76
1/4 (um quarto)	R$	204,95

Saque-se em favor de GRAZIELLE MONTEIRO PENA DA SILVA, Matrícula nº 72.018/6, a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando a importância referente ao período de 07 a 31 de dezembro em exercíco findo aguardando o seu requerimento, após o julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal;
Saque-se na nova situação em favor de GILDENIR RODRIGUES PENA DA SILVA, Matrícula nº 71.311/2, a contar de 1º de fevereiro de 2000, isentado-a da devolução da diferença entre os valores recebidos para o valor atualizado, recebida de boa-fé.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000

ATOS DO DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS
O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
Rever a Portaria DP de 14 de novembro de 1989 (fls. 84/85) para cancelar a concessão da cota-parte de 1/8 (um oitavo) da pensão tronco, referente ao Pensionista Militar MÁRCIO DA SILVA, Matrícula nº 70.627/2, por haver atingido a maioridade em 16 de dezembro de 1999, de acordo com artigo 23, inciso II da Lei nº 3.765/60, regulamentado pelo artigo 65, inciso II, do Decreto nº 49.096/060;
Redistribuir o benefício da Pensão Militar, legado pelo extinto Soldado QPPMC MARIANO DA SILVA NETO, Matrícula nº 04.721/X, falecido em 14 de janeiro de 1989, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, 9º, § 3º e 23, inciso II da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", 72, § 2º, da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso II da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, a contar de 16 de dezembro de 1999, na proporção de 3/6 (três sextos) para a companheira MARIA LEONIZA SOBRAL, Matrícula nº 70.681/7, no valor mensal, inicial de R$ 406,95 (quatrocentos e seis reais e noventa e cinco centavos) e 1/6 (um sexto) aos filhos menores: FÁBIO DA SILVA, Matrícula nº 70.628/0, FABIANO DA SILVA, Matrícula nº 70.629/9 e RENATA DA SILVA, Matrícula nº 70.630/2, no valor mensal, inicial de R$ 135,65 (cento e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO – Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cotas - Partes : 3/6 (três sextos)	R$	406,95
1/6 (um sexto)	R$	135,65

Saque-se na nova situação, a contar de 1º de março de 2000, pois os valores recebido pelo ex-pensionista militar beneficiou o mesmo tronco familiar.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 10 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
Rever a Portaria DP de 31 de janeiro de 1991, para excluir da condição de Pensionista Militar da Corporação a senhora MARIA VERÍSSIMO MACHADO, Matrícula nº 70.744/9, falecida em 12 de abril de 1999, a contar desta data.
Reverter, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso V e 23, inciso III e 24, caput, da Lei nº 3.765/60, o último regulamentado pelo artigo 48, alínea "b", do Decreto nº 49.096/60; 71, alínea "e", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94; 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo ex-Soldado QPPMC OLIMPIO RODRIGUES PEREIRA, Matrícula nº 04.077/0, excluído da Corporação em 09 de junho de 1984, que vinha recebendo a extinta Pensionista Militar MARIA VERÍSSIMO MACHADO, Matrícula nº 70.744/9, falecida em 12 de abril de 1999, em favor da senhora INÁCIA RODRIGUES PEREIRA, Matrícula nº 72.025/9, irmã solteira do instituidor, a contar do óbito da Pensionista Militar, no valor mensal, inicial de R$ 813,92 (oitocentos e treze reais noventa e dois centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 100% (cem por cento)		

Saque-se em favor da senhora INÁCIA RODRIGUES PEREIRA, Matrícula nº 72.025/9, a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando as importâncias referentes ao período compreendido entre 1º de novembro a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo, aguardando o requerimento da interessada, após o julgamento da legalidade da reversão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, com vistas as importâncias referentes ao período entre o óbito da extinta pensionista , ou seja, 12 de abril a 31 de outubro de 1999, haverem sido sacadas por sua família.
Conceder, provisoriamente, na forma dos artigos 40, §§ 7º e 8º e, 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, 9º, § 1º e 17, § 1º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94, do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Soldado QPPMC ARISON FERNANDES DA SILVA, Matrícula nº 23.071/5, da ativa, falecido em 13 de novembro de 1999, não contribuinte da Pensão Militar mas, conforme restou apurado em Inquérito Policial Militar, em consequência de ato de serviço, às suas filhas menores, a seguir: INGRID BORGES LOBO FERNANDES, Matrícula nº 72.026/7 e AMANDA BORGES LOBO FERNANDES, Matrícula nº 72.027/5, em rateio igual, a contar do óbito do instituidor, cabendo a cada menor a importância mensal, inicial de R$ 629,91 (seiscentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	178,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	285,12
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (85%)	R$	151,47
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	142,56
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	53,46
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	35,64
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	35,64
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	17,82
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	359,92
TOTAL	R$	1.259,83
Cota-Parte: 50% (cinquenta por cento) cada filha	R$	629,91

Descontar de cada pensionista, em 24 (vinte e quatro) parcelas, 12 (doze) contribuições de 3º Sargento PM, devidas à Pensão Militar, em conformidade com o artigo 16, § 1º, da Lei nº 3.765/60.
Sacar em favor das beneficiárias, a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando as importâncias compreendidas entre 13 de novembro a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo aguardando requerimento das interessadas, após o julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 14 DE MARÇO DE 2000

ATOS DO DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS
O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I e 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86, Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I e 2º, caput, e Parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, 3/4 (três quartos) do benefício da Pensão Militar, legado pelo extinto Soldado QPPMC MARCELO DE LUNA, Matrícula nº 15.278/1, da ativa, falecido em 14 de janeiro de 2000, à viúva, senhora TEREZA SÁVIA DA SILVA LUNA, Matrícula nº 72.039/9, já adicionado à sua fração, 1/4 (um quarto) referente ao seu filho TARDELLI DA SILVA LUNA, a contar do óbito do instituidor, no valor mensal, inicial de R$ 610,44 (seiscentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), ficando 1/4 (um quarto) do quantum em cota-reserva, aguardando a habilitação do filho ALAN MARCELO, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cotas-Partes: 3/4 (três quartos) para a viúva	R$	610,44
1/4 (um quarto) filho	R$	203,48

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIAS DE 5 DE ABRIL DE 2000

ATOS DO DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a" da Lei nº 6.023/74, 141 da Lei nº 7.475/86, Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Soldado QPPMC JOSÉ ROSAS DA SILVA, Matrícula nº 11.969/5, da ativa, falecido em 08 de março de 2000, à viúva, senhora EDNALDA DE SOUSA FÉLIX SILVA, Matrícula nº 72.046/1, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 813,92 (oitocentos e treze reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 100% (cem por cento)		

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c o artigo 7º, inciso I, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a" da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo 2º Sargento QPPMC GELSON MARQUES RIBEIRO, Matrícula nº 07.611/2, da ativa, falecido em 04 de março de 2000, à viúva senhora ODETE PEREIRA LINS, Matrícula nº 72.051/8, a contar do óbito do instituidor, no valor mensal, inicial de R$ 1.526,45 (mil, quinhentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	211,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	337,92
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	168,96
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	63,36
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	42,24
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	42,24
IND. DE REPRESENTAÇÃO – Cb e Sds Lei 5619/70 alt. P/ Dec. 11308/88 e Proc. 4158/95 Dec. 15669/95 do TCDF e Proc. 828/95 PMDF (100%)	R$	179,52
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	21,12
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (15%)	R$	31,68
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	428,21
TOTAL	R$	1.526,45
Cota-Parte: 100% (cem por cento)		

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c o artigo 7º, inciso II e 9º, § 1º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a" da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94, 50% (cinquenta por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Soldado QPPMC CHARLEY COSTA SILVA, Matrícula nº 20.432/3, da ativa, falecido em 23 de fevereiro de 2000, ao filho menor CHAYON MARSHALL SOUSA SILVA, Matrícula nº 72.050/X, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 404,06 (quatrocentos e quatro reais e seis centavos), ficando os 50% (cinquenta por cento) restantes em cota-reserva aguardando o requerimento da filha menor: PRISCILA MIKAELEN SILVA MUNIZ, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	5,79
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	808,13
Cota-parte: 50% (cinquenta por cento)	R$	404,06

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 2º, caput da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, 1/6 (um sexto), que se encontrava em cota-reserva de acorco com a Portaria DIP de 10 de fevereiro de 2000, do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC JOSÉ CARLOS GONÇALVES DOS SANTOS, Matrícula nº 13.948/3, da ativa, falecido em 18 de janeiro de 2000, ao filho menor, de outro leito, GABRIEL FERREIRA DA COSTA, Matrícula nº 72.052/6, a contar de 18 de janeiro de 2000, no valor mensal, inicial de R$ 135,67 (cento trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 1/6 (um sexto) filho de outro leito	R$	135,67

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 2 DE MAIO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e 9º, § 1º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94; o benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Soldado QPPMC FRANCISCO ROSA DE JESUS, matrícula 12.619/5, da ativa, falecido em 07 de janeiro de 2000, na proporção de 1/3 (um terço) para o filho menor WENDEL DE JESUS CRUZ, Matrícula nº 72.066/6, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 271,31 (duzentos e setenta e um reais e trinta e um centavos), ficando 2/3 (dois terços) em cota-reserva, aguardando os requerimentos de CARLOS WILLIAN MENESES DE JESUS e HÉRICA LORENNA DA CONCEIÇÃO DE JESUS, filhos menores de outros leitos, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR – Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. P/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cotas-Parte: 1/3 (um terço) cada beneficiário	R$	271,31

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI – CEL QOPM

PORTARIA DE 8 DE MAIO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e 9º, § 1º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94; o benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC GLAUCO CÉSAR DE MATOS SILVA, matrícula 16.957/9, da ativa, falecido em 20 de abril de 2000, na proporção de 50% (cinqüenta por cento) para cada filho menor do instituidor: DAYANE SOUZA DE MATOS, Matrícula nº 72.077/1 e BRAYAN CÉSAR SOUZA DE MATOS SILVA, Matrícula nº 72.078/X, a contar do óbito, tendo cada cota-parte, o valor mensal, inicial de R$ 406,96 (quatrocentos e seis reais e noventa e seis centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR – Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. P/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 50% (cinqüenta por cento)	R$	406,96

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e 9º, § 1º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94, 50% (cinquenta por cento) benefício da Pensão

Militar, legado pelo Soldado QPPMC CHARLEY COSTA SILVA, Matrícula nº 20.432/3, da ativa, falecido em 23 de fevereiro de 2000, que se encontravam em cota-reserva, de acordo com a Portaria DIP de 05 de abril de 2000, à filha menor: PRISCILA MIKAELEN SILVA MUNIZ, Matrícula nº 72.075/5, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 404,06 (quatrocentos e quatro reais e seis centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA – Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	5,79
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	808,13
Cota-parte: 50% (cinqüenta por cento)	R$	404,06

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Soldado QPPMC SEBASTIÃO PEREIRA DE ARAÚJO FILHO, Matrícula nº 14.954/3, da ativa, falecido em 30 de abril de 2000, à viúva, senhora MARIA CLEIDE DO VALE ARAÚJO, Matrícula nº 72.079/8, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 813,92 (oitocentos e treze reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-parte: 100% (cem por cento)		

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI – CEL QOPM

PORTARIA DE 6 DE JUNHO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94; 2º, Parágrafo único, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo 1º Sargento QPPMC WALTER FERREIRA DA ROCHA, Matrícula nº 03.466/5, da ativa, falecido em 03 de maio de 2000, à viúva, senhora DOLORES MONTEIRO ROCHA, Matrícula nº 72.094/1, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 1.856,78 (mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	239,40
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (160%)	R$	383,04
IND. REPRESENTAÇÃO - Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (85%)	R$	203,49
HAB. MILITAR - Lei 8.237/91, alt. p/ Lei 9.367/96 - proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	263,49
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	71,82
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	47,88
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	47,88
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	59,85
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (15%)		23,94
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	516,14
TOTAL	R$	1.856,78
Cota-parte: 100% (cem por cento)		

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e 9º, § 1º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94; 2/3 (dois terços), que se encontravam em cota-reserva através da Portaria DIP de 02 de maio de 2000, do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC FRANCISCO ROSA DE JESUS, matrícula 12.619/5, da ativa, falecido em 07 de janeiro de 2000, na proporção de 1/3 (um terço) para cada filho menor: CARLOS WILLIAN MENESES DE JESUS, Matrícula nº 72.085/2 e HÉRICA LORENNA DA CONCEIÇÃO DE JESUS, Matrícula nº 72.086/0, a contar do óbito, tendo cada fração o valor mensal, inicial de R$ 271,31 (duzentos e setenta e um reais e trinta e um centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR – Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. P/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cotas-Parte: 1/3 (um terço) cada beneficiário	R$	271,31

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e, 9º, § 2º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 2º da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, 1/4 (um quarto) que se encontrava em cota-reserva, conforme Portaria DIP de 14 de março de 2000 do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC MARCELO DE LUNA, Matrícula nº 15.278/1, da ativa, falecido em 14 de janeiro de 2000, ao filho: ALAN MARCELO NOVAES DE LUNA, Matrícula nº 72.091/7, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 203,48 (duzentos e três reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 1/4 (um quarto)	R$	203,48

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e, 9º, § 1º da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94 , o benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC JUNIVALDO GRANJA MARQUES, Matrícula nº 17.445/9, da ativa, falecido em 07 de maio de 2000, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) para cada filho menor do instituidor: WELLINGTON SILVA MARQUES, Matrícula nº 72.095/X, KELLY CRISTINA SILVA MARQUES, Matrícula nº 72.096/8, TAMARA SILVA MARQUES, Matrícula nº 72.097/6 e TALITA SILVA MARQUES, Matrícula nº 72.098/4, a contar do óbito, tendo cada cota-parte, o valor mensal, inicial de R$ 202,03 (duzentos e dois reais e três centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	5,79
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	808,13
Cota-parte: 25% (vinte e cinco por cento)	R$	202,03

Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, e 9º, § 1º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94; 5/6 (cinco sextos) que se encontravam em cota-reserva através da Portaria DIP de 09 de dezembro de 1999, do benefício da Pensão Militar legado pelo 3º Sargento QPPMC FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO, Matrícula nº 06.166/2, da ativa, falecido em 19 de maio de 1999, na proporção de 1/6 (um sexto) para cada filho menor do instituidor: GLAUBER DE SOUZA NASCIMENTO, Matrícula nº 71.873/4, GLAUCIA DE SOUZA NASCIMENTO, Matrícula nº 72.081/X, BRUNO DE SOUZA NASCIMENTO, Matrícula nº 72.082/8, GLAUCIARA DE SOUZA NASCIMENTO, Matrícula nº 72.083/6 e JOHNATA DE SOUZA NASCIMENTO, Matrícula nº 72.084/4, a contar do óbito, tendo cada fração o valor mensal, inicial de R$ 215,91 (duzentos e quinze reais e noventa e um centavos), conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	178,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (160%)	R$	285,12
IND. REPRESENTAÇÃO - Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (85%)	R$	151,47
HAB. MILITAR - Lei 8.237/91, alt. p/ Lei 9.367/96 - proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	142,56
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	53,46
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	35,64
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	35,64
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	17,82
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR – Lei 5.619/70 (20%)	R$	35,64
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	359,92
TOTAL	R$	1.295,47
Cota - parte: 1/6 (um sexto) cada filho	R$	215,91

Saque-se em favor dos Pensionistas Militares a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando as importâncias referentes ao período de 19 de maio a 31 de dezembro de 1999 em exercício findo, aguardando os requerimentos dos interessados, após o julgamento da legalidade pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 7 DE JUNHO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
Rever a Portaria DIP de 1º de setembro de 1998, para excluir da condição de Pensionista Militar, de acordo com o artigo 23, inciso II da Lei nº 3.765/60, regulamentado pelo artigo 65, inciso II, do Decreto nº 49.096/60, a contar de 03 de junho de 2000, CLELTON PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 70.883/6, que atingiu a maioridade nesta data;
Transferir, a contar de 03 de junho de 2000, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º da Constituição Federal, conforme nova redação pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, 9º, § 1º e, 24 da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94; 1/3 (um terço) do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC JOÃO SANTANA DE SOUZA, Matrícula nº 03.148/8, Reformado com proventos de 3º Sargento PM, falecido em 28 de março de 1990, e redistribuir na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada Pensionista Militar: MARIA IRIS PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 70.779/1 e CLEIDE PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 70.882/8, cabendo a cada Pensionista Militar, o valor mensal, inicial de R$ 767,12 (setecentos e sessenta e sete reais e doze centavos), conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO INATIVO - Tab. Esc. Vert. EMFA, Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	178,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e alt. p/ Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) (160%)	R$	285,12
HAB. MILITAR - Lei 8.237/91, alt. p/ Lei 9.367/96 (80%)	R$	142,56
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, Acresc p/ Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	35,64
ADIC. DE INATIVIDADE-Item 3 Art.93 e 107 da Lei 5.619/70 c/redaç.dada pelo Dec.Lei 1716 de 21.11.79.Port.PMDF 096/13.06.96-PERCENTUAIS: os da Lei 8.237/91 Alt. p/ Lei 9.367/96 (LRM)	R$	506,08
TEMPO SERV. MILITAR - Lei 5.619/70 - (15%)	R$	26,73
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	359,92
TOTAL	R$	1.534,25
Cotas-partes: 50% (cinquenta por cento)	R$	767,12

Saque-se em favor de CLELTON PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 70.883/6, a importância referente a 03 (três) dias do benefício.
Rever a Portaria DP de 28 de fevereiro de 1997, para conceder e redistribuir, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e, 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" e, 72, Caput da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94; e 1º, inciso II e, 2º, caput da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, o benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC LUIS ANTÔNIO DA SILVA, Matrícula nº 05.429/1, falecido em 03 de novembro de 1996, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para a companheira TEREZINHA MARTINS, Matrícula nº 72.100/X e de 50% (cinquenta por cento) para a filha, menor, LUANA CRISTINA DOS ANJOS SILVA, Matrícula nº 71.521/2, a contar de 30 de maio de 2000, data do requerimento da companheira, tendo cada cota-parte o valor mensal, inicial de R$ 398,27 (trezentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR – Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (10%)	R$	11,58
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. P/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (15%)	R$	17,37
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. C/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	796,55
Cota-Parte: 50% (cinquenta por cento) cada Pensionista	R$	398,27

Saque-se na nova situação, a contar de 1º de junho de 2000.

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI - CEL QOPM

PORTARIA DE 8 DE JUNHO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso V, 9º, § 1º e 17, § 1º, da Lei nº 3.765/60; 71 alínea "e", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94, o benefício da Pensão Militar legado pelo ex-Soldado QPPMC ELITON DE SOUZA PINTO, Matrícula nº 22.826-X, da ativa, falecido em 09 de abril de 1999 e conforme restou apurado em Inquérito Policial Militar nº 083/99, em ato de serviço, às suas irmãs: TATIANE DE SOUZA PINTO, Matrícula nº 72.102-6 e KÉSIA DE SOUZA PINTO, Matrícula nº 72.104-2, em rateio igual, a contar do óbito no valor mensal, inicial de R$ 612,09 (seiscentos e doze reais e nove centavos) para cada Pensionista Militar, conforme o demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	178,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (160%)	R$	285,12
IND. REPRESENTAÇÃ0 - Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proç.828/95 PMDF - (85%)	R$	151,47
HAB. MILITAR - Lei 8.237/91, alt. p/ Lei 9.367/96 – proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	142,56
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	17,82
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	35,64
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	35,64
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	17,82
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	359,92
TOTAL	R$	1.224,19
Cotas - partes: 50% (cinqüenta por cento)	R$	612,09

Descontar de cada Pensionista Militar, em 24 (vinte e quatro) parcelas, 12 (doze) contribuições de 3º Sargento, devidas à Pensão Militar, em conformidade com o artigo 16, § 1º, da Lei nº 3.765/60;
Saque-se em favor das beneficiárias, a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando as importâncias referentes ao período de 09 de abril a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo aguardando os requerimentos das interessadas, após o julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI – CEL QOPM

PORTARIA DE 20 DE JUNHO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
Rever a Portaria DIP de 09 de junho de 1998, para conceder, provisoriamente, na forma dos artigos 40, § 5º e 42, § 10, da Constituição Federal, nos termos do Acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal-STF no Agravo Regimental em Mandado Injunção nº 274-6-DF, publicado no DJ-Seção I, de 03/12/93, pág. 26.356, c/c os artigos 7º, inciso I, da Lei nº 3.765/60; 6º, §§ 1º e 2º do Decreto nº 49.096/60; 71, alínea "a", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997; a MELHORIA do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Major QOPM PAULO ROBERTO MARCELINO, Matrícula nº 00.413/8, promovido "post-mortem" ao posto de Tenente-Coronel QOPM, conforme publicação contida no DODF de 29 de maio de 2000, à viúva do instituidor, senhora ROSÂNIA BORGES MARCELINO, Matrícula nº 71.705/3, a contar de 29 de maio de 1998, data do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 3.980,76 (três mil, novecentos e oitenta reais e setenta e seis centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO -Tab. de Esc. Vertical do EMFA Art. 122 Lei 5.619/70 Anexo Lei 7.961/89 Art. 6º Lei 7.472/85	R$	449,10
GAM- Lei 8.448/92 c/c. Lei 8.852/94 Lei Del. 012/92 c/adeq. Lei 7.961/89 (LRM) – 160%	R$	718,56
INDENIZAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO - Lei 8.237/91 e Lei 9.367/96 – 130%	R$	583,83
HABILITAÇÃO MILITAR- Lei 8.237/91 e alt. Pela Lei 9.367/96 – 110%	R$	494,01
INDENIZAÇÃO DE MORADIA Lei 5.619/70 alt. Pelo Dec. 8.075/84 – 30%	R$	134,73
ADEQUAÇÃO ART. 2 LEI 7.961/8	R$	89,82
COMPENSAÇÃO ORGÂNICA Lei 5.619/70 acrsc. p. Lei 7.609 alt p.Dec. 10.645/70 20%	R$	89,82
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR Lei 5.619/70 – 15%	R$	67,36
GRAT. SERVIÇO ATIVO Lei 5.619/70 alt. p.Dec. 9.157/85 – 10%	R$	44,91
GRAT. C.E.T Anexo I da Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e Lei 9.687/98 – valor informado	R$	1.308,62 *Ref. 1998*
T O TA L	R$	3.980,76
Cota-parte 100% (cem por cento)		

Descontar na pensão, em 12 (doze) parcelas mensais e atualizadas, a diferença entre 24 (vinte e quatro) contribuições de Major para Tenente-Coronel PM, devidas à Pensão Militar, em conformidade com o artigo 16, § 1º, da Lei nº 3.765/60;
Saque-se na nova situação em favor da beneficiária, a contar de 1º de julho de 2000;
Saque-se em favor da beneficiária a diferença dos valores recebidos no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2000, para o valor atualizado, referente ao mesmo período, ficando as importâncias referentes ao período de 29 de maio a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo aguardando o requerimento da interessada, após o julgamento da legalidade da concessão e melhoria pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal;

PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI – CEL QOPM

PORTARIA DE 30 DE JUNHO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
Rever a Portaria DIP de 17 de janeiro de 2000, para conceder e redistribuir, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" e 72, Caput, § 1º, da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso II, 2º, caput e Parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, o benefício da Pensão Militar legado pelo Cabo QPPMC MAURÍCIO EVANGELISTA DOS SANTOS, Matrícula nº 06.414/9, da ativa, falecido em 25 de março de 1999, a contar do óbito, na proporção de 4/6 (quatro sextos) já adicionado 1/6 (um sexto) referente a sua filha menor: VANESSA EVANGELISTA DOS SANTOS; para a companheira senhora FRANCISCA FERREIRA DOS REIS LIMA, Matrícula nº 71.985/4, e de 1/6 (um sexto) para as filhas menores: VIVIANE SILVA SANTOS, Matrícula nº 71.852/1 e RUTH NIARA PEREIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 72.108/5, cabendo à companheira o valor mensal, inicial de R$ 619,75 (seiscentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos) e de R$ 154,77 (cento e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos) para cada filha menor, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	39,06
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (15%)	R$	19,53
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	13,02
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	929,29
Cotas-parte: 4/6 (quatro sextos) para companheira	R$	619,75
1/6 (um sexto) para filha extra-leito	R$	154,77

Saque-se em favor de RUTH NIARA PEREIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 72.108/5, a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando as importâncias referentes ao período de 25 de março a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo aguardando o requerimento da interessada, após o julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.
Saque-se em favor das Pensionistas Militares FRANCISCA FERREIRA DOS REIS LIMA, Matrícula nº 71.985/4 e VIVIANE SILVA SANTOS, Matrícula nº 71.852/1, na nova situação a contar de 1º de julho de 2000, isentando-as dos valores recebidos a maior de boa fé.
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I e 2º, caput e Parágrafo único, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, o benefício da Pensão Militar legado pelo Cabo QPPMC JERÔNIMO VALTER SOUTO MAIOR, Matrícula nº 06.532/2, da ativa, falecido em 29 de maio de 2000, na proporção de 4/6 (quatro sextos) já adicionado 1/6 (um sexto) , referente a sua filha menor ANA LÚCIA RAMOS SOUTO MAIOR, a contar do óbito, para a viúva senhora EDVIRGEM RAMOS SOUTO MAIOR, Matrícula nº 72.107/7, no valor mensal, inicial de R$ 623,87 (seiscentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos), ficando os 2/6 (dois e sextos) restantes em cota-reserva, aguardando os requerimentos de ELIZABETE DE OLIVEIRA SOUTO MAIOR E ELIETE OLIVEIRA SOUTO MAIOR, filhas maiores do instituidor de outro leito, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	39,06
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	13,02
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (20%)	R$	26,04
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	935,80
Cotas-Parte: 4/6 (quatro sextos) viúva	R$	623,87

Descontar da presente Pensão, em 06 (seis) parcelas, a diferença das 06 (seis) contribuições de Cabo para Soldado PM, devidas à Pensão Militar, em conformidade com o artigo 16, caput e § 1º da Lei nº 3.765/60.

WAGNER DE ANDRADE FIGUEIRA JÚNIOR – MAJ QOPM

PORTARIA DE 4 DE JULHO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
I - Rever a Portaria DP de 06 de novembro de 1986, para excluir da condição de Pensionistas Militares, a contar de 21 de junho de 2000, os menores: ALINE DAIHANA GOMES FERREIRA, Matrícula nº 70.505/5 e JOHNATA GOMES FERREIRA, Matrícula nº. 70.506/3, tendo em vista a habilitação tardia de sua genitora, senhora ZELY GOMES TAVARES;
II - Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40 §§ 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 72, caput, da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso II, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Soldado QPPMC JOÃO RODRIGUES FERREIRA, Matrícula nº 04.088/6, da ativa, falecido em 16 de outubro de 1986, à senhora ZELY GOMES TAVARES, Matrícula nº 72.122/0, companheira do instituidor, a contar de 21 de junho de 2000, data do requerimento da interessada, no valor mensal, inicial de R$ 813,92 (oitocentos e treze reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) / (160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 100% (cem por cento)		

III – Saque-se em favor da beneficiária, na nova situação, a contar de 1º de agosto de 2000.

ISMAEL DA SILVA AGUIAR – TC QOPM

PORTARIA DE 7 DE JULHO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "a" da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94, 1º, inciso I e 2º, parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952-SC-5, de 08 de outubro de 1997, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Soldado QPPMC ROMERO HENRIQUE DA SILVA, Mat. nº 16.881-5, da ativa, falecido em 04 de julho de 2000, à senhora MARIA MADALENA DA COSTA DA SILVA, Mat. nº 72.121/2, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 808,13 (oitocentos e oito reais e treze centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	5,79
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	808,13
Cota-Parte: 100% (cem por cento)		

ISMAEL DA SILVA AGUIAR – TC QOPM

PORTARIA DE 4 DE AGOSTO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
I – Rever a Portaria DIP de 10 de fevereiro de 2000, para excluir da condição de Pensionista Militar, a contar de 19 de julho de 2000, a menor SARA KALI DA SILVA LIMA, Mat. nº 72.019/4, tendo em vista a habilitação tardia de sua genitora, a senhora JOSCÉLIA BARROS DA SILVA;
II - Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 72, caput da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso II, da Portaria EMFA nº 3.952-SC-5, de 08 de outubro de 1997, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Cabo QPPMC MARCOS AURÉLIO DE LIMA, Mat. nº 20.261/4, da ativa, falecido em 03 de fevereiro de 2000, à companheira, senhora JOSCÉLIA BARROS DA SILVA, Mat. nº 72.134/4, a contar de 19 de julho de 2000, data do seu requerimento, no valor mensal, inicial de R$ 890,23 (oitocentos e noventa reais e vinte e três centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (10%)	R$	13,02
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	13,02
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	6,51
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	890,23
Cota-Parte: 100% (cem por cento)		

III – Saque-se na nova situação, em favor da beneficiária, a contar de 1º de agosto de 2000.
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, §§ 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e, 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 2º caput, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, 2/6 (dois sextos) do benefício da Pensão Militar legado pelo Cabo QPPMC JERÔNIMO VALTER SOUTO MAIOR, Matrícula nº 06.532/2, da ativa, falecido em 29 de maio de 2000, que se encontravam em cota-reserva, de acordo com a Portaria DIP de 30 de junho de 2000, na proporção de 1/6 (um sexto) para cada filha do instituidor: ELIZABETE DE OLIVEIRA SOUTO MAIOR, Matrícula nº 72.128/X e ELIETE OLIVEIRA SOUTO MAIOR, Matrícula nº 72.129/8, a contar do óbito tendo cada fração o valor, mensal, inicial de R$ 155,96 (cento e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	39,06
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	13,02
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (20%)	R$	26,04
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	935,80
Cota-Parte: 1/6 (um sexto) cada filho	R$	155,96

ISMAEL DA SILVA AGUIAR – TC QOPM

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
Cancelar a Portaria DIP de 10 de fevereiro de 2000 e Títulos.
Rever a Portaria DP de 11 de setembro de 1995, para conceder, provisoriamente e redistribuir na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/e os artigos 7º, incisos I e II, 9º, § 3º e 20, Parágrafo único da Lei nº 3.765/60, 71, alíneas "a" e "b", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I e 2º, caput e Parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, o benefício da pensão militar legado pelo ex- Soldado QPPMC RONAN MONTEIRO PENA DA SILVA, Matrícula nº 05.961/7, excluído da Corporação através da Portaria PMDF de 20 de maio de 1992, efetivada a contar de 04 de agosto de 1995, através do BCG nº 151 de 11 de agosto de 1995, na proporção de 5/6 (cinco sextos) para a senhora GILDENIR RODRIGUES PENA DA SILVA, Matrícula nº 71.311/2, já adicionado 2/6 (dois sextos0) referente aos seus filhos: MÁRCIA RODRIGUES PENA DA SILVA e MÁRIO RODRIGUES PENA DA SILVA, e de 1/6 (um sexto) para a filha menor, extra leito: GRAZIELLE MONTEIRO PENA DA SILVA, Matrícula nº 72.018/6, a contar de 07 de dezembro de 1999, data do requerimento da filha menor de outro leito, no valor mensal, inicial de R$ 683,05 (seiscentos oitenta e três reais e cinco centavos) para a esposa e de R$ 136,66 (cento e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos) para a filha menor extra leito, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (15%)	R$	17,37
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	819,71
Cotas-Parte: 5/6 (cinco sextos)	R$	683,05
1/6 (um sexto)	R$	136,66

Saque-se em favor das beneficiárias na nova situação a contar de 1º de setembro de 2000.
Saque-se em favor de GILDENIR RODRIGUES PENA DA SILVA, Matrícula nº 71.311/2, a diferença entre os valores recebidos no período de 1º de fevereiro a 31 de agosto de 2000 para o valor atualizado referente ao mesmo período;
Descontar da Pensionista Militar GRAZIELLE MONTEIRO PENA DA SILVA, Matrícula nº 72.018/6, em 24 (vinte e quatro) parcelas, a diferença referente aos valores recebidos a maior, no período de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2000 para o valor atualizado referente ao mesmo período.

ISMAEL DA SILVA AGUIAR - TC QOPM

PORTARIA DE 21 DE AGOSTO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
Tornar sem efeito a Portaria DIP de 05 de abril de 2000, por haver saído com incorreção;
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e, 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 2º, caput da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, 1/6 (um sexto), que se encontrava em cota-reserva de acorco com a Portaria DIP de 10 de fevereiro de 2000, do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC JOSÉ CARLOS GONÇALVES DOS SANTOS, Matrícula nº 13.948/3, da ativa, falecido em 18 de janeiro de 2000, ao filho menor, de outro leito, GABRIEL FERREIRA COSTA DOS SANTOS, Matrícula nº 72.052/6, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 135,67 (cento trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: 1/6 (um sexto) filho de outro leito	R$	135,67

Tornar sem efeito a Portaria DIP de 05 de abril de 1999, por haver saído com incorreção;
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 2º, caput e Parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, 1/4 (um quarto), que se encontrava em cota-reserva de acordo com a Portaria DIP de 17 de janeiro de 2000, do benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC FRANCINILDO SIMPLÍCIO DA SILVA, Matrícula nº 14.486/X, falecido em 13 de dezembro de 1999, à filha menor, extra leito, THALITTA AMANDA BORBA DA SILVA, Matrícula nº 72.049/6, a contar de 13 de dezembro de 1999, no valor mensal, inicial de R$ 203,48 (duzentos e três reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (20%)	R$	11,58
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota-Parte: ¼ (um quarto) filha extra leito	R$	203,48

A importância referente ao período de 13 a 31 de dezembro de 1999, fica em exercício findo, aguardando o requerimento da interessada, após o julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

ISMAEL DA SILVA AGUIAR – TC QOPM

PORTARIA DE 5 DE SETEMBRO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
I - Rever a Portaria DP de 02 de março de 1994, para excluir da condição de Pensionista Militar, de acordo com o artigo 23, inciso II, da Lei nº 3.765/60, regulamentado pelo artigo 65, inciso II, do Decreto nº 49.096/60, a contar de 21 de agosto de 2000, WESLEY TEIXEIRA CARDOSO, Mat. nº 71.102/0, que atingiu a maioridade nesta data;
II - Transferir, a contar de 21 de agosto de 2000, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º da Constituição Federal, conforme nova redação pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, 9º, § 1º e, 24 da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94; 50% (cinquenta por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto 3º Sargento QPPMC LEVI VEIGA CARDOSO, Mat. nº 02.478/3, falecido em 14 de fevereiro de 1994, que percebia WESLEY TEIXEIRA CARDOSO, Matrícula nº 71.102/0, que atingiu a maioridade em 02 de março de 2000, à herdeira remanescente: MÔNICA TEIXEIRA CARDOSO, Matrícula nº 71.101/2, que passa receber integralmente o benefício, no valor mensal, inicial de R$ 1.295,47 (mil, duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos), conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	178,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (160%)	R$	285,12
IND. REPRESENTAÇÃ0 – Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (85%)	R$	151,47
HAB. MILITAR – Lei 8.237/91, alt. p/ Lei 9.367/96 – proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	142,56
IND. MORADIA – Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	53,46
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	35,64
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	35,64
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	17,82
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (20%)		35,64
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	359,92
TOTAL	R$	1.295,47
Cota-parte: 100% (cem por cento)		

III - Saque-se em favor das beneficiárias na nova situação, a contar de 1º de setembro de 2000.
Conceder provisoriamente, na forma dos Artigos 40, §§ 7º e 8º e, 42 § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso I, da Lei 3.765/60; 71, alínea "a", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei 7475/86, Portaria Interministerial nº 2826/94 e 1º, inciso I, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Soldado QPPMC ADEMAR JOSÉ CRISTINO, matrícula nº 13.704/9, da ativa, falecido em 1º de agosto de 2000, à viúva, senhora MEIRE VALINA SOUZA, matrícula nº 72.136/0, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 813,92 (oitocentos e treze reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO – Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR – Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA – Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota -Parte: 100% (cem por cento)		

Portaria DIP de 06 de agosto de 1998, para conceder e redistribuir, provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, incisos I e II, 9º, § 2º, da Lei nº 3.765/60; 71, alíneas "a" e "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 1º, inciso I e, 2º, caput, da Portaria EMFA nº 3.952-SC-5, de 08 de outubro de 1997, o benefício da Pensão Militar legado pelo Soldado QPPMC LUIS ANTÔNIO VIEIRA, Mat. nº 19.324/0, da ativa, falecido em 24 de julho de 1998, em rateio igual para a viúva, senhora HENELICE GUIMARÃES VIEIRA, Mat. nº 71.728/2 e de 50% (cinquenta por cento) para o filho menor extra leito LUIS ANTÔNIO RODRIGUES VIEIRA, Mat. nº 72.143/3, a contar de 31 de agosto de 2000, data do requerimento do filho menor, cabendo a cada beneficiário, no valor mensal, inicial de R$ 404,06 (quatrocentos e quatro reais e seis centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM – Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	5,79
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	808,13
Cota-Parte: 50% (cinquenta por cento) cada beneficíario	R$	404,06

Saque-se em favor dos beneficiários na nova situação a contar de 1º de setembro de 2000.
Rever a portaria DP de 24 de abril de 1995, no Processo nº 054.000467/95, para conceder e redistribuir, provisoriamente, na forma dos artigos 40, § 7º e 8º e 42 § 2º, da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicado em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, 9º, § 3º e 28, da Lei 3.765/60; 71, alínea "b" da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94, o benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Cabo QPPMC EUDES RODRIGUES CAVALCANTE, Matrícula nº 07.586/8, da ativa, falecido em 03 de abril de 1995, na proporção de 3/4 (três quartos) à viúva, senhora CELSA ANTONIA DA SILVA CAVALCANTE, Matrícula 71.274/4, já adicionados 1/4 (um quarto), referente à sua filha GISELE RODRIGUES CAVALCANTE e de 1/4 (um quarto) ao filho menor de outro leito PAULO JORGE MORAES CAVALCANTE, Matrícula nº 72.138/7, a contar de 09 de agosto de 2000, data do requerimento do interessado, no valor mensal, inicial de R$ 692,08 (seiscentos e noventa e dois reais e oito centavos) para a viúva e de R$ 230,70 (duzentos e trinta reais e setenta centavos) para o filho de outro leito, conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO – Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR – Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA – Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	39,06
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	13,02
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	13,02
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	922,78
Cotas -Parte: ¾ (três quartos) viúva	R$	692,08
¼ (um quarto) filho de outro leito	R$	230,70

ISMAEL DA SILVA AGUIAR – CEL QOPM

PORTARIA DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
I - Rever a Portaria DP de 05 de agosto de 1986, para excluir da condição de Pensionista Militar, de acordo com o artigo 23, inciso II, da Lei nº 3.765/60, regulamentado pelo artigo 65, inciso II, do Decreto nº 49.096/60, a contar de 11 de junho de 2000, EMERSON DA SILVA SANTANA, Mat. nº 70.477/6, que atingiu a maioridade nesta data;
II - Transferir, a contar de 11 de junho de 2000, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º da Constituição Federal, conforme nova redação pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, 9º, § 1º e, 24 da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94; 1/4 (um quarto) do benefício da Pensão Militar legado pelo extinto 2º Sargento QPPMC JOÃO FERREIRA DE SANTANA, Mat. nº 00.744/7, falecido em 02 de março de 1986, que percebia EMERSON DA SILVA SANTANA, Mat. nº 70.477/6, o qual atingiu a maioridade em 02 de março de 2000, aos herdeiros remanescentes: CRISTIANA DA SILVA SANTANA, Mat. nº 70.476/8, GLEISSON DA SILVA SANTANA, Mat. nº 70.478/4 e TATIANA DA SILVA SANTANA, Mat. nº 70.479/2, que passam a receber o benefício, na proporção de 1/3 (um terço) para cada Pensionista, tendo cada fração o valor mensal, inicial de R$ 508,81 (quinhentos e oito reais e oitenta e um centavos), conforme demonstrativo abaixo:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	211,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (160%)	R$	337,92
IND. REPRESENTAÇÃ0 – Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (85%)	R$	179,52
HAB. MILITAR – Lei 8.237/91, alt. p/ Lei 9.367/96 – proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	168,96
IND. MORADIA – Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	63,36
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	42,24
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	42,24
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	21,12
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (20%)		31,68
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	428,21
TOTAL	R$	1.526,45
Cotas-partes: 1/3 (um terço)	R$	508,81

III - Saque-se em favor dos Pensionistas Militares, na nova situação, a contar de 1º de setembro de 2000.

ISMAEL DA SILVA AGUIAR – CEL QOPM

PORTARIA DE 17 DE OUTUBRO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:
I - Rever a Portaria DIP de 22 de fevereiro de 2000 para cancelar os 2/6 (dois sextos) da Pensão Militar legado pelo extinto Soldado QPPMC MARIANO DA SILVA NETO, Matrícula nº 04.721/X, referentes aos Pensionistas Militares: FÁBIO DA SILVA, Matrícula nº 70.628/0 e FABIANO DA SILVA, Matrícula nº 70.629/9, a contar de 11 de outubro de 2000, por haverem atingido a maioridade nesta data; de acordo com artigo 23, inciso II da Lei nº 3.765/60, regulamentado pelo artigo 65, inciso II, do Decreto nº 49.096/060;
II - Redistribuir o benefício da Pensão Militar, legado pelo extinto Soldado QPPMC MARIANO DA SILVA NETO, Matrícula nº 04.721/X, falecido em 14 de janeiro de 1989, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, de acordo com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e, 23, inciso II da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", 72, § 2º, da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94; 1º, inciso II e, 2º, caput, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5, de 08 de outubro de 1997, a contar de 11 de outubro de 2000, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada Pensionista Militar: MARIA LEONIZA SOBRAL, Matrícula nº 70.681/7, companheira e, RENATA DA SILVA, Matrícula nº 70.630/2, tendo cada cota-parte o valor mensal, inicial de R$ 406,95 (quatrocentos e seis reais e noventa e seis centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO – Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (10%)	R$	11,58
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	813,92
Cota - Parte: 50% (cinquenta por cento)	R$	406,95

Saque-se, ainda, em favor de FÁBIO DA SILVA, Matrícula nº 70.628/0 e FABIANO DA SILVA, Matrícula nº 70.629/9, as importâncias referentes aos 11 (onze) dias do mês de outubro de 2000, data em que atingiram a maioridade
Cancelar a Portaria DIP de 30 de junho de 2000.
Rever a Portaria DIP de 17 de janeiro de 2000, para conceder e redistribuir, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b" e 72, caput e § 1º, da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94; 1º, inciso II e, 2º, caput e Parágrafo único da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, o benefício da Pensão Militar legado pelo Cabo QPPMC MAURÍCIO EVANGELISTA DOS SANTOS, Matrícula nº 06.414/9, da ativa, falecido em 25 de março de 1999, a contar 23 de maio de 2000, data da requerimento da filha, menor, RUTH NIARA PEREIRA DOS SANTOS; na proporção de 4/6 (quatro sextos) para companheira, senhora FRANCISCA FERREIRA DOS REIS LIMA, Matrícula nº 71.985/4, já adicionado 1/6 (um sexto) referente a sua filha VANESSA EVANGELISTA DOS SANTOS; e de 1/6 (um sexto) para cada filha: VIVIANE SILVA SANTOS, Matrícula nº 71.852/1 e RUTH NIARA PEREIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 72.108/5, cabendo à companheira o valor mensal, inicial de R$ 619,75 (seiscentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos), e a cada filha o valor mensal, inicial de R$ 154,77 (cento e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR - Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	39,06
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (15%)	R$	19,53
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	13,02
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	929,29
Cotas-parte: 4/6 (quatro sextos) para companheira	R$	619,75
1/6 (um sexto) para filha extra-leito	R$	154,77

Saque-se em favor das beneficiárias, na nova situação, a contar de 1º de outubro de 2000;
Descontar de RUTH NIARA PEREIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 72.108/5, em 24 (vinte e quatro) parcelas, o valor recebido indevidamente no período compreendido entre 1º de janeiro a 23 de maio de 2000.
Conceder provisoriamente, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e, 42, § 2º, da Constituição Federal, conforme nova a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, inciso II e, 9º, § 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94 e 2º, caput, da Portaria EMFA nº 3.952/SC-5 de 08 de outubro de 1997, 1/8 (um oitavo), que se encontrava em cota-reserva, do benefício da Pensão Militar, à menor AGATHA CHRISTIE BISPO JUSTINO DE OLIVEIRA, Mat. nº 72.146/8, filha, de outro leito, do extinto Soldado QPPMC ANTONIO CARLOS JUSTINO DE OLIVEIRA, Matrícula nº 15.335/4, da ativa, falecido em 10 de agosto de 1999, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 101,02 (cento e um reais e dois centavos), conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR – Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA - Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. P/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR – Lei 5.619/70 (5%)	R$	5,79
GRAT. CET – Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. C/ valor informado	R$	200,18
TOTAL	R$	808,13
Cota-Parte: 1/8 (um oitavo) filha extra leito	R$	101,02

Saque-se em favor da beneficiária a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando as importâncias referentes ao período compreendido entre 10 de agosto a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo, aguardando o julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

ANTÔNIO QUEIROZ MONTE – CEL QOPM

PORTARIA DE 16 DE NOVEMBRO DE 2000

O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, resolve:.
I - Rever a Portaria DP de 31 de outubro de 1986, para excluir, do rateio do benefício da pensão militar legado pelo extinto Cabo QPMC PEDRO FERREIRA FILHO, Mat. 02.084/2, de acordo com o artigo 23, inciso II, da Lei nº 3.765/60, regulamentado pelo artigo 65, inciso II, do Decreto nº 49.096/60, o filho LEONARDO RODRIGUES FERREIRA, a contar de 05 de outubro de 2000, por haver atingido a maioridade nesta data;
II - Redistribuir, a contar de 05 de outubro de 2000, na forma dos artigos 40, § § 7º e 8º e 42, § 2º da Constituição Federal, conforme nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicada em 16 de dezembro de 1998, c/c os artigos 7º, incisos I e II, 9º, §§ 2º e 3º e, 24 da Lei nº 3.765/60; 71, alíneas "a" e "b", da Lei nº 6.023/74; 141 da Lei nº 7.475/86; Portaria Interministerial nº 2.826/94; 1º, inciso I e, 2º, Caput e Parágrafo único, da Portaria EMFA nº 3.952/ SC-5 de 08 de outubro de 1997; o benefício da Pensão Militar legado pelo extinto Cabo QPPMC PEDRO FERREIRA FILHO, Mat. 02.084/2, falecido em 04 de outubro de 1986, na proporção de 5/6 (cinco sextos) para a viúva Srª ROSA RODRIGUES FERREIRA, Mat. 70.503/9, já acrescidos os 2/6 (dois sextos) referentes aos seus filhos menores: Luís Carlos Rodrigues e Rosana Rodrigues Ferreira; e de 1/6 (um sexto) para a filha de outro leito IVONE MENDES FERREIRA, Mat. 70.504/7, no valor mensal inicial de R$ 776,55 (setecentos e setenta e seis reais e cinqüenta e cinco centavos) para a primeira e de R$ 155,34 (cento e cinqüenta e *cinco reais e trinta e quatro centavos) para a segunda, conforme demonstrativo abaixo:*

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	130,20
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	208,32
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	130,20
HAB. MILITAR – Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	104,16
IND. MORADIA – Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	39,06
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	26,04
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	26,04
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO - Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (17%)	R$	22,13
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR – Lei 5.619/70 (10%)	R$	13,02
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	232,72
TOTAL	R$	931,89
Cotas-Partes: 5/6 (cinco sextos) para a viúva	R$	776,55
1/6 (um sexto) para filha de outro leito	**R$**	155,34

III - Saque-se em favor das beneficiárias, na nova situação, a contar de 1º de novembro de 2000.

ANTÔNIO QUEIROZ MONTE – CEL QOPM

PORTARIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2000

ATOS DO DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS
O DIRETOR DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista competência prevista na alínea "d", do § 1º, do artigo 36, do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960 e Portaria PMDF nº 154 de 09 de outubro de 1997, Resolve:
Conceder provisoriamente na forma dos artigos 40, § 5º, 42, § 10, da Constituição Federal, nos termos do Acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal-STF no Agravo Regimental em Mandado de Injunção nº 274-6-DF, publicado no DJ-Seção I, de 03/12/93, pág. 26.356 c/c os artigos 7º, inciso II e 9º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 3.765/60; 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74; 141, da Lei nº 7.475/86 e Portaria Interministerial nº 2.826/94; 1/4 (um quarto), que se encontrava em cota-reserva, conforme Portaria DP de 16 de dezembro de 1996, à menor LIGIA MAYARA REZENDE OTAVIANO, matrícula nº 72.192/1, filha extra leito do extinto Soldado QPPMC FRANCISCO RIBEIRO OTAVIANO, matrícula 18.711-9, da ativa, falecido em 03 de dezembro de 1996, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 170,01 (cento e setenta reais e um centavo), de acordo com o demonstrativo a seguir:

SOLDO - Tab. Esc. Vert. EMFA,Lei 5.619/70, Anexo 7.961/89 e 7.412/85	R$	115,80
GAM - Lei 8.448/92, c/Lei 8.852/94 e Lei Delegada nº 12/92 c/ Adeq. Lei 7.961/89 - (LRM) /(160%)	R$	185,28
IND. REPRESENTAÇÃO - Cb e Sds Lei 5619/70 alt. p/ Dec.11.308/88 e Proc.4158/95 Decis.15.669/95 do TCDF e Proc.828/95 PMDF - (100%)	R$	115,80
HAB. MILITAR – Cb e Sds Proc. 0828/95- PMDF - (80%)	R$	92,64
IND. MORADIA - Lei 5.619/70, alt. p/ Dec. 8.075/84 - (30%)	R$	34,74
ADEQ.ART. 2 LEI 7.961/89 - (20%)	R$	23,16
COMP. ORGÂNICA – Lei 5.619/70, acresc. p/Lei 7.609/87, alt. p/Dec. 10645/87 - (20%)	R$	23,16
GRAT. TEMP. SERV. ATIVO – Lei 5.619/70 alt. p/ Dec.9.157/85 - (10%)	R$	11,58
TEMPO DE SERVIÇO MILITAR - Lei 5.619/70 (5%)	R$	5,79
GRAT. CET - Anexo I Lei 9.442/97, Lei 9.633/98 e 9.687/98-Tab. c/ valor informado	R$	72,09
TOTAL	R$	680,04
Cotas-Parte: 1/4 (um quarto)	R$	170,01

Saque-se em favor da beneficiária os valores atualizados, a contar de 1º de janeiro de 2000, ficando as importâncias referentes ao período compreendido entre 03 de dezembro de 1996 a 31 de dezembro de 1999, em exercício findo, aguardando o requerimento da interessada, após o julgamento da legalidade da concessão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

ANTÔNIO QUEIROZ MONTE – CEL QOPM

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2001(*)

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Ordem de Serviço de 2 de janeiro de 1996, bem assim pelo Item 1 da Instrução Normativa nº 10, de 7 de abril de 1997, e, em conformidade com o que dispõe a Ordem de Serviço de 31 de março de 1999, resolve:
DESIGNAR o servidor PETRONAH DE CASTRO E SILVA, Agente de Polícia, matrícula 25.525-4, para desempenhar as funções de Executor dos contratos celebrados entre o Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil, e as empresas Movap Móveis Ltda., Vandro Helal Cliver, Risquepel Indústria e Comércio de Papéis Ltda-ME. objeto do processo 052.000.027/2001, que dispõe sobre a aquisição de material de consumo consoante Ata de Registro de Preços Nº 6/2000-SCL para a PCDF, cujas atribuições estão previstas na Instrução Normativa nº.10/97, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 88, de 12 de abril de 1997 e no Decreto nº. 16098, de 29 de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.
DESIGNAR o servidor PETRONAH DE CASTRO E SILVA, Agente de Polícia, matrícula 25.525-4, para desempenhar as funções de Executor dos contratos celebrados entre o Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil, e as empresas Ferragens Pinheiro Ltda., União Atacadista Rezende Ltda., Mundo das Pinturas Ltda., Movap Móveis Ltda., LM Comércio e Serviços Ltda., Ferrobraz Industrial Ltda., Estrutura Center Comércio de Material Construção Ltda., Centro Oeste Máquinas e Ferramentas Ltda., Pontual e Pontual Ltda. objeto do processo 052.000.030/2001, que dispõe sobre a aquisição de material de consumo consoante Ata de Registro de Preços Nº 13/2000-SCL para a PCDF, cujas atribuições estão previstas na Instrução Normativa nº.10/97, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 88, de 12 de abril de 1997 e no Decreto nº. 16098, de 29 de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CELSO MOREIRA FERRO JÚNIOR

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF Nº 46, Seção II, de 8MAR2001, página 51.

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE MARÇO DE 2001

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Ordem de Serviço de 2 de janeiro de 1996, bem assim pelo Item 1 da Instrução Normativa nº 10, de 7 de abril de 1997, e, em conformidade com o que dispõe a Ordem de Serviço de 31 de março de 1999, resolve:
DESIGNAR o servidor HÉLIO SPÍNDOLA DE ATAÍDE, Agente de Polícia, matrícula 24.277-2, para desempenhar as funções de Executor do contrato celebrado entre o Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil, e a empresa PONTO DO ARTESÃO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME, objeto do processo 052.001.665/2000, que dispõe sobre o fornecimento de courvim liso, na cor preta, marca Cipatex, para PCDF, cujas atribuições estão previstas na Instrução Normativa nº.10/97, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 88, de 12 de abril de 1997 e no Decreto nº. 16098, de 29 de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CELSO MOREIRA FERRO JÚNIOR

SECRETARIA DE CULTURA

PORTARIA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais constantes do Decreto n.º 20.264, de 25.05.99, resolve:
I - Dispensar JULIANA RIBEIRO DORNELLAS, matrícula n.º 44.418-9, Professora requisitada, das atribuições de executora do Projeto " FRAGMENTOS DA PAIXÃO – POEMAS REUNIDOS", através do FUNDO DA ARTE E DA CULTURA, conforme processo n.º 150.000540/95.
II – Designar MARILENE GONÇALVES DE SOUSA, matrícula n.º 16500045-2, Chefe do Núcleo de Documentação, para, na qualidade de Executora, sem prejuízo de suas atribuições normais, acompanhar e avaliar o Projeto mencionado no item I.

MARIA LUIZA DORNAS

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, constantes do Decreto nº 20.264, de 25.05.99 e de acordo com os processos nºs 150.000275/99, 150000696/99 e 150.001520/2000, resolve:
I – Tornar sem efeito a prorrogação da Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais de Trabalho dos servidores PLÍNIO GIOVANI B. L. ALVIM, matrícula nº 1650627-8, Técnico de Administração Pública e EMERSON BENEDITO VIDAL , matrícula nº 1650635-6, Técnico de Administração Pública, conforme Portaria de 28 de dezembro de 2000, publicado no DODF nº 02, de 03/01/2001, página 09/10, a partir de 05 de março de 2001.
II – Tornar sem efeito a prorrogação da Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais de Trabalho da servidora LEDA DOS SANTOS CHAVES, matrícula nº 1650400-2, Auxiliar de Atividades Culturais, a partir de 09/10/2000, por motivo de Licença para Tratamento de Saúde.
III – Autorizar a prorrogação da Jornada de Trabalho para 40 (quarenta) horas semanais, de conformidade com o Decreto nº 21.354, de 13/07/2000 e Portaria Normativa nº 02, de 14/07/2000, dos servidores JENISON CARVALHO XAVIER, matrícula nº 1650300-8, Auxiliar de Administração Pública, EDILEUZA DE FÁTIMA CARDOSO, matrícula nº 1650236-0, Auxiliar de Administração Pública e HEVELSON LANE VIEIRA, matrícula nº 1650407-1, Técnico de Administração Pública, a partir da data de publicação desta Portaria até o dia 30/06/2001.

MARIA LUIZA DORNAS

PORTARIA DE 19 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o constante do Decreto nº 20.264, de 25/05/99, resolve:

I – Dispensar FRANCISCO WHITTLER TERCEIRO NUNES, matrícula nº 1650812-X, Assessor do Departamento de Difusão Cultural, das atribuições de Executor do Termo de Convênio nº 002/2001-SEC, celebrado entre o Distrito Federal através da Secretaria de Cultura e a LIBCE – LIGA DOS BLOCOS CARNAVALESCOS E DE ENREDO DO DISTRITO FEDERAL.

II – Designar EFIGÊNIA FERNANDES DIAS, matrícula nº 97.280-0, Assistente do Núcleo de Programas da Gerência de Eventos, Programas e Produções da Diretoria de Difusão Cultural, para, na qualidade de Executora e sem prejuízo de suas atribuições normais acompanhar o cumprimento do Termo de Convênio acima mencionado, de conformidade com os termos do processo nº 150.001366/2000.

MARIA LUIZA DORNAS

PORTARIA DE 23 DE MARÇO DE 2001

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o constante do Decreto nº 20.264, de 25.05.99, resolve:

I - Dispensar EVERALDO FLORENTINO MEIRELES, matrícula nº 93.882-3, Assessor do DDC, das atribuições de Executor do Termo de Contrato de Prestação de Serviço nº 017/2000, celebrado entre o Distrito Federal, através da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA e a empresa VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA.

II - Designar KEYLA GUERREIRO COSTA, matrícula nº 96.362-3, Chefe do Núcleo de Coordenação de Próprios, para na qualidade de executora e sem prejuízo de suas atribuições normais acompanhar o cumprimento do Termo de Contrato acima mencionado, de conformidade com os termos do processo nº 150.000350/2000.

MARIA LUIZA DORNAS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de 21 de dezembro de 2000, publicado no DODF nº 244, de 26/12/2000, que publicou o resultado da Avaliação de Desempenho, dos servidores da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.
Onde se lê: Maria Cristina Cláudio Santoro.
Leia-se: Maria Cristina das Dores de Deus.

VOCÊ EM LINHA COM O GDF

O GDF está em linha com você através desses números. Quando precisar, ligue que o GDF atende.

TELEFONES DE EMERGÊNCIA

CORPO DE BOMBEIROS 193	POLÍCIA 190	PRONTO-SOCORRO 192	DEFESA CIVIL 321-1366

TELEFONES DE UTILIDADE PÚBLICA

- ATENDIMENTO AO USUÁRIO METRÔ - DF: 353-7373
- CORDE/DF – Diretoria de Integração do Portador de Deficiência: 1408
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DO IDOSO (CVI): 1401
- DISQUE DETRAN: 1514
- PROCON: 1512
- SIAC - Sistema de Atendimento ao Cidadão: 156
- POLÍCIA CIVIL: 147
- FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA: 327-4424
- PLANTÃO DE ÁGUA E ESGOTO - CAESB: 195
- PLANTÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEB: 196
- SOS CRIANÇA: 1407
- TRANSPORTES COLETIVOS: 1517
- OUVIDORIA: 0800 611516
- DISQUE-DENÚNCIA (DEFENDA-SE): 323-8855

HOSPITAIS

Plano Piloto	
Base do DF - HBDF	325-5050
Forças Armadas - HFA	362-4000
Universitário de Brasília - HUB	307-3223
Regional da Asa Norte - HRAN	325-4300
Materno Infantil de Brasília - HMIB	443-2322
Rede Sara de Hospitais	319-1111
Cidades-satélites	
Regional de Brazlândia - HRBZ	391-2510
Regional de Ceilândia - HRC	371-2233
Regional do Gama - HRG	556-1422
Regional do Guará - HRGU	567-2455
Regional de Planaltina - HRP	389-2412
Regional de Sobradinho - HRS	591-1030
Regional de Taguatinga - HRT	351-2200
Hospital São Vicente de Paula	561-3700

GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOLIDARIEDADE E TRABALHO

SEÇÃO III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 01-000.460/01; Favorecido: Associação Brasileira de Recursos Humanos - DF; Valor: R$ 400,00 (quatrocentos reais); Objeto: atender despesa com inscrição da servidora Maria Lacy Lucas de Souza no treinamento externo "Curso de Cargos e Salários" a ser realizado nesta Capital no período 27 e 28/03/01; Amparo Legal: art. 25, Caput, da Lei n° 8.666/93; Autorização da Despesa: em 27/3/2001, pelos ordenadores de despesas, Getúlio Soares Novaes Frota e Arlécio Alexandre Gazal; Ratificação: em 27/3/2001, pelo Presidente da CLDF, Deputado Gim Argello.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÕES DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº. 5/99

Processo n.º 145.000.087/1999 -RA-XV. Partes: DF/ RA-XV X VALÉRIA CRISTINA P. MARGARIDO-ME. Do objeto: O presente Termo aditivo objetiva a apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 2001. Data de Assinatura: 20/02/2001. Da vigência: O Termo Aditivo terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2001. Da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 04.122.0100.2422.0001. Fonte de Recursos: 100. Código da U.O.: 11.117. Natureza da Despesa : 34.90.39. Nota de Empenho n.º 2001NE00043, emitida em 20/02/2001, sob o evento n.º 400091, na modalidade Estimativa. Signatário pelo DF: RÔNEY TANIOS NEMER, na qualidade de Administrador Regional do Recanto das Emas. Pela Contratada: VALÉRIA CRISTINA PEREIRA MARGARIDO, na qualidade de Sócio gerente.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO PADRÃO N.º 2/96

Processo n.º 145.000.424/96-RA-XV. Partes: DF/ RA-XV x XEROX COMÉRXIO e INDÚSTRIA LTDA. OBJETO: A transferência dos Direitos e Obrigações constantes do contrato n.º 02/96, da empresa XEROX DO BRASIL LTDA., CCG 29.213.386/0027.30, para a empresa XEROX COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA, CGC 02.773.629/0001-08. VIGÊNCIA: O presente termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 21/05/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: RUBENS ALVES GOMES, na qualidade de Administrador Regional. Pelas Contratadas: SAMUEL BATISTA D'ÁVILA, pela XEROX DO BRAIL LTDA, na qualidade de Gerente de Filial e JOSÉ MARIA FERNANDES, pela XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, na qualidade de Gerente de Filial.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 5/99

Processo n.º 145.000.087/1999 -RA-XV. Partes: DF/ RA-XV X Valéria Cristina P. Margarido-ME. Do objeto: O presente Termo aditivo objetiva a prorrogação da vigência do Contrato original, nos termos do inciso II e IV do artigo 57, da Lei nº 8.666/93. Data de Assinatura: 13/03/2001. Da vigência: O Termo Aditivo terá vigência de 05/04/2001 até 04/07/2003. Da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 04.122.0100.2422.0001. Fonte de Recursos: 100. Código da U.O.: 11.117. Natureza da Despesa : 34.90.39. Nota de Empenho n.º 2001NE00043, emitida em 20/02/2001, sob o evento n.º 400091, na modalidade Estimativo. Signatário pelo DF: RÔNEY TANIOS NEMER, na qualidade de Administrador Regional do Recanto das Emas. Pela Contratada: VALÉRIA CRISTINA PEREIRA, na qualidade de Sócio gerente.

EXTRATO DO CONTRATO
PADRÃO Nº 1/2001

Processo n.º 145.000.083/2001 -RA-XV. Partes: DF/ RA-XV X Brasconnect Telecomunicações e Informática Ltda. Do objeto: O presente Contrato objetiva a Manutenção Preventiva e Corretiva em uma Central Telefônica PABX, marca alcatel. Fundamentação Legal: Dispensa de Licitação com base no Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93. Da vigência: O Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2001. Da Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 04.122.0100.2421.0001. Fonte de Recursos: 100. Código da U.O.: 11.117. Natureza da Despesa : 34.90.39. Nota de Empenho n.º 2001NE00039, emitida em 16/02/2001, sob o evento n.º 400091, na modalidade Estimativo. Data de Assinatura: 16/02/2001.Signatário pelo DF: RÔNEY TANIOS NEMER, na qualidade de Administrador Regional do Recanto das Emas. Pela Contratada: WILSON VASCONCELOS DE SOUZA, na qualidade de Sócio gerente.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2001
PADRÃO Nº 4/96

EXTRATO DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO PARA O DISTRITO FEDERAL Nº 04/2001-RA XII NOS TERMOS DO PADRÃO 04/96.
PROCESSO Nº 142.000424/2000; PARTES: DF/RA XII X MICRO SERVICE SERVIÇO E INFORMÁTICA LTDA; OBJETO: Prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva de máquinas de escrever e calcular pertencentes a esta Administração Regional; PRAZO: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura; FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 004/2000 – RA XII e Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações; LEI ORÇAMENTÁRIA: 2.657, de 29 de dezembro de 2000; NOTA DE EMPENHO: 2001NE00071, emitida na modalidade estimativo, sob o evento 400091, em 20.03.2001, no valor inicial de R$ 2.000,00 (dois mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de trabalho: 04.122.0100.2354-0001; FONTE DE RECURSOS: 100; CÓDIGO DA UNIDADE: 11114; ELEMENTO DE DESPESA: 349039;VIGÊNCIA : O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração: DATA DE ASSINATURA: 20/03/2001; SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: EDSON PEREIRA XAVIER, na qualidade de Administrador Regional de Samambaia; Pela Contratada: ANTÔNIO JOSÉ DOS PASSOS FILHO, na qualidade de representante legal.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 58/2001

Objeto: Aquisição de material para sinalização, identificação, segurança e proteção individual (cone p/ sinalização, fita zebrada, lacre de segurança p/ malote, techa bi-refletiva e mono direcional p/ rodovia); Abertura: 18.04.2001 às 16:00 h. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a apresentação do comprovante de recolhimento, pago no BRB, através de DAR, código 357-3, no valor de R$ 9,00 (nove reais). O edital estará a disposição dos licitantes na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação da Subsecretaria de Compras e Licitações do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, lote 2.310, sala 05, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: www.fazenda.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via Internet, obrigam-se a acompanhar o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações.

TOMADA DE PREÇOS N.º 59/2001

Objeto: Aquisição de aparelhos e equipamentos técnicos p/ medição, orientação e controle (estabilizadores de voltagem, relógio comparador, trena de fibra de vidro, estação total eletrônica, sistema de aferição de velocidade e captura de imagem, moto serra portátil, balança eletrônica, opacímetro portátil, transformadores); Abertura: 18.04.2001 às 09:00 h. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a apresentação do comprovante de recolhimento, pago no BRB, através de DAR, código 357-3, no valor de R$ 10,00 (dez reais). O edital estará a disposição dos licitantes na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação da Subsecretaria de Compras e Licitações do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, lote 2.310, sala 05, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: www.fazenda.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via Internet, obrigam-se a acompanhar o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações.

Brasília, 28 de março de 2001
JANILDO NUNES DA MOTA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços

CONCORRÊNCIA Nº 18/2001

Objeto: Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços técnicos de informática como: consultoria técnica, análise de sistemas, programação de computadores, suporte técnico, suporte operacional, processamento de sistemas, operação de computadores, transcrição de dados, capitação de dados, digitalização de documentos e gerenciamento de imagens digitalizadas, visando o desenvolvimento, manutenção, processamento e operacionalização de sistemas informatizados, aplicativos de imagens e aplicativos para a automação de processos de trabalho da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal – SEFP/DF, conforme condições constantes no Projeto Básico (Anexo I deste Edital); Abertura: 15/05/2001 às 09:00 horas. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a apresentação do comprovante de recolhimento pago em qualquer agência bancária, através de DAR, código 357-3, no valor de R$ 38,00 (trinta e oito reais), que estará a disposição dos licitantes na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação e Registro de Preços da Subsecretaria de Compras e Licitações do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, lote 2.310, sala 05, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: www.fazenda.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via Internet, obrigam-se a acompanhar o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações.

CONCORRÊNCIA Nº 19/2001

Objeto: Aquisição de peças e acessórios para veículos (Honda, Chevrolet, Fiat, Ford, Mercedes, Volkswagem, Toyota, Volvo); Abertura: 30/04/2001 às 15:00 horas. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a apresentação do comprovante de recolhimento pago em qualquer agência bancária, através de DAR, código 357-3, no valor de R$ 9,00 (nove reais), que estará a disposição dos licitantes na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação e Registro de Preços da Subsecretaria de Compras e Licitações do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, lote 2.310, sala 05, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: www.fazenda.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via Internet, obrigam-se a acompanhar o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações.

Brasília, 28 de março de 2001
EDSON DE SOUZA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 36/2001

A Comissão Permanente de Licitação – Tomada de Preços/Materiais e Serviços da Subsecretaria de Compras e Licitações do Distrito Federal, comunica aos interessados que na Tomada de Preços em epígrafe foi decidido habilitar as empresas: 01. Embratel S/A e 02. Brasil Telecom S/A. A data de abertura dos envelopes de Propostas de Preços, está prevista para o dia 06.04.2001 às 15:00 horas, caso não haja interposição de recurso contra o resultado de habilitação.

Brasília, 28 de março de 2001
JANILDO NUNES DA MOTA
Presidente

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIA N.º 50/2000

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA - DA SUBSECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que o Resultado de Julgamento da Concorrência em epígrafe encontra-se afixado no Quadro de Avisos desta Comissão, à SIG, Qd. 06, Lote 2.310.

CONCORRÊNCIA N.º 2/2001

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA - DA SUBSECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, comunica aos interessados que o Resultado de Julgamento da Concorrência n.º 002/2001, encontra-se afixado no Quadro de Avisos da CPL, à SIG Qd. 06 Lote 2.310. Findo o prazo recursal, e tendo a inexistência de nenhum fator impeditivo, ficam convocadas as empresas classificadas nos 03 primeiros lugares a comparecerem à Gerência de Registro de Preços/Subsecretaria de Compras e Licitações, no período de 10 à 12 de abril do corrente, das 09:00 às 12:00 e das 14:30 às 17:00 horas, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

Brasília, 28 de março de 2001
EDSON DE SOUZA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços

DIRETORIA DE PESQUISA E REGISTRO DE PREÇOS

RETIFICAÇÃO

No Extrato da Ata de Registro de Preços nº 016/2000, Conc. 016/2000, publicado no DODF n.º 234, de 11.12.2000, páginas 29 a 84, onde se lê:

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	1º COLOCADO	MARCA	VALOR UNIT.
2376	U	BOTAO DO PISCA ALERTA PARA VW-KOMBI ANO 93	Oropeças Auto-Peças e Serviços Ltda.	VW	195,00

Leia-se:

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	1º COLOCADO	MARCA	VALOR UNIT.
2376	U	BOTAO DO PISCA ALERTA PARA VW-KOMBI ANO 93	Oropeças Auto-Peças e Serviços Ltda.	VW	1,95

SUBSECRETARIA DA RECEITA
GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO ATO DECLARATÓRIO Nº. 22/1998

Autoriza procedimento especial relacionado com a emissão de Cupom Fiscal por PDV e ECF e recebimento de mercadorias em virtude de garantia ou troca.
O SUPERVISOR DA CÉLULA DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ESPECIAIS, no uso da competência de que trata o inciso III do artigo 1º da OS nº 88, de 20 de julho de 2000 e os artigos 74 a 81 do Decreto nº 16106/94 e o que consta do processo nº 00048.009558/19990, declara que a empresa LOJAS RIACHUELO S/A., inscrita no Cadastro Fiscal do Distrito Federal sob o nº 07.312.235/003-69 e no CNPJ sob o nº 33.200.056/0213-08, estabelecida no SAIS – Áreas Isoladas, nº 6.580 – Centro Com. Comp nº 116 – Parkshoping – Brasília – DF, fica autorizada a usar procedimento especial relacionado com a emissão de Cupom Fiscal emitido por PDV ou ECF e recebimento de mercadorias em virtude de garantia ou troca, conforme a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA – O artigo 4º deste termo de acordo passa a ter a seguinte redação:
"Art. 4º - O presente Regime Especial é extensivo aos estabelecimentos localizados no Distrito Federal, abaixo relacionados:
Inscrição no CF/DF nº- 07.312.235/002-88
CNPJ Nº- 33.200.056/0198-34
Endereço- CRS Quadra 504 – Bloco "B" nº 41 – Brasília – DF.
Inscrição no CF/DF nº- 07.312.235/004-40
CNPJ Nº- 33.200.056/0153-32
Endereço- Av. CNB 5 Lote 06 nº 1.234 – Taguatinga – DF.
Inscrição no CF/DF nº- 07.312.235/006-01
CNPJ Nº- 33.200.056/0333-14
Endereço- SCS Quadra 07 Bloco "A" Loja 120N – Brasília – DF.
Inscrição no CF/DF nº- 07.312.235/008-73
CNPJ Nº- 33.200.056/0352-87
Endereço- SD/NORTE Conj. A" Loja 137 – 1º Subsolo – Brasília – DF.
CLÁUSULA TERCEIRA – Este Aditivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Brasília-DF., 26 de março de 2001
CELSO MONTEIRO DA SILVA
Supervisor

SUBSECRETARIA DA RECEITA
GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO ATO DECLARATÓRIO Nº. 22/1998

Autoriza procedimento especial relacionado com a emissão de Cupom Fiscal por PDV e ECF e recebimento de mercadorias em virtude de garantia ou troca.
O SUPERVISOR DA CÉLULA DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ESPECIAIS, no uso da competência de que trata o inciso III do artigo 1º da OS nº 88, de 20 de julho de 2000 e os artigos 74 a 81 do Decreto nº 16106/94 e o que consta do processo nº 00048.009558/19990, declara que a empresa LOJAS RIACHUELO S/A., inscrita no Cadastro Fiscal do Distrito Federal sob o nº 07.312.235/003-69 e no CNPJ sob o nº 33.200.056/0213-08, estabelecida no SAIS – Áreas Isoladas, nº 6.580 – Centro Com. Comp nº 116 – Parkshoping – Brasília – DF, fica autorizada a usar procedimento especial relacionado com a emissão de Cupom Fiscal emitido por PDV ou ECF e recebimento de mercadorias em virtude de garantia ou troca, conforme a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA – O artigo 4º deste termo de acordo passa a ter a seguinte redação:
"Art. 4º - O presente Regime Especial é extensivo aos estabelecimentos localizados no Distrito Federal, abaixo relacionados:
Inscrição no CF/DF nº- 07.312.235/002-88
CNPJ Nº- 33.200.056/0198-34
Endereço- CRS Quadra 504 – Bloco "B" nº 41 – Brasília – DF.
Inscrição no CF/DF nº- 07.312.235/004-40
CNPJ Nº- 33.200.056/0153-32
Endereço- Av. CNB 5 Lote 06 nº 1.234 – Taguatinga – DF.
Inscrição no CF/DF nº- 07.312.235/006-01
CNPJ Nº- 33.200.056/0333-14
Endereço- SCS Quadra 07 Bloco "A" Loja 120N – Brasília – DF.
Inscrição no CF/DF nº- 07.312.235/008-73
CNPJ Nº- 33.200.056/0352-87
Endereço- SD/NORTE Conj. A" Loja 137 – 1º Subsolo – Brasília – DF.
CLÁUSULA TERCEIRA – Este Aditivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Brasília-DF., 26 de março de 2001
CELSO MONTEIRO DA SILVA
Supervisor

BANCO DE BRASÍLIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 11/2000

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público que o imóvel referente ao Item 56 da Concorrência DIRAD/CPLIC-011/2000 foi alienado ao DIOGO LEITE DA SILVA pelo valor de R$ 43.010,00, nos termos do art. 24, V, da Lei 8.666/93.

PAULO RENATO BRAGA
Assistente

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
SBS - Quadra 01 - Bloco "E" - Ed. Brasília - 70072-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.000.208/0001-00
www.brb.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2000

Em conformidade com as disposições legais em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do BRB - Banco de Brasília S.A., relativos ao exercício de 2000.

Cenário Econômico

Apesar das turbulências internacionais advindas da volatilidade das bolsas de valores, do aumento do preço do petróleo decorrente da crise no oriente médio, do desaquecimento da economia norte-americana, do enfraquecimento do euro frente ao dólar e das dificuldades de financiamento externo da Argentina, a economia brasileira não se deixou abalar, principalmente pela manutenção de rigorosa política de disciplina fiscal e monetária, o que só veio a assegurar as expectativas otimistas de um crescimento econômico sustentável, com inflação contida.

O Banco Central do Brasil promoveu a redução dos juros básicos durante o ano de 2000, passando de 19,00% a.a. em janeiro para 15,75% no final do ano. Essa atitude gerou aumento da confiança empresarial nos rumos da economia brasileira. A reversão das tendências pessimistas criou um clima favorável para um cenário de redução contínua nos níveis de juros praticados, denotando, por conseguinte, diminuição dos índices de inadimplência, elevação dos volumes de crédito disponibilizados pelo Sistema Financeiro, redução dos índices de desemprego e elevação da atividade econômica.

Resultado

A administração do Banco, atenta às intempéries ocorridas na economia brasileira e, em continuidade às ações desenvolvidas no ano anterior, deu absoluta prioridade à liquidez e à segurança operacional do BRB no transcorrer do exercício de 2000, procurando, acima de tudo, melhorar o perfil de seus ativos, sobretudo das operações de crédito.

Fatores internos e externos influenciaram os resultados do ano. Internamente, buscando adequar-se à nova realidade do Sistema Financeiro Nacional, o BRB manteve sua política de ajustes necessários para otimizar os seus resultados operacionais, reduzindo seus custos e buscando novas fontes de receitas.

As receitas de intermediação financeira em 2000 totalizaram R$ 281,3 milhões, pouco abaixo do valor do ano anterior, de R$ 318,5 milhões, decréscimo esse decorrente da política em vigor de redução das taxas de juros. As despesas de intermediação financeira totalizaram R$ 107,5 milhões em 2000, inferior à verificada em 1999, de 141,1 milhões. Isto permitiu atingir um Resultado Bruto da Margem de Intermediação Financeira de R$ 173,9 milhões no exercício, contra 177,4 milhões em 1999.

Externamente, o Governo Federal continua mantendo uma política de aperto de liquidez, com o recolhimento de depósitos compulsórios ainda elevados, em especial dos Depósitos à Vista, o que impacta sobremaneira a margem de lucros dos bancos.

No entanto, o BRB, mesmo neste contexto, em decorrência das medidas adotadas durante o ano, obteve em 2000, resultado positivo de R$ 6,2 milhões. Isto representa um retorno sobre o patrimônio de 3,30% e um retorno sobre os ativos de 0,48%.

Relativamente às operações de crédito, o BRB, no período, manteve as políticas de seletividade, pulverização e reforço de garantias reais, de forma a viabilizar a preservação de seus ativos. O saldo das operações de crédito, excluindo o *leasing*, em dezembro de 2000, é de R$ 512,6 milhões, contra R$ 532,9 milhões em dezembro de 1999.

O índice de solvabilidade instituído pelo Acordo de Basiléia, o qual mede a relação entre o Patrimônio Líquido e os Ativos ponderados pelo seu grau de risco, é de 19,54%, o que demonstra o bom nível de capitalização do BRB, quando comparado ao mínimo de 11,00%, ressaltando-se que a partir do mês de outubro de 2000, o conglomerado BRB passou a ser optante pela apuração consolidada. Os índices de liquidez geral e de liquidez de curto prazo, em dezembro de 2000, foram de 1,02 e 0,85, respectivamente, continuando, assim, nos mesmos patamares que os apresentados em 1999.

O Banco lançou R$ 16,3 milhões de crédito tributário no período, valor relativo ao Imposto de Renda, de acordo com o que preceitua a Circular BACEN Nº 2.746/1997 e DELIBERAÇÃO CVM N.º 273/1998. No entanto, em razão de permanecer com a política conservadora de provisionamentos, lançou provisão extraordinária de R$ 22,3 milhões para riscos de crédito.

Ação Empresarial

A Administração pautou-se pela ênfase na modernização empresarial, e implementou várias ações objetivando a redução de custos e a obtenção de maior eficácia nos processos operacionais, tais como:

1) No Âmbito da Gestão de Pessoal

A administração do BRB deu continuidade ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV), com a rescisão de aproximadamente 135 servidores, onde foram gastos R$ 12,9 milhões. O número total de funcionários ao término do ano de 2000 era de 1.600, contra 1766 em dezembro de 1999, o que gerou uma redução no quantitativo de pessoal na ordem de 9,40%.

Aprovou-se, no segundo semestre do exercício findo, um novo Plano de Cargos e Salários - PCS mais compatível com a realidade de mercado, que vigorará já a partir de 1º de janeiro do exercício de 2001. Diante disto, a Diretoria consolidou o Modelo Organizacional, que culminou com ajustes diversos na estrutura hierárquica da empresa, promovendo adequação administrativa e obtendo-se maior agilidade nos processos e na tomada de decisões do Banco.

Foi aprovada para o primeiro semestre de 2001 a realização de novo Concurso Público, direcionado para as carreiras deste novo PCS, com a abertura de 380 postos de trabalho. Tal medida visa suprir as vagas abertas em decorrência do PDV e proporcionar uma melhoria significativa na qualidade de atendimento aos correntistas e usuários.

Atento às exigências de seus clientes e usuários, o BRB realizou, durante o ano, vários programas de treinamento e desenvolvimento, todos voltados à capacitação e aprimoramento profissionais, os quais contaram com 4.995 participações, envolvendo funcionários de nível gerencial, operacional e estagiários, com um investimento da ordem de R$ 462,6 mil.

2) No Âmbito da Segurança Institucional

Preocupado com a segurança de seus clientes e usuários, o Banco concluiu as instalações de 83 portas giratórias ao final do ano de 2000. Em decorrência dessas instalações, promoveu, através da prestadora de serviços de vigilância, o treinamento de todo o corpo de vigilantes das unidades do Banco, com a finalidade de orientá-los sobre os procedimentos a serem adotados quanto à utilização das portas giratórias.

3) No Âmbito da Modernização Física das Agências e Dependências

O BRB efetuou um considerável investimento nas instalações de suas agências, visando modernizá-las e proporcionar, por conseguinte, maior conforto e comodidade aos seus clientes, usuários e funcionários. No exercício de 2000, foram realizadas as seguintes ações:

a) reformas, ampliações e modernização de espaços das Agências: Brazlândia, Ceilândia, Comsul, Gama, Paranoá, Planaltina, Pontanorte, Riacho Fundo, Samambaia, São Paulo, São Sebastião, SIA, Sobradinho, Taguatinga Norte e Taguatinga;

b) reformas, ampliações e modernização dos Postos de Atendimento: CCL SAAN, CAC, Câmara, Ciretran, Free Park, 516 Norte, HRC, Pier 21, Taguatinga Shopping e Terraço Shopping;

c) recuperação da escada de incêndio do Edifício Sede;

d) construção de estande permanente na Granja do Torto;

e) implantação de sistema de sonorização no parque de atendimento do Banco; e

f) ampliação do sistema de gravação da Central de Atendimento ao Cliente (CAC), da MESEG (Mesa de Negócios) e da DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

4) No Âmbito Tecnológico

O BRB ampliou a capacidade operacional de seus equipamentos, realizando, durante o ano de 2000, investimentos para expansão da infra-estrutura de informática, da ordem de 21,9 milhões, contra os 2,7 milhões registrados em 1999.

Esse investimento impactou diretamente na melhoria dos serviços oferecidos à comunidade, possibilitando, inclusive, um aumento da base de clientes da ordem de 8,40%, bem como a disponibilização de novos produtos, ampliação de acesso para o pagamento de contas de correntistas e usuários nos terminais de auto-atendimento.

5) No Âmbito do Suporte de Equipamentos aos Pontos de Atendimento

O BRB conta atualmente com 99 pontos de atendimento e 3 CCL's (Centrais de Caixa Livre), onde estão instalados os seguintes equipamentos: 69 ATM's, 257 *Cash Dispenser's*, 137 Terminais de Extrato/Pagamento (sendo que deste total 20 estão instalados em órgãos públicos ou interior de hospitais), 135 Terminais de Depósito/Pagamento, 7 Talonadoras de Cheque e 605 Terminais de Caixa.

6) No Âmbito dos Serviços Prestados ao Cliente

Os investimentos em *hardware* e a aquisição e desenvolvimento de *software* permitiram a intensificação do uso da Tecnologia da Informação, tornando mais ágil os serviços prestados a clientes e usuários. Entre eles destacamos:

a) agendamento, pela Central de Atendimento, de débitos automáticos de faturas das Concessionárias Públicas e Privadas, da BRB-Cartão, assim como de impostos do GDF (IPTU e IPVA);

b) informações prestadas, pela Central de Atendimento, à comunidade acerca da Bolsa-Escola, da Bolsa-Magistério, do INSS, da Restituição de Imposto de Renda e das empresas: BRB-Banco de Brasília, BRB-Seguros, BRB-Cartão e BRB-Crédito, Financiamento e Investimento;

c) instituição de suporte técnico-operacional ao Home/Office Bank (*Softbanco* e *Banknet*), através de acesso telefônico com o Telebanco e implementação de novos serviços, tais como: agendamento de contas, agendamento de DOC, otimização nas opções de extratos, e outros. O *Banknet*, que apresentava 1,5 mil acessos por mês em janeiro de 2000, saltou para 60 mil acessos mensais ao término do mês de dezembro;

d) lançamento do produto denominado BRB Microcomputador, voltado para os servidores do GDF e demais clientes do Banco; e

e) incremento no número de contas ativas, atingindo um total de 350 mil contas, contra 323 mil do exercício de 1999.

Ação Social

1) Atendimento à Comunidade

Durante o ano de 2000, ciente de suas responsabilidades no campo social, o BRB manteve todas suas agências prestando serviços à comunidade. No período, foi registrado um total de 6 milhões de documentos de arrecadação recebidos, o que confirma a importância e o papel social do BRB junto à comunidade.

O Banco, dentre suas atribuições de agente de desenvolvimento do Governo do Distrito Federal, realizou nesse período 240.664 pagamentos do Programa Bolsa Escola, além da disponibilização de técnicos no atendimento e nos controles operacionais.

Outra ação do BRB junto à comunidade foi a adequação de local para funcionamento da UTI do Hospital Regional da Ceilândia.

O BRB ainda tem como escopo a manutenção de agências em todas as Regiões Administrativas do DF, disponibilizando rede de acesso amplo com 99 pontos de atendimento, sendo 31 no Plano Piloto, 61 ao seu redor e 7 em outros Estados. Esta capilaridade facilita o acesso de diversas comunidades locais ao atendimento bancário, com a evidente melhoria da qualidade de vida de toda a população.

2) Apoio ao Estudante

Contribuindo para a geração de empregos e complementação do aprendizado escolar durante o ano de 2000, o BRB manteve contrato com 742 estudantes estagiários de 2º e 3º graus, aos quais foi proporcionado estágio de aprendizagem para o trabalho, além de ajuda para transporte, alimentação e compensação financeira pelas atividades desenvolvidas.

Perspectivas

As intempéries da economia internacional continuam a ser um fator determinante para mudanças de rumo na economia brasileira. O aumento do preço internacional do petróleo, os preços administrados e o ambiente econômico externo representam, ainda, as principais incertezas em relação às perspectivas para o comportamento das taxas de inflação futuras.

Apesar disto, as autoridades brasileiras têm se mostrado firmes quanto à implementação de medidas voltadas para o controle da inflação, mesmo considerando que há uma tendência de crescimento expressivo e regionalmente equilibrado da economia mundial, o que é bastante favorável. A expectativa geral é que o Brasil deverá continuar com um crescimento sustentável sob o ponto de vista fiscal e cambial. O BRB, alinhado a essas mudanças, tem conseguido posicionar-se de forma adequada neste mercado.

Continuaremos na permanente busca de otimização dos resultados operacionais e, para isso, atentos na adoção de medidas e ações que aprimorem a gestão dos negócios, primordialmente no estabelecimento de controles voltados para a apuração, de forma exata e tempestiva, da rentabilidade de nossos produtos, serviços, clientes e unidades de atendimento.

A Administração do BRB considera como meta primordial o fortalecimento do Banco como instituição pública a serviço da comunidade, inovadora em produtos e serviços e competitiva em custo e qualidade, investindo sistematicamente na qualificação e motivação de seu pessoal, no aperfeiçoamento da tecnologia financeira e no refinamento de controles operacionais e de risco.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2000.

Tarcísio Franklim de Moura - Diretor-Presidente e Diretor Operacional em exercício; Ari Alves Moreira - Diretor de Tecnologia e Serviços Bancários e Diretor de Administração e Recursos Humanos em exercício; Paulo Menicucci Castanheira - Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social; Wellington Carlos da Silva - Diretor Financeiro.

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	BRB MÚLTIPLO		BRB CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
CIRCULANTE	**767.403**	**725.760**	**817.343**	**767.374**
DISPONIBILIDADES	52.817	41.565	53.014	41.684
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	253.423	144.527	94.665	32.932
Aplicações no Mercado Aberto	79.023	20.271	79.023	20.271
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	174.400	124.256	15.642	12.661
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	54.579	103.117	73.331	117.703
Carteira Própria	47.151	16.505	66.064	30.208
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	62.825	-	62.825
Vinculados a Negociação/Intermediação de Valores:				
Contratos e Prêmios a Exercer	-	-	-	957
Vinculados ao BACEN	27.191	24.109	27.191	24.109
(Provisões para Desvalorizações)	(19.763)	(322)	(19.924)	(396)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	100.956	116.020	100.956	116.020
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	198	316	198	316
Créditos Vinculados:				
Depósitos no Banco Central	97.368	112.628	97.368	112.628
SFH-Sistema Financeiro da Habitação	3.390	3.076	3.390	3.076
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.382	1.788	2.382	1.788
Transferências Internas de Recursos	2.382	1.788	2.382	1.788
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	270.482	281.846	449.853	413.504
Operações de Crédito:				
Setor Público	1.353	1.418	1.353	1.418
Setor Privado	269.129	245.818	447.232	376.565
Operações de Crédito em atraso:				
Setor Privado	-	34.610	1.268	35.521
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	-	657	-	657
Operações de Arrendamento/Subarrendamento a Receber:				
Setor Público	-	232	-	232
Setor Privado	15	1.657	15	1.657
Operações de Arrendamento/Subarrendamento em atraso:				
Setor Privado	-	365	-	365
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(15)	(1.597)	(15)	(1.597)
OUTROS CRÉDITOS	31.960	35.682	39.154	39.335
Créditos por Avais e Fianças Honrados	8	-	8	-
Carteira de Câmbio	4.479	1.141	4.479	1.141
Rendas a Receber	2.876	2.643	2.219	1.701
Negociação e Intermediação de Valores	195	809	205	1.086
Créditos Específicos	328	7.441	328	7.441
Diversos	24.074	23.648	31.915	27.966
OUTROS VALORES E BENS	804	558	3.988	3.751
Outros Valores e Bens	697	496	3.955	3.754
(Provisões para Desvalorizações)	-	-	(76)	(66)
Despesas Antecipadas	107	62	109	63
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	**375.260**	**385.731**	**418.077**	**415.088**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	7.092	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.092	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	5.691	-	5.691
Carteira Própria	-	22.950	72	22.950
Vinculados ao Banco Central	-	-	-	-
(Provisões para Desvalorizações)	-	(17.259)	(72)	(17.259)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	35.040	26.323	35.040	26.323
Créditos Vinculados:				
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	35.040	26.323	35.040	26.323
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	227.312	234.462	272.397	262.775
Operações de Crédito				
Setor Público	9.700	10.791	9.700	10.791
Setor Privado	265.678	235.169	313.543	263.610
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa				
Setor Privado	-	87.912	-	89.204
(Provisões para Operações de Créditos)	(48.066)	(99.410)	(50.846)	(100.830)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	(4)	(3.329)	(4)	(3.329)
Operações de Arrendamento/Subarrendamento a Receber:				
Setor Privado	68	101	68	101
Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa				
Setor Privado	-	19	-	19
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(41)	(101)	(41)	(101)
(Provisões para Operações de Arrendamento Mercantil)	(31)	(3.348)	(31)	(3.348)
OUTROS CRÉDITOS	78.374	100.083	83.198	101.127
Créditos Específicos	10.035	8.054	10.035	8.054
Diversos	99.994	92.029	104.818	93.073
Créditos de Liquidação Duvidosa	-	687	-	687
(Provisões para Outros Créditos)	(31.655)	(687)	(31.655)	(687)
OUTROS VALORES E BENS	27.446	22.501	27.446	22.501
Outros Valores e Bens	34.062	32.926	34.062	32.926
(Provisões para Desvalorizações)	(6.616)	(10.425)	(6.616)	(10.425)
PERMANENTE	**162.967**	**175.139**	**101.734**	**120.521**
INVESTIMENTOS	68.846	61.789	7.269	6.883
Participações em Coligadas e Controladas no País	67.784	55.084	-	-
Outros Investimentos	1.140	7.852	7.743	8.328
(Provisões para Perdas)	(78)	(1.147)	(474)	(1.445)
IMOBILIZADO DE USO	64.234	62.044	64.571	62.268
Imóveis de Uso	54.625	61.762	54.625	61.762
Outras Imobilizações de Uso	66.731	48.414	67.302	48.820
(Depreciações Acumuladas)	(57.122)	(48.132)	(57.356)	(48.314)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	452	17.053	452	17.053
Bens Arrendados	689	22.493	689	22.493
Superveniências de Depreciações	302	4.607	302	4.607
(Depreciações Acumuladas)	(539)	(10.047)	(539)	(10.047)
DIFERIDO	29.435	34.253	29.442	34.317
Gastos de Organização e Expansão	88.144	84.207	88.153	84.278
(Amortizações Acumulada)	(58.709)	(49.954)	(58.711)	(49.961)
TOTAL	**1.305.630**	**1.286.630**	**1.337.154**	**1.302.983**

PASSIVO	BRB MÚLTIPLO		BRB CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
CIRCULANTE	**904.699**	**888.459**	**925.281**	**902.600**
DEPÓSITOS	742.989	700.284	741.501	698.608
Depósitos à Vista	193.197	165.164	191.709	164.592
Depósitos Interfinanceiros	15.163	-	15.163	-
Depósitos de Poupança	312.981	299.978	312.981	299.978
Depósitos a Prazo	221.648	235.142	221.648	234.038
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	47.958	75.161	44.844	69.020
Carteira Própria	-	62.918	-	62.918
Carteira de Terceiros	47.958	12.243	44.844	6.102
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	39.731	33.288	39.731	33.288
Recursos de Letras Hipotecárias	39.731	33.288	39.731	33.288
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	53	63	53	63
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	53	63	53	63
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	59	71	59	71
Recursos em Trânsito de Terceiros	10	22	10	22
Transferências Internas de Recursos	49	49	49	49
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	6.854	12.447	6.854	12.447
Empréstimos no Exterior	6.854	12.447	6.854	12.447
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS INSTITUIÇÕES OFICIAIS	19.023	14.816	19.023	14.816
Tesouro Nacional	128	152	128	152
BNDES	9.422	6.100	9.422	6.100
CEF	1.936	2.143	1.936	2.143
FINAME	7.537	6.421	7.537	6.421
OUTRAS OBRIGAÇÕES	48.032	52.329	73.216	74.287
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	996	3.929	1.067	3.988
Carteira de Câmbio	54	279	54	279
Sociais e Estatutárias	1	1.731	706	1.955
Fiscais e Previdenciárias	5.923	10.042	11.423	15.580
Negociação e Intermediação de Valores	3.369	80	3.376	523
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	44	38	44	38
Diversas	37.645	36.230	56.546	51.924
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**211.678**	**167.461**	**216.481**	**168.536**
DEPÓSITOS	54.198	36.319	54.198	36.319
Depósitos a Prazo	54.198	36.319	54.198	36.319
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	48.600	39.340	48.600	39.340
Recursos de Letras Hipotecárias	48.600	39.340	48.600	39.340
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS INSTITUIÇÕES OFICIAIS	80.393	59.180	80.393	59.180
Tesouro Nacional	803	752	803	752
BNDES	36.834	20.744	36.834	20.744
CEF	20.835	24.660	20.835	24.660
FINAME	21.921	13.024	21.921	13.024
OUTRAS OBRIGAÇÕES	28.487	32.622	33.290	33.697
Fiscais e Previdenciárias	1.579	3.510	5.940	4.459
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.781	6.957	7.781	6.957
Diversas	19.127	22.155	19.569	22.281
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**312**	**165**	**312**	**165**
Resultados de Exercícios Futuros	312	165	312	165
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA			**6.139**	**1.137**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**188.941**	**230.545**	**188.941**	**230.545**
Capital:				
De Domiciliados no País	128.145	128.145	128.145	128.145
Reservas de Capital	38.465	38.149	38.465	38.149
Reservas de Lucros	23.663	64.251	23.663	64.251
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.332)		(1.332)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA			**195.080**	**231.682**
TOTAL	**1.305.630**	**1.286.630**	**1.337.154**	**1.302.983**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	2º SEMESTRE	BRB MÚLTIPLO		BRB CONSOLIDADO	
DISCRIMINAÇÃO	2000	2000	1999	2000	1999
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	140.121	281.342	318.510	355.037	376.821
Operações de Crédito	105.952	206.764	216.181	304.748	290.015
Operações de Arrendamento Mercantil	1.242	3.866	9.627	3.866	9.627
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	30.248	65.020	81.880	40.731	66.357
Resultado de Operações de Câmbio	678	1.509	5.038	1.509	5.038
Resultado deAplicações Compulsórias	2.001	4.183	5.784	4.183	5.784
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(67.247)	(107.454)	(141.120)	(108.866)	(143.467)
Operações de Captações no Mercado	(39.058)	(84.547)	(114.927)	(84.520)	(116.040)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(6.177)	(12.021)	(16.520)	(12.021)	(16.520)
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.194)	(3.136)	(6.437)	(3.136)	(6.436)
Provisões para Operação de Crédito	(20.818)	(7.750)	(3.236)	(9.189)	(4.471)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	72.874	173.888	177.390	246.171	233.354
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(73.098)	(163.972)	(155.301)	(227.310)	(203.513)
Receitas de Prestação de Serviços	30.987	59.577	55.351	85.080	79.181
Despesas de Pessoal	(55.978)	(120.660)	(130.948)	(122.928)	(132.807)
Outras DespesasAdministrativas	(63.352)	(127.484)	(100.104)	(137.984)	(107.374)
Despesas Tributárias	(7.912)	(14.726)	(11.708)	(20.268)	(14.187)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	8.390	14.751	16.380	(526)	-
Outras Receitas Operacionais	33.099	65.383	55.593	16.059	18.353
Outras Despesas Operacionais	(18.332)	(40.813)	(39.865)	(46.743)	(46.679)
RESULTADO OPERACIONAL	(224)	9.916	22.089	18.861	29.841
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.572)	(2.279)	(4.030)	(2.838)	(4.960)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(1.796)	7.637	18.059	16.023	24.881
IMPOSTO DE RENDA	5.468	(1.405)	(793)	(6.988)	(6.653)
Operações do Exercício	-	-	(6.380)	(6.103)	(12.572)
Constituição/Realização de Créditos Tributários	5.468	(1.405)	5.587	(885)	5.919
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA				(2.803)	(962)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO	3.672	6.232	17.266	6.232	17.266
Nº DE AÇÕES	36.304.650.000	36.304.650.000	36.304.650.000	36.304.650.000	36.304.650.000
LUCRO POR LOTE DE MILAÇÕES	R$ 0,10	R$ 0,17	R$ 0,48	R$ 0,17	R$ 0,48

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (em milhares de reais)

	BRB MÚLTIPLO 2º SEMESTRE	BRB CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
DISCRIMINAÇÃO	2000	2000	1999	2000	1999
A - ORIGEM DOS RECURSOS	151.876	225.432	152.456	206.435	194.727
LUCRO LIQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(3.058)	(29.217)	32.262	(11.870)	50.040
Ajustes ao Lucro Líquido					
Lucro Líquido	3.672	6.232	17.266	6.232	17.266
(+) Depreciação/Amortização	14.373	29.370	29.086	29.446	29.163
(+) Provisão para Perdas/Desvalorizações	1.043	1.043	2.468	1.297	2.827
(-) Equivalência Patrimonial	(8.390)	(14.751)	(16.380)	526	-
(+) Amortização de Ágio	-	390	-	390	
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(12.447)	(48.548)	-	(49.611)	-
(-) Reversão de Provisões	(2.351)	(4.374)	(3)	(4.374)	(3)
(+-) Superveniência/Insuficiência de Arrendamento	1.042	1.811	(565)	1.811	(565)
(+) Participação Minoritária	-	-	-	2.803	962
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	22	147	133	147	133
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	-	704	1.339	1.268	1.455
CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS DE TÍTULOS PATRIMONIAIS	-	8	-	18	-
RECURSOS DE ACIONISTAS	-	-	-	3.108	-
Realização de Capital Social	-	-	-	3.108	-
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:	154.912	253.790	118.722	213.764	143.099
- AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:	48.207	96.113	45.661	96.302	55.057
DEPÓSITOS	31.213	60.583	-	60.772	-
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	-	-	28.163	-	29.004
RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS E EMISSÃO DE TÍTULOS	2.733	15.703	9.479	15.703	9.479
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	12.676	19.827	4.254	19.827	4.088
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.585	-	3.765	-	12.486
- DIMINUIÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:	83.744	103.927	51.224	73.926	70.235
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	-	-	30.784	-	48.610
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	73.527	54.229	-	50.063	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	6.695	5.753	20.361	5.753	21.539
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	18.514	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS	3.522	25.431	-	18.110	-
OUTROS VALORES E BENS	-	-	79	-	86
- ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS:	20.330	49.127	17.787	43.536	17.807
BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	17.302	22.305	7.885	22.305	7.887
IMOBILIZADO DE USO	298	7.140	554	7.162	572
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	2.730	14.031	9.348	14.031	9.348
INVESTIMENTOS	-	5.651	-	38	-
- DIVIDENDOS E JUROS DE CAPITAL A RECEBER	2.631	4.623	4.050	-	-
B - APLICAÇÃO DE RECURSOS	125.725	214.180	170.030	195.105	212.188
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS	-	-	4.317	945	4.500
INVERSÕES EM:	3.229	46.256	22.234	44.542	22.307
BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	2.703	23.919	10.817	23.919	10.817
IMOBILIZADO DE USO	526	19.757	11.294	19.953	11.367
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	-	-	117	-	117
INVESTIMENTOS	-	2.580	6	670	6
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	7.331	13.366	9.597	13.324	9.658
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:	37.460	118.901	90.414	110.618	131.921
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	34.035	115.987	-	61.733	-
TITULOS E VALORES MOBILARIOS	-	-	36.132	-	44.853
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.379	-	25.065	45.971	62.711
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	1.858	2.667	2.847	2.667	2.847
OUTROS CRÉDITOS	-	-	26.370	-	21.510
OUTROS VALORES E BENS	188	247	-	247	-
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:	77.705	35.657	43.468	25.676	43.802
DEPÓSITOS	-	-	31.532	-	31.865
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	30.729	27.203	-	24.176	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	46.976	22	11.936	22	11.937
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	8.432	-	1.478	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES (A-B)	26.151	11.252	(17.574)	11.330	(17.461)
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA DISPONIBILIDADES:					
- Inicio do Periodo	26.666	41.565	59.139	41.684	59.145
- Fim do Periodo	52.817	52.817	41.565	53.014	41.684
- Aumento/(Redução) das Disponibilidades	**26.151**	**11.252**	**(17.574)**	**11.330**	**(17.461)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL AVALIAÇÃO DE TÍTULOS PATRIMONIAIS	RESERVAS DE CAPITAL ESPECIAL LEI 8200/91	RESERVAS DE CAPITAL OUTRAS	RESERVAS DE LUCROS LEGAL	RESERVAS DE LUCROS ESTATUTÁRIA	LUCROS ACUMULADOS	TOTAIS
. SALDOS EM 30/06/2000	128.145	100	7.136	31.418	16.671	47.759	(33.513)	197.716
. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	(12.447)	(12.447)
. REALIZAÇÃO DE RESERVAS	-	-	(189)	-	-	-	189	-
. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	3.672	3.672
. DESTINAÇÕES:								
Reservas	-	-	-	-	183	(40.950)	40.767	-
. SALDOS EM 31/12/2000	128.145	100	6.947	31.418	16.854	6.809	(1.332)	188.941
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	-	(189)	-	183	(40.950)	32.181	(8.775)
. SALDOS EM 31/12/1998	128.145	92	7.761	29.259	15.679	35.205	-	216.141
. DOAÇÃO E SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO	-	-	-	1.455	-	-	-	1.455
. REALIZAÇÃO DE RESERVAS	-	-	(418)	-	-	-	418	-
. *LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO*	-	-	-	-	-	-	17.266	17.266
. DESTINAÇÕES:								
. Reservas	-	-	-	-	864	12.503	(13.367)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	(4.317)	(4.317)
(R$ 0,11625 p/lote de 1.000 ações ordinárias)								
(R$ 0,12788 p/lote de 1.000 ações preferenciais)								
. SALDOS EM 31/12/1999	128.145	92	7.343	30.714	16.543	47.708	-	230.545
. MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	-	(418)	1.455	864	12.503	-	14.404
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	(48.548)	(48.548)
. DOAÇÃO E SUBVENÇÃO P/INVESTIMENTO	-	-	-	704	-	-	-	704
. REALIZAÇÃO DE RESERVAS	-	-	(396)	-	-	-	396	-
. CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS	-	8	-	-	-	-	-	8
. LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	6.232	6.232
. DESTINAÇÕES:								
. Reservas	-	-	-	-	311	(40.899)	40.588	-
. SALDOS EM 31/12/2000	128.145	100	6.947	31.418	16.854	6.809	(1.332)	188.941
. MUTAÇÕES NO PERIODO	-	8	(396)	704	311	(40.899)	(1.332)	(41.604)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999 (em milhares de reais)

Nota 1 - Contexto Operacional

O BRB - Banco de Brasília S.A., instituição financeira de economia mista, vinculado ao Governo do Distrito Federal, opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras comercial (incluindo câmbio), de desenvolvimento, de leasing e de crédito imobiliário, contando atualmente com 55 agências.

Por meio de suas controladas atua nos segmentos financeiros com atividades nas áreas de distribuição de títulos e valores mobiliários, administração de fundos, crédito direto ao consumidor e administração de cartão de crédito e serviços.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com observância das instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

b) Demonstrações Contábeis Consolidadas (BRB - Consolidado): as demonstrações contábeis abrangem as empresas controladas: BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S/A, BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Cartão BRB S/A, e foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e Instrução CVM nº 247/1996, que requer a eliminação das transações, bem como dos saldos de contas e as despesas e receitas entre as empresas e o BRB - Banco de Brasília S/A.

Nota 3 - Principais Práticas Contábeis

a) regime contábil é o de competência;

b) a classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/1976;

c) os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável;

d) as "Operações de Crédito" encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, observado que, se vencidas há mais de 60 dias, as rendas somente serão reconhecidas se efetivamente recebidas;

e) a "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resoluções nº 2.682/1999 e 2687/2000;

f) operações de Arrendamento Mercantil

Os bens objeto de arrendamento são depreciados pelos prazos de vida útil-econômica, definidos pela legislação tributária, reduzidos em 30%, de acordo com a Portaria 113, de 26.02.1988, do Ministério da Fazenda.

Os seguros do imobilizado de arrendamento são efetuados pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

As rendas de arrendamento foram calculadas e apropriadas mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF 140/1984 e Resolução Nº 2.682/1999 do BACEN.

O ajuste ao valor presente dos fluxos de recebimento das operações de arrendamento mercantil, registrado na conta "Superveniências de Depreciações", do imobilizado de arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1429/1989, do BACEN, e computado no resultado;

g) os investimentos relevantes em sociedades controladas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme artigo 248 da Lei nº 6.404/1976 e Instrução nº 247/1996 da CVM e normas do Banco Central do Brasil, apurados em balanços levantados em 31 de dezembro de 2000 e 1999, os quais foram examinados pela Trevisan Auditores Independentes. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes;

h) o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, reduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- Imóveis de Uso - Edificações 4%
- Sistemas de Transportes e Processamento de Dados 20%
- Demais itens 10%;

i) o diferido é constituído por gastos de instalações em prédios de terceiros, instalação e adaptação de dependências e gastos com reorganização e reestruturação administrativa do Banco previstos na Circular/BACEN nº 2.582/1995. A amortização é calculada pelo método linear à taxa anual fixa de 20%;

j) as obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável;

k) as férias vencidas e proporcionais, bem como o saldo remanescente de licença-prêmio (o benefício foi extinto no acordo coletivo de trabalho assinado no exercício de 1999) estão integralmente provisionadas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis;

l) o Imposto de Renda (IRPJ) foi apurado à alíquota de 15% mais adicional de 10%, tendo por base de cálculo o lucro real, na forma dos dispositivos legais vigentes.

Nota 4 - Operações de Crédito

a) Classificações das operações de critério por atividade econômica:

Atividades Econômicas	Valor Vencido	Valor Vincendo	Valor do Principal
Pessoa Física	2.059	84.824	86.883
PJ Comércio	4.405	42.372	46.777
PJ Indústria	2.038	33.823	35.861
PJ outros	11.128	125.515	136.643
Crédito Rural	1.166	27.451	28.617
Crédito Habitacional	67.656	136.963	204.619
SPE/AE Indústria	18.699	11.053	29.752
Total Geral	**107.151**	**462.001**	**569.152**

O BACEN por intermédio das Resoluções nº 2.682, de 21.12.1999 e 2.697, de 20.02.2000, alterou os critérios de constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, introduzindo novos critérios para a classificação de clientes e critérios provenientes de operações de crédito, por categoria de risco, com vigência a partir março do corrente exercício.

Em face a aplicação da Resolução nº 2.682/1999 e 2.697/2000, a classificação das operações de crédito ficou constituída da seguinte forma:

		Operações Vencidas (em dias)						
Nível de Risco	Operações Vincendas	0 a 15	16 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90 dias	Total	Participação %
AA	69.416	-	-	-	-	-	69.416	12,20
A	205.731	7.892	6.759	-	-	-	220.382	38,72
B	61.988	7.074	5.014	9.712	-	-	83.788	14,72
C	45.376	14.724	2.647	6.198	5.194	2.953	77.092	13,55
D	18.604	1.279	1.286	1.317	18.482	3.143	44.111	7,75
E	1.437	1.647	64	666	184	7.350	11.348	1,99
F	6.035	2	705	743	144	23.079	30.708	5,40
G	3.454	5	81	29	29	3.907	7.505	1,32
H	9.973	353	1.062	1.544	669	11.201	24.802	4,35
Total	**422.014**	**32.976**	**17.618**	**20.209**	**24.702**	**51.633**	**569.152**	**100**

A instituição, de acordo com termos da Circular nº 2.974/2000, do BACEN, registrou o valor das provisões calculadas pela Resolução nº 2.682/1999, no montante de R$ 48.548 mil em "Lucros ou Prejuízos Acumulados", relativo às operações de crédito contratadas até 31/12/1999, deduzidas das provisões calculadas pela Resolução nº 1.748/1990, existentes em 29/02/2000.

Nível de classificação	Valor do crédito	% dos crédito	% das provisões	Valor das provisões
AA	69.416	12,20	0	0
A	220.382	38,72	0,5	1.102
B	83.788	14,72	1	838
C	77.092	13,55	3	2.313
D	44.111	7,75	10	4.411
E	11.348	1,99	30	3.404
F	30.708	5,40	50	15.354
G	7.505	1,32	70	5.254
H	24.802	4,35	100	24.802
Provisão Extraordinária				22.274
Totais	**569.152**	**100**		**79.752**

Foi constituído provisão extraordinária no valor total de R$22.274 mil, sendo R$11.063 relativo a operações de crédito contratadas em 1999, ajustado em Lucros ou Prejuízos Acumulados e R$ 11.211 mil em despesas de provisões operacionais, referente revisão dos níveis de classificação efetuado pelo BACEN, conforme expediente DESUP/GABIN 2001/0422, de 09.03.2001 daquela autarquia.

b) Provisão para Créditos

A provisão constituída na forma indicada na Nota 3 "e" apresentou a seguinte movimentação:

	Múltiplo		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Saldo Inicial	103.445	116.868	104.865	118.488
Provisões Constituídas	46.426	26.886	48.730	29.498
(Provisões Baixadas)	(21.571)	(40.309)	(21.452)	(43.121)
Provisões em LPA	(48.548)	-	(49.611)	-
Saldo Final	**79.752**	**103.445**	**82.532**	**104.865**
Créditos Lançados em Prejuízo Recuperados	12.794	18.377	16.963	22.089

Nota 5 - Créditos Tributários

A Instituição constituiu, no exercício findo em 31.12.2000 créditos tributários relativos ao imposto de renda com base em diferenças intertemporais, à alíquota de 25%, de acordo com o que preceitua a Circular BACEN nº 2.746/1997 e DELIBERAÇÃO CVM nº 273/1998, devidamente sumariado a seguir:

a) Diferenças Intertemporais

	Múltiplo		Consolidado	
	Base de Cálculo	Crédito Tributário	Base de Cálculo	Crédito Tributário
Crédito Tributário do Imposto de Renda:				
Saldo em 31.12.1998:	**133.704**	**33.426**	**133.704**	**33.426**
Constituição 1999:	56.837	14.209	59.445	14.861
Realização 1999:	(34.488)	(8.622)	(35.770)	(8.942)
Saldo em 31.12.1999:	**156.053**	**39.013**	**157.379**	**39.345**
Constituição 2000	65.360	16.340	68.899	17.225
Realização 2000	(70.982)	(17.745)	(72.439)	(18.110)
Saldo em 31.12.2000:	**150.431**	**37.608**	**153.839**	**38.460**

	Múltiplo		Consolidado	
	Base de Cálculo	Crédito Tributário	Base de Cálculo	Crédito Tributário
Crédito Tributário da Contribuição Social:				
Saldo em 31.12.1998:	-	-	-	-
Constituição 1999:	-	-	1.212	145
Realização 1999:	-	-	-	-
Saldo em 31.12.1999:	-	-	**1.212**	**145**
Ajuste de Alíquota de 12% para 9%	-	-	-	(36)
Constituição 2000	-	-	2.098	189
Realização 2000	-	-	(1.211)	(109)
Saldo em 31.12.2000:	-	-	**2.099**	**189**

O total dos Créditos Tributários ativado no exercício de R$ 16.340 mil (R$ 14.209 mil em 1999), BRB CONSOLIDADO R$ 17.414 mil, foi devidamente registrado a débito de "Créditos Tributários - Imposto de Renda e Contribuição Social" (Outros Créditos - Diversos) em contrapartida com conta de resultado.

A Instituição não constituiu crédito tributário relativo ao imposto de renda sobre os prejuízos fiscais, no montante de R$ 9.247 mil, que à alíquota de 25% corresponde a R$ 2.312 mil. É de quatro anos a expectativa para a realização dos ativos fiscais diferidos.

Nota 6 - Desdobramento de Itens das Demonstrações Contábeis

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Resumo	Múltiplo 2000	Múltiplo 1999	Consolidado 2000	Consolidado 1999
Títulos e Valores Imobiliários	74.342	126.389	93.327	141.049
Provisões para Desvalorização	(19.763)	(17.581)	(19.996)	(17.655)
Valor contábil Líquido	54.579	108.808	73.331	123.394

a.2) Composição das Carteiras

Títulos	Até 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Múltiplo	Total Consolidado
Carteira Própria	**14.551**	**10.788**	**19.768**	**2.044**	**47.151**	**66.064**
Títulos de Renda Fixa	**8.151**	**10.788**	**19.768**	**2.044**	**40.751**	**56.422**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	184
Letras do Tesouro Nacional	-	-	17.622	-	17.622	21.172
Títulos Estaduais e Municipais	8.151	10.788	-	-	18.939	18.939
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	11.937
Outros ASTN	-	-	2.146	2.044	4.190	4.190
Títulos de Renda Variável	**6.400**	-	-	-	**6.400**	**9.642**
Ações de Companhia Abertas	5.951	-	-	-	5.951	9.193
Outros	449	-	-	-	449	449
Sociedade em Regime Especial	-	-	-	-	-	**72**
Debêntures	-		-		-	72
Títulos Vinculados ao BACEN	**27.191**	-	-	-	**27.191**	**27.191**
Títulos Públicos Federais	27.191	-			27.191	27.191
Tesouro Nacional	27.191	-	-	-	27.191	27.191
Provisão para Desvalorizações	**(8.975)**	**(10.788)**	-	-	**(19.763)**	**(19.996)**
Totais	**32.767**	-	**19.768**	**2.044**	**54.579**	**(73.331)**

b) Outros Créditos

b.1) Créditos Específicos

O saldo da conta no valor de R$ 10.363 mil (R$ 15.495 mil em 1999) refere-se a operações de crédito rural em fase de securitização.

b.2) Carteira de Câmbio

	2000	1999
OPERAÇÕES ATIVAS	**4.479**	**1.141**
Câmbio Comprado a Liquidar	4.393	1.111
Direitos Sobre Vendas de Câmbio	-	216
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	86	30
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)	-	(216)
OPERAÇÕES PASSIVAS	**54**	**279**
Câmbio Vendido a Liquidar	-	211
Obrigações por Compras de Câmbio	4.278	1.186
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(4.278)	(1.186)
Obrigações por Vendas Realizadas - Taxas Flutuantes	52	65
Comissões de Agentes Sobre Importação	2	3
Responsabilidades por Créditos p/ Importação	-	**34**

b.3) Diversos

	Múltiplo 2000	Múltiplo 1999	Consolidado 2000	Consolidado 1999
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.420	969	1.431	975
Créditos Tributários - IRPJ e CSLL	37.608	39.013	38.649	39.490
Devedores por Dep. em Garantia	18.991	17.623	23.632	21.189
Opção por Incentivos Fiscais	157	1.167	354	1.570
Valores a Receber - Sociedades Ligadas	4.203	3.021	-	-
Devedores Diversos - País	56.671	42.554	64.095	42.615
Pagamentos a Ressarcir	3.738	4.494	3.738	4.494
Imposto de Renda a Compensar	1.237	6.806	4.714	10.532
Outros	43	30	120	174
Total	**124.068**	**115.677**	**136.733**	**121.039**
Classificado				
No Ativo Circulante	24.074	23.648	31.915	27.966
No Ativo Realizável a LP	99.995	92.029	104.818	93.073

A Instituição constituiu no exercício de 1999 crédito relativo ao Precatório do Departamento de Estradas e Rodagens de São Paulo, cedido ao Banco em dação de pagamento através de Escritura Pública, cujo saldo contábil em 31.12.2000 é de R$ 18.700 mil, ajustado mediante provisão de R$ 9.350 mil, observando-se o disposto pelo BACEN por intermédio da Resolução nº 2682/1999 e Parecer CVM 15/1987.

Amparada em sentenças judiciais e pareceres favoráveis de nossos consultores jurídicos, além da jurisprudência existente em processos similares, a administração do Banco decidiu pela constituição de crédito tributário relativo ao PASEP, nos valores de R$ 11.899 mil no exercício de 1997 e R$ 10.531 mil em 1998. Estes créditos estão classificados no "Realizável a Longo Prazo".

c) Outros Valores e Bens

	Múltiplo 2000	Múltiplo 1999	Consolidado 2000	Consolidado 1999
Bens Não de Uso Próprio	34.062	32.926	37.320	36.184
Material em Estoque	697	496	697	496
SUBTOTAL	34.759	33.422	38.017	36.680
(Provisão para Desvalorizações)	(6.616)	(10.425)	(6.692)	(10.491)
Total Líquido	**28.143**	**22.997**	**31.325**	**26.189**
Classificado				
No Ativo Circulante	697	496	3.879	3.688
No Ativo Realizável a Longo Prazo	27.446	22.501	27.446	22.501

d) Outras Imobilizações de Uso

	Múltiplo 2000	Múltiplo 1999	Consolidado 2000	Consolidado 1999
Imobilizações em Curso	311	2.910	311	2.910
Móveis e Equipamentos de Uso	11.958	11.985	12.124	12.154
Sistema de Processamento de Dados	46.073	23.950	46.250	24.072
Sistema de Comunicação	3.171	2.946	3.245	3.020
Instalações	1.912	1.872	1.912	1.872
Demais Imobilizações	3.306	4.751	3.460	4.792
Subtotal	66.731	48.414	67.302	48.820
(Depreciações Acumuladas)	(32.039)	(24.433)	(32.273)	(24.615)
Total Líquido	**34.692**	**23.981**	**35.029**	**24.205**

e) Outras Obrigações - Diversas

	Múltiplo		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Provisão para Pagamentos a Efetuar	15.425	19.113	29.845	32.853
Provisão para Passivos Contingentes	19.119	16.740	19.453	16.872
Credores Diversos - País	6.295	6.316	10.884	8.264
Credores por Antecipação de Valor Residual	388	7.494	388	7.494
Cheques Administrativos	4.137	4.471	4.137	4.471
Credores por Recursos a Liberar	5.751	185	5.751	185
Obrigações por Contribuições ao SFH	2.668	2.403	2.668	2.403
Recursos do FGTS para Amortizações	441	633	441	633
Obrigações por Convênios Oficiais	1.377	1.030	1.377	1.030
Obrigações para Aquisição de Bens e Direitos	1.171	-	1.171	-
Total	**56.772**	**58.385**	**76.115**	**74.205**
Classificado				
No Passivo Circulante	37.645	36.230	56.546	51.924
No Passivo Exigível a Longo Prazo	19.127	22.155	19.569	22.281

f) Outras Receitas Operacionais

	Múltiplo			Consolidado	
	Semestre Findo em 31.12.2000	2000	1999	2000	1999
Recuperação de Encargos e Despesas	29.710	57.032	43.252	6.744	4.365
Rendas de Créditos Específicos	706	1.448	3.138	1.448	3.138
Reversão de Provisões Operacionais (Outras)	2.330	6.009	6.133	6.068	6.531
Juros Taxa SELIC - Tributos Federais	6	29	298	54	549
Atualização sobre Depósito Judicial	186	429	537	478	678
Variação Cambial	70	265	1.825	265	1.825
Demais	91	171	410	1.002	1.267
Total	**33.099**	**65.383**	**55.593**	**16.059**	**18.353**

g) Resultado não Operacional

	Múltiplo			Consolidado	
	Semestre Findo em 31.12.2000	2000	1999	2000	1999
Lucro/Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(2.791)	(4.858)	(8)	(4.879)	(27)
Ganhos/Perdas de Capital	(92)	(92)	277	(92)	276
Reversão/Desvalorização de Outros Valores e Bens	1.307	3.330	(2.468)	3.331	(2.534)
Outras Despesas de Provisões não Operacionais	(158)	(1.060)	(1.315)	(1.060)	(2.131)
Rendas de Aluguéis	60	116	115	116	115
Outras Rendas/Despesas não Operacionais	102	285	(631)	(254)	(659)
Total	**(1.572)**	**(2.279)**	**(4.030)**	**(2.838)**	**(4.960)**

Nota 7 - Investimentos Relevantes

a) nas seguintes empresas investidas:
- BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
- BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
- CARTÃO BRB S.A.

b) o resultado obtido pela aplicação do método da equivalência patrimonial foi contabilizado em contas de resultado, no título "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

c) os principais dados relativos às sociedades controladas e coligada são:

	Múltiplo			
DISCRIMINAÇÃO	BRB/CFI	BRB/DTVM	BRB/CARTÃO	TOTAL
Capital	22.000	21.922	6.650	
Quantidade Ações de Propriedade do Banco:				
- Ordinárias	491	1.427.144.004	450.000	
- Preferenciais	491			
Percentual de Participação	100%	99%	45%	
Patrimônio Líquido em 31/12/2000	36.049	26.982	11.162	
Lucro Líquido	10.973	2.033	5.097	
Movimentação Investimentos nos Exercícios:				
Saldo dos Investimentos em 31/12/1998	**21.031**	**21.705**	**292**	**43.028**
- Equivalência Patrimonial	10.521	5.072	787	16.380
- Ajustes de Equivalência Patrimonial (Ágio)	(388)	(2)	-	(390)
- Dividendos Distribuídos	(2.631)	(1.269)	(149)	(4.049)
- Adições por Incentivos Fiscais	1	114	-	115
Saldo dos Investimentos em 31/12/1999	**28.534**	**25.620**	**930**	**55.084**
- Subscrições	-	-	2.543	2.543
- Atualização Patrimonial	-	10	-	10
- Equivalência Patrimonial	10.973	2.012	2.293	15.278
- Ajustes de Períodos Anteriores	(1.063)	-	-	(1.063)
- Dividendos Distribuídos	(2.790)	(1.060)	(773)	(4.623)
- Adições por Incentivos Fiscais	395	130	30	555
Saldo dos Investimentos em 31.12.2000:	**36.049**	**26.712**	**5.023**	**67.784**

Nota 8 - Diferimento de Gastos Circular/BACEN nº 2.582/1995

A Instituição, com base nos dispositivos da Circular/BACEN nº 2.582/1995, optou pelo diferimento de gastos relativos ao redimensionamento de recursos humanos e da rede de dependências, decorrentes da execução de projetos de reorganização administrativa, reestruturação e modernização de sistemas operacionais, com gastos totais remanescentes em 31.12.2000 de R$ 47.757 mil.

Os valores registrados no ativo diferido são amortizados pelo método linear, à taxa anual de 20%, em consonância com a citada Circular. No exercício a amortização dos gastos foi de R$ 10.632 mil (R$ 10.730 mil em 1999).

Nota 9 - Obrigações por Repasses

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor do principal acrescido de juros. Substancialmente as captações estão assim distribuídas:

a) recursos do Departamento do Tesouro Nacional, com taxa de juros de 3% a.a. mais taxa de juros equivalente a variação de preços mínimos e de 8% a.a. mais TJLP, com o vencimento final em outubro de 2008; Programas POLOBRASÍLIA e PROFIR/OECF. O montante atualizado em 31.12.2000 é de R$ 931 mil (R$ 904 mil em 1999);

b) recursos da Caixa Econômica Federal - CEF, com taxa de juros de 5% a 6,5% a.a. mais TR (UPR), com vencimento final em agosto de 2018; Programas FINC, REFINAG e TREINAT. O montante atualizado em 31.12.2000 é de R$ 11.042 mil (R$ 12.196 mil em 1999);

c) recursos da Caixa Econômica Federal - CEF, com taxa de juros de 6,1% a 8,7% a.a. mais TR (UPR), com vencimento final em 2014; Programas Mercado de Hipoteca e Cooperativa. O montante atualizado em 31.12.2000 é de R$ 11.729 mil (R$ 14.607 mil em 1999);

d) recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com taxa de juros de 7% a 9% a.a. mais TJLP, com vencimento final em janeiro de 2010; Programas POC/Automático, POC/FINEM, Comércio e Serviços e Rural. O montante atualizado em 31.12.2000 é de R$ 46.256 mil (R$ 26.844 mil em 1999); e

e) recursos do FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial, com taxa de juros de 0% a 10,5% a.a. mais TJLP, com vencimento final em outubro de 2008; Programas Automático, Especial e Agrícola. O montante atualizado em 31.12.2000 é de R$ 29.458 mil (R$ 19.445 mil em 1999).

Nota 10 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco é representado por 36.304.650.000 de ações nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre 28.014.650.000 de ações ordinárias com direito a voto e 8.290.000.000 de ações preferenciais sem direito a voto;

b) Reserva Legal

Conforme disposto estatutariamente, foi constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido;

c) Reserva Estatutária

Conforme disposto no estatuto do Banco, foi constituída reserva de risco em operações de câmbio de 2% sobre o lucro líquido. Do saldo remanescente em Prejuízos Acumulados, relativo a

ajustes de provisões de operações de créditos contratados até 31.12.1999, no total de R$ 42.098 mil, a importância de R$ 40.766 mil foi absorvido pelas Reservas de Lucros - fundo para aumento de capital;

d) Dividendos

O Estatuto Social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do Lucro Líquido, ajustado de acordo com o Estatuto, que sofreu alterações neste exercício. Não houve distribuição de dividendos neste exercício, conforme abaixo:

	Exercício	
	2000	**1999**
Lucro Líquido do Exercício	6.232	17.266
(-) Reserva Legal	311	-
(-) Reserva de Câmbio	125	-
(-) Ajuste em LPA	48.151	-
(=) Base de Cálculo do Dividendo	(42.355)	17.266
Dividendo pago	-	4.317

Nota 11 - Transações Entre Partes Relacionadas

As captações de depósitos interfinanceiros e transações entre partes relacionadas são efetuadas pelas taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas praticadas com terceiros e estão sumariadas a seguir:

Discriminação	**Semestre Findo em 31.12.2000**	**31.12.2000**	**31.12.1999**
Operações com o BRB - CFI:			
ATIVO	-	**170.343**	**115.961**
Aplicações em Depósito Interfinanceiros	-	165.850	111.595
Dividendos a Receber	-	290	1.346
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.203	3.020
PASSIVO	-	**682**	**61**
Depósitos à Vista	-	682	61
RECEITAS	**40.963**	**75.613**	**59.180**
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.546	27.816	23.453
Recuperação de Encargos e Despesas	3.908	8.272	8.738
Outras Rendas Operacionais (Spread)	22.509	39.525	26.989
Operações com o BRB - DTVM:			
ATIVO	-	**268**	**377**
Dividendos a Receber	-	268	377
PASSIVO	-	**3.239**	**6.217**
Depósitos à Vista	-	125	76
Captações no Mercado Aberto/Carteira de Terceiros	-	3.114	6.141
RECEITAS	**2.786**	**5.705**	**5.866**
Recuperação de Encargos e Despesas	2.786	5.705	5.778
Outras Rendas Operacionais	-	-	88
Operações com o Cartão - BRB:			
ATIVO	-	-	**151**
Dividendos a Receber	-	-	150
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	1
PASSIVO	-	**682**	**1.539**
Depósitos à Vista	-	682	435
Depósitos a Prazo	-	-	1.104
RECEITAS	**1**	**934**	**3.683**
Rendas de Empréstimos	-	932	3.680
Rendas de Prestação de Serviços	1	2	3
DESPESAS	**10**	**28**	**48**
Despesas de Depósitos a Prazo	10	28	48

Nota 12 - Contingências Fiscais, Trabalhistas e Créditos Securitizados

a) São provisionadas em valor estimado suficiente para fazer face a possibilidade de perda nos processos em andamento e devido à coobrigação na liquidação dos créditos securitizados, classificadas em "Outras Obrigações" no Passivo Exigível a Longo Prazo:

Trabalhistas - o montante provisionado atinge a R$ 16.389 mil (R$ 16.740 mil em 1999), BRB CONSOLIDADO R$ 16.720 mil (R$ 16.872 mil em 1999).

Fiscais - o montante provisionado atinge a R$ 1.579 mil, BRB CONSOLIDADO R$ 5.939 mil.

Créditos Securitizados - foi provisionado o valor de R$ 2.730 mil referente a créditos rurais securitizados com coobrigação e registrados em contas de compensação, cujo saldo em 31.12.2000 é de R$ 13.437 mil.

b) A Instituição está contestando, via administrativa, autos de infrações lavrados em setembro de 1995 e julho de 1997 pela Secretaria da Receita Federal, por conta do não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689/1988, no período de abril de 1992 a janeiro de 1996, respaldada em ação judicial que transitou em julgado, em 18.02.1992, desobrigando-a do pagamento da dita contribuição social. Os consultores jurídicos da Instituição, internos e externos, com base em decisões judiciais já prolatadas por órgãos judiciais, inclusive do Supremo Tribunal Federal, acreditam na inexigibilidade administrativa da cobrança, uma vez que se cuida de coisa julgada material, não se aplicando ao caso nem mesmo a Ação Rescisória, último instrumento processual possível para revisão de decisão judicial passada em julgado. Este entendimento foi confirmado por decisão do Poder Judiciário, nos autos do MS 1999.34.00.038317-1 em curso na 6ª Vara Federal, que desobrigou o Banco do pagamento do tributo.

Nota 13 - Instrumentos Financeiros

São registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, retificados por provisão para ajuste pelo valor de mercado, quando aplicável.

Os valores contábil e de mercado dos títulos registrados em contas patrimoniais, em 31.12.2000, estão a seguir demonstrados em atendimento aos dispositivos da Instrução/CVM nº 235/1995 e Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/1996:

	Múltiplo		**Consolidado**	
Discriminação	**Contábil em 2000**	**Mercado em 2000**	**Contábil em 2000**	**Mercado em 2000**
TÍTULOS DE RENDA FIXA				
- Letras do Tesouro Nacional	44.813	44.961	48.363	48.503
- Letras Financeiras do Tesouro Nacional	-	-	184	184
- Títulos Estaduais e Municipais	18.939		18.839	-
Valor de mercado obtido pelo PU divulgado pela Res. 550 e 551 do BACEN.				
- Debêntures	-	-	72	-
- Certificados de Depósitos Bancários	-	-	11.937	11.937
Valor de mercado obtido através de consulta ao mercado financeiro.				
- Outros ASTN	4.191	Não cotado	4.191	Não cotado
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL				
- Ações de Companhias Abertas	6.400	6.514	9.642	9.594
Valor de mercado obtido pela cotação média de 31.12.2000, na Bolsa de Valores de São Paulo e pelo valor patrimonial das ações não negociadas em bolsa.				

Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação estão sumariados a seguir, por vencimento:

	Múltiplo		**Consolidado**	
Discriminação	**Contábil em 2000**	**Mercado em 2000**	**Contábil em 2000**	**Mercado em 2000**
Contratos de SWAP.	17.404	16.589	17.404	16.589
Até 90 dias	17.404	16.589	17.404	16.589

Nota 14 - Compromissos e Garantias

Correspondem a garantias prestadas, no valor de R$ 32.188 mil (R$ 19.697 mil no exercício de 1999), BRB CONSOLIDADO iguais valores. Estão relacionadas com operações de crédito de órgãos oficiais, coobrigações em cessões de crédito, consórcio e operação de importação, tendo como contragarantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais e alienação fiduciária.

Nota 15 - Plano de Previdência Complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A. é um dos patrocinadores da REGIUS - Sociedade Civil de Previdência Privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais aos seus participantes. Para essa finalidade contribuiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com R$ 12.099 mil (R$ 13.185 mil no exercício de 1999) correspondente às contribuições mensais determinadas por cálculos atuariais.

A avaliação do plano de benefícios da REGIUS em conformidade com a legislação é procedida por atuário independente. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000, auditadas por outros auditores independentes, apresentou um superávit contábil de R$ 30.898 mil (R$ 53.529 mil em 1999).

Nota 16 - Seguros

A Instituição mantém seus bens segurados em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

Nota 17 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	Múltiplo 31.12.2000	Múltiplo 31.12.1999	Consolidado 31.12.2000	Consolidado 31.12.1999
1. RECEITAS	**355.460**	**396.532**	**387.841**	**429.391**
1.1 Intermediação Financeira	281.342	318.510	355.552	378.845
1.2 Prestação de Serviços	59.577	55.351	74.938	70.898
1.3 Provisão para Devedores Duvidosos - Reversão	(7.750)	(3.236)	(9.282)	(4.422)
1.4 Não Operacionais	(2.279)	(4.030)	(51.086)	(4.960)
1.5 Outras Receitas/Despesas Operacionais	24.570	29.937	17.719	(10.970)
2. DESPESAS DE INTERM. FINANCEIRA	**(99.704)**	**(137.884)**	**(99.693)**	**(139.023)**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIRO	**(90.734)**	**(63.589)**	**(97.328)**	**(68.005)**
3.1 Materiais, energia e outros	(34.953)	(27.293)	(36.349)	(28.705)
3.2 Serviços de Terceiros	(55.781)	(36.296)	(60.979)	(39.300)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**165.022**	**195.059**	**190.820**	**222.363**
5. RETENÇÕES	**(28.600)**	**(23.943)**	**(28.656)**	**(23.984)**
5.1 Depreciação amortização e Exaustão	(28.600)	(23.943)	(28.656)	(23.984)
6. VALOR ADICICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADES (4-5)	**136.422**	**171.116**	**162.164**	**198.379**
7. VALOR ADICICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**14.751**	**16.380**	**(526)**	**-**
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	14.751	16.380	(526)	-
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**151.173**	**187.496**	**161.638**	**198.379**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**151.173**	**187.496**	**161.638**	**198.379**
9.1 Pessoal e encargos	104.457	114.161	105.731	115.070
9.2 Impostos, taxas e contribuições	32.335	43.498	41.496	53.390
9.3 Aluguéis	8.149	12.571	8.179	12.653
9.5 Dividendos	1	4.317	1	4.317
9.6 Lucro Retido	**6.231**	**12.949**	**6.231**	**12.949**

Conselho de Administração: Tarcísio Franklim de Moura - Presidente; **Conselheiros:** Adão Alves dos Passos; Antônio Camboim de Souza; Edson de Castro; Flávio José Couri e Mário Sato. **Conselho Fiscal:** Luís Fernandes de Brito - Presidente. **Conselheiros:** Celso de Paula Franco; Franklin Gonçalves de Sousa; Marcos José Terra e Sílvia Maria Ferreira Guimarães. **Diretoria:** Tarcísio Franklim de Moura - Diretor-Presidente e Diretor Operacional (respondendo). **Diretores:** Ari Alves Moreira - Diretor de Tecnologia Bancária e Diretor de Administração e Recursos Humanos (respondendo); Wellington Carlos da Silva - Diretor Financeiro. Paulo Menicucci Castanheira - Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social. **Chefe do Departamento de Contabilidade Geral:** Antônio Eigi Nishiyama - CRC/DF nº 005376/0-7 - CPF 098.802.911/15.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
BRB - Banco de Brasília S.A.

1 Examinamos o balanço patrimonial individual e consolidado do BRB - Banco de Brasília S.A., em 31 de dezembro de 2000 e de 1999, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2000, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos do banco; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do banco e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 O banco registra as operações e elabora as demonstrações contábeis com observância das diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão deValores Mobiliários. Essas diretrizes requerem que o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja reconhecido como insuficiência ou superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota 3 "f"). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para rubricas de ativos circulantes e realizável a longo prazo e de rendas de arrendamento, mas proporcionam a apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

4 Conforme facultado nas Circulares nºs 2.582/95 e 2.707/96, ambas do Banco Central do Brasil, o banco optou por diferir os gastos com o processo de reestruturação e modernização.A adoção do referido procedimento está em desacordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária e com as normas brasileiras de contabilidade. Como conseqüência, o patrimônio líquido e o diferido do exercício findo em 31 de dezembro de 2000 estão a maior em R$ 4.776 mil (R$ 15.408 mil em 1999) e, em função da amortização ocorrida, o lucro do exercício e do semestre findo em 31 de dezembro de 2000 estão diminuídos em R$ 10.632 mil e R$ 5.365 mil (R$ 10.730 mil e R$ 5.365 mil em 1999), respectivamente (nota 8).

5 Conforme divulgado na nota explicativa nº 4, o banco reconheceu nos termos exigidos pela Circular nº 2974, de 24 de março de 2000, do Banco Central do Brasil, o efeito da nova metodologia de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações contratadas até 31 de dezembro de 1999, na conta Lucros Acumulados. No entanto, o Instituto Brasileiro de Contadores - Ibracon definiu que esse efeito deveria ser contabilizado no resultado do exercício.

6 Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação das operações mencionadas no parágrafo 3 e quanto aos efeitos do assunto mencionado nos parágrafos 4 e 5, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BRB - Banco de Brasília S.A., em 31 de dezembro de 2000 e de 1999, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2000, de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira.

7 Conforme nota explicativa nº 12 "b", o banco, baseado em ação transitada em julgado e no parecer de seus consultores jurídicos, não recolheu a contribuição social do período de abril de 1992 a janeiro de 1996, considerada inconstitucional, bem como não provisionou os valores relativos aos exercícios de 1998 e de 1999. As autoridades fiscais lavraram autos de infração sobre o não recolhimento dos valores, relativo ao período de abril de 1992 a janeiro de 1996, que foram impugnados pela instituição. A administração do banco, com base no parecer de seus consultores jurídicos, acredita na possibilidade de êxito nesse processo, uma vez que se trata de coisa julgada material, que extingue o crédito tributário.

8 O banco, amparado por sentenças favoráveis e por pareceres de seus consultores jurídicos, constituiu crédito tributário relativo ao Pasep nos valores de R$ 11.899 mil, no exercício de 1997, e de R$ 10.531 mil no exercício de 1998 (nota explicativa nº 6.2 "c").A realização destes créditos está condicionada ao sucesso no julgamento destas ações.
Brasília, 19 de março de 2001.

Luiz Claudio Fontes - Sócio-contador - CRC 1RJ 032470/O-9 "T" PR "S" DF

Trevisan Auditores Independentes - CRC/SP 2SP013439/O-5 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do BRB - Banco de Brasília S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, tomando por base o acompanhamento efetuado ao longo do exercício social de 2000, e o Parecer dos Auditores Independentes, constatou que as Demonstrações Financeiras representam a posição patrimonial e financeira do BRB - Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro do ano 2000, visto que foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e estão apresentadas de acordo com as normas contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, do Banco Central do Brasil. Em relação ao que dispõem os Artigos 146 e 147, da Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Conselho Fiscal esclarece que, com base nas Demonstrações Financeiras, houve um lucro acumulado no exercício social de 2000, no valor de R$6.232 mil e que, até 31.12.2000, inexistiam pendências em nome dos administradores e suas situações perante os cofres da Instituição eram de normalidade. É de parecer, pois, que as referidas Demonstrações estão em condições de ser submetidas à apreciação e aprovação pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília, 21 de março de 2001

Luís Fernandes de Brito - Presidente; Celso de Paula Franco - Conselheiro; Franklin Gonçalves de Sousa - Conselheiro; Marcos José Terra - Conselheiro; Sílvia Maria Ferreira Guimarães - Conselheira.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BRB-Banco de Brasília S.A., em sua 266ª Reunião Ordinária, realizada em 20.03.2001, examinou o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2000, tendo decidido encaminhar a matéria à Assembléia Geral de Acionistas, com parecer favorável à sua aprovação, de conformidade com os termos do item V do Artigo 142 da Lei 6.404, de 15.12.1976, e, ainda, com o Artigo 26-VI do Estatuto Social do Banco.

Brasília-DF, 20 de março de 2001.

Tarcísio Franklim de Moura - Presidente; Adão Alves dos Passos - Conselheiro; Antônio Camboim de Souza - Conselheiro; Edson de Castro - Conselheiro; Flávio José Couri - Conselheiro; Mário Sato - Conselheiro.

BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

SBS - Quadra 01 - Bloco "E" - Ed. Brasília, 3º andar - 70072-900 - Brasília/DF - CNPJ 33.136.888/0001-43

www.brb.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2000

Senhor Acionista,

Em conformidade com os dispositivos legais em vigor, apresentamos abaixo as demonstrações contábeis da BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas ao exercício de 2000.

Ambiente Econômico

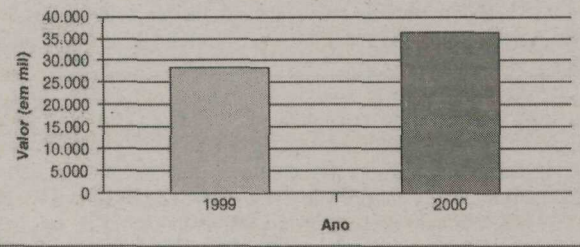
Em 2000, apesar de as taxas de juros internos se encontrarem em patamares ainda significativamente elevados em relação a outros países de economia estabilizada, a economia brasileira registrou retomada do crescimento econômico.

O Banco Central do Brasil adotou uma postura cautelosa e reduziu a taxa Selic de 19,00% em janeiro para 15,75% em dezembro de 2000. Esta postura demonstra a manutenção da disciplina fiscal e monetária, que, aliada ao câmbio flutuante, permitiu ao Brasil superar o cenário adverso decorrente do desaquecimento da economia norte-americana, do aumento no preço do petróleo em virtude da crise no oriente médio e das dificuldades de financiamento externo da Argentina e, assim, seguir firme na obtenção de um crescimento econômico acima do esperado, com inflação em declínio.

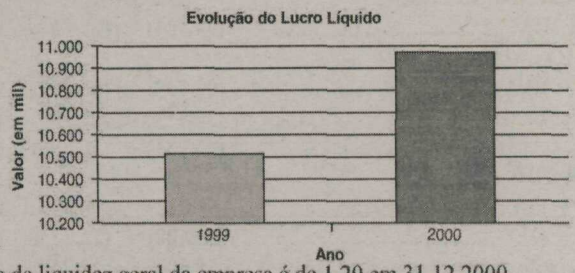
Diante deste cenário, a Diretoria da BRB-CFI manteve sua política de seletividade e pulverização de créditos, principalmente, visando a preservação de seus ativos.

Resultados do Exercício

O Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2000, é de R$ 36,0 milhões, contra R$ 28,5 milhões em 31 de dezembro de 1999, representando crescimento de 26,30%.



O lucro apurado no exercício foi de R$ 11,0 milhões, correspondente a um lucro por ação de R$ 11,2 mil.



O índice de liquidez geral da empresa é de 1,20 em 31.12.2000.

O saldo das operações de crédito ao final do exercício é de R$ 202,8 milhões, representando um crescimento de 39,50% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Atuação

A BRB-CFI, que atua no mercado com produtos tradicionais como o BRB Serv e o Crédito Pessoal, promoveu, durante este ano, diversas campanhas voltadas tanto para os servidores do GDF quanto aos demais clientes do Banco de Brasília S.A., lançando produtos e procurando um melhor posicionamento estratégico à frente dos concorrentes do setor no qual está inserido, acarretando o incremento das receitas, o que refletiu positivamente nos resultados deste ano.

Perspectivas

Nossas expectativas para a economia no exercício de 2001 coincidem com as otimistas previsões do Banco Central do Brasil de uma conjuntura favorável para a economia brasileira e um equilíbrio dos mercados internacionais.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2000.

Tarcísio Franklim de Moura - Diretor-Presidente. Raimundo Nonato Castelo Cordeiro - Diretor.

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	31/12/00	31/12/99
CIRCULANTE	**170.263**	**120.874**
DISPONIBILIDADES	682	61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	158.175	117.316
Operações de Crédito:		
Setor Privado	158.175	117.267
Operações de Crédito em Atraso:		
Setor Privado	-	49
OUTROS CRÉDITOS	11.274	3.355
Rendas a Receber	3	4
Diversos	11.271	3.351
OUTROS VALORES E BENS	132	142
Outros Valores e Bens	208	208
(Provisões para Desvalorizações)	(76)	(66)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**46.457**	**29.131**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	44.642	28.087
Operações de Crédito:		
Setor Privado	47.361	28.097
Operações de Créd.Liquidação Duvidosa:		
Setor Privado	-	1.292
(Provisões para Operações de Crédito)	(2.719)	(1.302)
OUTROS CRÉDITOS	1.815	1.044
Diversos	1.815	1.044
PERMANENTE	**294**	**282**
INVESTIMENTOS	270	259
Participações em Coligadas e Controladas:		
No País	270	259
Outros Investimentos	6	6
(Provisão para Perdas)	(6)	(6)
IMOBILIZADO DE USO	24	23
Outras Imobilizações de Uso	28	37
(Depreciações Acumuladas)	(4)	(14)
TOTAL	**217.014**	**150.287**

PASSIVO	31/12/00	31/12/99
CIRCULANTE	**178.015**	**120.678**
DEPÓSITOS	165.850	111.595
Depósitos Interfinanceiros	165.850	111.595
OUTRAS OBRIGAÇÕES	12.165	9.083
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	71	59
Sociais e Estatutárias	290	1.346
Fiscais e Previdenciárias	4.151	3.785
Diversas	7.653	3.893
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**2.950**	**1.075**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.950	1.075
Fiscais e Previdenciárias	2.721	949
Diversas	229	126
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**36.049**	**28.534**
Capital:		
De Domiciliados no País	22.000	22.000
Reservas de Capital	1.722	1.327
Reservas de Lucros	12.327	5.207
TOTAL	**217.014**	**150.287**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	2º Sem/2000	2000	Reclassificado 1999
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	52.772	98.916	77.512
Operações de Crédito	52.772	98.916	77.512
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(15.421)	(29.311)	(24.598)
Operações de Captação no Mercado	(14.545)	(27.816)	(23.452)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(876)	(1.495)	(1.146)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	37.351	69.605	52.914
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(30.036)	(54.517)	(38.769)
Despesas de Pessoal	(77)	(77)	-
Outras DespesasAdministrativas	(1.532)	(2.748)	(9.588)
Despesas Tributárias	(1.679)	(2.815)	(1.107)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	14	51
Despesas com Remuneração	(26.417)	(47.797)	(26.989)
Outras Receitas Operacionais	533	743	821
Outras Despesas Operacionais	(875)	(1.837)	(1.957)
RESULTADO OPERACIONAL	7.315	15.088	14.145
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(22)	(505)	(337)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	7.293	14.583	13.808
IMPOSTO DE RENDA	(1.413)	(3.610)	(3.287)
Operações do Período	(1.880)	(3.936)	(3.619)
Constituição / Realização de Créditos Tributários	467	326	332
LUCRO LÍQUIDO	5.880	10.973	10.521
NÚMERO DE AÇÕES	982	982	982
LUCRO POR AÇÃO	R$ 5.987,96	R$ 11.174,03	R$ 10.714,15

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

EVENTOS	Reservas de Capital: Capital Subscrito	Reservas de Capital: Especial Lei 8200/91	Reservas de Lucros: Outras	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutárias	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
SALDOS EM 30/06/2000	22.000	26	1.696	1.315	6.737	-	31.774
Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	(15)	(15)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	5.880	5.880
Destinações:							
- Reservas	-	-	-	294	3.981	(4.275)	-
- Dividendos e Juros s/ o Capital Próprio (R$ 1.619,14 por ação)	-	-	-	-	-	(1.590)	(1.590)
SALDOS EM 31/12/2000	22.000	26	1.696	1.609	10.718	-	36.049
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	294	3.981	-	4.275
SALDOS EM 31/12/1998	11.297	26	1.300	535	7.485	-	20.643
Aumento de Capital Com Reservas	10.703	-	-	-	(10.703)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	1	-	-	-	1
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	10.521	10.521
Destinações:							
- Reservas	-	-	-	526	7.364	(7.890)	-
- Dividendos (R$ 2.679,23 por ação)	-	-	-	-	-	(2.631)	(2.631)
SALDOS EM 31/12/1999	22.000	26	1.301	1.061	4.146	-	28.534
MUTAÇÕES DO PERÍODO	10.703	-	1	526	(3.339)	-	7.891
Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	(1.063)	(1.063)
- Incentivos Fiscais	-	-	395	-	-	-	395
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	10.973	10.973
Destinações:							
- Reservas	-	-	-	548	6.572	(7.120)	-
- Dividendos e Juros s/ o Capital Próprio (R$2.841,14 por ação)	-	-	-	-	-	(2.790)	(2.790)
SALDOS EM 31/12/2000	22.000	26	1.696	1.609	10.718	-	36.049
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	395	548	6.572	-	7.515

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	2º Sem/2000	2000	1999
A - ORIGEM DOS RECURSOS	38.137	69.518	31.666
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	5.880	10.973	10.521
- Ajustes ao Lucro Líquido:			
(+) Depreciação/Amortização	1	1	1
(+) Provisão para Desvalorização	-	10	68
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(15)	(1.063)	-
(-) Equivalência Patrimonial	(11)	(14)	(51)
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	-	395	-
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:			
- Aumento dos Subgrupos do Passivo:			
Depósitos	27.911	54.255	14.305
Outras Obrigações	4.367	4.957	6.778
- Diminuição dos Subgrupos do Ativo:			
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	11
- Alienação de Bens e Investimentos:			
Imobilizado de Uso	1	1	2
Investimentos	-	-	18
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	3	3	13
B- APLICAÇÃO DOS RECURSOS	40.650	68.897	31.676
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS	1.590	2.790	2.631
INVERSÕES EM:			
- Imobilizado de Uso	2	2	-
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:			
- Operações de Crédito	31.702	57.414	26.748
- Outros Créditos	7.356	8.691	2.297
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)	(2.513)	621	(10)
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:			
- Disponibilidades:			
Início do Período	3.195	61	71
Fim do Período	682	682	61
Aumento / Redução	(2.513)	621	(10)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(em milhares de reais)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Instituição é uma subsidiária integral controlada pelo BRB - Banco de Brasília S.A. e opera na captação de recursos por Certificado de Depósito Interfinanceiro e aporte de recursos de seu acionista para aplicação, substancialmente, em comprovação de dimensionamento de crédito.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com observância das instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Nota 3 - Principais Práticas Contábeis

a) o regime contábil é o de competência;

b) a classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/1976;

c) os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável;

d) as "Operações de Crédito" encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, observado que, se vencidos há mais de 60 dias, as rendas somente serão reconhecidas se efetivamente recebidas;

e) a "Provisão para Operações de Crédito" foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resoluções nº 2682/1999 e 2687/2000;

f) a participação acionária foi avaliada pelo método da equivalência patrimonial, conforme art. 248 da Lei nº 6.404/1976 e instrução nº 247/1996 da CVM e normas do Banco Central do Brasil, apurados em balanços levantados em 31 de dezembro de 2000 e 1999. Os outros investimentos classificados no Ativo Permanente são demonstrados pelo custo de aquisição atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes;

g) o imobilizado está registrado pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização da taxa anual de 10%;

h) as obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes despesas;

i) o Imposto de Renda (IRPJ) foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e a provisão da Contribuição Social foi apurada às alíquotas de 12% em janeiro, e de 9% nos meses de fevereiro a dezembro de 2000 (8% de janeiro a abril e de 12% de maio a dezem-

bro de 1999), tendo por base de cálculo o lucro líquido ajustado na forma dos dispositivos legais vigentes.

Nota 4 - Provisão para Operações de Crédito

Classificação das operações de crédito por atividade econômica:

Atividade Econômica	Valor Vencido	Valor Vincendo	Valor do Principal
Pessoa Física	17.910	187.624	205.534
PJ Comércio	-	2	2
Total Geral	**17.910**	**187.626**	**205.536**

O BACEN por intermédio das Resoluções nº 2.682, de 21.12.1999 e 2.697, de 20.02.2000, alterou os critérios de constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, introduzindo novos critérios para a classificação de clientes e créditos provenientes de operações de crédito, por categoria de risco, com vigência a partir de março do corrente exercício.

Em face da aplicação da Resolução nº 2.682/1999 e 2.697/2000, a classificação das operações de crédito, por níveis de risco, ficou constituída da seguinte forma:

Nível de Risco	Operações Vincendas	0 a 15	16 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90 dias	Total	Participação %
	Operações vencidas em dias							
AA	42	-	-	-	-	-	42	0,02
A	176.186	2.198	-	-	-	-	178.384	86,79
B	7.232	73	13.331	3	-	-	20.639	10,04
C	1.310	52	86	2.577	-	-	4.025	1,96
D	82	24	19	16	449	-	590	0,29
E	36	1	4	5	9	281	336	0,16
F	6	-	5	-	10	213	234	0,11
G	28	-	-	-	3	181	212	0,10
H	346	11	48	23	14	632	1.074	0,53
Total	**185.268**	**2.359**	**13.493**	**2.624**	**485**	**1.307**	**205.536**	**100**

A Instituição, de acordo com os termos da Circular nº 2.974/2000, do BACEN, registrou no exercício de 2000 o valor das provisões calculadas pela Resoluções nº 2.682/1999, no montante de R$ 1.063 mil em "Lucros ou Prejuízos Acumulados", relativos às operações de crédito contratadas até 31/12/1999, deduzidas das provisões calculadas pela Resolução nº 1.748/1990, existentes em 29/02/2000.

Nível de classificação	Valor do crédito	% dos créditos	% das provisões	Valor das provisões
AA	42	0,02	-	-
A	178.384	86,79	0,5	892
B	20.639	10,04	1	206
C	4.025	1,96	3	121
D	590	0,29	10	59
E	336	0,16	30	101
F	234	0,11	50	117
G	212	0,10	70	149
H	1.074	0,53	100	1.074
Totais	**205.536**	**100**		**2.719**

A provisão constituída na forma indicada na Nota 3 "e" apresentou a seguinte movimentação:

	2000	1999
Saldo Inicial	1.302	1.438
Provisões Constituídas	2.223	2.522
(Provisões Baixadas)	(1.869)	(2.658)
Provisões em LPA	1.063	-
Saldo Final	**2.719**	**1.302**
Créditos Lançados em Prejuízo Recuperados	961	1.201

Nota 5 - Créditos Tributários

A Instituição registrou contabilmente, no exercício findo em 31.12.2000, créditos tributários relativo ao imposto de renda e a contribuição social com base em diferenças intertemporais, à alíquota de 25% e de 9%, respectivamente, de acordo com o que preceitua a Circular BACEN nº 2.746/1997 e DELIBERAÇÃO CVM nº 273/1998, devidamente sumariado a seguir:

Créditos Tributários do Imposto de Renda

	Base de Cálculo	Crédito Tributário
Saldo em 31/12/1998	-	-
Constituição em 1999	2.608	652
Realização em 1999	(1.282)	(320)
Saldo em 31/12/1999	**1.326**	**332**
Constituição em 2000	2.763	691
Realização em 2000	(1.457)	(364)
Saldo em 31/12/2000	**2.632**	**659**

Créditos Tributários de Contribuição Social

	Base de Cálculo	Crédito Tributário
Saldo em 31/12/1998	-	-
Constituição em 1999	2.725	145
Realização em 1999	(1.513)	-
Saldo em 31/12/1999	**1.212**	**145**
Ajuste de alíquota de 12% para 9%	-	(36)
Constituição em 2000	1.322	119
Realização em 2000	(1.211)	(109)
Saldo em 31/12/2000	**1.323**	**119**

O total dos Créditos Tributários constituído no exercício de R$ 810 mil foi devidamente registrado a débito de "Créditos Tributários - Imposto de Renda e Contribuição Social" (Outros Créditos - Diversos) em contrapartida com conta de resultado.

Nota 6 - Desdobramento de Itens das Demonstrações Contábeis

a) Outros Créditos - Diversos

	31.12.2000			31.12.1999		
	Total	Circulante	R.LP	Total	Circulante	R.LP
Adiantamentos para pagamento a nossa conta ..	2	2	-	3	3	-
Créditos Tributários - IRPJ E CSLL	777	777	-	477	477	-
Devedores por depósitos em garantias	1.657	-	1.657	807	-	807
Imposto de renda a compensar	3.092	3.092	-	2.810	2.810	-
Opções por incentivos fiscais	158	-	158	237	-	237
Devedores diversos - país	7.400	7.400	-	61	61	-
Total	**13.086**	**11.271**	**1.815**	**4.395**	**3.351**	**1.044**

b) Imobilizações de Uso

	31.12.2000	31.12.1999
Móveis e Equipamentos de Uso	6	5
Sistema de Comunicação	22	21
Sistemas de Segurança	-	11
(Depreciações Acumuladas)	(4)	(14)
Total	**24**	**23**

c) Outras Obrigações - Diversas

	31.12.2000			31.12.1999		
	Total	Circulante	R.LP	Total	Circulante	R.LP
Provisão para Passivos Contigentes	233	4	229	126	-	126
Seguro ERP	524	524	-	398	398	-
SPREAD a Pagar ao BRB-BM	4.203	4.203	-	3.020	3.020	-
Convênio	465	465	-	-	-	-
Outras Contas a Pagar	2.457	2.457	-	475	475	-
Total	**7.882**	**7.653**	**229**	**4.019**	**3.893**	**126**

Nota 7 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 491 ações ordinárias nominativas com direito a voto, e 491 ações preferenciais sem direito a voto, perfazendo o total de 982 ações, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

Conforme disposto estatutariamente, foi constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido;

c) Reserva Estatutária

Conforme disposto no estatuto da Financeira, após as constituições da reserva legal e dos dividendos, o saldo remanescente do resultado do exercício foi transferido para Reserva Estatutária - Fundo para Aumento de Capital;

d) Dividendos

O Estatuto Social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do Lucro Líquido, o que foi devidamente constituído, conforme demonstrado a seguir:

I. Cálculo		
. Lucro Líquido do exercício	10.973	
. Ajustes:		
Reserva legal	(548)	
Ajustes de exercícios anteriores	(1.063)	
. Base de Cálculo do Dividendo	9.362	
. Dividendo Mínimo Obrigatório	2.340	
. Dividendo/Juros sobre o capital próprio	2.415	25,8%
II. Juros sobre o capital próprio		
Bruto	2.500	
IRRF (15%)	(375)	
Líquido	2.125	

O valor dos juros sobre o capital próprio proporcionou uma redução de despesa de IRPJ no montante de R$ 625 mil.

Nota 8 - Contingências Fiscais e Trabalhistas

São provisionados em valor estimado suficiente para fazer face a possibilidade de perda nos processos em andamento, classificados em "Provisão para passivos contingentes" e "Provisões para riscos fiscais", passivo exigível a longo prazo.

Trabalhistas - o montante provisionado atinge a R$ 233 mil (R$126 mil em 1999)

Fiscais - o montante provisionado atinge a R$ 2.721 mil (R$949 mil em 1999)

Nota 9 - Transações Entre Partes Relacionadas

As captações de depósitos interfinanceiros e transações entre partes relacionadas são efetuadas pelas taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas praticadas com terceiros e estão sumariadas a seguir:

Operações com o BRB Múltiplo	Exercício de 2000	Exercício de 1999
Ativo	**682**	**61**
Disponibilidades	682	61
Passivo	**170.343**	**115.961**
Depósitos Interfinanceiros	165.850	111.595
Dividendos a Pagar	290	1.346
Valores a Pagar ao BRB-BM	4.203	3.020
Despesas	**(78.113)**	**(59.180)**
Depósitos Interfinanceiros	(27.816)	(23.453)
Juros sobre capital próprio	(2.500)	-
Processamento de Dados	(150)	(1.765)
Propaganda e Publicidade	-	(324)
Outras Despesas Administrativas	(8.122)	(6.649)
Outras Despesas Operacionais	(39.525)	(26.989)

Tarcísio Franklim de Moura - Diretor-Presidente; Raimundo Castelo Cordeiro - Diretor; Antônio Eigi Nishiyama - Contador CRC/DF nº 005376/0-7 - CPF: 098.802.911-15.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais da BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., em 31 de dezembro de 2000 e de 1999, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2000, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2000 e de 1999, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2000, de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira.

Brasília, 02 de fevereiro de 2001.

Luiz Claudio Fontes - Contador - CRC 1RJ 032.470/S-5 "T" PR "S" DF1160

Trevisan Auditores Independentes - CRC/SP nº SP 13.439/S-DF

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
SBS - Quadra 01 - Bloco "E" - Ed. Brasília - 7º andar - 70072-000 - Brasília/DF - CNPJ 33.850.686/0001-69
www.brb.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2000

Senhores Acionistas,

Em conformidade com os dispositivos legais em vigor, apresentamos adiante as demonstrações contábeis da BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, relativas ao exercício de 2000.

Contexto Macroeconômico do País

A economia brasileira obteve no ano de 2000 um considerável crescimento econômico em decorrência da postura conservadora adotada pelo Banco Central do Brasil, que promoveu uma redução da taxa Selic dos 19,00% apresentados em janeiro para os atuais 15,75% e manteve uma política de câmbio flutuante.

Essas medidas, associadas a outras, proporcionaram ao longo do ano um aumento da confiança do empresariado nacional, que se refletiu em um aumento do nível de atividade no país, principalmente no que se refere à produção física de bens de consumo duráveis e bens de capital, apesar das intempéries provocadas pelas fortes pressões internacionais decorrentes da volatilidade das bolsas de valores, da desaceleração da economia norte-americana, do aumento do preço do petróleo e da crise de financiamento externo da Argentina.

Com relação ao mercado acionário, em vários momentos os nossos pregões se associaram às variações da bolsa eletrônica, fazendo com que, independentemente da conjuntura favorável de nossa economia, apresentassem perdas significativas. Outro aspecto que contribuiu negativamente foi o volume de ADRs (Recibos de Depósitos Americanos) negociados nos EUA, em detrimento do volume de ações negociadas na BOVESPA, creditados, segundo analistas, aos custos internos da CPMF e ao Risco Brasil, que possui ainda um *rating* baixo se comparado com outros países como o Chile e a Argentina.

As perspectivas no âmbito interno para 2001 são de continuidade da queda gradual da taxa de juros doméstica, com a manutenção de uma política de câmbio flutuante. Quanto ao cenário externo para o próximo ano, as perspectivas apontam para um crescimento expressivo e regionalmente equilibrado da economia mundial.

Resultado

O resultado do período, antes da tributação, é de R$ 2,4 milhões positivos. Deduzidas as obrigações fiscais, o lucro líquido é de R$ 2,0 milhões. O patrimônio líquido apurado ao final do exercício é de R$ 27,0 milhões, registrando variação positiva de 4,26 % e rentabilidade de 7,53% sobre o patrimônio. O índice de liquidez geral é de 10,1 vezes, contra 8,4 no mesmo período do ano anterior.

Prestação de Serviços

A BRB-DTVM presta, além dos serviços de intermediação no Mercado Financeiro, os serviços de Administração de fundos e captação institucional de CDB do Banco de Brasília S.A. As rendas auferidas com a intermediação de recursos e administração de fundos totalizaram, no exercício de 2000, R$ 7,1 milhões.

Performance dos Fundos Administrados pela BRB-DTVM:

A BRB-DTVM teve, no período, atuação firme no mercado, principalmente no que se refere a prospecção de novos clientes institucionais, fechando o ano com um volume total administrado da ordem de R$ 400 milhões, 67,4% superior ao ano anterior, que fechou com R$ 239,0 milhões.

Com uma posição consolidada no mercado de *Asset Management* e com produtos de perfil conservador, a BRB-DTVM vem ganhando, a cada ano, novos parceiros dentro do segmento fundações. De uma posição inicial de R$ 31,7 milhões em Fundos Exclusivos no final de 1999, fechamos o ano 2000 com um montante administrado de R$ 199,9 milhões, entre FAQ's e FIF's Exclusivos.

Dentro do segmento de fundos abertos ao público em geral, o perfil também segue a recomendação do conservadorismo. Os fundos possuem *benchmark* condizentes com os seus objetivos de segurança e rentabilidade, imperativos que a BRB-DTVM procura alcançar para seus clientes. Os três fundos de investimento abertos: FIF Líder, FIF Liquidez e FIF Capital têm posições significativas em títulos públicos federais, o que lhes assegura a classificação de CONSERVADOR pelo BACEN.

Brasília, 31 de dezembro de 2000.

Tarcísio Franklim de Moura - Diretor-Presidente; Almir Juvenal de Almeida Neto - Diretor de Administração de Recursos de Terceiros; Rogério Magalhães Nunes - Diretor Financeiro e de Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	31/12/00	Reclassificado 31/12/99
CIRCULANTE	**26.224**	**25.973**
DISPONIBILIDADES	130	76
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3.114	6.141
Aplicações no Mercado Aberto	3.114	6.141
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18.752	14.586
Carteira Própria	18.913	13.631
Contratos e Premios a Exercer	-	957
(Provisão para Desvalorizações)	(161)	(2)
OUTROS CRÉDITOS	1.178	2.120
Rendas a Receber	477	927
Negociação e Intermediação de Valores	10	277
Diversos	691	916
OUTROS VALORES E BENS	3.050	3.050
Outros Valores e Bens	3.050	3.050
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**3.009**	**3.066**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-
Carteira Própria	72	72
(Provisão para Desvalorizações)	(72)	(72)
OUTROS CRÉDITOS	3.009	3.066
Diversos	3.009	3.066
PERMANENTE	**647**	**307**
INVESTIMENTOS	558	178
Outros Investimentos	948	470
(Provisão para Perdas)	(390)	(292)
IMOBILIZADO DE USO	88	128
Outras Imobilizações de Uso	267	287
(Depreciação Acumulada)	(179)	(159)
DIFERIDO	1	1
Gastos de Organização e Expansão	1	1
TOTAL	**29.880**	**29.346**

PASSIVO	31/12/00	Reclassificado 31/12/99
CIRCULANTE	**1.045**	**2.087**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.045	2.087
Sociais e Estatutárias	271	377
Fiscais e Previdenciárias	601	12
Negociação e Intermediação de Valores	7	443
Diversas	166	1.255
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**1.853**	**1.380**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.853	1.380
Fiscais e Previdenciárias	1.640	1.374
Diversas	213	6
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**26.982**	**25.879**
Capital:		
De Domiciliados no País	21.922	21.922
Reservas de Capital	257	116
Reservas de Lucros	4.803	3.841
TOTAL	**29.880**	**29.346**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
(em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	2º Sem/2000	2000	Reclassificado 1999
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.504**	**3.530**	**7.930**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.504	3.530	7.930
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**-**	**-**	**(1.160)**
Operações de Captações no Mercado	-	-	(1.160)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.504**	**3.530**	**6.770**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(460)**	**(843)**	**638**
Receitas de Prestação de Serviços	3.379	7.062	8.770
Despesas de Pessoal	(325)	(588)	(385)
Outras Despesas Administrativas	(3.201)	(6.614)	(7.322)
Despesas Tributárias	(208)	(453)	(459)
Outras Receitas Operacionais	44	100	284
Outras Despesas Operacionais	(149)	(350)	(250)
RESULTADO OPERACIONAL	**1.044**	**2.687**	**7.408**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**201**	**(286)**	**(594)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**1.245**	**2.401**	**6.814**
IMPOSTO DE RENDA	**(105)**	**(368)**	**(1.691)**
Operações do Período	(299)	(562)	(1.691)
Constituição / Realização de Créditos Tributários	194	194	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**1.140**	**2.033**	**5.123**
NÚMERO DE AÇÕES	**1.441.559.600**	**1.441.559.600**	**1.441.559.600**
LUCRO POR LOTE DE MILAÇÕES	**R$ 0,791**	**R$ 1,410**	**R$ 3,554**

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	2º Sem/2000	2000	1999
A - ORIGEM DOS RECURSOS	**4.735**	**6.522**	**34.985**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.140	2.033	5.123
- Ajustes ao Lucro Líquido:			
(+) Depreciação/Amortização	15	38	62
(+) Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais	245	245	292
(-) Reversão de Provisões	(220)	-	-
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	-	131	116
CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS DE TÍTULOS PATRIMONIAIS	10	10	-
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:			
- Aumento dos Subgrupos do Passivo:			
Outras Obrigações	-	-	1.994
- Diminuição dos Subgrupos do Ativo:			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.506	3.027	27.391
Outros Créditos	37	999	-
Outros Valores e Bens	-	-	7
- Alienação de Bens e Investimentos:			
Certificados de Investimentos	-	37	-
Imobilizado de Uso	2	2	-
B - APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**4.681**	**6.468**	**34.997**
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS	271	1.071	1.282
INVERSÕES EM:			
- Imobilizado de Uso	-	-	39
- Investimentos	662	662	-
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	-	-	1
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:			
- Títulos e Valores Mobiliários	3.713	4.166	8.731
- Outros Créditos	-	-	1.912
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:			
- Obrigações por Operações Compromissadas	-	-	23.032
- Outras Obrigações	35	569	-
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (A - B)	**54**	**54**	**(12)**
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRAS:			
- Disponibilidades:			
Início do Período	76	76	88
Fim do Período	130	130	76
Aumento / Redução	**54**	**54**	**(12)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2000 E 1999

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS DE CAPITAL: ATUALIZAÇÃO TÍTULOS PATRIMONIAIS	RESERVAS DE CAPITAL: OUTRAS	RESERVAS DE LUCROS: LEGAL	RESERVAS DE LUCROS: ESTATUTÁRIAS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 30/06/2000	**21.922**	**10**	**247**	**301**	**3.633**	**-**	**26.113**
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	1.140	1.140
Destinações:							
- Reservas	-	-	-	57	812	(869)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	(271)	(271)
(R$ 0,188 por lote de 1.000 ações)							
SALDOS EM 31/12/2000	**21.922**	**10**	**247**	**358**	**4.445**	**-**	**26.982**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**-**	**-**	**57**	**812**	**-**	**869**
SALDOS EM 31/12/1998	**21.058**	**-**	**252**	**31**	**-**	**581**	**21.922**
Aumento de Capital com Reservas	864	-	(252)	(30)	-	(582)	-
- Incentivos Fiscais	-	-	116	-	-	-	116
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	5.123	5.123
Destinações:							
- Reservas	-	-	-	255	3.585	(3.840)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	(1.282)	(1.282)
(R$ 0,889 por lote de 1.000 ações)							
SALDOS EM 31/12/1999	**21.922**	**-**	**116**	**256**	**3.585**	**-**	**25.879**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**864**	**-**	**(136)**	**225**	**3.585**	**(581)**	**3.957**
- Incentivos Fiscais	-	-	131	-	-	-	131
- Atualização Patrimonial de Cotas	-	10	-	-	-	-	10
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	2.033	2.033
Destinações:							
- Reservas	-	-	-	102	860	(962)	-
- Dividendos e Juros s/ o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.071)	(1.071)
(R$ 0,743 por lote de 1.000 ações)							
SALDOS EM 31/12/2000	**21.922**	**10**	**247**	**358**	**4.445**	**-**	**26.982**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**10**	**131**	**102**	**860**	**-**	**1.103**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(em milhares de reais)

Nota 1 - Contexto Operacional

BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S.A., tendo por objetivo a prática de operações no mercado financeiro, a administração de carteiras de investimento, serviço de custódia de títulos e valores mobiliários, bem como exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com observância das instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Nota 3 - Principais Práticas Contábeis

a) o regime contábil é o de competência;

b) a classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/1976;

c) os direitos são demonstrados pelos valores da realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável;

d) o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, reduzido das respectivas depreciações, que são calculadas pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- Sistema de Processamento de Dados 20%
- Demais itens 10%

e) o diferido é constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais (licença de uso de programas), amortizado pelo método linear, à taxa de 20% a.a.;

f) as obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável;

g) o Imposto de Renda (IRPJ) foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e a provisão da Contribuição Social foi apurada às alíquotas de 12% em janeiro de 2000 e de 9% nos meses de fevereiro a dezembro de 2000 (8% de janeiro a abril e de 12% de maio a dezembro de 1999), tendo por base de cálculo o lucro líquido ajustado, na forma dos dispositivos legais vigentes.

Nota 4 - Créditos Tributários

O saldo de créditos tributários referem-se ao imposto de renda e contribuição social, com bases em diferenças intertemporais, às alíquotas de 25% e de 9%, respectivamente, de conformidade com o que preceitua a Circular BACEN nº 2.746/1997 e Deliberação CVM nº 273/1998. Sumariado a seguir:

a) Créditos Tributário do Imposto de Renda

	Base de Cálculo	Crédito Tributário
Saldo em 31/12/1999	-	-
Constituição em 2000	776	194
Realização em 2000	-	-
Saldo em 31/12/2000	**776**	**194**

b) Crédito Tributário da Contribuição Social

	Base de Cálculo	Crédito Tributário
Saldo em 31/12/1999	-	-
Constituição em 2000	776	70
Realização em 2000	-	-
Saldo em 31/12/2000	**776**	**70**

Nota 5 - Desdobramento de Itens das Demonstrações Contábeis

a) Aplicações no Mercado Aberto

	31.12.2000	31.12.1999
Revendas a Liquidar - Posição Bancada		
. Letras Financeiras do Tesouro	3.114	6.141
Total	**3.114**	**6.141**
Ativo circulante	3.114	6.141

b) Títulos e Valores Mobiliários

	31.12.2000	31.12.1999
. Letras Financeiras do Tesouro	184	-
. Letras do Tesouro Nacional	3.550	-
. Ações de Companhias Abertas	3.242	871
. Prêmios de Opções a Exercer - Ações	-	957
. Debêntures	72	72
. Certificados de Depósitos Bancários	11.937	12.759
. (Provisões para Desvalorizações)	(233)	(73)
Total	**18.752**	**14.586**
Ativo Circulante	18.752	14.586

c) Diversos

	31.12.2000	31.12.1999
. Créditos Tributários de Impostos e Contribuição Social	264	-
. Devedores por Depósitos em Garantia	2.984	2.759
. Opções por Incentivos Fiscais	25	166
. Imposto de Renda a Compensar	403	916
. Devedores Diversos - País	24	141
Total	**3.700**	**3.982**
Ativo Circulante	691	916
Realizável a Longo Prazo	3.009	3.066

d) Imobilizado de Uso

	31.12.2000	31.12.1999
Móveis e Equipamentos de Uso	105	113
Sistema de Processamento de Dados	109	121
Sistema de Comunicação	53	53
(Depreciações Acumuladas)	(179)	(159)
Total	**88**	**128**

e) Outras Obrigações - Diversas

	31.12.2000	31.12.1999
Provisão para Pagamentos a Efetuar:		
- PIS	-	9
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	1.194
- COFINS	-	43
Provisão para Passivos Contingentes	13	6
Credores Diversos - País	16	9
Aquisições Títulos Patrimoniais da BOVESPA	350	-
Total	**379**	**1.261**
Passivo Circulante	166	1.255
Passivo Exigível a Longo Prazo	213	6

Nota 6 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 1.441.559.600 ações ordinárias nominativas com direito a voto, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

Conforme disposto estatutariamente, foi constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido.

c) Reserva Estatutária

Conforme disposto no estatuto da Distribuidora, após as constituições da reserva legal e dos dividendos, o saldo remanescente do resultado do exercício foi transferido para Reserva Estatutária - Fundo para Aumento de Capital.

d) Dividendos

O Estatuto Social confere o direito a dividendos anual mínimo obrigatório de 25% do Lucro Líquido, o que foi devidamente constituído, conforme demonstrado a seguir:

I. Cálculo		
. Lucro Líquido do exercício	2.033	
. Base de Cálculo do Dividendo	1.931	
. Dividendo Mínimo Obrigatório	483	
. Dividendo Pago/Provisionado	951	49,24%
II. Juros Sobre o Capital Próprio		
. Bruto	800	
. IRRF (15%)	(120)	
. Líquido	680	

O valor dos juros de sobre o capital próprio de R$ 800 mil proporcionou uma redução de despesa de IRPJ no montante de R$ 200 mil.

Nota 7 - Transações Entre Partes Relacionadas

Operações com o BRB (Banco)

	31.12.2000	31.12.1999
Ativo	**3.239**	**6.217**
Disponibilidades	125	76
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.114	6.141
Passivo	**268**	**377**
Dividendos a Pagar	268	377
Despesas	**(6.497)**	**(5.866)**
Despesas Administrativas	(5.705)	(5.866)
Juros sobre capital próprio	(792)	-

Nota 8 - Contingências Fiscais e Trabalhistas

São provisionadas em valor estimado suficiente para fazer face à possibilidade de perda nos processos em andamento, classificadas em "Provisão para Passivos Contingentes" e "Provisões para riscos fiscais"no Passivo Exigível a Longo Prazo.

Trabalhistas - o montante provisionado atinge a R$ 12 mil (R$ 6 mil em 1999);

Fiscais - o montante provisionado atinge a R$ 1.640 mil (R$ 1.374mil em 1999).

Nota 9 - Instrumentos Financeiros

São registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, retificados por provisão para ajuste pelo valor de mercado, quando aplicável.Os valores contábil e de mercado dos títulos registrados em contas patrimoniais, em 31.12.2000, estão a seguir demonstrados em atendimento aos dispositivos da Instrução/CVM nº 235/1995 e Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/1996:

	Valor contábil		Valor de mercado	
Discriminação	**31.12.2000**	**31.12.1999**	**31.12.2000**	**31.12.1999**
Títulos de renda fixa				
- Certificados de Depósitos Bancários	11.937	12.760	11.937	12.760
Títulos de renda variável				
- Ações de Companhias Abertas	3.242	943	3.081	943
- Compra de Opções de Compra - Posição Titular	-	957	-	957

Valor de mercado obtido pela cotação média de 31.12.2000, na bolsa de valores de São Paulo e pelo valor patrimonial das ações não negociadas em bolsa.

Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação estão sumariados a seguir, por vencimento:

	Valor contábil		Valor de mercado	
Discriminação	**31.12.2000**	**31.12.1999**	**31.12.2000**	**31.12.1999**
Contratos de SWAP	-	**6.000**	-	**6.864**
Até 90 dias	-	6.000	-	6.864
Contratos de opções	-	**2.781**	-	**2.781**
Até 90 dias	-	2.781	-	2.781

Nota 10 - Responsabilidades com Terceiros

A empresa administra as carteiras dos seguintes fundos de investimento:

DISCRIMINAÇÃO	**31.12.2000**	**31.12.1999**
* Fundo Mútuo de Invest. em Ações - BRB Ações/FTVM	2.305	2.407
* BRB - Fundo Mútuo de Invest. em Ações - Cart. Livre	-	114
* BRB - FIF LÍDER 30 DIAS DI	117.923	134.008
* BRB - FIF CAPITAL 30 DIAS	22.472	6.684
* BRB - FIF LIQUIDEZ	55.361	58.140
* BRB - FIF GEAP	-	6.171
* BRB - FIF BRASÍLIA	48.559	31.677
* BRB - FIF MASTER	17.425	-
* BRB - FIF LANCER	8.339	-
* BRB - FIF FGTS PETROBRÁS	2.561	-
* BRB - FIF JACARANDÁ	125.629	-
* **TOTAL**	**400.574**	**239.201**

Conselho de Administração: Raymundo Nonato Botelho de Noronha - Presidente. **Conselheiros:** Glower Dias Teixeira Ervilha; Magda Aragão Souza Lopes; Nelson Guimarães; Sóstenes Apolos da Silva.

Conselho Fiscal: Luiz Mario Borges Estrella - Presidente. **Conselheiros:** Dom José Newton de Almeida Baptista; Nilza Marina da Silva Pelles e Galvão Augusto Domingos.

Diretoria: Tarcísio Franklim de Moura - Diretor-Presidente. **Diretores:** Almir Juvenal de Almeida Neto - Diretor de Administração de Recursos de Terceiros; Rogério Magalhães Nunes - Diretor Financeiro e de Administração.

Contador: Antônio Eigi Nishiyama - CRC/DF nº 005376/0-7 - CPF 098.802.911/15.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais da BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 31 de dezembro de 2000 e de 1999, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2000, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2000 e de 1999, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2000, de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira.

Brasília, 02 de fevereiro de 2001.

Luiz Claudio Fontes - Contador - CRC 1RJ 032.470/S-5 "T" PR "S" DF1160

Trevisan Auditores Independentes - CRC/SP nº SP 13.439/S-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2000 e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício social findo. Considerando que as Demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações e com as Normas do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e que refletem adequadamente a situação da Sociedade e o resultado do período até aquela data, e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes, Trevisan Auditores Independentes, de 02 de fevereiro de 2001, é de parecer, pois, que as referidas Demonstrações estejam em condições de ser submetidas à apreciação e aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.

Brasília, 08 de março de 2001

Luís Mário Borges Estrella - Presidente; Galvão Augusto Domingos - Conselheiro; Nilza Marina da Silva Pelles - Conselheira; Dom José Newton de Almeida Baptista - Conselheiro.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em sua 165ª Reunião Ordinária, realizada em 14.03.2001, examinou o Relatório de Administração, as Contas da Diretoria e os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31.12.2000, manifestando-se favoravelmente à respectiva aprovação, na forma do Artigo 142 Inciso V da Lei 6.404, de 15.12.1976, e do Artigo 20 Inciso IV do Estatuto Social da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Brasília, 14 de março de 2001.

Raymundo Nonato Botelho de Noronha - Presidente; Glower Dias Teixeira Ervilha - Conselheiro; Nelson Guimarães - Conselheiro; Magda Aragão Souza Lopes - Conselheira; Sóstenes Apolos da Silva - Conselheiro.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

AVISO AOS ACIONISTAS

Ficam avisados os Senhores Acionistas de que se acham à disposição, na Sede da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, no SAIN, Projeção "H", nesta Capital, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício de 2000.

Brasília-DF, 26 de março de 2001
DURVAL BARBOSA RODRIGUES
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL DIRETORIA FINANCEIRA GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2001

Processo: 080.006199/2000 - Partes: SEDF X WRJ ENGENHARIA E SOLOS E MATERIAIS LTDA - Assinatura: 27.03.2001 - Vigência: 180 (cento e oitenta) dias corridos contados a partir da publicação – Valor Total do Contrato: R$ 114.700,00 (cento e cartorze mil e setecentos reais) – Edital de Licitação: Convite nº 53/2000-SEDF – Objeto: Construção de caixa d'água elevada com 12.000 e reservatório inferior com 24.000 litros nos Centros de Ensinos Fundamentais 507 e 619, localizados respectivamente na QN 507 Conjunto 07, Lote 01 e na QS 619 AE 01 – Samambaia/DF - Programa de Trabalho: 12361210032760002 - Natureza da Despesa: 459051 - Fonte de Recursos: 103 - Nota de Empenho nº 198/2001, emitida em 01.02.2001, na modalidade global, sob o evento 400091 no valor de R$ 114.700,00 - Assinantes: p/ SEDF: Eurides Brito da Silva – p/ Contratada: Renato Salles Cortopassi.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 29/2001

Processo: 082.0010802/89 - Partes: SEDF X ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO DF – APAE/DF - Assinatura: 27.03.2001 - Vigência: 03 (três) anos - Objeto: atendimento na sede da APAEA/DF a alunos portadores de necessidades especiais com idade cronológica acima de 16 anos, nos três Núcleos Cooperativos de Educação Profissional e nos programas de inserção no mundo do trabalho. - Assinantes: p/ SEDF: Eurides Brito da Silva – p/ APAE/DF: Elpídio Araujo Neris.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 30/2001

Processo: 082.007299/95 - Partes: SEDF X FUNDAÇÃO RAINHA DA PAZ - FURPAZ - Assinatura: 27.03.2001 - Vigência: 03 (três) anos - Objeto: desenvolver ações de cooperação mútua entre as partes conveniadas, para regulamentar a veiculação de noticiário educativo, comunicações da SEDF, bem como a produção de programas educativos de interesse dos signatários para os níveis de Ensino Fundamental, Médio e Supletivo, a serem veiculados através da emissora de rádio denominada "NOVA ALIANÇA" Assinantes: p/ SEDF: Eurides Brito da Silva – p/ FURPAZ: Wanderley Campos .

SECRETARIA DE SAÚDE

EDITAL Nº 28, DE 27 MARÇO DE 2001(*)

O Distrito Federal por intermédio de sua Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, conforme delegação de competência contida no art. 1º do Decreto nº 21.502, de 11 de setembro de 2000, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante na Lei nº 2.399, de 15/06/99, e de acordo com o disposto no Decreto nº 16.254, de 29/12/94, mediante autorização do CPP em sua 988ª Reunião Ordinária e do Exmº Sr. Governador do Distrito Federal nos termos da Lei nº 2.399/99, publicada no DODF nº 200 de 18.10.00, referente ao Processo nº 030.003.459/99 e com as normas estabelecidas no Edital Normativo nº 21/00-SES , fazer as seguintes correções e alterações.
No item 3- DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO.
Subitem 3.2- Além da comprovação dos requisitos especificados no subitem 3.1, o candidato deverá apresentar e/ou fornecer à época da posse, outros documentos que se fizerem necessários.
Subitem 3.3- A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no subitem 3.1 e daqueles que vierem a ser estabelecidos no subitem 3.2 impedirá a posse do candidato.
No item 5- PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO.
Fazer constar: Será reservado o percentual de 20%(vinte por cento), por especialidade, do número de vagas discriminado no subitem 1.1 deste Edital, aos candidatos portadores de deficiência, amparado pelo art. 1º da Lei no 160 (DF), de 02/09/91. A deficiência não poderá ser incompatível com as atribuições da especialidade do cargo.
No item 13- DA NOMEAÇÃO
Subitem 13.1- A posse dependerá de prévia inspeção médica oficial; só poderá ser admitido aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício das atividades de cada cargo.

(*) Publicado por solicitação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, referente ao Processo nº 2583/00, DODF nº 228, de 01.12.2000.

JOFRAN FREJAT

EDITAL Nº 30, DE 28 DE MARÇO DE 2001

O Distrito Federal por intermédio de sua Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, conforme delegação de competência contida no artigo 1º do Decreto nº 21.502, de 11 de setembro de 2000, reconvoca os candidatos abaixo relacionados, de acordo com o Edital Normativo nº 17/99-IDR publicado no DODF nº 146 de 30.07.99 e Edital de Resultado Final nº 59/99-IDR, publicado no DODF nº 242 de 21.12.99(Auxiliar de Enfermagem) e Edital Normativo nº 16/99-IDR publicado no DODF nº 146 de 30.07.99 e Edital de Resultado Final nº 53/99-IDR, publicado no DODF nº 224 de 24.11.99(Farmacêutico Bioquímico-Laboratório), respectivamente, e mediante autorização do CPP em Reunião Ordinária realizada em 16.06.99, e do Exmº Sr. Governador do Distrito Federal nos termos da Lei 2.399/99, publicada no DODF nº 145 de 29.07.99, referente ao Processo nº 030.003459/99, para comparecerem ao NRM/GPA/DRH/SAO/SES, Edifício Pioneiras Sociais, 7º andar, no dia e horário abaixo discriminado para tratar de assunto relativo as suas nomeações.
Dia 04.04.2001 as 8:30 h – AUXILIAR DE ENFERMAGEM
José Leandro Oliveira Dal'osto, 4º; Melissa Aparecida Morais, 7º; Vanusa Venâncio Bento, 11º; Joalma Melice Gonçalves, 15º; Lázara Cristina Couto, 22º; Rosimeire da Silva Vargas, 29º; Verônica Souto de Oliveira, 40º; Jonas Guedes S. Junior, 54º; Elimar Gomes Boa Ventura, 59º; Érica Batista da Silva, 62º; Shirley Nunes L. Sampaio, 76º; Elisane Tavares da Silva, 102º; José Batista Neto, 103º; Priscila Pascoal Ribeiro, 107º; Elineia Soares Barbosa, 116º; Maria Alice P. Braga, 122º; Ildamar Aparecida de S. Domingues, 156º; Cecília de Paula Pereira, 157º; Maria Luiza P. Normando, 171º; Neide Conceição Jacomini, 177º; Andreza Regis M. Portela, 183º; Alyne Gonçalves Maciel, 184º; Márcio da Mata Souza, 190º; Poliana Alves Canuto, 191º; Maria Santana C. da Silva, 203º; Bernadete Vitorino da Silva, 231º; Flávia Leite Lopes, 248º; Adriana Maria da Conceição, 252º; Nilva Vieira de Souza, 258º; Ernesto Faria Araújo, 264º.
Dia 04.04.2001 as 14:30 h – AUXILIAR DE ENFERMAGEM
Evandro Gonçalves da Silva, 273º; Célia Cristina dos S. Roque, 278º; Neusa da Conceição, 298º; Mirian Eugênia Benchinol Ferreira, 304º; Carla da Silva Leite, 312º; Fabiana Ferreira Gonçalves Araújo, 313º;.Luzia Tiraldi de Oliveira, 318º; Andréa de Araújo Pereira Guimarães, 348º; Alexandre Gaspar Menezes, 352º; Raniere Maria de Lima, 355º; Raquel Policarpo Batista Gomes, 356º; Napoleão Junior de Vasconcelos Queiroz, 358º; Denise Ferreira Alves, 364º; Anandrea Falqueto, 378º; Vera Lúcia Pádua, 384º; Jefferson Lourenço Borges da Silva Moreira, 403º; Maria Braga Barbosa, 405º; Maria Izaneide Pereira Martins, 406º; Marilúcia Brito Rego, 419º; Violeta Marinho Rocha, 423º; Reinaldo Chaves dos Santos, 436º; Luciana dos Santos Alvarenga, 438º; Menilce Imaculada da S. de Andrade, 463º; Luciana Jacob de Assunção, 466º; Glória Tereza Guedes de Souza, 481º; Jacqueline Brandão Lima, 492º; Scheila Chagas, 519º; Sandra Maria Andrade de Oliveira, 522º; Juliana Gomes Pereira, 524º; Rosângela Rodrigues Pontes da Costa, 532º.
Dia 05.04.2001 as 08:30 h – AUXILIAR DE ENFERMAGEM
Luzyara Barreto Wanderley, 535º; Maria Sônia Pereira, 543º; Eliane da Silva Morais de Oliveira, 551º; Meire Elen Soares Silva, 563º; Paula Francinete Cavalcante, 564º; André Moreira Oliveira, 567º; Jaqueline de Moura Garza, 580º; Maria da Gloria B. Damasceno, 600º; Maria do Socorro V. dos S. Souza, 608º; Andréia Cristina Vieira Gomes, 615º; Ana Paula Fernandes de A. Pereira, 619º; Eliete Marcolino dos Santos, 653º; Elzeli Costa Cardoso Seron, 680º; Dalva Machado de A. Bonfim, 690º; Antônia Maria Barros Carneiro,696º; Maria Lúcia Machado da Silva, 712º; Dirce Maria Pantoja Caldas, 714º; Eliana Silva Santos, 731º; Antônia Marta Pereira, 735º; Ângela Maria Araújo Lima, 749º; Lindomar Paniago Praxedes, 751º; Elvita Martins Rodrigues, 755º; Beatriz Lino, 768º; Josué Messias Gonçalves, 779º; Marluce Batista da Silva, 783º; Gedson da Rocha Corado, 788º; Adriana Macedo de F. Martins, 797º; Denildo Ferreira Menezes , 804º; Cristina Aquino do Nascimento, 808º; Lúcia Helena Alves, 818º.
Dia 05.04.2001 as 14:30 h – AUXILIAR DE ENFERMAGEM
Júlio Tarciso de Freitas, 819º; Suely Rodrigues dos Santos, 832º; Joana de Paiva Viana, 834º; Maria da Conceição de Melo, 837º; Luciana Maria de Freitas Barros, 846º; Maria de Jesus Fernandes de Sousa, 875º; Eliene Barreto Santos, 881º; Luciana Medeiros de Araújo, 893º; Marcos Antônio Herculano da Costa, 906º; Isana Carrilho de Araújo, 944º; Antônio Evangelista Soares, 947º; Geraldo Carlos, 952º; Rogério Ramos Lima Ferreira, 954º; Ilmar Jorge Coelho Silva, 961º; Maria do Socorro Guimarães Oivani, 986º; Cleyde Cunha Sousa, 1005º; Cléa Aparecida Coutinho Silva, 1009º; Cleonice Alves Gomes, 1012º; Edinalva Alves da Silva, 1014º; Márcio Pinto da Fonseca, 1023º; José Garcia de Sousa Santos, 1024º; Renner Caetano dos Santos, 1036º; Maria de Lourdes de Oliveira Silva, 1037º;
Dia 06.04.2001 as 08:30 h – AUXILIAR DE ENFERMAGEM
Elisângela Moreira Afonso, 1033º; Willian da Paz Silva, 1094º; Raimunda de Jesus D'avila, 1098º; Telma dos Santos Rodrigues, 1107º; Joel Alves Oliveira, 1112º; Marly Ferreira Peres, 1114º; Daniela de Araújo Neta, 1116º; Simone Pereira de Macedo, 1117º; Ilda Santos Souza Cavalcante, 1127º; Luciano Oliveira de Lima, 1137º; Maria do Perpétuo Socorro Rego dos Santos, 1138º; Petrônio José da Mota, 1143º; Hércules Almeida dos Santos, 1153º; Claudineide Silva, 1154º; Marcos Aurélio Martins, 1164º; Leonardo de Jesus Mendes, 1167º; Talita Mosquetta Maleski, 1168º.
Dia 06.04.2001 as 08:30 h – FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO-LABORATÓRIO
Gilcilene Maria dos Santos, 6º.

JOFRAN FREJAT

EDITAL Nº 31, DE 28 DE MARÇO DE 2001

O Distrito Federal por intermédio de sua Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, conforme delegação de competência contida no artigo 1º do Decreto nº 21.502, de 11 de setembro de 2000, convoca os candidatos abaixo relacionados, em substituição aos que não tomaram posse na última convocação, conforme Edital Normativo 16/99-IDR, publicado no DODF nº 146 de 30.07.99 e Edital de Resultado Final nº 53/99-IDR, publicado no DODF nº 224 de 24.11.99(Assistente Social e Enfermeiro), Edital Normativo 17/99-IDR, publicado no DODF nº 146 de 30.07.99 e Edital de Resultado Final nº 59/99-IDR, publicado no DODF nº 242 de 21.12.99(ASC-Serviço Social), Edital Normativo 18/99-IDR, publicado no DODF nº 146 de 30.07.99 e Edital de Resultado Final nº 14/00-IDR, publicado no DODF nº 38 de 23.02.00(Motorista), Edital Normativo 18/99-IDR, publicado no DODF nº 146 de 30.07.99 e Edital de Resultado Final nº 67/99-IDR, publicado no DODF nº 245 de 24.12.99(Agente Administrativo), Edital Normativo 15/99-FHDF, publicado no DODF nº 146 de 30.07.99 e Edital de Resultado Final nº 45/00-FHDF, publicado no DODF nº 79 de 26.04.00(AOSD-Lavanderia), Edital Normativo 15/99-FHDF, publicado no DODF nº 146 de 30.07.99 e Edital de Resultado Final nº 78/00-FHDF, publicado no DODF nº 139 de 21.7.00(AOSD-Operador de Máquinas), Edital Normativo nº 57/93-FHDF, publicado no DODF nº 138 de 09.07.93, a época Assistente Básico de Saúde, (AOSD-PATOLOGIA CLÍNICA) e Edital de Resultado Final nº 12/97-FHDF e mediante autorização do CPP em Reunião Ordinária realizada em 16.06.99, e do Exmº Sr. Governador do Distrito Federal nos termos da Lei 2.399/99, publicada no DODF nº 145 de 29.07.99, referente ao Processo nº 030.003459/99, a comparecerem ao NRM/GPA/DRH/SA/SES, SMHS Edf. Pioneiras Sociais – 7º andar, nos dias e horários abaixo discriminados, para tratarem de assunto referente as suas nomeações.
Dia 06.04.2001 as 08:30 h – ASSISTENTE SOCIAL
Verônica Maria Abiorana Campos, 41º; Karolina Pereira de Sousa Rafael Nunes, 42º.
Dia 06.04.2001 as 14:30 h – ENFERMEIRO
Wanderli Silva de Oliveira Albernaz, 407º; Tereza Cristina Bastos Barbosa, 408º; Maria Xavier de Freitas, 409º; Rosana Cristina Jung Correa e Castro, 410º; Sara Jany Medeiros da Silva, 411º; Elize Maia Serpa, 412º; Cacilda Tieko Suzuki Feliciano, 413º; Marcos José Viana Lobo, 414º; Rosangela de Guadalupe Kachel Seriguelli Sampaio, 415º; Cynthia Lemos Carvalho de Aguiar, 416; Sirlene de Fátima Pereira, 417º; Kátia Silva Guimarães, 418º; Dirty Paula de Araújo, 419º; Helenice Pereira da Silva, 420º; Suely Elfrida Busche da Cruz, 421º; Ludimila Alabarse Soares, 422º; Elianete Ramos de Lemos, 423º; Amélia Vitória Batista, 424º; Maria Núbia de Oliveira, 425º; Edvânia da Silva Fernando, 426º; Acácia Perpétua Lemes, 427º; Francisco Marcos Moura leite, 428º; Iridan Bezerra de Oliveira, 429º; Carla Ribeiro de Souza Gomes da Costa, 430º; Célia Alves Moreira, 431º; Rosvita Inês Ferri Beine Andrade, 432º; Maria Célia de Souza, 433º.
Dia 09.04.2001 as 08:30 h – ASC-SERVIÇO SOCIAL
Chiara Chaves Cruz Villela, 13º; Eloizio José de Souza, 14º; Marijara da Conceição Mendes, 15.
Dia 09.04.2001 as 08:30 h – MOTORISTA
Alex Fehr Sardinha, 69º; Alessandro Dias da Silva, 70º.
Dia 09.04.2001 as 08:30 h – AGENTE ADMINISTRATIVO
Valéria Prado Arcírio de Oliveira Braga, 460º; Aline Santos Novaes, 461º;Rodrigo Brandão de Araújo, 462º; Marcos Mousinho Quaresma, 463º;. Verônica Silva Cabral, 464º; Eliauria Diniz Santos, 465º; Demóstenes da Silva Santos, 466º; Débora Pinheiro Tolentino, 467º; Cláudia Maria Nobre dos Santos, 468º; Fernando Lopes de Sousa, 469º; Márcio Luis Nunes da Silveira, 470º; Gilson da Silva, 471º; Ivanilson Antônio dos Santos, 472º; Luiz Ferreira Barros, 473º; Antônio de Paula Freitas Portella, 474º; Raquel Barbosa Resende Lima, 475º; Tais Vieira Fontes, 476º.
Dia 09.04.2001 as 08:30 h – AOSD-LAVANDERIA
Adriana Mamédio de Castro, 116º; Ludmilla Muniz de Araújo, 117º; Antônia Aparecida Fonseca da Silva, 118º;Alessandra Lima da Costa, 119º.
Dia 09.04.2001 as 08:30 h – AOSD-OPERADOR DE MÁQUINAS
Francisco Adalberto Borges Lima, 38º.
Dia 09.04.2001 as 08:30 h – AUXILIAR TÉCNICO DE PATOLOGIA CLÍNICA
Antônia Gonçalves M. de Morais; 130º.

JOFRAN FREJAT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA SAÚDE

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITES

Tipo de Licitação: menor preço					
Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
055/01	061.008320/00	17/04/2001	11:00	Aquisição de microcomputador	1,00
170/01	060.000831/01	05/04/2001	15:30	Fornecimento mensal mediante contrato de painel de hemácias.	2,00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das Cartas Convites em epígrafe estão à disposição dos interessados não convidados, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura da licitação, mediante a apresentação do comprovante do recolhimento do valor do Edital, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP: 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 11:45 e de 14:00 às 15:45 horas. Tel. (061) 226 8239 - Fax (061) 322 0778. Comunica ainda que o local para a realização da reunião de licitação está localizada no 8º andar, sala da CPL.

Brasília, 28 de março de 2001
ALBERTO HERSZENHUT
PRESIDENTE DA COMISSÃO

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS
CONVITE Nº 135/01

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que a abertura das propostas do Convite nº 135/01, proc. 063.000005/01, objetivando a aquisição de suco em caixa de 200 a 300 ml e outros, será realizada no dia 04/04/2001, às 14:30 horas.

Brasília, 28 de março de 2001
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

AVISO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/01

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que a empresa LABORATÓRIO QUÍMICO FARMAC~EUTICO BERGAMO LTDA interpôs recurso contra o resultado da licitação referente a licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços nº 013/01, proc. 060.004258/00.

Brasília, 28 de março de 2001
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, torna público os resultados de julgamentos das licitações em epígrafe:

CONVITES

EDITAL Nº CV. 122/01 - PROC. 060.004542/00
Vencedora/Item/Valor
ALTERNATIVA CONSTRUÇÕES LTDA – 01 – R$ 11.927,60

TOMADAS DE PREÇOS

EDITAL Nº TP 369/00 - PROC. 060.004376/00
Vencedora/Item/Valor
AGLON COM. E REP. LTDA – 01 – R$ 4.992,00
IND. FARM. RIOQUÍMICA LTDA – 03 – R$ 17.800,00
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA – 04 – R$ 17.700,00
HIPOLABOR FARM. LTDA – 05, 09 – R$ 24.550,00
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO LTDA – 02,06 – R$26.150,00
MEDICOR PRODS. MÉD. HOSP. LTDA – 07 – R$ 3.400,00
CRISTÁLIA PRODS. QUIM. FARM. LTDA – 08 – R$ 3.300,00
NOVAFARMA IND. FARM. LTDA – 10 – R$ 153.900,00
Obs: Este resultado altera o publicado no D.O.D.F. em 16/03/2001, referente ao valor da firma LAB. TEUTO BRASILEIRO LTDA
EDITAL Nº TP 105/01 - PROC. 060.000151/01
Vencedora/Item/Valor
HEXA ENG. E CONSTRUÇÕES LTDA – 01 – R$ 643.064,00

Brasília, 28 de março de 2001
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS DE SAÚDE

EDITAL DE CADASTRAMENTO Nº 3/2001

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E POLÌTICAS DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DF, no uso das suas atribuições legais, torna público o resultado final do Edital de Cadastramento nº 3/2001 (processo nº 060.000.423/2000) – publicado no DODF, de 16/02/2001, tendo sido aprovados os pedidos de Cadastramento das seguintes empresas: 1) Hospital Santa Lúcia S/A e 2) Instituto do Coração de Taguatinga S/C Ltda

Brasília, 28 de março de 2001
ALIOMAR BRANDÃO CARNEIRO

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO N.º 34/99 (*)

PROCESSO: 101.001.313/98. PARTES: O DISTRITO FEDERAL por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL – SEAS X AUTO GIL COMERCIAL DE PNEUS LTDA EPP. OBJETO: Prorrogar vigência até 30/06/2001, a contar da data de sua assinatura e suplementar recursos no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais). DOS RECURSOS: Estão previstos na Proposta Orçamentária de 2001, correrão à conta do Orçamento da SEAS, no Programa de Trabalho 04.122.0100.8501-0014, Natureza de Despesa 34.90.39, Fonte 100, os quais serão empenhados mediante liberação de cotas, conforme previsto nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal. DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO: Publicação na Imprensa Oficial e o registro do instrumento pela Procuradoria Geral do Distrito Federal. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio. ASSINATURA: 29/03/2001. SIGNATÁRIOS: GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO, Secretário de Estado de Ação Social e JOSÉ GIL VIEIRA FILHO, na qualidade de Sócio-Gerente da Empresa.

(*) Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 241, de 20/12/2000, pág. 50

.EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO N.º 4/2000

PROCESSO: 101.001.061/99. PARTES: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL – SEAS. OBJETO: Incluir como parte no ajuste a VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, órgão integrante da estrutura do Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios, autorizada pelo artigo 31, II da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, Lei nº 8.185/91, CNPF/MF nº 00.531.954.0012-01, situada na SGAN 909, Módulo "C", nesta Capital, doravante denominada, simplesmente VARA, representada por seu Juiz de Direito Titular, Dr. José Carlos Souza e Ávila, brasileiro, casado, Juiz de Direito, portador da Cédula de Identidade nº 475.412/DF, CPF nº 185.696.091-91 e alterar a Cláusula Segunda – das Obrigações das Partes, incluindo o inciso III. DA VIGÊNCIA, DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO: Este Termo entra em vigência na data de sua assinatura, publicação na Imprensa Oficial e o registro do instrumento pela Procuradoria Geral do Distrito Federal. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio. ASSINATURA: 26/03/2001. SIGNATÁRIOS: GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO, Secretário de Estado de Ação Social, HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, pelo MPDFT e JOSÉ CARLOS SOUZA E ÁVILA, pela Vara da Infância e da Juventude.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 9/2000

PROCESSO: 100.001.438/2000. PARTES: O DISTRITO FEDERAL por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL – SEAS X ASTRO REY VIAGENS E TURISMO LTDA. OBJETO: O Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de transporte terrestre ao Estado de Origem (Maranhão) dos garimpeiros alojados no Camping de Brasília, em precária situação de saúde, higiene e alimentar. A despesa em questão será efetuada com fulcro no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa de Dispensa de Licitação de fls. 22, 23, 24 e 26 (verso) e a proposta de fls. 32, que passam a integrar o presente Termo. DO VALOR: o valor do Contrato é de R$ 52.500,00 (cinqüenta e dois mil e quinhentos reais), procedente do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária anual. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 17.101 – PROGRAMA DE TRABALHO – 08.224.2400.2669-0001 – NATUREZA DE DESPESA – 34.90.39 – fonte – 100: DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO: A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria Geral do Distrito Federal. DA ASSINATURA: em 19 de dezembro de 2000. SIGNATÁRIOS: pelo Distrito Federal GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO, Secretário de Estado de Ação Social e LUCIANO ALVES DE SOUZA pela contratada, na qualidade de Sócio-Gerente.

EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 3/2001

PROCESSO: 100.000.045/2001. PARTES: O DISTRITO FEDERAL por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL – SEAS X CASA DE CARIDADE CANTINHO DA ESPERANÇA DE JOÃO ESMOLÉ - CENESPE. OBJETO: Cooperação técnica entre as partes acima, visando a ocupação do imóvel de propriedade do Distrito Federal, área especial 01, lotes M/N, Brazlândia, bem como o atendimento à clientela encaminhada por esta Secretaria. DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura. DO VALOR: O presente Convênio se dará a título gratuito. DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO: Publicação na Imprensa Oficial e o registro do instrumento pela Procuradoria Geral do Distrito Federal. ASSINATURA: 26/03/2001. 33SIGNATÁRIOS: GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO, Secretário de Estado de Ação Social e ANTÔNIA FERNANDES DE SOUZA, na qualidade de Presidenta da Entidade.

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2001

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB, através da Comissão Permanente de Licitação-CPL, situada no SGAS Quadra 904 Bloco "A", Sala 21, Complexo Administrativo da CEB, em Brasília – DF, torna público que receberá até äs 09:00 horas do dia 16/04/2001, os invólucros contendo os documentos de habilitação relativos à TPS nº 9/2001-CEB, para AVALIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DOS ASPECTOS DE QUALIDADE DE ÁGUA NAS REGRAS OPERACIONAIS DA BARRAGEM DO LAGO PARANOÁ., destinados ä CEB. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima e será vendido ao preço de R$11,00 (onze) reais. Demais informações através dos telefones 325-2972 / 325-2953 ou pelo telefax 225-3549.

Brasília-DF, 27 de março de 2001
RAIMUNDO VIANA FILHO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 5/2001

A Comissão Julgadora Permanente de Licitação, comunica aos interessados que o Resultado Final do Convite supracitado, encontra-se afixado no Quadro de Avisos do DER-DF, no Edifício Sede do DER-DF, no Setor de Áreas Isoladas Norte, Bloco "C".

Brasília, 28 de março de 2001
COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA
(EM LIQUIDAÇÃO)

EXTRATO DE PERMISSÃO DE USO

PROCESSO Nº 075.000.252/2000-SAB.ESPÉCIE:ATO UNILATERAL DE PERMISSÃO GRATUITA DE USO Nº 001/2001-ASJUR/SAB.OBJETO: Ocupação de área do imóvel de propriedade da SAB , situado no S I A – Trecho 06, Lote 270, Brasília, Distrito Federal. PARTES:SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA-S/A-SABX SECRETARIA DE ESTADO DA SOLIDARIEDADE DO DISTRITO FEDERAL.DATA DA ASSINATURA: 15/03/2001. VIGÊNCIA:15/03/2002. P/SAB: MÁRIO HISSAHI IKEZIRI- Liquidante. P/SECRETARIA DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE: EDIMAR BRAZ DE QUEIRÓZ – Secretário.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº: 055.004260/2001. Empresa: Brasil Telecom S/A. Objeto: Serviços de telefonia fixa local, pelo período máximo de 03 (três) meses até a conclusão da licitação realizada pela Central de Compras do GDF. Valor estimativo mensal: R$ 32.000,00 Justificativa: Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93. Ratificação efetuada por Erotides Alves de Castro, Diretor Administrativo e Financeiro, em 23/03/2001.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL S/Nº

Processo nº 030.007.328/97, de 05/09/97 PARTES: Distrito Federal/Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos e a Empresa MÓVEIS GERMAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO HOTÉIS E TURISMO LTDA. OBJETO: Alteração da Cláusula Primeira – Das Partes, no que se refere ao nome de Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda para Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos . AMPARO LEGAL: Art. 65, da Lei nº 8.666, de 21.06.93, considerando a edição da Lei nº 1.815, de 08.01.1998, e dos Decretos nºs 21.170, de 05/05/2000, 21.920, de 22.01.2001, e 21.921, de 22.01.2001. FONTE DE RECURSOS: 100 e/ou 132; U.O 25.101, Programa de Trabalho: 11.122.0100.8501.0026 ou 11.331.2700.2044.0001; Natureza da Despesa: 349039. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal/Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos: DANIEL MARQUES DE SOUSA. Pela CONTRATADA: GERMAN CELESTINO DIAZ GARCIA.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 76/96

Processo nº 170.000.047/96, de 15/03/96 PARTES: Distrito Federal/Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. OBJETO: Alteração da Cláusula Primeira – Das Partes, no que se refere ao nome de Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda para Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos. AMPARO LEGAL: Art. 65, da Lei nº 8.666, de 21.06.93, considerando a edição da Lei nº 1.815, de 08.01.1998 e dos Decretos nºs 21.170, de 05/05/2000, 21.920, de 22.01.2001, e 21.921, de 22.01.2001. FONTE DE RECURSOS: 100, U.O 25.101, Programa de Trabalho: 11.122.0100.8501.0026; Natureza da Despesa: 349039. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal/: DANIEL MARQUES DE SOUSA. Pela CONTRATADA: FERNANDO LEITE DE GODOY.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do CT n.º 5855. Processo: 092.002575/99. PARTES: CAESB X LAO INDÚSTRIA LTDA. DATA DA ASSINATURA: 28/03/2001. ASSINANTES: P/CAESB: Hélio de Oliveira e Silva – Superintendente Comercial. P/ LAO INDÚSTRIA LTDA: Edson Gonçalves Rosa.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo termo Aditivo ao Contrato n.º 5548. ASS.: 28/03/2001. PROCESSO: 92.000979/98. PARTES: CAESB X FLUXOR POÇOS ARTESIANOS LTDA. OBJETO: Altera as Cláusulas Terceira (Preço/Valor) e Quarta (Prazo de Execução/Vigência). Fica acrescida ao valor do Contrato a quantia de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), passando seu total de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para R$1.500.000,00(um milhão e quinhentos mil reais). Os prazos de execução e de vigência ficam prorrogados por mais 720(setecentos e vinte) dias consecutivos, passando os mesmos de 25/06/2001 e 11/12/2001 para 25/06/2003 e 11/12/2003 respectivamente. ASSINANTES: P/ CAESB: Antonio Manoel Soares - Diretor do Sistema de Água. P/ FLUXOR POÇOS ARTESIANOS LTDA: Samuel Leite Cavalcante.

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº. 2/2001-IMÓVEIS

A Diretoria Colegiada da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, em sua 2074ª sessão, realizada em 27.3.2001, decidiu, com base no tópico 37, do Edital nº. 2/2001-Imóveis, homologar o resultado da licitação, objeto do referido Edital, conforme processo nº. 111.000.018/2001-2, proclamando-se vencedores os seguintes licitantes: ITEM 01 – STYLOS ENGENHARIA LTDA - R$ 1.751.888,00; ITEM 04 – JOSÉ DJALMA SILVA BANDEIRA – R$ 780.000,00; ITEM 06 – RIVEA REGINA DE MELO BARROS – R$ 4.906,13; ITEM 38 – EVARISTO EVILAZO DA SILVA – R$ 8.910,00; ITEM 41 – AGENOR FRANCISCO DOS SANTOS – R$ 108.600,00; ITEM 45 – MAURÍCIO PEREIRA DE SOUZA – R$ 6.655,99; ITEM 56 – SEBASTIÃO FRANCISCO ROSA PIRES – R$ 21.009,00; ITEM 59 – MELYSSA LAURINDO SILVA – R$ 40.100,00; ITEM 66 – ENOQUE PEREIRA DE SOUSA – R$ 23.577,90; ITEM 80 – ERNESTO ROCHA TORRES – R$ 97.201,00; ITEM 89 – HELION MOREIRA SILVA – R$ 458.350,00; ITEM 90 – COOPERCLIN – COOPERATIVA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO CLÍNICO ÁGUAS CLARAS LTDA – R$ 520.000,00; ITEM 95 – ABA EMPREENDIMENTOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – R$ 571.000,00; ITEM 96 – ABA EMPREENDIMENTOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – R$ 902.000,00; ITEM 97 – FINATEC – FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – R$ 1.120.200,00; ITEM 98 – FINATEC – FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – R$ 1.080.100,00 e ITEM 99 - MARIA SELMA MILITÃO RUFINO MENEZES – R$ 135.420,00. Na oportunidade convoca os licitantes vencedores a comparecerem dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste, à Seção de Contratos da Divisão Jurídica, subsolo do Edifício Sede da TERRACAP, Bloco "F" - Setor de Áreas Municipais - SAM, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, apresentando, no ato, cópia de documento comprobatório de sua residência e a 4ª. Via da Proposta de Compra a fim de efetuar o pagamento do preço total ou equivalente à entrada inicial, constante da referida proposta. Esclarece na oportunidade, que os licitantes vencedores supracitados, deverão, nos 20 (vinte) primeiros dias contados desta publicação, assinar no Cartório a Escritura Pública de Compra e Venda, de conformidade com o contido no tópico 46, do aludido Edital. Na ocasião, deverá o licitante vencedor, quando pessoa jurídica, apresentar no Cartório, cópia do Contrato Social, devidamente autenticada, com sua última alteração, se for o caso, o qual será encaminhado à TERRACAP, por intermédio do Cartório, nos termos do tópico 52, do Edital. O não atendimento às citadas exigências, dentro dos prazos já estipulados importará no desfazimento do negócio, de acordo com as normas do Edital. Os licitantes não vencedores deverão comparecer à agência do BRB - Banco de Brasília S/A, onde efetuaram o recolhimento da caução, munidos da respectiva via de depósito, objetivando a sua devolução, conforme previsto no tópico 13, Capítulo V, do Edital. Esclarece, ainda, aos interessados que, de acordo com o contido no tópico 45 do Edital, não caberá recurso quanto à presente homologação.

Brasília, 28 de março de 2001
GERALDO RODRIGUES SOARES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Imóveis

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 8/2001

PROCESSO Nº 030.001.985/2000 - PARTES: DF/PRG X OLISSES LUIS MARMENTINI. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência, com fulcro na Lei nº 860, de 13/04/95. VALOR: R$ 2.136,38 (dois mil, cento e trinta e seis reais e trinta e oito centavos). VIGÊNCIA: 16 (dezesseis) meses, contados da data de publicação. ASSINATURA: 23/03/01. SIGNATÁRIOS: JOSÉ LUCIANO ARANTES, Procurador-Geral Adjunto e OLISSES LUIS MARMENTINI, Beneficiário.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 9/2001

PROCESSO Nº 141.001.836/2000 - PARTES: DF/PRG X WILSON QUIRINO DA SILVA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência, com fulcro na Lei nº 860, de 13/04/95. VALOR: 5.186,3827 UFIR's. VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, contados da data de publicação. ASSINATURA: 26/03/01. SIGNATÁRIOS: JOSÉ LUCIANO ARANTES, Procurador-Geral Adjunto e WILSON QUIRINO DA SILVA, Beneficiário.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 10/2001

PROCESSO Nº 141.004.061/98 - PARTES: DF/PRG X JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência, com fulcro na Lei nº 860, de 13/04/95. VALOR: R$ 1.735,12 (hum mil, setecentos e trinta e cinco reais e doze centavos). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação. ASSINATURA: 26/03/01. SIGNATÁRIOS: JOSÉ LUCIANO ARANTES, Procurador-Geral Adjunto e JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA, Beneficiário.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 7/2001

Contratante: Tribunal de Contas do Distrito Federal - Contratada: Speed Help Assistência Médica Domiciliar - Objeto: prestação de serviços de assistência médica de emergência, urgência, pronto atendimento domiciliar e remoções. - Processo n.º 157/2001 – Licitação: dispensa conforme art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 c/c a Portaria SEA/GDF nº 15, de 2 de junho de 1998 - vigência: 16/03/2001 até 15/03/2002 - Valor total: R$ 7.971,60 (sete mil novecentos e setenta e um reais e sessenta centavos) - Unidade orçamentária: Tribunal de Contas do Distrito Federal - Classificação orçamentária: 349039 – Outros Serviços de Terceiros - PJ - Fonte de Recursos: 100 – Ordinário não-vinculado - Número da nota de empenho: 266/2001 – valor: R$ 2.593,50 - Data da assinatura: 16/03/2001- Assinam: pela contratante, Márcio de Almeida Saraiva, pela contratada, Krishna Miranda de Campos e Auro Francisco da Silva.

Ineditoriais

CASSIANO DE CASTRO E OUTROS

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu à Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, a Licença Prévia, para o empreendimento/atividade: Criação de Frango de corte com sistema de integração no local: DF-130 Km 28 Granja São Francisco PADEF, PARANOÁ - DF. CASSIANO DE CASTRO, Gerente.

DAR –1613/2001
(Of. El. nº DAR1613/2001)

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)

JUÍZO DE DIREITO DA 6.ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

·Doutor ESDRAS NEVES ALMEIDA, Juiz de Direito da 6.ª Vara da Fazenda Pública do DF, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo tramita a ação de Execução Hipotecária, n.º 50.804-9/00, movida por BRB - Banco de Brasília S/A contra Wellington Albuquerque Nogueira e outra, que por este meio cita os réus, WELLINGTON ALBUQUERQUE NOGUEIRA, brasileiro, casado, bancário, CI n.º 829.363 SEP/DF, CPF nº335.361.551-20, E ÉRICA CRISTINA MOITA NOGUEIRA, brasileira, casada, do lar, CI n.º1.152.911 SSP/DF, CPF nº553.414.381-91, ora em lugar incerto e não sabido, para que pague(m) dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a importância de R$ 39.109,51 (Trinta e nove mil, cento e nove reais e cinqüenta e um centavos) referente ao principal, mais 5% (cinco) por cento relativos a honorários do advogado do credor e demais acessórios, ou deposite em igual prazo o saldo devedor decorrente do contrato de Compra e Venda por instrumento particular com força de escritura pública, pacto adjecto de hipoteca e financiamento n.º 4.333-8, celebrado com o autor, sob pena de ser penhorado o bem designado pelo Apto. 202, do prédio situado no Lote n.º D-1, da Área Especial n.º12, do Setor Terceira Avenida, do Núcleo Bandeirante/DF, de sua propriedade, nos termos do art. 4º da Lei 5.741, 01 de dezembro de 1971. O prazo para embargos será de 10 (dez) dias contados do término do prazo deste edital. SEDE DO JUÍZO: 6ª Vara Fazenda Pública do DF, Anexo B do Palácio da Justiça, sala C810, Praça do Buriti/DF, 13 de fevereiro de 2001.

ESDRAS NEVES ALMEIDA
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
JUÍZO DE DIREITO DA 6.ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

·Doutor ESDRAS NEVES ALMEIDA, Juiz de Direito da 6.ª Vara da Fazenda Pública do DF, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo tramita a ação de Execução Hipotecária, n.º 50.807-3/00, movida por BRB - Banco de Brasília S/A contra Luiz Carlos de Araújo Barbosa e outra, que por este meio cita os réus, LUIZ CARLOS DE ARAÚJO BARBOSA, brasileiro, casado, CI n.º 329.594 SEP/DF, CPF nº208.322.907-00, E MARIA CACILDA MARTINS BARBOSA, brasileira, casada, do lar, CI n.º053.240.99-0 SSP/RJ, CPF nº208.322.907-00, ora em lugar incerto e não sabido, para que pague(m) dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a importância de R$ 53.615,74 (cinqüenta e três mil, seiscentos e quinze reais e setenta e quatro centavos) referente ao principal, mais 5% (cinco) por cento relativos a honorários do advogado do credor e demais acessórios, ou deposite em igual prazo o saldo devedor decorrente do contrato de Compra e Venda por instrumento particular com força de escritura pública, pacto adjecto de hipoteca e financiamento n.º 1707-8, celebrado com o autor, sob pena de ser penhorado o bem designado pelo Apto. 204, do prédio Comercial e Residencial, edificado no lote 06, da CSB 04, Taguatinga/DF, de sua propriedade, nos termos do art. 4º da Lei 5.741, 01 de dezembro de 1971, O prazo para embargos será de 10 (dez) dias contados do término do prazo deste edital. SEDE DO JUÍZO: 6ª Vara Fazenda Pública do DF, Anexo B do Palácio da Justiça, sala C810, Praça do Buriti/DF, 12 de março de 2.001.

ESDRAS NEVES ALMEIDA
Juiz de Direito

JORLAN S/A

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, Sede Social, à SHC/Sul,, Comercio Residencial – Quadra 504, Bloco C, Loja 43 – Brasília – DF., os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76 relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2000.

Brasília - DF, 26 de Março de 2001
ORLANDO CARLOS DA SILVA
Diretor - Presidente

DAR 1617/01
(Of. El. nº DAR1617/01)

SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os Auxiliares de Administração Escolar, empregados dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de 1º e 2º graus, que sejam associados e estejam em pleno gozo de seus direitos sindicais, a comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no auditório do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no DF - SDS Ed. Venâncio IV lojas 06 - subsolo Brasília-DF, no dia 30 de março de 2001 às 18h00 em primeira convocação ou às 18h30 em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 01- Discussão elaboração da pauta de reivindicações a ser apresentada ao SINEPE; 02- Autorizar a diretoria do SAE-DF a negociar, celebrar acordo ou convenção coletiva de trabalho ou em caso de malogro das negociações, a instaurar dissídio coletivo e a celebrar acordo nos autos destes; 03- Assuntos gerais.

LEONÁRIO ROSÁRIO DE SOUZA
Secretário de finanças

DAR 1615/01
(Of. El. nº DAR1615/01)

SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os Auxiliares de Administração Escolar, empregados dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de 3º grau, que sejam associados e estejam em pleno gozo de seus direitos sindicais, a comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no auditório do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no DF - SDS Ed. Venâncio IV lojas 06 - subsolo Brasília-DF, no dia 30 de março de 2001 às 17h00 em primeira convocação ou às 17h30 em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 01- Discussão e elaboração da pauta de reivindicações a ser apresentada ao SINDEPE 02- Autorizar a diretoria do SAE-DF a negociar, celebrar acordo ou convenção coletiva de trabalho ou em caso de malogro das negociações, a instaurar dissídio coletivo e a celebrar acordo nos autos destes; 03- Assuntos gerais.

LEONÁRIO ROSÁRIO DE SOUZA
Secretário de Finanças

DAR 1616/01
(Of. El. nº DAR1616/01)

TELEBRASÍLIA CELULAR S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ 02.320.032/0001-08
NIRE 5330000560 5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Telebrasília Celular S.A. convocados para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar na sede social da Companhia, no SCS, Quadra 2, Bloco C, Acesso 226, Edifício Telebrasília Celular, 7º Andar, Brasília-DF, no dia 04 de abril de 2001, às10:00 h, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Aprovar o aumento do capital social da Companhia. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na Sede Social da Companhia, no SCS, Quadra 2, Bloco C, Acesso 226, Edifício Telebrasília Celular, 7º Andar, Brasília-DF. (Assessoria de Relações com Investidores), até 24 horas antes da realização da Assembléia.Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores, que desejarem participar da Assembléia, deverão apresentar extrato emitido até 2 (dois) dias antes da realização da Assembléia, contendo a respectiva participação acionária, fornecido pelo órgão custodiante.

Brasília-DF, 26 de março de 2001
ALEXANDRE BELDI NETTO
Presidente do Conselho de Administração

DAR-1582/2001
(Of. El. nº DAR1582A/01)

TELECENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 02.558.132/0001-69

AVISO AOS ACIONISTAS

Fica parcialmente retificado o Aviso aos Acionistas - Aumento de Capital, publicado em 27.03.2001, atentando que no parágrafo inicial, o crédito a ser utilizado para aumento de capital a que se refere este aviso, é resultante da amortização da incorporação da Coverage pela TCO, nos exercícios de 1999 e 2000.

onde se lê:
8. proporção do direito de subscrição
Para determinar a quantidade de ações que poderá subscrever, os acionistas deverá multiplicar a quantidade de ações que possuir em 26.03.2001,....
Leia-se:
8. proporção do direito de subscrição
Para determinar a quantidade de ações que poderá subscrever, o acionista deverá multiplicar a quantidade de ações que possuir em 27.03.2001,...
onde se lê:
10. HABILITAÇÃO PARA SUBSCREVER
10.1. Terão direito a subscrever os acionistas que tiverem adquirido suas ações até 26.03.2001. As ações adquiridas a partir de 27.03.2001 serão ex-direito de subscrição para o cessionário.
Leia-se:
10. HABILITAÇÃO PARA SUBSCREVER
10.1. Terão direito a subscrever os acionistas que tiveram adquirido suas ações até 27.03.2001. As ações adquiridas a partir de 28.03.2001 serão ex-direito de substituição para o cessionário.
Ratificando-se integralmente os demais itens do aviso aos acionistas.

Brasília, 27 de março de 2001
MARIO CESAR PEREIRA DE ARAUJO
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

DAR 1618A/01
(Of. El. nº DAR1618A/01)

TELEBRASÍLIA CELULAR S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 02.320.032/0001-08 / NIRE 5330000560 5

ADITAMENTO

Em complemento ao Edital de Convocação publicado em 27.03.2001, informamos que o aumento do capital social da Companhia refere-se a incorporação da amortização do ágio, consolidando em benefício fiscal, referentes aos exercícios sociais de 1999 e 2000, com emissão de novas ações.

Brasília-DF, 27 de março de 2001
ALEXANDRE BELDI NETTO
Presidente do Conselho de Administração

DAR1618B/01
(Of. El. nº DAR1618B/01)

VOCÊ EM LINHA COM O GDF

O GDF está em linha com você através desses números. Quando precisar, ligue que o GDF atende.

TELEFONES DE EMERGÊNCIA

CORPO DE BOMBEIROS 193	POLÍCIA 190	PRONTO-SOCORRO 192	DEFESA CIVIL 321-1366

TELEFONES DE UTILIDADE PÚBLICA

- ATENDIMENTO AO USUÁRIO METRÔ - DF 353-7373
- CORDE/DF Diretoria de Integração do Portador de Deficiência 1408
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DO IDOSO 1401
- DISQUE DETRAN 1514
- PROCON 1512
- SIACI - Sistema de Atendimento ao Cidadão 156
- POLÍCIA CIVIL 147
- FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA 327-4424
- PLANTÃO DE ÁGUA E ESGOTO - CAESB 195
- PLANTÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEB 196
- SOS CRIANÇA 1407
- TRANSPORTES COLETIVOS 1517
- OUVIDORIA 0800 611516
- DISQUE-DENÚNCIA 323-8855

HOSPITAIS

Plano Piloto	
Base do DF - HBDF	325-5050
Forças Armadas - HFA	362-4000
Universitário de Brasília - HUB	307-3223
Regional da Asa Norte - HRAN	325-4300
Materno Infantil de Brasília - HMIB	443-2322
Rede Sara de Hospitais	319-1111
Cidades-satélites	
Regional de Brazlândia - HRBZ	391-2510
Regional de Ceilândia - HRC	371-2233
Regional do Gama - HRG	556-1422
Regional do Guará - HRGU	567-2455
Regional de Planaltina - HRP	389-2412
Regional de Sobradinho - HRS	591-1030
Regional de Taguatinga - HRT	351-2200
Hospital São Vicente de Paula	561-3700

GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOLIDARIEDADE E TRABALHO

A justiça é cega.

Mas tem alguém pra te guiar.



Defensoria Pública.
Aqui você tem o direito de assegurar seus direitos.

A Defensoria Pública funciona em todos os Fóruns existentes nas cidades satélites e Plano Piloto, de 2ª a 6ª feira, das 13h às 19h. Quando precisar conte também com a Defensoria do Juizado Central Criminal, todos os dias, das 6h às 24h.

Direção-Geral: 344-6507 / 342-1942
Subdireção-Geral: 342-1911
Corregedoria-Geral: 342-1902

Unidades de atendimento

Brasília: 343-7470, 343-7369 e 343-7400
Brazlândia: 391-2627 e 391-1247 - Ramais 720 / 721
Ceilândia: 581-5077 e 371-0000 - Ramal 539
Gama: 556-8298 e 385-5006 - Ramais 312 / 313
Paranoá: 369-4667 e 369-3900 - Ramal 629
Planaltina: 388-8525 e 389-1370 - Ramal 527
Samambaia: 357-7853 e 357-2050 - Ramal 516
Sobradinho: 387-1015 e 591-3800 - Ramal 308
Taguatinga: 563-7372, 353-8010 e 352-0000 - Ramal 649
Juizado Central Criminal: 327-6597
Infância e Juventude: 348-6600 - Ramal 213
Disque-Adoção: 349-5000
Defensoria Itinerante: Adm. Reg. de Santa Maria e Recanto das Emas
Defensoria Comunitária: Adm. Reg. do Riacho Fundo

GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOLIDARIEDADE E TRABALHO

VOCÊ EM LINHA COM O GDF

O GDF está em linha com você através desses números. Quando precisar, ligue que o GDF atende.

TELEFONES DE EMERGÊNCIA

CORPO DE BOMBEIROS 193	POLÍCIA 190	PRONTO-SOCORRO 192	DEFESA CIVIL 321-1366

TELEFONES DE UTILIDADE PÚBLICA

- ATENDIMENTO AO USUÁRIO METRÔ - DF 353-7373
- CORDE/DF Diretoria de Integração do Portador de Deficiência 1408
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DO IDOSO 1401
- DISQUE DETRAN 1514
- PROCON 1512
- SIACI - Sistema de Atendimento ao Cidadão 156
- POLÍCIA CIVIL 147
- FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA 327-4424
- PLANTÃO DE ÁGUA E ESGOTO - CAESB 195
- PLANTÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEB 196
- SOS CRIANÇA 1407
- TRANSPORTES COLETIVOS 1517
- OUVIDORIA 0800 611516
- DISQUE-DENÚNCIA 323-8855

HOSPITAIS

Plano Piloto	
Base do DF - HBDF	325-5050
Forças Armadas - HFA	362-4000
Universitário de Brasília - HUB	307-3223
Regional da Asa Norte - HRAN	325-4300
Materno Infantil de Brasília - HMIB	443-2322
Rede Sara de Hospitais	319-1111
Cidades-satélites	
Regional de Brazlândia - HRBZ	391-2510
Regional de Ceilândia - HRC	371-2233
Regional do Gama - HRG	556-1422
Regional do Guará - HRGU	567-2455
Regional de Planaltina - HRP	389-2412
Regional de Sobradinho - HRS	591-1030
Regional de Taguatinga - HRT	351-2200
Hospital São Vicente de Paula	561-3700

GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOLIDARIEDADE E TRABALHO

VOCÊ EM LINHA COM O GDF

O GDF está em linha com você através desses números. Quando precisar, ligue que o GDF atende.

TELEFONES DE EMERGÊNCIA

CORPO DE BOMBEIROS **193**	POLÍCIA **190**	PRONTO-SOCORRO **192**	DEFESA CIVIL **321-1366**

TELEFONES DE UTILIDADE PÚBLICA

ATENDIMENTO AO USUÁRIO METRÔ - DF
353-7373

CORDE/DF
Diretoria de Integração do Portador de Deficiência
1408

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DO IDOSO
1401

DISQUE DETRAN
1514

PROCON
1512

SIACI - Sistema de Atendimento ao Cidadão
156

POLÍCIA CIVIL
147

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA
327-4424

PLANTÃO DE ÁGUA E ESGOTO - CAESB
195

PLANTÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEB
196

SOS CRIANÇA
1407

TRANSPORTES COLETIVOS
1517

OUVIDORIA
0800 611516

DISQUE-DENÚNCIA
323-8855

HOSPITAIS

Plano Piloto	
Base do DF - HBDF	**325-5050**
Forças Armadas - HFA	362-4000
Universitário de Brasília - HUB	**307-3223**
Regional da Asa Norte - HRAN	325-4300
Materno Infantil de Brasília - HMIB	**443-2322**
Rede Sara de Hospitais	319-1111
Cidades-satélites	
Regional de Brazlândia - HRBZ	**391-2510**
Regional de Ceilândia - HRC	371-2233
Regional do Gama - HRG	**556-1422**
Regional do Guará - HRGU	567-2455
Regional de Planaltina - HRP	**389-2412**
Regional de Sobradinho - HRS	591-1030
Regional de Taguatinga - HRT	**351-2200**
Hospital São Vicente de Paula	561-3700

GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOLIDARIEDADE E TRABALHO

A justiça é cega.

Mas tem alguém pra te guiar.

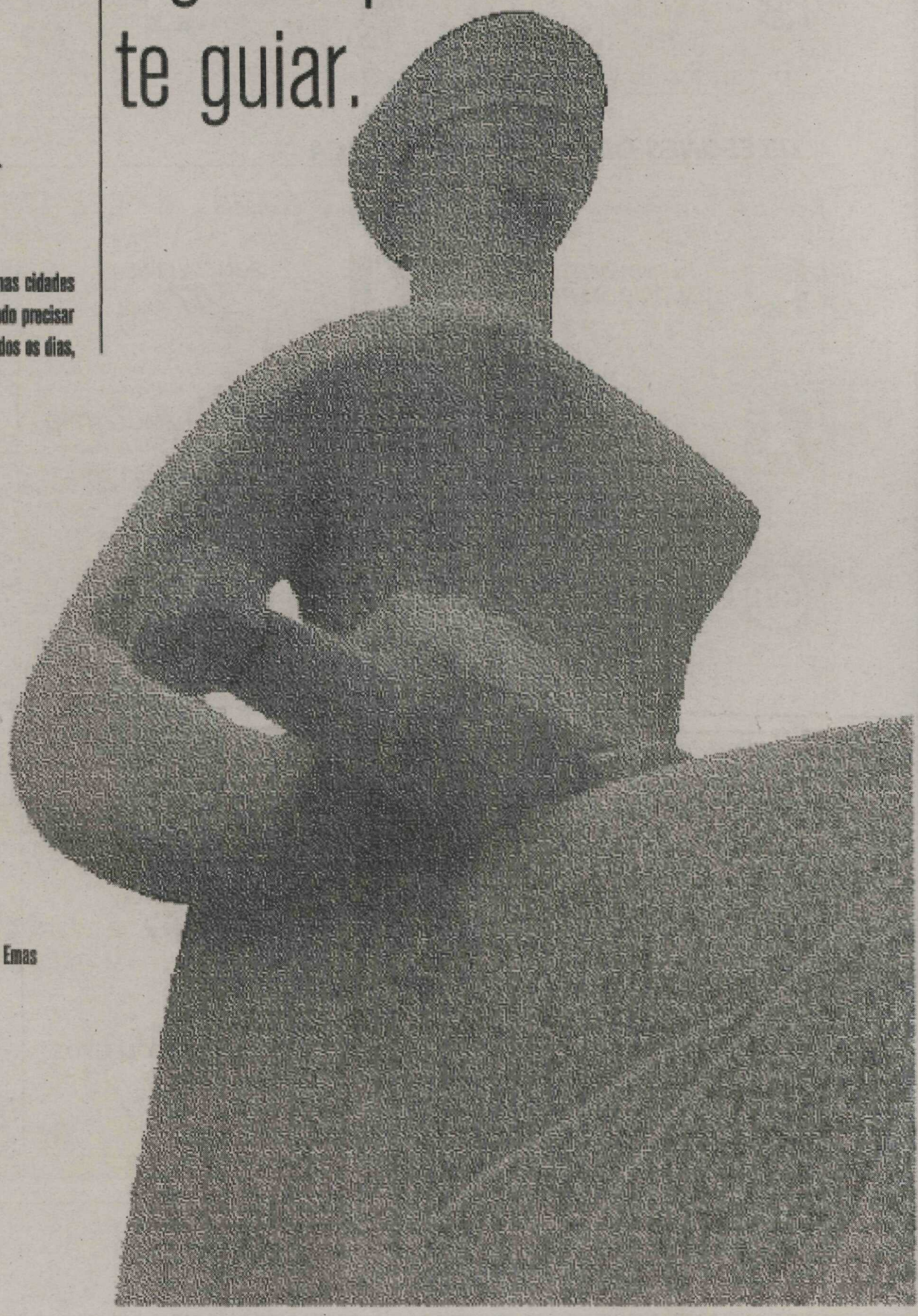
Defensoria Pública.
Aqui você tem o direito de assegurar seus direitos.

A Defensoria Pública funciona em todos os Fóruns existentes nas cidades satélites e Plano Piloto, de 2ª a 6ª feira, das 13h às 19h. Quando precisar conte também com a Defensoria do Juizado Central Criminal, todos os dias, das 6h às 24h.

Direção-Geral: 344-6507 / 342-1942
Subdireção-Geral: 342-1911
Corregedoria-Geral: 342-1902

Unidades de atendimento

Brasília: 343-7470, 343-7369 e 343-7400
Brazlândia: 391-2627 e 391-1247 - Ramais 720 / 721
Ceilândia: 581-5077 e 371-0000 - Ramal 539
Gama: 556-8298 e 385-5006 - Ramais 312 / 313
Paranoá: 369-4667 e 369-3900 - Ramal 629
Planaltina: 388-8525 e 389-1370 - Ramal 527
Samambaia: 357-7853 e 357-2050 - Ramal 516
Sobradinho: 387-1015 e 591-3800 - Ramal 308
Taguatinga: 563-7372, 353-8010 e 352-0000 - Ramal 649
Juizado Central Criminal: 327-6597
Infância e Juventude: 348-6600 - Ramal 213
Disque-Adoção: 349-5000
Defensoria Itinerante: Adm. Reg. de Santa Maria e Recanto das Emas
Defensoria Comunitária: Adm. Reg. do Riacho Fundo



GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOLIDARIEDADE E TRABALHO